OS PENSADORES

XX

GIAMBATTISTA VICO

PRINCÍPIOS DE (UMA) CIÊNCIA NOVA

(ACERCA DA NATUREZA COMUM DAS NAÇÕES)

Seleção, tradução e notas do **Prof. Dr. Antonio Lázaro de Almeida Prado**

EDITOR: VICTOR CIVITA

Título original:
Principi di una scienza nuova dintorno alla comune natura delle nazioni.

1.ª edição — outubro 1974

© — Copyright desta edição, 1974, Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.
Direitos exclusivos sobre a presente tradução, 1974, Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.

Nota do Editor

Quer por sua riqueza, quer pelo arcaísmo da linguagem, o texto de Giambattista Vico oferece dificuldades especiais de tradução. Para contorná-las, o Tradutor inseriu no próprio texto pequenas interpolações, além de utilizar notas de rodapé onde se fazia necessária alguma explicação mais longa. As referidas interpolações estão assinaladas por colchetes.

IDÉIA (GERAL) DA OBRA

Explicação da Gravura Ilustrativa Proposta no Frontispício E que Serve de Introdução à Obra.

Tal como o tebano Cebes procedeu em relação às *morais,* de modo análogo oferecemos, aqui, à inspeção uma *Tábua das coisas civis,* que aproveite o leitor para chegar à concepção da idéia desta obra, antes mesmo de a ler, ou lhe sirva para mais facilmente a reter na memória, depois de a ter lido, fazendo uso deste recurso que lhe subministra a fantasia.

A mulher de têmporas aladas, que, altaneira, se sobrepõe ao globo terrestre, isto é, ao mundo da Natureza, é a Metafísica, como já o indica o sentido próprio de seu nome.

O triângulo luminoso, em cujo interior se inscreve um olho inspectante, representa Deus, sob o aspecto de sua providência. E é sob esse prisma que a Metafísica, como que em ato de êxtase, o contempla, qual o têm contemplado, até agora, os filósofos, ou seja, por sobre a ordem das coisas naturais. Justamente essa a razão de ela [a Metafísica], nesta obra, elevando-se sempre mais altaneira, contemplar em Deus o universo das mentes humanas, ou seja, o universo metafísico, manifestando assim a sua providência no universo das mentes humanas, que é o mundo civil ou o mundo das nações. Este, como de seus constituintes, é formado de todas aquelas coisas representadas nesta pintura pelos hieróglifos, que ela mais abaixo exibe.

Por isso mesmo, o globo, isto é, o mundo físico e mesmo natural, está apoiado apenas num lado do altar: eis que os filósofos, até agora, tendo contemplado a divina providência apenas do ângulo da ordem natural, obviamente nos deram a demonstração de uma só parte dela, justamente daquela mediante a qual a Deus, como a Mente soberana, livre e absoluta da natureza — eis que com seu eterno alvitre nos deu naturalmente o ser e também naturalmente no-lo conserva —, se prestam por parte dos homens, cultos de adoração, mediante sacrifícios e outras honras divinas. Não a contemplaram ainda pelo ângulo mais consentâneo aos homens, cuja natureza tem como principalíssima propriedade o serem eles sociáveis. Provendo Deus a esse particular, de tal forma ordenou e dispôs as coisas humanas, que os homens, decaídos da íntegra justiça em virtude do pecado original, muito embora intentassem agir diversa e até contrariamente [ao estabelecido] — razão por que, a fim de servirem ao útil, viviam na solidão das bestas feras —, por aquelas mesmas suas vias diversas e contrárias viram-se impelidos pela utilidade, na condição própria de homens, a viverem com justiça e a conservarem-se

em sociedade, corroborando, assim, sua natureza sociável. Ao longo da presente obra se demonstrará ser essa a verdadeira natureza do homem, existindo, pois, um direito natural. Dessa conduta da providência divina incumbe-se, maximamente, de discorrer esta Ciência, correspondendo ela, sob este aspecto, a uma verdadeira teologia racional da providência divina.

Na faixa zodiacal que cinge o globo terrestre, superiores aos demais em majestade e evidência, apenas os dois signos de Leão e da Virgem: como a significar que esta Ciência, em seus princípios, contempla prioritariamente a Hércules, já que, segundo se constata, cada uma das nações dos antigos gentios fala a respeito de um [Hércules] que a fundou, enfocando-o em sua proeza máxima, qual a de haver matado o leão que, a vomitar chamas, incendiara a selva neméia. Adornado com os despojos desse leão, foi Hércules alçado até as estrelas. Tal leão simboliza aqui a enorme selva antiga da terra, à qual Hércules, como protótipo dos heróis políticos, anteriores aos heróis bélicos, incendiou e reduziu à condição de cultura. E isto, por outro lado, assinala também o princípio dos tempos, o qual, entre os gregos (de que herdamos tudo quanto nos resta da gentilidade antiga), começa com as olimpíadas e com os jogos olímpicos, de que se narra ter sido Hércules o fundador. Tais jogos terão tido início entre os neméios, implantados que foram para festejar a vitória de Hércules, obtida a partir da matança do leão, o que dá ainda a entender que os tempos dos gregos começaram a partir do momento em que entre eles teve início o cultivo dos campos.

E a Virgem, que os poetas apresentaram aos astrônomos, descrevendo-a coroada de espigas, dá a entender que a história grega começou pela idade de ouro: já que os mesmos poetas patentemente asseveram haver sido a primeira idade de seu mundo. Nela, e por largo decurso de séculos, os anos enumeraram-se computados pelas colheitas do trigo, reconhecidamente o primordial ouro do mundo. A essa tal idade áurea dos gregos corresponde, a um nível similar, a idade de Saturno dos latinos, assim cognominada a partir da expressão *a satis,* ou seja, a das semeaduras.

Em tal idade de ouro, como no-lo asseveraram explicitamente os poetas, os deuses confabulavam com os heróis sobre a terra: por isso, ao longo desta obra se haverá de mostrar que os primeiros homens da gentilidade, singelos e rudes, em virtude de vigorosa ilusão de robustíssimas fantasias, todas repletas de estarrecedoras superstições, acreditaram piamente ver na terra os deuses. E depois se constatará igualmente que, em virtude de uniformidade de idéias, já que uns nada sabiam a respeito dos outros, entre os orientais, egípcios, gregos e latinos, foram os deuses alçados às estrelas errantes e os hérois, às estrelas fixas. E assim, a partir de Saturno, que é *Khrónos* para os gregos, sendo *khrónos* o tempo para os mesmos, originaram-se outros princípios para a cronologia, vale dizer, para a doutrina dos tempos.

Nem te deve parecer inconveniente que o altar esteja sob o globo e a sustentá-lo. Mesmo porque se constatará que os primeiros altares do mundo erigiram-nos os Gentios no primeiro céu dos poetas. Estes, em suas fábulas, textualmente nos forneceram a versão de haver o céu reinado sobre os homens, propiciando

também muitos benefícios ao gênero humano, naquele tempo em que os homens primigênios, quais infantes do nascente gênero humano, acreditaram não estivesse o céu situado muito acima do cimo das montanhas (como ainda hoje os meninos o crêem pouca coisa mais elevado do que os tetos de suas casas). A seguir, desenvolvendo-se mais e mais as mentes gregas, foi o céu elevado até as culminâncias de altíssimos montes, tal como se deu com o Olimpo, onde Homero narra situarem-se, nos seus tempos, os deuses. Alcandorou-se, por fim, sobre as esferas, como hoje no-lo demonstra a astronomia, alçando-se, também, o Olimpo por sobre o céu estrelado. Similarmente alçado até o céu o altar ali também se inscreve como signo celeste. E o fogo que está sobre ele [altar] propagou-se para a casa vizinha, que é, como aqui podes ver, a do Leão. Este, como já tornamos claro, foi a selva neméia, que Hércules incendiou, para convertê-la em cultura. Eis que, por essa razão, e, como troféu de Hércules, os despojos do leão foram elevados até as estrelas.

O raio que, procedente da divina providência, ilumina uma jóia convexa, com que se exorna o peito a Metafísica, significa o coração terso e puro que dela ali se requer, um coração não corrompido nem conspurcado por soberba do espírito ou por vileza de prazeres corporais. Eis que, incidindo Zenão no primeiro vício, foi dar no *fado;* já Epicuro, com a segunda mazela, chegou ao *acaso:* ambos, pois, negando a providência divina. Além disso, dá-se a entender que o conhecimento de Deus não termina nela [Metafísica], permitindo-lhe iluminar-se com a exclusividade de dotes intelectuais, e, conseqüentemente, regulamentar apenas seus fatos morais privados, tal como, até agora, têm admitido os filósofos. Tudo isso se haveria de admitir se a jóia fosse plana. Mas convexa é ela, refrangendo o raio e expandindo-o para fora, a fim de que a Metafísica conheça a Deus providente nos fatos morais públicos, isto é, nos costumes civis, mediante os quais surgiram no mundo as nações e nele se conservam.

O mesmo raio refrange do peito da Metafísica até a estátua de Homero, primeiro autor da gentilidade, que até nós chegou. Isso porque, por mérito da Metafísica (erigida basilarmente sobre uma história das idéias humanas, a partir do momento mesmo em que os homens primigênios principiaram a humanamente pensar) é que, entre nós, se logrou baixar até as mentes ignaras dos fundadores *das nações dos gentios*, que não passavam de robustíssimos sentidos e de fantasias vastíssimas. E, pelo fato mesmo de não disporem senão dessa exclusiva faculdade — de resto, ainda completamente aturdida e assombrada —, de poderem servir-se da mente humana e racional, entre aqueles que sobre eles refletiram até agora, constatamo-los totalmente contrariados e até mesmo alterados os princípios da poesia, no âmbito dos, pelas mesmas razões, não evidenciados princípios da sabedoria poética, vale dizer, a ciência dos poetas teólogos, que, sem dúvida alguma, foi a primeira forma de mundano saber para os Gentios.

E a estátua de Homero sobre uma base em ruínas sugere a descoberta do verdadeiro Homero (que na *Ciência Nova,* em sua publicação primeira, havíamos apenas intuído, porém não cabalmente explicitado; e que já agora, nas seções várias do presente livro, perfeitamente refletida, se demonstrou). Eis que o mesmo

[Homero] — e isto não se tinha até agora percebido — deixara-nos à margem dos reais eventos do tempo fabuloso das nações, e, muito mais do que isso, completamente jejunos dos fatos desse tempo obscuro (de que já desanimáramos de saber), e, pois, das primeiras e autênticas origens dos fatos do tempo histórico, que são, como se percebe, os três momentos do mundo, relatados por Marcos Terêncio Varrão, o mais douto dentre os escritores da romanidade antiga, na sua grandiosa obra, intitulada *Rerum divinarum et humanarum,* que se perdeu.

Devemos, ademais, destacar que na presente obra, com uma nova arte crítica, de que até agora carecíamos, ingressando na pesquisa da efetiva realidade acerca dos fundadores das mesmas nações (nas quais certamente terão decorrido mais de mil anos para se chegar aos escritores de que se ocupou a crítica até hoje), por isso mesmo há de aqui a filosofia haver-se com a filologia, que é a doutrina de todas as coisas que dependem do humano arbítrio, quais, por exemplo, todas as histórias das línguas, dos costumes e dos fatos pacíficos ou bélicos dos povos. Com tal doutrina, por efeito da lamentável obscuridade de seus motivos e da quase infinita variedade de seus efeitos, a filosofia como que sentia um horror em racionalmente entreter-se. E só a reduz em forma de ciência ao descobrir nela o projeto de uma história ideal eterna, sobre a qual fluem no tempo as histórias de todas as nações. Dessa forma, e em virtude deste outro seu relevante aspecto, converte-se esta Ciência em uma filosofia da autoridade.

A partir disso tudo, e em decorrência de outros princípios de mitologia aqui revelados, e que vão logo a seguir a outros princípios de poesia aqui percebidos, se irá demonstrar que as fábulas corresponderam a verdadeiras e conspícuas histórias dos costumes das antiqüíssimas gentes da Grécia, assim como, e primordialmente, que as histórias dos deuses corresponderam à história dos tempos em que os homens da mais rudimentar humanidade gentílica tinham em conta de divindades todas as coisas necessárias ou úteis ao gênero humano. Autores de uma tal poesia foram os povos primigênios, que se constata terem sido todos constituídos de poetas teólogos e que relatam haverem fundado as nações gentílicas com as fábulas dos deuses. E, pois, com os princípios desta nova arte crítica se vai excogitando em que tempos determinados e particulares ocasiões de humanas necessidades ou utilidades, percebidos pelos primeiros homens da gentilidade, os mesmos, com espantosas religiões, que eles próprios forjaram e creram, imaginaram com a fantasia primeiro uns e depois outros deuses. Essa teogonia natural ou geração dos deuses, constituída naturalmente nas mentes dos primeiros homens, culminaria numa cronologia racional da história poética dos deuses.

As fábulas heróicas foram autênticas estórias dos heróis e de seus heróicos costumes, uns e outros florescentes em todas as nações, em seus tempos bárbaros. De modo que os dois poemas de Homero resultam dois grandes tesouros de descobertas do direito natural da gentilidade grega em estado de barbárie. Através da obra homérica pode precisar-se que o tempo bárbaro durou entre os gregos até a época de Heródoto, cognominado pai da história grega, e cujos livros estão em vastíssima proporção repletos de fábulas, num estilo que ainda tem muito de homérico. No âmbito de um tal estilo se mantiveram todos os historiógrafos que

se lhe seguiram, usuários todos de um fraseado mediano entre o poético e o vulgar. Já Tucídides, primeiro historiador severo e grave da Grécia, ao início de seus relatos, testemunha que, desde os tempos de seu pai (coincidentes com os de Heródoto, embora fosse criança seu pai e, velho, Heródoto) os gregos não apenas das estrangeiras (das quais, aliás, com exceção das romanas, tudo sabemos através deles), mas de suas próprias raízes antigas nada absolutamente conheciam. Tais são as densas trevas que o desenho do frontispício deixa entrever ao fundo. Dessas mesmas trevas, à luz do raio da providência divina, que, da Metafísica se reflete em Homero, emergem à claridade todos os hieróglifos, simbolizadores estes dos princípios conhecidos somente a partir de agora através dos feitos deste universo de nações.

De todos esses feitos o de maior presença é ali um altar, porque o mundo civil começou entre todos os povos com as religiões, como se deixou entrever há pouco e como muito mais se fará perceber dentro em breve.

Sobre o altar, à direita, o que primeiro se nota é um lítuo, isto é, um cajado, com o qual os áugures tomavam os augúrios e observavam os auspícios. Quer ele representar a adivinhação, a partir da qual entre todos os Gentios tiveram origem as primeiras coisas divinas. Porque, pelo atributo de sua providência, tão efetiva entre os hebreus (que acreditavam ser Deus uma Mente infinita, e, conseqüentemente, capaz de visualizar todos os tempos em um átimo da eternidade, pelo que Deus, quer por si próprio, quer pelos anjos, que são mentes, quer pelos profetas, através dos quais falava Deus às mentes, prenunciava as coisas futuras ao seu povo) como imaginado também pelos Gentios, que, por seu lado, excogitaram serem deuses os corpos, que, por isso mesmo, mediante sinais sensíveis, davam a conhecer as coisas futuras aos povos (quer de uma forma, quer de outra), foi dado à natureza de Deus o nome de "divindade", a partir de uma única idéia, que os latinos designavam *divinari,* "adivinhar o futuro". Já assinalamos, contudo, ter havido a propósito esta fundamental diversidade (de que provêem, de resto, todas as demais), pelo que, através desta Ciência demonstram-se radicais diferenças entre o direito natural dos hebreus e o direito natural dos Gentios, definido este último pelos jurisconsultos romanos como ordenado pela divina providência juntamente com os costumes humanos.

Pelo que, de pronto, com o referido lítuo fica assinalado o princípio da história universal dos Gentios cujo início, através de provas físicas e filológicas, se fixa no dilúvio universal. Depois dele, ao longo de dois séculos, tal como no-lo conta também a história fabulosa, o Céu reinou sobre a terra e fez inúmeros e enormes benefícios ao gênero humano. Eis que, devido à uniformidade de pensamentos entre os orientais, egípcios, latinos e outras nações da gentilidade, surgiram igualmente as religiões de tantos Jupíteres. Porque, ao cabo de tanto tempo após o dilúvio, se prova que o céu deve ter fulminado e trovejado. De tais coriscos e trovões, cada uma do seu respectivo Júpiter, começaram tais nações a colher os auspícios. Tal multiplicidade de Jupíteres (de que os egípcios reivindicavam maior antiguidade para o seu Júpiter Hamon) causou até agora admiração aos filólogos. E com essas mesmas provas se demonstra a prioridade da religião dos hebreus sobre

aquelas mediante as quais se instituíram as nações dos Gentios, e, por via de conseqüência, a verdade da religião cristã.

Sobre o mesmo altar, junto ao lítuo, vêem-se a água e o fogo, aquela contida em um jarro. E que, em decorrência da adivinhação tiveram, entre os Gentios, origem os sacrifícios, a partir daquele generalizado costume a que os latinos chamavam de *procurare auspicia,* ou seja, sacrificar a fim de bem discernir os augúrios, e corretamente seguir os avisos das divindades ou mesmo as determinações de Júpiter. E tais são exatamente, entre os Gentios, as coisas divinas, das quais provieram depois para eles todas as suas coisas humanas.

Primeiro dos fatos humanos, os matrimônios, simbolizados pelo archote aceso ao fogo do altar e apoiado ao jarro. São eles — e nisso estão concordes todos os políticos — a sementeira das famílias, como estas o são das repúblicas. E, para o fazer compreender, o archote, embora símbolo de coisa humana, situa-se no altar entre o fogo e a água, que são símbolos de cerimônias divinas. Por isso mesmo, os antigos romanos celebravam as núpcias *aqua et igni,* pois tinham essas duas coisas comuns, e, antes mesmo do fogo, a água perene, como as mais necessárias à vida; tendo-se, depois, compreendido que, por decisão divina, haviam eles [o fogo e a água] levado os homens a viverem em sociedade.

A segunda das coisas humanas, que os latinos, a partir de *humando,* "sepultar", originária e corretamente chamaram de *humanitas,* são as sepulturas, aqui representadas por uma urna cinerária, discretamente situada em meio à floresta, o que deseja indicar registrarem-se as sepulturas desde o tempo em que a espécie humana tinha por alimentos os pomos no verão, e glandes de carvalho no inverno. E inscrito está na urna "D. M.", que significa "às boas almas dos sepultos". Essa expressão faz perceber o comum consenso de todo o gênero humano a respeito dessa opinião, que Platão, depois, demonstrou correta, isto é, que as almas humanas não morrem com seus corpos, mas que são imortais.

Tal urna assinala também a origem entre os mesmos Gentios da divisão dos campos, na qual se devem buscar as origens da distinção entre cidades, povos e, finalmente, entre nações. Isto porque se haverá de constatar que as raças, primeiramente de Cam, depois de Jafet e, finalmente, de Sem, todas sem a religião de Noé, pai de todos eles, que haviam renegado (única, aliás, que no seu estado natural de então poderia, mediante matrimônios, reuni-los em sociedade de família), havendo-se extraviado em um erro ou até mesmo um desvario ferino pela enorme selva desta terra — seja para perseguir as esquivas e intratáveis mulheres, para fugir às feras de que devia estar repleta a enorme e antiga selva, ou para assim dispersos encontrar alimento e água; havendo, em razão de tudo isso e ao cabo de longo tempo, chegado a um estado de animalidade, então, por efeito de certas circunstâncias preordenadas pela divina providência, sacudidos e despertados através de um terrífico espanto por uma dessas por eles mesmos forjadas e acreditadas divindades do Céu e de Júpiter, finalmente se fixaram alguns e se esconderam em determinados pousos. Ali, agora com mulheres estáveis, por temor à cultuada divindade, através de conjunções carnais religiosas e castas, celebraram os matrimônios e engendraram legítimos filhos, e, assim, fundaram as famílias.

E, com o fixarem-se ali em longa estada, radicadas também as sepulturas de seus antepassados, decorre haverem ali constituído e delimitado os primeiros domínios da terra, de que foram donos os assim chamados gigantes, pois filhos da terra é exatamente o que significa em grego essa palavra e até descendentes dos que estão sepultados. Pelo que a si próprios se tiveram em conta de nobres, aferindo, naquele primeiro estágio das coisas humanas, com justo enfoque, a nobreza por haverem eles sido gerados com o temor à divindade. E foi em virtude da maneira de humanamente gerar e não pela mera proveniência que foi denominada de "geração humana". Expandindo-se suas casas por outras tantas famílias similarmente constituídas, por efeito mesmo desse tipo de geração, delas se passou a falar como das primeiras "gentes". E é a partir de tal eixo de antiqüíssimo tempo, por ter ali início a matéria dele, também ali e por tal modo se começa aqui a doutrina do direito natural das gentes, outro e principalíssimo enfoque com que se deve visualizar esta Ciência.

De tais gigantes se sabe, tanto por razões físicas e morais, além do autorizado testemunho das estórias, que foram de desproporcionadas forças e estaturas. Ora, não incidindo tais razões sobre os crentes do verdadeiro Deus, criador do mundo e do príncipe de todo o gênero humano Adão, os hebreus, desde o princípio do mundo, foram de estatura justa. Assim sendo, depois do primeiro (referente à providência divina) e do segundo (que trata dos matrimônios solenes), a crença universal na imortalidade da alma (que se iniciou com as sepulturas) é o terceiro dos três princípios sobre que discorre esta Ciência, quanto às origens de todas as inumeráveis e várias questões de que trata.

Das selvas em que discretamente está situada a urna emerge um arado, dando este a entender que os pais das gentes primevas foram os primeiros seres robustos da história. E é por isso que entre eles se encontram os Hércules fundadores das primeiras nações gentílicas, de que acima se falou (dos quais Varrão chegou a enumerar uns quarenta, sendo que os egípcios asseveravam ser o deles o mais antigo de todos), porque tais Hércules domaram as primeiras terras do mundo, reduzindo-as à cultura. Daí decorre que os primeiros pais das nações, justos pela considerada piedade de observar os auspícios, tidos em conta de divinas determinações de Júpiter (razão por que, chamado pelos latinos *Ious,* dele deriva a antiga designação *ious* para o direito, que, contraindo-se a seguir, deu *ius;* de onde vem que a justiça entre todas as nações se ensina naturalmente com a piedade), prudentemente procuravam, mediante os sacrifícios celebrados, com o fim de bem compreenderem os auspícios, o que lhes permitia aconselharem-se a respeito daquilo que, por ordens de Júpiter, deviam empreender na vida. Comedidos nos matrimônios, foram também, como aqui se enfatiza, fortes.

A seguir daremos outros princípios à filosofia moral, em cujo âmbito a comedida sabedoria dos filósofos deverá conspirar com a vulgar sabedoria dos legisladores. Através desses princípios, enraizam-se todas as virtudes na piedade e na religião, únicas molas eficazes para o exercício das virtudes, e em conseqüência das quais deverão os homens terem como bem tudo quanto Deus quer. Outros princípios se darão também à doutrina econômica, mediante os quais os

filhos, enquanto sob a autoridade de seus pais, hão de considerar-se na condição das famílias, e, conseqüentemente, não haverão de formar-se e deter-se, em todos os seus estudos, senão na piedade e na religião. Enquanto não sejam capazes de compreender a coisa pública e as leis, no seio das mesmas [famílias] reverenciem e temam os pais, quais imagens vivas de Deus; por onde se hão de encontrar, depois, naturalmente inclinados a seguir a religião de seus pais e a defender a pátria que para eles conserva as famílias, e, assim, propensos a obedecer às leis ordenadas à conservação da religião e da pátria. Pois foi assim que a providência divina, em seu eterno alvitre, ordenou as coisas humanas: que primeiramente se constituíssem as famílias com religiosos estatutos, sobre estas [famílias], depois, haveriam de surgir as repúblicas com as leis.

O arado, com certa majestade, apóia sua extremidade superior na parte fronteiriça do altar, a fim de fazer-nos compreender que as terras aradas foram os primeiros altares da gentilidade, e para realçar a superioridade natural que os heróis acreditavam ter sobre os seus sócios, representados estes [os sócios ou fâmulos], como dentro em pouco iremos ver, pelo tirante, que parece inclinar-se até a base do altar. E iremos demonstrar que a pretendida superioridade natural apoiavam-na os heróis sobre a razão, a ciência e, pois, sobre a administração que tinham das coisas divinas, isto é, dos divinos auspícios.

O arado deixa entrever apenas a ponta do dente, ficando escondida a curvatura dele. Tal dente, antes que se conhecesse o uso do ferro, deve ter sido constituído apenas de um pau curvo muito resistente, capaz de fender as terras e de arálas. Tal curvatura chamou-se entre os latinos *urbs,* de um antigo *urbum,* "curvo", dando a entender que as primeiras cidades, todas, sem exceção, fundadas em campos cultivados, surgiram com deixarem-se estar as famílias, por longo tempo, retiradas e escondidas em meio aos sacros horrores dos bosques religiosos. E, porque tais redutos se encontraram em todas as nações gentílicas, traduzindo uma idéia comum a todas, chamaram-nos os povos latinos *luci*, isto é, "terras queimadas em meio ao recinto fechado dos bosques". Moisés abertamente condenou tais clareiras, ordenando fossem as mesmas queimadas onde quer que o povo de Deus estendesse as suas conquistas. E o fez por expresso conselho da providência divina, à fim de que os que já haviam ascendido à condição humana não se confundissem de novo com os errantes vagabundos, persistentes na nefanda comunhão tanto dos bens quanto das mulheres.

Ao lado direito do referido altar vê-se um timão, que significa a origem da transmigração dos povos efetivada por meio da navegação. E, pelo fato mesmo de parecer inclinar-se para o sopé do altar, simboliza os antepassados daqueles que, depois, foram os autores dessas mesmas transmigrações. Inicialmente, tais autores foram homens ímpios, desconhecendo qualquer divindade; nefários, porque, desconhecidas as parentelas, ao casarem-se sucedia coabitarem freqüentemente os filhos com suas mães, os pais com suas próprias filhas; e, finalmente, porque não se dispunham à sociabilidade em meio a essa infame comunhão de bens, quais bestas feras, achando-se sós e, pois, débeis, e, ao fim de contas, míseros e infelizes, porque necessitados de todos os bens que se requerem a fim de conservar-se com

segurança a vida. Por tudo isso, eles, para fugirem aos próprios males, decorrentes das rixas que tal ferina comunidade produzia, com vistas à liberação e salvação deles próprios, socorreram-se das terras cultivadas pelos homens pios, castos, fortes e até mesmo poderosos, quais os que já se achavam unidos em sociedade de famílias. Em razão dessas terras é que se irá constatar haverem-se chamado "altares", por todo o mundo antigo da gentilidade, pois devem ter sido os primeiros altares das nações gentílicas, cujo primeiro fogo ateado foi o que se acendeu nas selvas, a fim de as desmatar e reduzir à cultura, e cuja primeira água terá sido a das fontes perenes de que careciam, a fim de que aqueles que deveriam instituir a humanidade não errassem mais em um nomadismo feroz à cata dela, mas, ao contrário, estabilizando-se corretamente, ao longo de considerável tempo, dentro de terras circunscritas, perdessem o mau hábito de peregrinações vagabundas.

E, dado que estes altares terão sido os primeiros refúgios do mundo — aos quais Lívio geralmente define *vetus urbes condentium consilium* —, eis que dentro do refúgio aberto na clareira conta-se haver Rômulo fundado Roma, por isso mesmo, quase todas as cidades primigênias se chamaram "altares". Menor é essa descoberta. E há que juntar-se-lhe uma outra bem mais considerável, isto é, que entre os gregos — de que herdamos tudo quanto sabemos das antigas gentilidades —, a primeira Trácia ou Cítia, ou seja, o primeiro Setentrião; a primeira Ásia e a primeira Índia, isto é, o primeiro Oriente; a primeira Mauritânia ou Líbia, ou seja, o primeiro Meio-Dia e a primeira Europa ou primeira Espéria, quer dizer, o primeiro Ocidente e, com estas, o primeiro Oceano, nasceram todas [essas divisões geográficas] dentro da própria Grécia. E que, a seguir, os próprios gregos, que pelo mundo saíram, a partir da semelhança dos sítios, estenderam tais nomes às quatro partes do universo e ao oceano que as rodeia. E sustentamos que tais descobertas deram outros princípios à Geografia, que se requeriam, assim como já sustentamos terem-se dado outros já mencionados princípios à Cronologia, aquela e esta sendo os dois olhos da História, indispensáveis para se chegar a ler a história ideal eterna, que, anteriormente, referimos.

A estes altares, pois, havendo recorrido os ímpios nômades débeis, que se viam permanentemente perseguidos pelos mais robustos, sempre com risco de vida para os primeiros, os mais fortes (isto é, os que já se tinham estabilizado, como atrás ficou dito) mataram os violentos e ali receberam em asilo e proteção os débeis. Por não trazerem estes senão o contributo de suas próprias vidas, foram acolhidos na qualidade de fâmulos, apenas com subministração de recursos para a sustentação de suas vidas. Foi maximamente a partir dessa sua condição de fâmulos que derivou o nome de famílias. E eles próprios foram o esboço dos que seriam os escravos, só aparecidos depois, por efeito dos cativeiros nas guerras.

Ali, pois, como de um mesmo tronco procedem vários ramos, vão ter origens os asilos (como há pouco se viu); e também as famílias, baseadas nas quais depois surgiram as cidades (como mais abaixo se vai esclarecer); e a causa etiológica de se freqüentarem as cidades, para se verem, aliás, os homens garantidos contra os injustos violentos; a origem das jurisdições que se deveriam cumprir no âmbito

dos próprios territórios; o início da extensão dos impérios, o que se obtém com o exercício da justiça, da fortaleza e da magnanimidade, as mais luminosas virtudes dos príncipes e dos Estados; a origem dos exércitos gentílicos, cujos primeiros campos de armas foram exatamente os primeiros campos de semeaduras, até como brasões; a origem da fama, razão de serem eles chamados fâmulos *(sic)*, e da glória, que eternamente consiste em auxiliar o gênero humano; as origens da nobreza verdadeira, obviamente procedente do exercício das virtudes morais; a origem do verdadeiro heroísmo, que reside em domar os soberbos e socorrer os periclitantes, no que os romanos sobrelevaram a todos os povos da terra, tornando-se senhores do mundo; as origens, enfim, da guerra e da paz, já que a guerra começou no mundo com vistas à defesa própria, fundamento, aliás, da verdadeira virtude da fortaleza.

E em todas estas origens se descobre esboçada a eterna planta das repúblicas, sobre a qual os Estados, mesmo que conquistados mediante violência e fraude, hão de fundamentar-se, para conseguirem durar; caso contrário, os obtidos a expensas destas origens virtuosas, arruínam-se quando apelam para a fraude e para a força. E tal planta das repúblicas funda-se sobre os dois princípios eternos deste universo de nações, que são a mente e o corpo dos homens que as compõem. Por isso, constando os homens destas duas partes, das quais uma, por nobre, deveria comandar, e a outra, por vil, deveria servir; e, pela corrompida natureza humana, desassistida pela filosofia, que não pode valer senão para pouquíssimos, não podendo a universalidade dos homens lograr que privadamente dominasse a mente de cada um, jamais servindo ao seu corpo, a divina providência ordenou de tal forma as coisas humanas que, nas repúblicas, comandem os que usam da mente, nelas devendo obedecer quantos usem do corpo.

Inclina-se o timão para o pé do altar, porque tais fâmulos, na condição de homens sem deuses, não tinham a comunhão das coisas divinas, e, por ordem de conseqüência, nem sequer a comunhão das coisas humanas juntamente com os nobres. Destas últimas, careciam principalmente da razão de celebrar núpcias solenes, que os latinos chamavam *connubium,* cuja maior solenidade repousava nos auspícios, através dos quais os nobres se reputavam de origem divina, tendo os fâmulos por oriundos de origem bestial, por gerados em conjunções nefandas. Nessa tal diferença de natureza mais nobre julgava-se, entre os egípcios, gregos e latinos, consistisse um natural heroísmo, que, com muitas explicitações, nos vem narrado pela história romana antiga.

Finalmente, o timão está distante do arado; que defronte do altar se lhe mostra molesto e ameaçador com a sua ponta. Isso porque os fâmulos, não tendo, como se explicou, domínio dos terrenos, todos sob a senhoria dos nobres, fartos de servirem sempre aos senhores, e, em suma, desde há muito tempo submissos às suas exigências, e, por isso mesmo amotinados, revoltaram-se contra os heróis em tais contendas agrárias, que hão de considerar-se muito mais antigas e em muito diversas das que se lêem na história romana última. Por isso mesmo, muitos chefes dessas catervas de fâmulos, sublevadas e vencidas pelos seus heróis, assim como freqüentemente os vilões do Egito o foram pelos sacerdotes, como nota

Pedro van der Kun em *De republica hebraeorum,* para não se verem oprimidos e encontrarem saída e salvação, em companhia das suas facções, entregaram-se ao acaso do mar e foram em busca de terras devolutas pelas praias do Mediterrâneo, em direção ao ocidente, que naqueles tempos não era habitado nas regiões marinhas. Eis a origem da transmigração dos povos já humanizados pela religião, feita desde o Oriente, pelo Egito, e desde o Oriente sobre todos pela Fenícia, como, por razões similares, sucedeu entre os gregos.

De modo que não foram as inundações de povos (que não se podem realizar pelo mar); nem foi sequer o zelo em conservar as distantes conquistas com as conhecidas colônias (não se lê tenha-se estendido império algum desde o Oriente, do Egito, da Grécia); nem razões de tráficos (eis que naqueles tempos sabe-se que o Ocidente não tinha ainda sido habitado, em suas costas marítimas): mas foi o direito heróico que constrangeu a tais bandos de homens de tais nações a abandonarem suas próprias terras, que não se abandonam senão por extrema necessidade. E com tais colônias, que por isso mesmo serão chamadas "heróicas ultramarinas", propagou-se o gênero humano, mesmo através do mar, pelo resto do nosso mundo; de modo similar, numa idade anterior muito distante, com nomadismo ferino se tinha propagado através da terra.

Destaca-se do arado, um pouco adiante dele, uma tábua em que se inscreve um alfabeto latino antigo, semelhante ao antigo grego, segundo relata Tácito, lendo-se mais abaixo o mais recente alfabeto que até nós chegou. Denota ele a origem das línguas e dos caracteres chamados vulgares, que se constata terem surgido muito tempo depois de fundadas as nações, sendo muito mais tardia a das letras do que a origem das línguas. Para simbolizar isso, a tábua jaz sobre um escombro de coluna de ordem coríntia, bem mais moderno entre as ordens arquitetônicas.

A tábua jaz muito perto do arado e bastante distanciada do timão, para dar a entender a origem das línguas nativas, primeiramente formadas cada uma nas suas próprias terras, onde quer que por acaso se encontraram, estabilizados de seu longo nomadismo ferino, os fundadores das nações, que se tinham — como acima se disse — esparramado e dispersado pela grande selva da terra. A essas línguas nativas mesclaram-se, muito tempo depois, as línguas orientais quer egípcias quer gregas, com a transmigração dos povos realizada nas costas marítimas do Mediterrâneo e do Oceano, a que atrás se fez menção.

E aqui se oferecem outros princípios de etimologia (de que se fazem freqüentíssimos excursos ao longo de toda a obra), mediante os quais se distinguem as origens das vozes nativas daquelas que são indubitavelmente estrangeiras, com esta relevante diferença: enquanto as etimologias das línguas nativas são estórias de coisas significadas por essas palavras segundo esta ordem natural de idéias — que primeiro existiram as selvas, depois os campos cultivados e os tugúrios, pouco depois as minúsculas casas e as quintas, a seguir as cidades, finalmente as academias e os filósofos (sobre tal hierarquia desde suas primeiras origens devem caminhar os progressos delas) —; já as etimologias das línguas estrangeiras serão meras estórias de vozes que uma língua tenha recebido de uma outra.

A tábua mostra apenas os princípios dos alfabetos e jaz defronte à estátua de Homero, isto porque as letras, como a respeito das gregas se sabe pelas tradições helênicas, não surgiram todas a um só tempo; e é preciso admitir que, pelo menos, nem todas fossem encontráveis no tempo de Homero, que, como se comprova, não deixou escrito nenhum dos seus poemas. Mas, a respeito da origem das línguas nativas, uma notícia mais saliente daqui a pouco.

Finalmente, no plano mais iluminado de todos, porque ali se exibem os símbolos representadores das coisas humanas mais conhecidas, num caprichoso ajuste, o pintor faz comparecerem um feixe romano, uma espada e uma bolsa apoiadas no feixe, uma balança e o caduceu de Mercúrio.

O primeiro dentre os símbolos é o feixe, porque os primeiros impérios civis surgiram pela união das paternas potestades dos pais, os quais, entre os Gentios, eram competentes na divindade dos auspícios, sacerdotes para búscá-los (isto é, bem interpretá-los) com sacrifícios, reis, e certamente monarcas, que determinavam quanto acreditavam desejarem os deuses com os auspícios, e, por isso mesmo, sujeitos unicamente a Deus. Trata-se de um feixe litório, como se sabe, primeiro dos cetros do mundo.

Esses pais, nas turbulências agrárias já referidas, a fim de resistirem às catervas dos fâmulos sublevados contra eles, foram naturalmente levados a unirem-se e cerrarem fileira nas primeiras ordens de senados reinantes (ou senados de uns tantos reis familiares), sob o comando de alguns líderes, que foram os primeiros reis das cidades heróicas. Conta-se que os mesmos, embora muito obscuramente o relate a história antiga, naturalmente se criavam [eram feitos] os reis. Deles aqui se cogita, inclusive no que tange ao modo de criá-los [fazê-los].

Ora, tais senados reinantes, para satisfazer às sublevadas catervas dos fâmulos e os reduzir à obediência, concederam-lhes uma lei agrária, que se constata ter sido a primeira de todas as leis civis a nascer no mundo. E de fâmulos, naturalmente, constituídos mediante tal lei, compuseram-se as primeiras plebes das cidades.

O concedido pelos nobres a tais plebeus foi apenas o domínio natural dos campos, reservando-se esses mesmos nobres o domínio civil, já que só eles foram os cidadãos das cidades heróicas, nascendo junto a essas ordens, que, foram as primeiras potestades civis, ou seja, potestades soberanas dos povos, o domínio eminente. Essas três espécies de domínios constituíram-se e se discriminaram com o nascer dessas repúblicas, as quais em todas as nações, sob um conceito explicitado em diversas línguas, se constata haverem sido denominadas "repúblicas hercúleas", ou dos curetes [sacerdotes armados de Cibele], isto é, de pessoas armadas reunidas em corporações públicas.

Assim se explicam os princípios do famoso *ius quiritium,* que os intérpretes do direito romano julgaram específico dos cidadãos romanos, porque assim era nos tempos mais recentes. Mas, nos tempos romanos antigos, como se tem por certo, foi direito natural de todas as gentes heróicas.

E, pois, brotam, assim como de uma enorme fonte, vários rios:

a) a origem das cidades, que surgiram não só sobre as famílias dos filhos, mas também sobre as dos fâmulos, das quais naturalmente derivam dois agrega-

dos municipais: um, dos nobres, que aí dessem ordens; outro, dos plebeus, que deviam obedecer. Dessas duas partes se compõe todo o estatuto, ou seja, o direito dos governos civis, pois as tais primeiras cidades, conforme é certo, não poderiam constituir-se a partir exclusivamente dos filhos, nem dar origem no mundo a organizações assim restritas, de nenhum modo;

b) as origens dos impérios públicos [os Estados], que nasceram da união dos impérios privados dos soberanos-paternos no estado das famílias;

c) as origens da guerra e da paz, pois todas as repúblicas nasceram de movimentos armados e, a seguir, se estabeleceram com as leis. Dessa natureza das coisas humanas decorreu esta eterna propriedade: que se fazem as guerras para que os povos vivam seguros em paz;

d) as origens dos feudos, pois, mediante uma espécie de feudos rústicos, os plebeus sujeitaram-se aos nobres, enquanto que com uma outra espécie de feudos, nobres ou armados, os nobres submeteram-se à soberania maior de suas ordens heróicas. E se constata que foi sobre os feudos que surgiram no mundo os reinados dos tempos bárbaros. Também se esclarece a história dos novos reinos da Europa, surgidos nos tempos bárbaros últimos, que resultaram mais obscuros do que os tempos bárbaros primitivos, descritos por Varrão.

Eis que os tais primeiros campos foram dados pelos nobres aos plebeus, com o ônus de se lhes pagar o "dízimo", denominado "de Hércules" entre os gregos, ou "censo" (de que se conhece o ordenado para os romanos por Sérvio Túlio), ou ainda "tributo", que obrigava, ademais, os plebeus a servirem, a expensas próprias, aos nobres, nas guerras, como patentemente se lê na história romana antiga. E aqui se descobre a origem do censo, que foi depois o plano das repúblicas populares. Esta, aliás, de todas as nossas pesquisas sobre as coisas romanas, a que nos deu maior trabalho, justamente para descobrir o modo pelo qual se transformou o censo de Sérvio Túlio, matriz, aliás, das antigas repúblicas aristocráticas. O que levou muitos ao erro de acreditar que Sérvio Túlio haja determinado o censo da liberdade popular.

Do mesmo princípio procede a origem dos comércios, que, na maneira por nós já enunciada, começaram pelos bens estáveis com a estabilidade inicial das próprias cidades. E chamaram-se "comércios" por se originarem da primeira *mercede* que surgiu no mundo, e que foi a concedida pelos heróis, mediante tais campos, aos fâmulos sob a obrigação legal, já por nós referida, de estes servirem àqueles.

Também ali tiveram origem os erários, que se esboçaram com o nascer das repúblicas, e que, a seguir, propriamente designados a partir de *aes aeris,* com o sentido de "dinheiro", entenderam-se como a necessidade de o público fornecer o dinheiro aos plebeus, nas guerras.

Estão ali, outrossim, as origens das colônias, inicialmente aglomerações de camponeses que serviam aos heróis, para sustentar-lhes a vida, depois, multidões de vassalos que cultivavam para si os campos deles, sob as reais ou pessoais condições já aludidas. Chamaram-se elas "colônias heróicas mediterrâneas", para se distinguirem das colônias ultramarinas, acima nomeadas.

E, ao fim e ao cabo, àli estão as origens das repúblicas, que vieram ao mundo sob forma rigorosamente aristocrática, nelas não tendo os plebeus parte alguma de direito civil.

Vê-se pois que o romano foi um reino aristocrático, que caiu sob a tirania de Tarquínio, o Soberbo. Este pessimamente governou os nobres e quase extinguiu completamente o senado. Foi assim que Júnio Bruto, que no episódio de Lucrécia captou a ocasião para comover a plebe contra os Tarquínios, havendo liberado Roma da tirania, restabeleceu o senado e reordenou a república sobre os seus princípios, e, mediante um rei vitalício, com dois cônsules anuais, não só não introduziu a liberdade popular, mas até reafirmou a liberdade senhoril. Esta teve vigência até a lei Publília, mediante a qual o ditador Público Filão, por isso mesmo cognominado "popular", declarou ter-se convertido à condição popular a república romana. E expirou com a lei Petélia, que de fato liberou a plebe do direito feudal rústico do cárcere privado, exercido pelos nobres contra os plebeus seus devedores. Sobre essas duas leis, que contêm os dois pontos culminantes da história romana, não se detiveram refletidamente quanto convinha nem os políticos, nem os jurisconsultos, nem os eruditos intérpretes do direito romano. Tudo isso em favor da fábula da lei das XII Tábuas, com livre trânsito procedente de Atenas expressamente para determinar, em Roma, a liberdade popular, liberdade, aliás, que estas duas leis declaram haver-se ordenado mesmo em casa com seus costumes naturais. Já nos tínhamos dado conta dessa fábula nos *Princípios do Direito Universal,* há muitos anos publicados. Pelo que, exatamente porque as leis devem ser interpretadas de acordo com os estágios das repúblicas, a partir de princípios que tais de governo romano formulam-se outros princípios para a jurisprudência romana.

A espada que se apóia sobre o feixe sugere que o direito heróico foi direito da força preordenada pela religião, única capacitada para frear a força e as armas onde quer que não se tenham descoberto (ou, descobertas, não têm mais vigência) as leis judiciárias. Esse foi exatamente o direito de Aquiles, herói cantado por Homero aos povos da Grécia, como exemplo da virtude heróica, e que fazia repousar todo o direito sobre as armas.

Deparamos aí com a origem dos duelos. Tais como se celebraram nos últimos tempos bárbaros, tais terão sido praticados nos tempos bárbaros primeiros, época em que não estando ainda os poderosos habituados a resolver entre si ofensas e agravos com o recurso às leis judiciárias, entregavam-se a uns certos julgamentos divinos, nos quais invocavam a Deus como testemunha e a Deus constituíam como juiz da ofensa e, pelo êxito do duelo, qualquer que fosse ele, de tal forma obsequiavam e reverenciavam a decisão que se a mesma parte ultrajada caísse vencida desde logo passava a ser considerada culpada.

Arcana decisão da providência divina, para que, em tempos bárbaros e ferinos, quando não se dava ouvido ao direito, tivessem por tal o haverem a Deus por propício ou por contrário, e, assim, de tais guerras privadas não adviessem guerras que chegassem a extinguir totalmente o gênero humano. Este senso natural bárbaro não pode senão reduzir-se ao conceito inato que têm os homens dessa

providência divina, a que se têm que conformar, mesmo quando vejam oprimidos os bons e triunfantes os celerados. Por todas essas razões teve-se o duelo em conta de uma espécie de purgação divina. E, se hoje, com a presente humanidade que mediante leis estabeleceu os julgamentos criminais e civis, são os duelos proibidos, já nos tempos bárbaros foram os duelos julgados indispensáveis. Desse modo, nos duelos ou guerras privadas está a origem das guerras públicas. E os poderes civis, não sujeitos a outrem senão a Deus, quando as decretem é na presunção e na expectativa de que Deus as defina com o acaso das vitórias. E tudo isso para que o gênero humano pudesse repousar sobre a certeza dos Estados civis. Eis o princípio da chamada "justiça externa" das guerras.

A bolsa, apoiada também sobre o feixe, demonstra que os comércios que se celebram com o dinheiro não começaram senão tardiamente, e depois de fundados já os impérios civis. Eis que em nenhum dos poemas homéricos se fala em moeda cunhada. Esse mesmo símbolo aponta para a origem da cunhagem dessas moedas, que sabemos provir da cunhagem dos brasões de armas gentílicos. Estas (como acima se acenou a respeito dos primeiros brasões de armas) terão significado direitos e razões de nobreza que cabiam mais a uma família do que a outra. Daí se originaram, a seguir, os negócios públicos, as insígnias populares, que logo depois floresceram nas insígnias militares (delas se serve, como de palavras mudas, a disciplina militar), e ao fim para todos os povos deram surgimento às moedas. E se darão também aqui outros princípios à numismática, e, pois, outros princípios à chamada ciência heráldica, este, aliás, um dos três passos de que nos consideramos satisfeitos da *Ciência Nova,* em sua primeira edição.

A balança um pouco atrás da bolsa dá a entender que, depois dos governos aristocráticos, que foram governos heróicos, vieram os governos humanos, cuja primeira espécie foram os governos populares. Isso porque neles os povos, havendo finalmente compreendido a racional natureza (que é a verdadeira natureza humana) igual em todos, desta igualdade natural — por razões que se consideram na ideal história eterna e que já se nos deparam na história romana — conduziram, a pouco e pouco, os heróis à igualdade civil nas repúblicas populares. Essa igualdade está simbolizada na balança, porque, como diziam os gregos, nas repúblicas populares tudo se resolve pela sorte ou pela balança.

Finalmente, porém, como não pudessem os povos livres manter-se em igualdade civil com as leis por causa das facções dos poderosos, e como estivessem por arruinar-se com as guerras civis, naturalmente sucedeu que, para se verem salvos, mediante uma régia lei natural comum a todos os povos de todos os tempos, em tais Estados populares corrompidos (já que a régia lei civil, que se diz reivindicada pelo povo romano para legitimar a monarquia romana na pessoa de Augusto, demonstramo-la simplesmente uma fábula, em nossa obra *Princípios do Direito Universal,* fábula essa que, com a por nós também comprovada fábula da lei das XII Tábuas provinda de Atenas, constitui o conjunto de dois passos, suficiente para acreditarmos não haver escrito em vão a referida obra), mediante tal lei, ou antes, costume natural das gentes humanas, buscam tais povos abrigar-se sob as monarquias, outra espécie, aliás, dos governos humanos. De modo que

estas duas formas últimas de governos, que são humanos, na presente humanidade reciprocamente se permutam, nenhuma delas, no entanto, passa, por efeito natural, às formas de estados aristocráticos, onde apenas os nobres exerçam o comando, devendo todos os demais obedecer. É por isso mesmo que, hoje, poucos são os remanescentes das repúblicas aristocráticas: Nuremberg, na Alemanha; Ragusa, na Dalmácia; Veneza, Gênova e Luca, na Itália.

Estas são, pois, as três espécies de Estados que a divina providência, com os naturais costumes das nações, fez nascerem no mundo, e com esta ordem natural uma à outra se sucedem. Já outras, obtidas por providência humana, como mescla dessas três, por não se compadecer com elas a natureza das nações, foram por Tácito (que apenas entreviu os efeitos das razões aqui referidas e longamente explicitadas por nós) definidas como "mais para louvarem-se do que para jamais obterem-se, e, se eventualmente ocorram, não se mostram de forma alguma duráveis". Em virtude de tal descoberta, dão-se aqui outros princípios à doutrina política, não apenas diversos, mas efetivamente contrários aos que até agora se imaginaram.

O caduceu, último dos símbolos, tem por fim advertir-nos de que os primitivos povos, em seus tempos heróicos, sob o império do direito natural da força, entre si se olhavam como inimigos perpétuos, através de contínuos roubos e atos de pirataria. E, assim como, nos tempos bárbaros primordiais, os heróis tinham por título de honra o serem chamados de ladrões, assim também, nos tempos bárbaros retornados, gloriavam-se os poderosos de se chamarem corsários, pois, sendo entre eles perpétuas as guerras, não era de mister declará-las. Já o direito humano das gentes criou os arautos, para declararem as guerras, e, mediante os tratados de paz, começaram a cessar as hostilidades.

Tudo isso, por alta deliberação da providência divina, a fim de que, nos tempos de sua barbárie, as nações, que primeiras deveriam germinar no mundo, se deixassem estar circunscritas dentro de seus limites, e, ferozes e indômitas como eram, não saíssem a exterminar-se reciprocamente com as guerras. E para que, ademais, tolerando-se reciprocamente os costumes, já que se viam comumente domesticadas e desenvolvidas, a partir daí fosse fácil aos povos vencedores pouparem a vida aos vencidos, mediante as justas leis das vitórias.

Assim, esta *Ciência Nova,* ou seja, a Metafísica, considerando, à luz da providência divina, a natureza comum das nações, havendo intuído tais origens das coisas divinas e das coisas humanas entre as nações gentílicas, estabelece-lhes um sistema do direito natural das gentes, que, com suma coincidência e constância, passa pelas três idades, pelos egípcios relatadas como ocorrentes ao longo do mundo que os precedeu. A *idade dos deuses,* em que os homens da gentilidade acreditaram viver sob governos divinos, julgando que tudo lhes fosse determinado através dos auspícios e dos oráculos, ambos representando os mais velhos eventos da história profana; a *idade dos heróis,* na qual, entre todos eles, tiveram domínio as repúblicas aristocráticas, já que se apoiavam numa por eles considerada qualificação de natureza superior à dos seus plebeus; e, finalmente, a *idade dos homens,* em que todos se reconheceram iguais pela natureza humana, razão por

que, primeiramente, celebraram as repúblicas populares e, finalmente, as monarquias, ambas, como acima se demonstrou, formas de governos humanos.

Correspondendo de modo adequado às três espécies de natureza e de governos, falaram-se três espécies de línguas, que constituirão o vocabulário desta Ciência.

A primeira, ao tempo das famílias, em que os homens haviam ascendido, de modo recentíssimo, à condição humana. Sabe-se que ela terá sido uma língua muda, mediante sinais e caracteres que mantinham nexos naturais com as idéias que os mesmos [caracteres e sinais] desejavam significar.

A segunda falou-se com intentos heróicos, ou seja, com o uso de similitudes, comparações, imagens, metáforas e descrições naturais, que constituem o maior contingente da linguagem heróica, ao que sabemos, falada no tempo em que reinaram os heróis.

A terceira foi a língua humana, mediante vocábulos convencionados pelos povos. Dela foram absolutos senhores os povos justamente das repúblicas populares e dos Estados monárquicos, a fim de que os povos dessem valor significativo às leis, a que se deveriam subordinar não só a plebe mas também os nobres. Daí porque, redigidas as leis em línguas vulgares, de pronto a ciência das leis escapa às mãos dos nobres, que delas [leis], inicialmente, como de coisa sagrada, conservavam uma língua secreta, já que os nobres foram em qualquer parte inicialmente os sacerdotes. Eis aí a razão do caráter arcano das leis junto aos patrícios romanos, até que surgisse a liberdade popular.

Tais foram, aliás, as três línguas que até mesmo os egípcios afirmaram inicialmente faladas no seu mundo, correspondentes ao nível, tanto de número quanto de ordem, às três idades que, no seu mundo, os precederam:

a *hieroglífica*, sagrada ou secreta, por gestos mudos, convenientes às religiões, às quais mais importa observá-las do que falar delas;

a *simbólica*, ou por similitudes, que foi a heróica, como há pouco vimos;

e, finalmente, a *epistolar*, isto é, *vulgar*, que lhes servia para as práticas vulgares de sua vida.

Essas três línguas encontram-se entre caldeus, citas, egípcios, germanos e as demais nações gentílicas antigas; contudo, a escrita hieroglífica durou mais entre os egípcios, justamente por isso as gentes egípcias durante um tempo muito mais longo do que as demais permaneceram impenetráveis a todas as nações estrangeiras. Pela mesma razão, até hoje sobrevive [a escrita hieroglífica] entre os chineses. Tem-se, a partir daí, uma demonstração de que é vã a fantasiosa distantíssima antiguidade deles.

Por isso é que aqui se ministram os elucidados princípios tanto das línguas quanto das letras, a respeito das quais a filologia até agora desanimara. Daremos, também, um resumo das opiniões extravagantes e monstruosas até agora havidas, a tal propósito. Por infeliz decorrência de tal efeito vai-se ver que os filólogos acreditaram que, nas nacionalidades, primeiro nasceram as línguas e, depois, as letras. Enquanto que, como de modo sucinto acenamos, mas de modo pleno iremos provar nas divisões da presente obra, ambas nasceram gêmeas e paralela-

mente progrediram, nas suas três modalidades. Tais princípios, de resto, encontram-se nas origens da língua latina, percebidos na *Ciência Nova* em sua primeira edição, e constitui um dos três passos que não nos fazem arrepender-nos daquela obra. E foi por obra e graça de tais elaboradas razões que se fizeram tantas descobertas no âmbito da história, do governo e do direito romano antigo, como poderás, leitor, com milhentas provas constatar, ao longo dos presentes capítulos. Inspirados neste exemplo, os eruditos das línguas orientais, grega e, entre as atuais, particularmente da língua alemã, que é língua autóctone, poderão ir ter a descobertas da antiguidade fora de qualquer expectativa deles e nossa.

Razão de tais origens, seja de línguas seja de alfabetos, é que os primeiros povos da gentilidade, por uma comprovada necessidade natural, foram poetas, e falaram por figuras poéticas. Esta, que é a descoberta basilar desta Ciência, custou-nos a obstinada pesquisa de toda a nossa vida literária, mesmo porque às nossas naturezas civilizadas é totalmente impossível imaginar, e com grande esforço apenas nos é dado perceber, essa tal natureza poética dos primeiros homens.

Tais figuras corresponderam a determinados gêneros fantásticos (ou imagens, predominantemente de substâncias animadas, seja de deuses seja de heróis, excogitadas pela fantasia deles), a que reduziam todas as espécies ou todos os particulares pertencentes a cada gênero. De forma análoga, as fábulas dos tempos humanos, quais os da comédia recente, são os gêneros inteligíveis, isto é, racionalizados pela filosofia moral, dos quais os poetas cômicos formam gêneros fantásticos (que outra coisa não são as ótimas idéias dos homens em seus respectivos gêneros), isto é, as personagens das comédias. Eis, pois, que tais caracteres divinos ou heróicos percebemo-los quais verdadeiras fábulas, ou narrações verazes. E nelas se descobrem as alegorias, cujos sentidos não são mais análogos, mas unívocos, nem filosóficos, mas históricos de tais tempos dos povos da Grécia.

Ademais, justamente porque tais gêneros (quais, na sua essência, as fábulas) constituíam-se engendrados por robustíssimas fantasias, quais as de homens de raciocínio debilíssimo, deles podemos intuir os verdadeiros enunciados poéticos, que hão de ser tidos como sentimentos revestidos de grandíssimas paixões, e, por isso mesmo, plenos de sublimidade e capazes de suscitar maravilha. De resto, eis aqui as duas fontes de toda a locução poética: a indigência das falas e a necessidade de expressar-se e de se fazer entender. De ambas provém a evidência da linguagem heróica *(della favella eroica)*, que imediatamente sucedeu à linguagem muda *(alla favella mutola)* por gestos ou caracteres que tinham correspondência natural com as idéias que se intencionava significar, linguagem empregada nos tempos divinos, aliás.

Em suma, através desse imperativo fluxo das coisas humanas, as línguas, entre os assírios, os sírios, os fenícios, os egípcios, os gregos e os latinos sabemo-las iniciadas pelos versos heróicos, depois passados a jâmbicos, que afinal foram dar na prosa. Com isto dá-se credibilidade à história dos antigos poetas, e explica-se a razão por que na língua alemã, particularmente na Silésia, província toda ela de camponeses, naturalmente nascem versejadores, sendo que na língua espanhola, na francesa e na italiana os primeiros autores escreveram em versos.

Dessas três referidas línguas se compõe o vocabulário mental, capaz de dar os significados apropriados a todas as diversas línguas articuladas. Por isso, dele faremos contínuo uso aqui, onde quer que se torne necessário. Na primeira edição da *Ciência Nova* demos uma exposição especial e explícita dele. Ali, chegamos a esta idéia: em virtude das eternas propriedades de pais — propriedades que, por efeito desta *Ciência,* constatamos haverem eles disposto no estágio de famílias, e das primeiras cidades heróicas, no tempo em que se formaram as línguas — delas podemos colher os significados próprios em quinze línguas diversas, tanto vivas quanto mortas. Assim é que, nessas línguas foram esses pais diversamente designados, em virtude desta ou daquela propriedade. Aliás, este é o terceiro sítio daquela obra já editada, de que nos comprazemos. Um tal vocabulário se revela indispensável para saber a língua mediante a qual nos fala a história ideal eterna, de que são versões no fluxo de tempo as histórias de todas as nações. Indispensável, também, para se poder, com valor de ciência, aduzir a autoridade que há de confirmar quanto se alega racionalmente no direito natural das gentes, e, por via de conseqüência, em toda jurisprudência particular.

Com essas três línguas, adequadas às três idades, em que se celebram três espécies de governos, conformadas às três espécies de natureza civis, que, aliás, mudam na trajetória percorrida pelas nações, se constata haver caminhado, com a mesma ordem, cada uma a seu devido tempo, uma conveniente jurisprudência.

Desses três tipos de jurisprudência o primeiro foi uma teologia mística, celebrada ao tempo em que entre os Gentios comandavam os deuses. Mestres dessa jurisprudência foram os poetas teólogos (ao que se diz, fundadores da humanidade gentílica), que interpretavam os mistérios, dos oráculos, que, em todas as nações responderam em versos. A seguir se constata que nas fábulas estiveram escondidos os mistérios, desta sabedoria vulgar, assim constituída. E se reflete, assim, sobre as razões de haverem tido os filósofos tanto desejo de acederem à sabedoria dos antigos. Reflete-se, também, sobre o ensejo que os referidos filósofos a partir daí obtiveram de despertarem para a meditação de altíssimas coisas em filosofia e na felicidade de introduzir nas fábulas a sua [dos filósofos] secreta sabedoria.

A jurisprudência heróica foi a segunda, toda ela escrupulosíssima no que *tange às palavras*, no que Ulisses se notabilizou como prudente. Ciosa era ela daquilo que os romanos chamavam de *aequitas civilis* e que hoje chamamos de "razão de Estado", mediante a qual, eles com suas idéias sumárias, julgaram lhes coubesse naturalmente aquele direito, que no fundo se compendiava em quanto e tão-só se explicitasse através das palavras. É o que ainda hoje se pode observar nos camponeses e outros homens rudes, os quais, em contendas verbais ou de sentimento, afirmam obstinadamente que nas palavras reside a sua razão. Isto tudo, por decisão da providência divina, a fim de que os homens da gentilidade, ainda não aptos para os universais, como devem ser as boas leis, mediante essa particularidade de suas palavras fossem levados a observar universalmente as leis. E, mesmo que por essa tal equidade em algum caso resultassem as leis não apenas duras, mas até mesmo cruéis, suportavam-no naturalmente, pois naturalmente acreditavam ser assim o seu direito.

Ademais, impelia-os a observar as leis um interesse privado máximo, já que sabemos que os heróis o fundiam com o interesse de suas pátrias, das quais apenas eles eram cidadãos. Por isso mesmo, não hesitavam em, para a salvaguarda de suas pátrias, consagrarem-se e às suas famílias ao desígnio das leis. Tanto mais que essas leis lhes garantiam uns quantos poderes monárquicos privados sobre as suas famílias.

De outro lado, esse tal interesse privado sumo, unido ao sumo orgulho próprio dos tempos bárbaros, constituía a natureza heróica deles, de que provieram tantos feitos heróicos com vistas à salvação de suas pátrias. Com essas ações heróicas se conciliavam a insuportável soberba, a profunda avareza e a impiedosa crueldade com a qual os patrícios romanos antigos tratavam os infelizes plebeus, como patentemente se pode ler na história romana ao tempo em que o próprio Tito Lívio declara ter sido a idade da virtude romana e da mais florescente liberdade romana popular até então sonhada. E também se há de ver que essa virtude pública não foi mais do que um bom uso feito pela Providência de tão graves, feios e ferinos vícios privados, com vistas a conservarem-se as cidades nos tempos em que as mentes dos homens, particularíssimas em seu modo de ser, não podiam compreender naturalmente o bem comum. Por isso mesmo enunciam-se outros princípios com o fim de demonstrar o argumento tratado por Santo Agostinho em *De virtute romanorum,* assim como se desvanece a opinião que os doutos até agora nos subministraram a respeito do heroísmo dos primeiros povos.

Uma equidade civil de tal natureza se nos revela naturalmente celebrada pelas nações heróicas tanto na paz quanto na guerra, e dela se colhem luminosíssimos exemplos tanto na história bárbara antiga quanto na mais recente. E sabemos ter sido ela praticada pelos romanos de modo privado enquanto durou aquela república aristocrática, que assim permaneceu até os tempos das leis Publília e Petélia, antes das quais se celebrou [a equidade civil] totalmente baseada na lei das XII Tábuas.

A última jurisprudência foi a da equidade natural, que naturalmente impera nas repúblicas livres, onde os povos, pelo bem particular a cada um, que é igual em todos, sem o perceberem, são levados a estabelecer leis universais, e, por conseguinte, naturalmente as desejam benignamente acomodáveis às últimas circunstâncias dos fatos que requerem igual disponibilidade de uso. Esse o *aequum bonum,* objeto da jurisprudência romana mais recente, jurisprudência que desde os tempos de Cícero começara a revoltar-se contra o edito do pretor romano.

Ela [a última jurisprudência] é ainda, e talvez até mais, conatural às monarquias, nas quais os monarcas habituaram seus súditos a atenderem aos seus interesses particulares, havendo os mesmos assumido o cuidado de todas as coisas públicas. Desejam, ademais, todas as nações submetidas igualadas entre si pelas leis, a fim de que todas igualmente sejam interessadas no Estado. Pelo que o imperador Adriano reformou todo o direito natural heróico romano mediante o direito natural humano das províncias, e ordenou que a jurisprudência se celebrasse a partir do *Edito perpétuo,* composto por Salvio Juliano quase todo a partir de editos provinciais.

Ora bem, para resumir todos os primeiros elementos deste universo de nações pelos símbolos [hieróglifos] que os significam, o lítuo, a água, o fogo sobre o altar, a urna cinerária dentro das selvas, o arado que se apóia ao altar e o timão prostrado ao pé da ara simbolizam a adivinhação, os sacrifícios, as famílias anteriores às progênies, as sepulturas, o cultivo dos campos e a divisão dos mesmos, os asilos, as famílias dos fâmulos, as primeiras rixas agrárias, e depois as primeiras colônias heróicas mediterrâneas e, na falta destas, as ultramarinas, juntamente com as primeiras transmigrações dos povos, ocorrentes na idade dos deuses egípcios, tempo esse a que Varrão, por ignorância ou por omissão, denominou de "tempo obscuro", como acima se viu.

O feixe significa as primeiras repúblicas heróicas, a discriminação dos três domínios (isto é, o natural, o civil e o soberano), os primeiros impérios civis, as primeiras alianças não equalizadas outorgadas com a primeira lei agrária, mediante a qual tais alianças erigiram as primeiras cidades sobre os feudos rústicos dos plebeus, uma espécie de subfeudos dos feudos nobres dos heróis, e que sendo soberanos, tornaram-se tributários da maior soberania das ordens heróicas reinantes.

A espada que se apóia ao feixe significa as guerras públicas que entre si fazem tais cidades, precedidas por roubos e piratarias (pois os duelos ou guerras privadas devem ter nascido muito antes, como aqui se demonstrará, já no estágio das próprias famílias).

A bolsa significa os emblemas de nobreza ou insígnias gentilícias fixadas em medalhas, que foram as primeiras insígnias dos povos, a seguir evoluídas para insígnias militares e, finalmente, em moedas, que assinalam os comércios de coisas até mesmo nobres mediante o dinheiro (eis que os comércios das coisas estáveis, com intercâmbios valorativos de frutos e labores, tinham começado já antes, desde os tempos divinos, com a primeira lei agrária, baseada na qual nasceram as repúblicas).

A balança significa as leis da igualdade, que são as leis propriamente ditas.

E, finalmente, o caduceu significa as guerras públicas declaradas, que terminam com os tratados de paz. Todos esses símbolos hieroglíficos estão distantes do altar, pois todos são coisas civis dos tempos nos quais estiveram ali para desvanecerem-se as falsas religiões, que começaram com as heróicas rixas agrárias, que, *aliás, deram* o nome à idade dos heróis dos egípcios, a que Varrão deu o nome de "tempo fabuloso".

A tábua dos alfabetos situa-se entre os hieróglifos divinos e os humanos, pois as falsas religiões começaram a desvanecer-se com as letras, a partir das quais tiveram princípio as filosofias. Muito diversamente ocorreu com a verdadeira religião, que é a nossa, cristã, a qual até humanamente nos foi confirmada pelas mais sublimes filosofias, isto é, pela platônica e pela filosofia peripatética (em quanto se conforme com a platônica).

Por isso, toda a idéia desta obra pode compendiar-se nesta súmula. As trevas ao fundo da pintura são a matéria desta Ciência, incerta, informe, obscura, que se propõe na *Tábua Cronológica* e nas *Anotações* nela inscritas. O raio de luz,

mediante o qual a divina providência ilumina o peito da Metafisica corresponde às Dignidades, às Definições e aos Postulados, que esta Ciência toma como Elementos para racionalizar os *Princípios* em que se fundamenta e o *Método* mediante o qual procede. O raio que do peito da Metafísica refrange na estátua de Homero é a luz própria que se confere à *Sabedoria Poética* no livro segundo, a partir do qual se explicita o verdadeiro Homero, no livro terceiro. Na *Descoberta do verdadeiro Homero* vêm esclarecidas todas as coisas que compõem este universo de nações, progredindo da origem delas segundo a ordem mediante a qual à luz do verdadeiro Homero decorrem os símbolos. E estamos na *Trajetória das Nações,* explicitada no livro quarto. E, chegados finalmente aos pés da estátua de Homero, e retomando exatamente a mesma ordem, deparamos com o que se explicitará no quinto e último livro.

E, ao fim e ao cabo, para compendiar a idéia da obra em uma brevíssima súmula, toda a figura representa os três mundos, segundo a ordem mediante a qual as mentes humanas da gentilidade se elevaram da terra ao céu. Todos os símbolos que se vêem por terra denotam o mundo das nações, a que se aplicaram os homens, antes de tudo mais. O globo que está ao centro representa o mundo da natureza, que os físicos, depois, observaram. Os símbolos, que se vêem acima, significam o universo das mentes e de Deus, tal qual, finalmente, o contemplaram os metafísicos.

DO ESTABELECIMENTO DOS PRINCÍPIOS

LIVRO PRIMEIRO

[Capítulo] II

Dos Elementos

A fim de dar forma, pois, às matérias anteriormente dispostas nesta obra na *Tábua Cronológica,* propomos agora, neste passo, os seguintes axiomas ou *dignidades,*[1] tanto filosóficas quanto filológicas, na forma de umas poucas racionais e discretas indagações, acompanhadas de outras tantas clarificantes definições. Assim como o sangue através do corpo animado, deverão elas fluir e animar tudo quanto esta Ciência expõe a respeito da comum natureza das nações.

1

O homem, pela natureza ilimitada da mente humana, onde quer que esta refocile na ignorância, erige-se a si próprio como regra do universo.

Esta *dignidade* é a causa de dois universais costumes humanos: um, que é o da *fama crescit eundo;*[2] outro, o de que *minuit praesentia famam.*[3] Essa causa, havendo cumprido uma trajetória longuíssima que vai do início do mundo, fez-se o nascedouro de todas as magníficas opiniões até agora esposadas a respeito das por nós desconhecidas remotíssimas antiguidades. Tudo isso, por aquela propriedade da mente humana percebida por Tácito na *Vida de Agrícola* como aquele dito: *Omne ignotum pro magnifico est.*[4]

2

Outra propriedade da mente humana é que os homens sempre que das coisas remotas e desconhecidas não podem fazer nenhuma idéia, avaliam-nas a partir das coisas deles conhecidas e antevistas.

Esta *dignidade* indica a inexausta fonte de todos os erros sustentados por nações inteiras e por todos os doutos a respeito dos princípios da humanidade. Isso porque, com base nos seus tempos iluminados, cultos e magníficos, época em que as nações começaram a se aperceber delas, e os doutos a se entreter racionalmente com as mesmas, passaram a avaliar as origens da humanidade. Que por sua própria natureza, deverão ter sido pequenas, rudes, obscuríssimas.

[1] Assim denomina Vico a alguns de seus aforismos, aliás, com insistência. (N. do T.)
[2] A fama aumenta à medida que se propaga. (N. do E.)
[3] A presença diminui a fama. (N. do E.)
[4] Tudo o que é desconhecido é tido como maravilhoso. (N. do E.)

Nesse gênero de equívocos devem enquadrar-se duas espécies de vanglórias, de que tratamos atrás: uma, das nações e a outra, dos douros.

3

No que tange à vanglória das nações temos a luminosa assertiva de Deodoro Sículo: que as nações, tanto gregas como bárbaras, sustentaram toda essa bravata, qual seja a de terem sido as primeiras entre todas as demais a descobrir as comodidades da vida humana e a conservar a memória de suas coisas desde o princípio do mundo.

Esta *dignidade* dissipa, de pronto, a vanglória dos caldeus, citas, egípcios e chineses de terem inaugurado a humanidade do mundo antigo. Dessa bravata, no entanto, Flávio Josefo exime a sua nação, com aquela magnânima confissão que dele há pouco ouvimos: terem os hebreus vivido desconhecidos de todos os Gentios. E a história sagrada assegura-nos que a história do mundo pode dizer-se jovem, em face da velhice que lhe atribuíram os caldeus, os egípcios e, até os nossos dias, os chineses. O que é uma notável prova da verdade da história sacra.

4

À bravata das nações há que juntar a dos sábios. Estes, querem que tudo quanto sabem seja tão antigo quanto o mundo.

Esta *dignidade* desfaz todas as opiniões dos douros acerca da insuperável sabedoria dos antigos. E desmascara como impostura os oráculos do caldeu Zoroastro, do cita Anacarse — que não chegaram até nós —, o *Pimandro* de Mercúrio Trimegisto, os órficos [ou versos de Orfeu], o *Carmen áureo* de Pitágoras, como aliás admitem todos os mais sagazes críticos. Censura também como importunos todos os significados místicos conferidos pelos douros aos hieróglifos egípcios e às alegorias filosóficas atribuídas às fábulas gregas.

5

A filosofia, para aproveitar ao gênero humano, deve soerguer e governar o homem decaído e débil, sem lhe destorcer a natureza nem abandoná-lo à sua corrupção.

Esta *dignidade* afasta da escola desta Ciência os estóicos, que pretendem o enfraquecimento dos sentidos, e os epicuristas que deles fazem a norma, ambos [[estóicos e epicuristas] negando a Providência, aqueles por se fazerem arrastar pelo destino, estes por abandonarem-se ao acaso, opinando, ademais, que as almas humanas morrem juntamente com os corpos. A uns e a outros deveríamos chamar de filósofos monásticos e solitários.

Admitem-se na escola desta Ciência os filósofos políticos, máxime os platônicos, que se põem de acordo com todos os legisladores nestes três pontos principais: o exercer-se da divina providência, o deverem-se moderar as paixões huma-

nas, convertendo-se em virtudes humanas, e o serem imortais as almas humanas. E, em virtude destes fatos, esta *dignidade* os há de constituir nos três princípios desta Ciência.

6

A filosofia considera o homem tal qual deve ser, por isso mesmo não poderá aproveitar senão aos pouquíssimos que pretendem viver na república de Platão, evitando o refocilar-se nas fezes de Rômulo.

7

A legislação considera o homem tal qual ele é, para fazer bons usos disto na sociedade humana. Assim sendo, da ferocidade, da avareza e da ambição, que são os três vícios levados, de ponta a ponta, por todo o gênero humano, os converte, respectivamente, na força militar, no comércio e nos tribunais, e, por isso mesmo, na força, na opulência e na sabedoria das repúblicas. Assim é que desses três enormes vícios, que certamente destruiriam a geração humana sobre a terra, faz resultar o bem-estar civil.

Esta *dignidade* prova a existência da providência divina, sendo ela uma divina mente legisladora, que das paixões dos homens, todos apoiados em seus interesses privados, que os faria viver como bestas-feras enclausurados na solidão, faz resultarem as ordens civis que os façam viver em sociedade humana.

8

As coisas fora de seu estado natural nem se estruturam nem resistem.

Esta *dignidade,* de per si, já que o gênero humano, desde que se tem memória do mundo, viveu sofrivelmente em sociedade, dirime a relevante disputa sobre que discutem ainda os melhores filósofos e os teólogos morais com o cético Carnéades e com Epicuro (nem mesmo Grócio estabeleceu de vez a questão): se haverá ou não direito natural, ou se a natureza humana será sociável, o que vem dar no mesmo.

Esta mesma *dignidade,* ligada à sétima e a seu corolário, prova que o homem dispõe do livre arbítrio, embora débil, de converter em virtudes as paixões, desde que naturalmente ajudado por Deus com a providência divina, e, sobrenaturalmente, pela divina graça.

9

Os homens, que não sabem a verdade das coisas, procuram ater-se ao certo, a fim de que, não podendo satisfazer ao intelecto com a ciência, ao menos a vontade repouse sobre a consciência.

10

A filosofia considera a razão, de que procede a ciência do verdadeiro; a filologia considera a autoridade do arbítrio humano, de que resulta a consciência do certo.

Esta *dignidade,* em sua segunda parte, define como filólogos todos os gramáticos, historiógrafos e críticos, que se ocuparam do conhecimento das línguas e das empresas dos povos, tanto em seu território, tais como os costumes e as leis, quanto fora dele, como as guerras, os tratados de paz, as alianças, as viagens e os intercâmbios comerciais.

Esta mesma *dignidade* comprova haverem falhado pela metade tanto os filósofos que não aferiram as suas razões pela autoridade dos filólogos, quanto os filólogos que não se deram ao cuidado de verificar as suas autoridades pela razão dos filósofos. Se uns e outros tivessem feito isso, teriam sido mais úteis às repúblicas e nos teriam antecedido no meditar esta Ciência.

11

O arbítrio humano, incertíssimo por sua própria natureza, consolida-se e se determina pelo senso comum dos homens no que tange às necessidades e utilidades humanas, que são as duas fontes do direito natural das gentes.

12

O senso comum é um juízo despido de qualquer reflexão, comumente experimentado por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma nação ou por todo o gênero humano.

Esta *dignidade* com a definição que se lhe seguirá vai dar uma nova arte crítica sobre os tais fundadores das nações, nas quais nações devem ter decorrido muito mais de mil anos até que surgissem ali escritores, de que até hoje se ocupou a crítica.

13

Idéias uniformes originadas junto à totalidade de povos entre si desconhecidos devem ser um motivo comum de verdade.

Grande princípio é esta *dignidade* e estabelece que o senso comum do gênero humano é o critério ensinado às nações pela providência divina para definir o certo a respeito do direito natural das gentes, de que se apercebem as nações ao compreenderem as unidades substanciais de tal direito, sobre que, com diversas modificações, todas se põem de acordo. Daí procede o dicionário mental, capaz de dar origem a todas as diversas línguas articuladas, e com o qual se concebe a história ideal eterna que, no tempo, fixará as histórias de todas as nações. De tal

dicionário e de tal história iremos propor logo mais as dignidades que lhes convêm.

Esta mesma *dignidade* põe por terra todas as idéias até agora sustentadas a respeito do direito natural das gentes. Acreditou-se ter ele provindo de uma primeira nação, recebido depois pelas outras. Deram origem a esse equívoco os egípcios e os gregos, que apregoavam em vão haverem eles disseminado a humanidade pelo mundo. E terá sido esse equívoco que fez vir a lei das XII Tábuas dos gregos para os romanos. Se fosse como pretendiam, esse direito não seria mais do que um direito civil comunicado a outros povos mediante providência humana, e não um direito mediante costumes humanos naturalmente ordenado pela providência divina em todas as nações.

Esta será uma das tarefas contínuas destes capítulos: demonstrar que o direito natural das gentes nasce privadamente entre povos que nada conhecem uns dos outros; e, que, a seguir, ao ensejo de guerras, embaixadas, alianças e comércios se reconheceu comum a todo o gênero humano.

14

Natureza das coisas não é mais do que o seu nascimento em determinados tempos e conforme certos modos de ser. Eis que quais se constituíram, tais hão de manter-se e não de outra forma.

15

As propriedades indiscerníveis dos sujeitos devem ser produzidas pela modificação ou pelo modo de ser constitutivo que lhes deu origem: pelo modo de se darem a conhecer similarmente, e não de outra forma, nos mostrarão sua natureza e sua etiologia.

16

As tradições populares devem ter tido motivos públicos de verdade, por isso nasceram e se conservaram por longos espaços de tempo para massas de povos em suas totalidades.

Esta será outra grande tarefa desta *Ciência:* descobrir nelas as razões da verdade, que, com o correr dos tempos e com o modificar-se das línguas e dos costumes, até nós chegaram [as razões] recobertas de falsidade.

17

As dicções tipicamente populares devem ser os testemunhos mais autênticos dos antigos costumes dos povos, celebrados ao tempo em que esses povos se forjavam as próprias línguas.

18

A língua de uma nação antiga, que preservou a sua soberania até o seu desabrochamento nacional, deve ser um relevante testemunho dos costumes dos primeiros tempos do mundo.

Esta *dignidade* nos garante que as provas filológicas do direito natural das gentes (do qual, sem dúvida, a gente romana foi a mais capacitada), extraída das dicções latinas, serão por certo as mais relevantes. Por razão idêntica poderão fazer assim os sábios em relação à língua alemã, que preserva a mesma propriedade da língua romana antiga.

19

Dado que a lei das XII Tábuas traduziu costumes das gentes do Lácio, cuja vigência se iniciou já na idade de Saturno, e, como em outras partes os costumes foram sempre fluidos, mas foram fixados em bronze pelos romanos e mesmo religiosamente custodiados pela jurisprudência, essa lei é um grande testemunho do antigo direito natural das gentes do Lácio.

O que já demonstráramos verdadeiro de fato, há anos, com os *Princípios do Direito universal,* mais explicitado se verá nestes capítulos.

20

Se os poemas de Homero representam as histórias civis dos antigos costumes gregos, por força hão de ser dois grandes tesouros do direito natural das gentes da Grécia.

O que nesta *dignidade* corresponde apenas a uma suposição, dentro em pouco será demonstrado como um fato.

21

Os filósofos gregos apressaram o curso natural que devia fazer a sua nação, por terem nela surgido quando era ainda rude a barbárie dela. Por isso mesmo, atingiram de pronto uma exímia delicadeza, e, ao mesmo tempo, preservaram íntegras as suas histórias fabulosas, tanto as divinas quanto as heróicas. Já os romanos, que nos seus costumes desenvolveram-se a um ritmo justo, na verdade perderam completamente de vista a sua história dos deuses (é por isso que àquele que os egípcios denominaram "o evo dos deuses", Varrão chama de "tempo obscuro" dos romanos). Ademais, conservaram na língua do povo a história heróica, que vai de Rômulo às leis Publília e Petélia, e que corresponde a uma perpétua mitologia histórica dos heróis da Grécia.

Esta natureza das coisas humanas civis confirma-se para nós na nação francesa, na qual justamente porque em meio à barbárie dos anos mil e cem se abriu a famosa escola parisina, em que o célebre mestre das sentenças Pedro Lombardo

se dedicou ao ensino de sutilíssima teologia escolástica, resultou para nós, qual um poema homérico, a estória de Turpino, bispo de Paris, relato cheio de fábulas todas dos de França, chamados "paladinos", de que se rechearam depois tantos romances e poemas. E, através desse imaturo passar da barbárie às mais sutis ciências, a língua francesa resultou uma língua de tal forma delicada que, de todas as línguas vivas, foi a que parece haver restituído aos nossos tempos o aticismo dos gregos, além de ser, mais do que qualquer outra, tão apta para as disquisições científicas, quanto a língua grega. E aos franceses, como para os gregos, sobraram tantos ditongos, próprios de língua bárbara, renitente ainda e pouco praticável no compor as consoantes com as vogais.

Como confirmação daquilo que dissemos a respeito de ambas as línguas, acrescentamos a observação que ainda se pode fazer nos jovens, os quais, na idade em que têm robusta a memória, vívida a fantasia e fogoso o engenho — que, com enorme fruto poderiam exercer mediante o estudo das línguas e da geometria linear, sem domar, com tais exercícios, uma certa aspereza das mentes derivadas do corpo, e que poderíamos chamar de barbárie dos intelectos —, passando ainda crus aos estudos demasiado sutis da crítica metafísica e da álgebra, fazem-se por toda a vida afiadíssimos na sua maneira de pensar e se tornam inaptos para todo trabalho relevante.

Mas, através de uma meditação mais intensa da presente obra, deparamos com uma outra razão de tal efeito, razão que nos pareceu mais adequada: Rômulo fundou Roma em meio a outras cidades mais antigas do Lácio, e fundou-a, aliás, na forma de um abrigo, definido por Tito Lívio geralmente como *vetus urbes condentium consilium,* isso porque, durando ainda a violência, naturalmente estruturou a cidade romana com a mesma planta com que se tinha fundado as primeiras cidades do mundo. Por essa razão, como a partir dos mesmos princípios fossem progredindo os costumes romanos, em tempos nos quais as línguas do Lácio tinham obtido já consideráveis avanços, resultou que as coisas romanas civis, que os povos gregos haviam explanado com a língua heróica, explicaram-nas os romanos com a língua vulgar. Do que decorreu caracterizar-se a história romana antiga como uma perpétua mitologia da história heróica dos gregos. E terá sido esse o motivo de os romanos haverem sido os heróis do mundo. Pois Roma alforriou as demais cidades do Lácio, toda a Itália a seguir, e, finalmente, o mundo, quando entre os romanos o heroísmo era ainda um fato recente. Heroísmo esse, no entanto, que entre os outros povos do Lácio, vencidos os quais, deles tinha provindo toda a grandeza romana, tinha já começado a envelhecer.

22

Indispensável é que exista na natureza das coisas humanas uma língua mental comum a todas as nações. Uma língua, que uniformemente interprete a substância das coisas praticáveis na vida social humana, e que a explicite mediante tantas modificações distintas quantos sejam os diversos aspectos que tais coisas possam assumir. Como se dá, aliás, de modo comprovadamente certo nos provér-

bios, autênticas máximas da sabedoria vulgar, na substância compreendidas como as mesmas por todas as nações antigas e modernas, por muitas que elas sejam, mas expressas através de tantos e tão diversos aspectos.

Esta língua é própria desta Ciência. À luz dela, se os doutos das línguas a levarem em devida conta, poderão formar um vocabulário mental comum a todas as várias línguas articuladas, tanto mortas quanto vivas. De tal vocabulário apresentamos um esboço explícito na primeira edição desta *Ciência Nova,* onde explicamos os nomes dos primeiros pais de família, em um grande número de línguas mortas e vivas, como lhe tendo sido dados a partir das diversas propriedades que tiveram nos estágios das famílias e das repúblicas, tempo em que as nações forjaram suas línguas. Desse tal volcabulário, em tudo que nos permita a nossa escassa erudição, fazemos uso em todas as matérias que racionalmente tratamos, nesta obra.

De todas as proposições até agora apresentadas, a primeira, a segunda, a terceira e a quarta oferecem-nos os fundamentos das refutações a tudo quanto se sustentou até agora a respeito dos inícios da humanidade. Essas refutações investem contra as inverossimilhanças, absurdos, contradições e impossibilidades de tais opiniões. Já as proposições seguintes, da quinta à décima-quinta, que nos dão os fundamentos da verdade, ser-nos-ão úteis para cogitarmos deste mundo das nações em sua idéia eterna, por efeito daquela propriedade de toda ciência, de que se apercebeu Aristóteles, isto é, que *scientia debet esse de universalibus et aeternis.* [5] As últimas proposições, da décima-quinta até a vigésima-segunda, que nos subministrarão os fundamentos da certeza, empenhar-se-ão por enfocar nos fatos este mundo de nações, já por nós teoricamente analisado, conforme o método de filosofar mais seguro de Francis Bacon, barão de Verulamo, a respeito das coisas naturais, de que se ocupou no livro *Cogitata visa,* que transferimos para a consideração das coisas civis humanas.

As proposições até aqui propostas são gerais e constituem esta Ciência como um todo. As que virão de agora em diante são particulares, setorialmente a tratam nas diversas matérias de que trata esta Ciência.

23

A história sagrada é mais antiga do que as mais antigas histórias profanas até nós chegadas, tanto mais porque trata de modo muito pormenorizado e bastante longo, de mais de oitocentos anos, do estado natural sob os patriarcas, ou seja do estágio das famílias, a partir dos quais, como concordam todos os políticos, surgiram depois os povos e as cidades. Desse estágio a história profana ou nada ou muito pouco e bastante confusamente relata.

Esta *dignidade* comprova a veracidade da história sagrada contra a vanglória das nações, de que há pouco nos falou Deodoro Sículo, tanto mais que os hebreus, por isso mesmo, preservaram de modo muito explícito as suas memórias, desde o princípio do mundo.

[5] A ciência deve ocupar-se das coisas universais e eternas. (N. do E.)

24

A religião hebraica foi fundada pelo verdadeiro Deus com proibição expressa das adivinhações, baseadas nas quais surgiram todas as nações gentílicas.

Esta proposição constitui uma das principais razões de se dividir o mundo antigo das nações entre hebreus e Gentios.

25

O dilúvio universal não se comprova mediante as provas filológicas de Martinho Schoock, muito débeis, aliás; nem com as astrológicas do cardeal Pedro d'Ailly, endossadas por Giovanni Pico della Mirandola, muito incertas, e até mesmo falsas, e regridem às *Tábuas afonsinas,* refutadas pelos hebreus e já agora pelos cristãos que, desaprovado o cálculo de Eusébio e de Beda, seguem hoje o do judeu Filão. Será comprovado, no entanto, como na *dignidade* seguinte se há de ver, mediante relatos físicos observados no interior das fábulas.

26

Os gigantes foram, de sua natureza, dotados de ampla estatura, quais no extremo sul da América, no país chamado *de los patacones,* viajantes afirmam ter encontrado, muito broncos e assaz ferozes. E, postas de parte as inconsistentes, desconexas e até mesmo falsas razões aduzidas pelos filósofos, recolhidas e referendadas por Jean de Chassignon, [6] *De gigantibus,* a respeito deles se aduzem as razões, em parte físicas, em parte morais, observadas por Júlio César e por Cornélio Tácito, quando relatam a estatura gigantesca dos antigos germanos. Estes últimos relatos foram por nós levados em conta, tanto mais que se põem de acordo quanto à educação ferina das crianças.

27

A história grega, a partir da qual dispomos de tudo quanto temos a respeito de todas as antiguidades gentílicas (se excetuarmos quanto devemos à história romana), toma os seus princípios a partir do dilúvio e dos titãs.

Estas duas *dignidades* fazem desfilar diante de nós todo o primeiro gênero humano dividido em duas espécies: uma, dos titãs; a outra, dos homens de estatura proporcionada. Aqueles são os Gentios; estes, os hebreus, distinção que só pode provir da ferina educação dos primeiros e da humana educação dos últimos. Disso decorre terem tido os hebreus uma origem diversa da que tiveram os Gentios.

[6] Vico chama-o Cassanione. Trata-se de Jean de Chassignon, historiador francês (1531-1598), também chamado Chassagnon, Chassaignon, Chassinon ou mesmo Lachasse. (N. do T.)

28

Dupla ordem de consideráveis escombros das antiguidades egípcias chegou até nós, como já referimos. Segundo a primeira delas, os egípcios reduziam todo o tempo do mundo que os precedera a três idades: a dos deuses, a dos heróis e a dos homens. Já a segunda diz que ao longo dessas três idades teriam sido faladas três línguas, correspondentes passo a passo às três idades, e que foram: a língua hieroglífica ou sagrada; a língua simbólica ou por símiles, que foi a heróica, e a epistolar ou dos homens do vulgo, por sinais convencionais aptos a comunicarem as corriqueiras necessidades da vida deles.

29

Homero, em cinco passos de ambos os seus poemas, que logo mais indicaremos, menciona uma língua mais antiga do que a sua, por certo uma língua heróica, a que denomina "língua dos deuses".

30

Varrão teve o cuidado de recolher trinta mil nomes de deuses (que pelo menos tantos enumeraram os gregos), nomes esses que se reportavam a equivalentes necessidades da vida natural, moral, doméstica ou finalmente civil dos primeiros tempos.

Essas três *dignidades* deixam estabelecido que o mundo dos povos começou em todas as partes pelas religiões: o que equivalerá ao primeiro dos três princípios desta Ciência.

31

Onde quer que os povos mediante as armas se enfureceram, de modo a que não tenham mais vigência ali as leis humanas, o único poderoso meio de os serenar é a religião.

Esta *dignidade* estabelece que no estado sem estatuto de lei a providência divina encaminhou os homens ferozes e violentos a encaminharem-se para a humanização e a ela disporem as nações, neles despertando uma idéia confusa da divindade, que os mesmos, por sua ignorância, atribuíram a algo a que ela não convinha. E assim, com o temor de tal imaginada divindade, começaram a dispor-se em uma certa ordem.

Tal princípio de coisas, entre os seus "ferinos e violentos" não soube ver Tomás Hobbes, pois extraviou-se a buscar-lhes os princípios com o "acaso" de seu Epicuro. Por isso mesmo, por magnânimo que fosse o seu esforço, com proporcional e infeliz evento, acreditou haver enriquecido a filosofia grega dessa considerável parte, que certamente lhe faltou (como refere Jorge Pasch, *De eruditis huius saeculi)* de considerar o homem em toda a sociedade do gênero humano.

Hobbes nem sequer o teria pensado de forma diversa, se a religião cristã não lhe houvesse subministrado motivo, já que ela exige para todos não a justiça, mas a caridade. E assim começamos por refutar Políbio em sua alegação falsa: se no mundo existissem os filósofos, as religiões não se fariam necessárias. Pois, na verdade, se não existissem as repúblicas, que não podem ter nascido sem as religiões, não existiriam filósofos no mundo.

32

Os homens ignorantes das razões naturais que produzem as coisas, onde quer que não possam explicar sequer pelas similaridades, transferem para as coisas a sua própria natureza [deles, homens], assim como quando o vulgo afirma que o ímã está enamorado pelo ferro.

Esta *dignidade* é uma partícula da primeira: segundo a qual a mente humana, onde quer que se arraste na ignorância, faz de si própria [mente humana] a regra do universo a respeito de tudo quando ignora.

33

A física dos ignorantes não passa de uma metafísica vulgar, com cujo concurso atribuem os fundamentos das coisas que ignoram à vontade de Deus, sem levarem em conta os meios de que costuma servir-se a vontade de Deus.

34

Autêntica propriedade da natureza humana é aquela que Tácito percebeu, quando disse: *Mobiles ad superstitionem perculsae semel mentes:* já que os homens sempre que surpreendidos por uma superstição aterradora, a ela atribuem quanto eles próprios imaginam, vêem e até mesmo empreendem.

35

O espanto é filho da ignorância; e quanto maior o efeito admirado, tanto mais, proporcionalmente, cresce o espanto.

36

Tanto mais robusta a fantasia, quanto mais débil o raciocínio.

37

O mais sublime ofício da poesia é o de conferir sentido e paixão às coisas insensatas. E é propriedade dos infantes o tomar coisas inanimadas entre as mãos e, entretendo-se, falar-lhes como se elas fossem pessoas vivas.

Esta *dignidade* filológico-filosófica prova-nos que os homens do mundo nascente *(fanciullo)* foram, por sua própria natureza, sublimes poetas.

38

Áureo o passo de Lactâncio Firmiano, onde discorre sobre as origens da idolatria, dizendo: *Rudes initio homines deos appellarunt sive ob miraculum virtutis (hoc vere putabant rudes adhuc et simplices); sive, ut fieri solet, in admirationem praesentis potentiae; sive ob beneficia, quibus erant ad humanitatem compositi.* [7]

39

Conatural propriedade do homem, e filha da ignorância, que engendra a ciência, ao suscitar em nossa mente o espanto, a curiosidade mantém este costume: onde quer que observe um extraordinário evento na natureza, um cometa, o parélio, a estrela do meio dia, imediatamente pergunta o que é que tal coisa quer dizer ou significar.

40

As bruxas, ao mesmo tempo que se apresentam plenamente envoltas em superstições, portam-se como sumamente ferozes e desumanas. De modo que, se for necessário para celebrarem as suas bruxarias, não relutam elas em matar de modo impiedoso e em despedaçar amabilíssimas crianças inocentes.

Todas essas proposições, desde a 28.ª até a 30.ª, revelam-nos os princípios da poesia divina, isto é, da teologia poética; da 31.ª em diante nos fornecem os princípios da idolatria; desde a 39.ª, os princípios da adivinhação; e a 40.ª, finalmente, nos dá, com as religiões sangrentas, os princípios dos sacrifícios, que a partir dos primeiros homens cruéis e ferocíssimos começaram com promessas e vítimas humanas. Estas, como se vê em Plauto, chamaram-se vulgarmente entre os latinos *Saturni hostiae,* e, entre os fenícios, corresponderam aos sacrifícios a Moloc, já que os mesmos fenícios passavam pelas chamas as crianças consagradas àquela falsa divindade. Umas tantas dessas consagrações conservaram-se na lei das XII Tábuas.

As quais coisas, assim como dão o devido sentido àquela sentença:

Primos in orbe deos fecit timor [8]

— já que as falsas religiões não nasceram da impostura alheia mas da *própria*

[7] Francesco Flora indica o passo citado por Vico: *Divinae Institutionis,* I, 15. E previne-nos de que Vico resumiu o passo, além de ler *in admirationem* o que no texto deve ler-se *in adulationem.*
Restabelecido o texto em sua integridade, dele daremos, abaixo, uma tradução livre: No início [dos tempos], homens rudes foram chamados deuses, seja por efeito do milagre de sua força (que tal o estimavam homens a um só tempo rudes e simplórios); seja, como sói acontecer, com vistas a adularem os detentores do poder; seja pelos favores que à humanidade haviam feito. (N. do T.)

[8] Estácio, *Thebaides,* III, 661. (N. do A.)
Tradução: "O temor produziu os primeiros deuses no mundo". (N. do E.)

credulidade —, assim a infeliz promessa e o sacrifício que Agamenão fez de sua piedosa filha Ifigênia, impiamente glosou-os Lucrécio:

Tantum religio potuit suadere malorum,[9]

cumprem-se, embora subvertidos, segundo disposição da Providência. Pois tanto se requeria para domesticar os filhos dos Polifemos e levá-los à humanidade dos Aristides e dos Sócrates, dos Lélios e dos Cipiões africanos.

41

Interroga-se, e a pergunta é pertinente, por que por mais de centenas de anos a terra, ensopada pela umidade do universal dilúvio, não tenha emitido exalações secas, vale dizer matérias ignescentes, nos ares, de modo a que se gerassem os raios.

42

Júpiter fulmina e aterroriza os gigantes. E cada uma das nações gentílicas teve o seu Júpiter.

Esta *dignidade* contém a história física que as fábulas nos preservaram: ter havido o dilúvio universal sobre toda a terra.

Esta mesma *dignidade,* com o seu antecedente postulado, deve deixar bastante claro que, nos limites de tal longuíssimo decurso de anos, as ímpias raças dos três filhos de Noé reduziram-se a um estado ferino, e mediante ferina propagação esparramaram-se e dispersaram-se pela enorme selva da terra, e, através de uma educação ferina provieram e resultaram gigantes ao tempo em que pela vez primeira o céu expediu raios, depois do dilúvio.

43

Cada nação gentílica contou com o seu Hércules, filho de Júpiter. Varrão, entendidíssimo das coisas das antiguidades, chegou a enumerar quarenta deles.

Esta *dignidade* é o princípio do heroísmo dos primeiros povos, princípio, aliás, nascido de uma falsa opinião: provirem os heróis de uma divina origem.

Esta mesma *dignidade* e sua precedente, que nos brindam com tantos Júpiteres, e, depois, com tantos Hércules entre as nações gentílicas — além de nos convencerem de que não se puderam constituir sem religião, nem crescer sem a virtude, uma vez que nos seus inícios foram tais povos selvagens e sem contatos, nada sabendo uns dos outros, pela razão estabelecida segundo a qual "idéias uniformes, nascidas entre povos desconhecidos uns aos outros, devem ter um motivo comum de veracidade" —, oferecem-nos, ademais, este relevantíssimo princípio: que as primeiras fábulas devem ter contido verdades civis, e, como tais, devem ter sido as histórias dos primeiros povos.

[9] Lucrécio, *De Rerum Natura,* I, 201. (N. do A.)
"A tantos males pôde a religião induzir." Tradução livre. (N. do E.)

44

Os primeiros sábios do mundo grego foram os poetas teólogos, que, sem dúvida nenhuma, floresceram antes dos heróis, assim como Júpiter foi o pai de Hércules.

Esta *dignidade* e as duas anteriores estabelecem que todas as nações gentílicas, já que todas tiveram os seus Júpiteres e os seus Hércules, foram, nas suas primícias, poéticas. E que entre elas, primeiro nasceu a poesia divina, e só depois a poesia heróica.

45

Os homens são naturalmente levados a conservar as memórias das leis e das ordenações que os sustêm dentro de suas sociedades.

46

Todos os relatos dos períodos bárbaros têm princípios fabulosos.

Essas *dignidades* todas, desde a 40.ª, subministram-nos o princípio da nossa mitologia histórica.

47

A mente humana naturalmente se inclina a deleitar-se no uniforme.

Esta *dignidade,* a respeito das fábulas, confirma-se no costume que tem o vulgo. Este, dos homens famosos por um ou por outro aspecto e situados em tais ou quais circunstâncias, por isso mesmo que em tal estado lhe convém [a ele, vulgo], cria ficcionalmente a respeito deles fábulas apropriadas. Tais fábulas são verdades ideativas, elaboradas em conformidade com o mérito que o povo ficcionalmente lhes reconhece. Em virtude disso mesmo, tais relatos fabulosos são, na sua efetividade, falsos, sempre que, no que tange ao mérito desses heróis, não se lhes reconheça a dignidade adequada. De modo que, se bem a considerarmos, a verdade poética é uma verdade metafísica, em relação à qual a verdade física, que não se lhes conforme, deve ter-se em conta de falsidade. Dó que resulta esta importante consideração em séde poética: que o verdadeiro capitão de guerra, por exemplo, é o Gofredo que Torquato Tasso imagina. Assim, pois, todos quantos capitães não se conformem em tudo e por tudo com Gofredo, não serão verdadeiros capitães de guerra.

48

É fato natural nas crianças que as mesmas com as idéias e nomes dos homens, das mulheres e das coisas que pela primeira vez conheceram, com essas idéias e com esses nomes aprendam e nomeiem todos os homens, mulheres e coi-

sas que se assemelham ou tenham alguma relação com as primeiras coisas aprendidas.

49

Áureo o passo de Jâmblico, *De mysteriis aegyptiorum,* acima referido, que os egípcios atribuíam a Mercúrio Trimegisto todos os achados úteis ou necessários à vida humana.

Aquela afirmação, acompanhada pela dignidade precedente, tomará pèlo seu avesso todos os sentidos de sublime teologia natural que esse mesmo divino filósofo atribuiu aos mistérios dos egípcios.

E estas três *dignidades* nos oferecem o princípio dos caracteres poéticos, que constituem a essência das fábulas. A primeira delas demonstra a natural propensão do vulgo em fingir, e de as fingir com decoro. A segunda demonstra que os primeiros homens, como infantes do gênero humano, não sendo capazes de formar os gêneros inteligíveis das coisas, tiveram natural necessidade de estabelecer ficcionalmente os caracteres poéticos, que são gêneros ou universais fantásticos, como que reduzindo a determinados modelos, ou até retratos ideais, todas as espécies particulares semelhantes cada uma a seu devido gênero. E, considerada tal semelhança, não poderiam ficcionalmente construí-ls, senão com decoro, as suas fábulas antigas. Exatamente assim procederam os egípcios em relação a todas as suas descobertas úteis ou necessárias ao gênero humano (que são efeitos particulares da sabedoria civil), quando as atribuíam ao Mercúrio Trimegisto, por eles fantasticamente engendrado. Isso porque não sabiam eles abstrair o gênero inteligível de "sapiência civil", e muito menos a forma de sabedoria civil de que foram sábios esses mesmos egípcios. Assim é que os egípcios, no tempo em que enriqueciam o mundo com as descobertas úteis ou necessárias ao gênero humano, foram filósofos e compreendiam os universais, ou seja, os gêneros inteligíveis! . . .

E esta última *dignidade,* em seguimento às antecedentes, é o princípio das verdadeiras alegorias poéticas, que davam às fábulas significados unívocos, não análogos, de diversos particulares compreendidos sob os seus gêneros poéticos. A este, chamaram de *diversiloquia,* isto é, falares que compreendiam em um conceito geral as diversas espécies de homens, fatos ou coisas.

50

Nas crianças vigorosíssima é a memória, e, pois, vívida em excesso a fantasia, que outra coisa não é senão memória ou dilatada ou compósita.

Esta *dignidade* é o princípio da evidência das imagens poéticas que precisou de forjar-se o primitivo mundo infante *(fanciullo).*

51

Em qualquer faculdade os homens, que dela não disponham em virtude de sua própria natureza, chegam a triunfar, mediante um obstinado estudo da arte;

na poesia, no entanto, resulta impossível triunfar pelo afã da arte quem não conte com dote natural.

Esta *dignidade* demonstra que, tendo a poesia fundado a humanidade gentílica, da qual procedem, e não de outra parte, todas as artes, os primeiros poetas só o foram em virtude de sua natureza.

52

As crianças potentemente excelem no imitar, porque as vemos a maior parte das vezes entreterem-se em imitar tudo quanto são capazes de aprender.

Esta *dignidade* demonstra que o mundo infante *(fanciullo)* constituiu-se de nações poéticas, já que a própria poesia é imitação.

E esta *dignidade* nos subministrará o princípio de tal fato: todas as artes do necessário, do útil, do conveniente e em boa parte até do prazer humano inventaram-se nos séculos poéticos, antes do surgimento dos filósofos. Isto porque as artes não são mais do que imitações da natureza e como que poesias reais, sob certos aspectos.

53

Os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura.

Este aforismo é o princípio das sentenças poéticas, que são formadas com sentidos de paixões e de afetos, diferentemente das sentenças filosóficas, que se constituem pela reflexão e mediante os raciocínios. Por isso, estas marcham vigorosamente para a verdade, quanto mais se alçam para os universais; e, aquelas, tanto mais acertadas resultam quanto mais se apropriam dos particulares.

54

Os homens às coisas dúbias ou obscuras, que lhes dizem respeito, naturalmente as interpretam segundo as naturezas constitucionais das mesmas, ou seja, como resultantes de paixões e de costumes.

Esta *dignidade* é o máximo cânon da nossa mitologia, mediante o qual as fábulas, engendradas pelos primeiros homens selvagens e cruéis, resultam severíssimas, de todo em todo convenientíssimas à fundação das nações que provinham da feroz liberdade bestial, já que com o longo decurso dos anos e o alterar-se dos costumes viram-se [as fábulas] desfocadas, alteradas e obscurecidas nos tempos dissolutos e corruptos, ainda anteriores a Homero. Já que aos homens gregos convinha a religião, temendo não terem os deuses tão contrários às suas promessas quanto o eram contrários os seus costumes [deles, homens] aos deuses, por isso mesmo conferiram às fábulas desconexos, feios e obscenissimos sentidos.

55

Áureo o passo de Eusébio (que da particularidade da sabedoria dos egípcios depois se alargou para a de todos os demais Gentios) quando diz: *Primam aegyptiorum theologiam mere historiam fuisse fabulis interpolatam; quarum quum postea puderet posteros, sensim coeperunt mysticos iis significatus affingere.*[10] Exatamente assim procedeu Maneton, sumo pontífice egípcio, que levou toda a história egípcia a uma sublime teologia natural, como acima ficou dito.

Estas duas *dignidades* são as duas grandes provas de nossa mitologia histórica, e, contemporaneamente, dois grandes turbilhões aptos para confundir a alegada insuperável sabedoria dos antigos, como duas consideráveis bases da verdade da religião cristã, já que esta na história sagrada não apresenta narrações de que deva envergonhar-se.

56

Os primeiros autores entre os orientais, egípcios, gregos e latinos, e, na barbárie reiterada *(ricorsa),*[11] os primeiros escritores nas novas línguas da Europa, constatamos que foram poetas.

57

Os mudos expressam-se mediante atos ou sinais que têm relações naturais com as idéias que eles querem significar.

Esta *dignidade* é o princípio dos hieróglifos, com cujo emprego se considera haverem falado todas as nações em sua inicial barbárie.

Este aforismo, ademais, é o princípio da fala natural, qual a conjeturou Platão no *Crátilo,* e, depois dele, Jâmblico, *De mysteriis aegyptiorum,* haverem usado no mundo, outrora. Com ambos concordam os estóicos e Orígenes, *Contra Celso.* E, por o haverem dito, como que por adivinhação, tiveram contra si seja Aristóteles, no *Periermenia,* seja Galeno, *De decretis Hippocratis et Platonis.* A respeito de tal disputa discorre Públio Nigídio depois de Aulo Gélio. A tal fala natural deve ter sucedido a locução poética por imagens, símiles, comparações e propriedades naturais.

58

Os mudos emitem os sons informes, cantando; e os tartamudos também cantando forçam a língua à pronúncia.

[10] Transcrito, não de forma totalmente fiel, da introdução à *Praeparatio Evangelica:* A primeira teologia dos egípcios não passou de uma rudimentar história recheada de fábulas. E os seus pósteros, por envergonharem-se dela, começaram a atribuir-lhe significados místicos. (N. do T.)

[11] Para Vico, essa barbárie nova é a medieval. A expressão viquiana prende-se à sua teoria dos ciclos históricos recorrentes: os *corsi* e *ricorsi* da história. (N. do T.)

59

Os homens aliviam as grandes paixões através do canto, como se constata nos sumamente batidos por dor ou por alegria.

Essas duas conjeturadas *dignidades* expressam que os autores das nações gentílicas teriam refocilado num estado ferino de animais mudos e que, por apatetados, não se tivessem despertado senão por pressões de paixões violentíssimas, chegando, pelo canto, às suas primeiras línguas.

60

As línguas devem ter começado pelas vozes monossilábicas. Assim como, na presente variedade de falares articulados nos quais nascem, hoje, os meninos, que, embora tenham muito moles as fibras do instrumento necessário a articular a fala, no entanto começam por aquelas mesmas vozes monossilábicas.

61

O verso heróico é o mais antigo de todos. O mais tardio, o espondaico. E se verá logo mais que o verso heróico nasceu na forma espondaica.

62

O verso jâmbico é o mais semelhante à prosa. E o jambo é o "pé rápido", conforme o definiu Horácio.

Estas duas *dignidades* últimas levam a conjeturar que vieram a despachar-se com igual passo tanto as idéias quanto as línguas.

Todas essas *dignidades,* a partir da 47.ª, juntamente com as outras estabelecidas como princípio das demais, cumprem e abarcam toda a razão poética em suas partes, quais a fábula, o hábito lingüístico e seu decoro, a sentença, a locução e sua evidência, a alegoria, o canto, e, por último, o verso. E as sete últimas estabelecem persuasivamente, ademais, que primeiro ocorreu o falar em verso e, depois, o falar em prosa, junto a todas as nações.

63

A mente humana inclina-se, naturalmente, mediante os sentidos, a fazer-se visível no corpo, e, com muita dificuldade, por meio da reflexão, a entender-se a si própria.

Esta *dignidade* fornece-nos o universal princípio da etimologia em todas as línguas, nas quais os vocábulos são transpostos dos corpos e das propriedades dos corpos para a significação das coisas da mente e do espírito.

64

A ordem das idéias deve proceder segundo a ordem das coisas.

65

Assim se desenvolveu a ordem das coisas: primeiro existiam as selvas, depois os tugúrios, e logo as aldeias, depois as cidades, e, finalmente as academias.

Este aforismo é o grande princípio da etimologia, já que segundo tal série de coisas humanas se hão de narrar as histórias das vozes das línguas nativas. Como, aliás, observamos na língua latina, onde quase todo o corpo de suas vozes tem origens selvagens e rústicas. Assim, por exemplo, *lex,* deve ter sido primeiramente "coleta de glandes", de onde julgamos proceda *ilex,* quase *illex,* o azinheiro (como certamente *aquilex* é o coletor de águas), porque o azinheiro produz as glandes, a que se ligam os porcos. Depois *lex* representou "colheita de legumes", e estes passaram a chamar-se *legumina.* Depois ainda, no tempo em que ainda não tinham sido encontradas as letras vulgares, com as quais se escrevessem as leis, por necessidade de natureza civil, *lex* deve ter correspondido a "reunião de cidadãos", isto é, parlamento público, onde a presença do povo era a lei que solenizava os testamentos que se faziam *calatis comitiis.*[12] Finalmente, o reunir letras e delas fazer um feixe em cada vocábulo denominou-se *legere.*

67

Os homens primeiramente sentem o necessário. Depois cuidam do útil. A seguir, do conveniente. Mais adiante, deleitam-se no prazer, dissolvendo-se no luxo. E, por fim, endoidecem ao dissiparem as coisas substanciais.

68

No gênero humano primeiro ocorrem seres desmedidos e tolos, quais Polifemos. Depois, magnânimos e orgulhosos, quais os Aquiles. Vêm depois os valorosos e justos, quais Aristides e Cipiões africanos. Mais conformes a nós, com grandes imagens de virtude que se acompanham de grandes vícios, aqueles em que o povo toma pelo rumor de verdadeira glória, vêm os Alexandres e os Césares. Mais adiante, os pensadores tristes, quais Tibérios. Finalmente, os dissolutos furiosos e despudorados, quais os Calígulas, os Neros e os Domicianos.

Demonstra este princípio que os primeiros foram necessários para que o homem obedecesse ao homem no estágio das famílias, e se dispusessem a obedecer às leis no estágio que se lhe seguiria das cidades. Os segundos, que não cediam naturalmente aos seus iguais, para que se estabelecessem, com base nas famílias, as repúblicas de cunho aristocrático. Os terceiros, para os endereçar às liberdades populares. Os quartos, para nelas introduzir as monarquias. Os quintos, para as consolidar. E os sextos, para as derribar.

Esta e as demais *dignidades* antecedentes dão-nos uma parte dos princípios da história ideal eterna, pauta na qual se harmonizam num certo tempo todas as nações em seus inícios, progressos, estados, decadências e fins.

[12] Em assembléias convocadas. (N. do E.)

69

Os governos devem ser conformes à natureza dos homens governados. Isto demonstra que, em virtude da natureza das humanas coisas civis, a escola pública dos princípios é a moral dos povos.

70

Admita-se aquilo que não repugna à natureza e que ao depois se demonstrará verdade de fato: do nefando estado do mundo sem lei abstraíram-se primeiramente uns poucos mais robustos, que formaram as famílias, com as quais e para as quais os campos reduziram-se a culturas. Os demais, muito tempo depois dali saíram, escapando às terras cultas desses pais.

71

Os costumes nativos, e máxime o da liberdade natural, não se mudam todos de um golpe, mas por graus e ao longo de muito tempo.

72

Dado que as nações todas começaram de um culto a uma divindade qualquer, os pais, no estágio das famílias, devem ter sido peritos na adivinhação dos auspícios, sacerdotes que sacrificavam a fim de obtê-los ou bem compreendê-los, e os reis que levavam as leis divinas às suas famílias.

73

É uma tradição vulgar que os primeiros que governaram o mundo foram os reis.

74

Outra vulgar tradição: que os reis erigiam-se primeiramente os que por natureza se tinham em conta dos mais dignos.

75

Vulgar tradição é também que os primeiros reis foram sábios, pelo que Platão com vão desejo prognosticava estes antiqüíssimos tempos nos quais os filósofos reinavam ou os reis filosofavam.

Todos estes aforismos demonstram que nas pessoas dos primeiros pais estiveram reunidos sabedoria, sacerdócio e reino. E que o reinado e o sacerdócio estavam dependentes da sabedoria, uma sabedoria que não é a recôndita dos filósofos,

mas a vulgar dos legisladores. Por isso mesmo, a seguir, em todas as nações os sacerdotes foram coroados.

76

É tradição popular que a primeira forma de governo no mundo tenha sido a monarquia.

77

Mas a *dignidade* 67.ª com as seguintes, e, de modo particular com o corolário da 68.ª, dão-nos a entender que os pais no estágio das famílias devem ter exercido um império monárquico, sujeito somente a Deus, quer sobre as pessoas quer sobre as aquisições de seus filhos e muito mais ainda de seus fâmulos que se haviam refugiado em suas terras. E, assim, que eles foram os primeiros monarcas do mundo de que cuida a história sagrada quando os chama "patriarcas", isto é, "pais príncipes". Esse direito monárquico foi-lhes conservado pela lei das XII Tábuas em toda a extensão da república romana: *Patrifamilias ius vitae et necis in liberos esto;* de que resulta: *Quicquid filius acquirit, patri acquirit.*[13]

78

As famílias não se denominaram assim por virtude de propriedade de origem, senão pelo que tange aos fâmulos dos pais no estado de natureza de então.

79

Os primeiros sócios, que são propriamente companheiros com vistas a entre si tornarem comum o útil, não podem imaginar-se no mundo nem cogitar-se antes destes fugitivos que se abrigavam junto aos pais, a fim de que os mesmos [pais] lhes preservasse a vida. Acolhidos, com garantia de suas vidas, eram obrigados a sustentarem-se a si próprios mediante o cultivo dos campos dos referidos pais.

Tais eram os verdadeiros sócios dos heróis, a seguir, os plebeus das cidades heróicas, e, finalmente, as províncias dos povos principescos.

80

Os homens deixam-se naturalmente submeter à razão dos benefícios, onde quer que entrevejam ou possam extrair boa ou grande parte do útil, que são os benefícios que da vida civil se podem esperar.

[13] Flora indica que o passo não pertence à lei das XII Tábuas. Tradução: Ao *paterfamilias* se garanta direito de vida e de morte sobre os filhos. Tudo que o filho adquire, adquire-o também o pai. (N. do T.)

81

Propriedade é dos fortes que as conquistas feitas mediante a virtude não se deixem escapar por negligência, mas, seja por necessidade seja por conveniência, se afrouxem a pouco e pouco e quanto menos eles possam.

Destas duas *dignidades* provêm as nascentes perenes dos feudos, que, com romana elegância, se denominam *beneficia.*

82

Todas as nações antigas se mostram difundidas por clientes e por clientelas, que convenientemente se hão de entender como vassalos e como feudos. E os especialistas na questão dos feudos não encontram palavras romanas mais adequadas para se fazerem entender senão *clientes* e *clientelas.*

Estas três últimas dignidades com as doze precedentes, a partir da 70.ª, revelam-nos os princípios das repúblicas, nascidas de uma grande necessidade qualquer (que a seguir especificaremos) reclamada pelos fâmulos aos pais de família. Pelo que tais repúblicas naturalmente se autopromoveram a aristocráticas. Pois os pais se uniram, de forma a resistir aos fâmulos amotinador contra eles. E, unidos, no afã de contentar os fâmulos e de os reduzir à obediência, concederam-lhes uma espécie de feudos rústicos. Mas resultou que os próprios pais se viram constrangidos a sujeitarem os seus soberanos impérios familiares (que não se podem entender senão como modalidades dos feudos nobres) ao soberano império civil de suas próprias ordens reinantes. E os cabeças das ordens chamaram-se "reis", pois, em virtude de se mostrarem mais animosos, tomaram a chefia por ocasião das revoltas dos fâmulos.

Tal origem das cidades, acolhida como hipótese (muito embora mais adiante se evidenciará fato e não conjetura), por sua natureza, simplicidade e infinito número de efeitos civis que sobre elas regem, como que por razão implícita, impõe-se que a recebamos por verdadeira. Pois não há outro meio de entender-se como a partir da potestade familiar se formou a potestade civil, nem como dos patrimônios privados se chegou ao patrimônio público, nem ao menos como se verificou aparelhada a matéria para as repúblicas segundo uma ordem de poucos a comandarem e da multidão de plebeus que há de obedecer. Tais, de resto, as duas partes que compõem o objeto da política. Pois um surgimento dos estados civis, só com famílias dos filhos, logo mais demonstraremos ter sido absolutamente impossível.

83

Esta lei sobre os campos define-se como a primeira lei agrária do mundo. E naturalmente não se pode cogitar ou imaginar uma outra que mais restrita possa ser.

Esta lei agrária discriminou os três domínios, que em natureza civil possam ocorrer, a partir de três espécies de pessoas: o *bonitário,* junto aos plebeus; o

quiritário, conservado com as armas e, por conseqüência, nobre, junto aos pais; e o *eminente,* que é a *Senhoria,* ou soberana potestade, nas repúblicas aristocráticas.

84

Áureo o passo de Aristóteles nos *Livros políticos (Política),* quando, na divisão das repúblicas, nomeia os reinos heróicos, nos quais os reis em suas casas ministravam as leis; fora, administravam as guerras, e eram os chefes da religião.

Esta dignidade cabe como uma luva nos dois reinos heróicos de Teseu e de Rômulo, como muito bem se pode observar a respeito do primeiro em Plutarco, na sua *Vida,* e do segundo, na história romana, ao substituir-se a história grega pela romana, onde Túlio Hostílio ministra a lei, conforme aponta Horácio. E os reis romanos eram ainda reis das coisas sagradas, por isso chamados *reges sacrorum.* Por isso mesmo, expulsos que foram de Roma os reis, para garantirem a exatidão das cerimônias divinas, criavam, no entanto, um, que se chamava *rex sacrorum,* como chefe dos feciais, ou seja, dos arautos.

85

Nos mesmos livros de Aristóteles outro passo áureo, aquele que refere não existirem leis nas repúblicas antigas para punir as ofensas e corrigir os erros privados. E acrescenta que tal costume é o dos povos bárbaros, porque justamente são bárbaros nos seus primórdios, pois ainda não foram até então domesticados pelas leis.

Esta dignidade demonstra a necessidade dos duelos e das represálias nos tempos bárbaros, por faltarem em tais tempos as leis judiciárias.

86

Ainda áureo o passo de Aristóteles, nos mesmos livros, em que diz que nas antigas repúblicas os nobres juravam ser inimigos eternos da plebe.

Esta dignidade nos explica a razão dos soberbos, avaros e cruéis costumes dos nobres em relação aos plebeus, patentemente expressos na história romana antiga. Pois, sob aquela até então sonhada liberdade popular, durante muito tempo requisitaram os plebeus, forçando-os a servi-los [a eles, nobres], custeando-os a expensas próprias nas guerras, afogando-os num oceano de usuras. E, como não podiam os pobres [plebeus] fazer face às mesmas, traziam-nos, por toda a vida, como que encarcerados em prisões privadas, onde os espancavam, de espáduas nuas, com azorragues, como se faz a vilíssimos escravos.

87

As repúblicas aristocráticas muito moderadas eram no empreenderem guerras, a fim de não tornar aguerrida a multidão dos plebeus.

Esta dignidade é o princípio da justiça das armas romanas até as guerras cartaginesas.

88

As repúblicas aristocráticas conservavam as riquezas dentro das ordens dos nobres, a fim de que contribuíssem para o poder dessa ordem [dos nobres].

Esta dignidade é o princípio da clemência romana nas vitórias, pois aos vencidos apenas confiscavam as armas, e, sob a lei de suportável tributação, lhes deixavam o domínio bonitário de tudo. Esta é a razão de os pais resistirem sempre às leis agrárias dos Gracos, já que não desejavam enriquecer a plebe.

89

A honra é o mais nobre estímulo do valor militar.

90

Heroicamente devem os povos comportar-se na guerra. Empreendem-se a disputas de honra entre eles no tempo de paz, seja para que uns saibam conservar a honra, seja para que outros [povos] se capacitem para o mérito de a obterem.

Esta dignidade é o princípio do heroísmo romano, desde a expulsão dos tiranos até as guerras cartaginesas. Nos limites desse tempo os nobres naturalmente se consagravam à salvação de sua pátria. Preservada essa, contemporaneamente salvavam também e para a sua ordem garantiam as honras civis. Já os plebeus executavam relevantíssimas façanhas, a fim de mostrarem-se merecedores das honras dos nobres.

91

Os páreos, que as ordens exercitavam nas cidades, com vistas a igualarem-se com justiça, representam o meio mais poderoso de engrandecimento das repúblicas.

Eis o outro princípio do heroísmo romano, amparado nas três virtudes públicas: na magnanimidade da plebe, ao pretender lhe fossem estendidas as razões civis, mediante as leis dos pais; na fortaleza dos pais, no afã de as conservar [as razões civis] dentro de sua ordem; na sabedoria dos jurisconsultos, ao interpretar essas razões e ao aplicá-las com rigoroso escrúpulo aos novos casos que as requeriam. Estas, exatamente, as três razões específicas que permitiram à jurisprudência romana distinguir-se no mundo.

Todas essas dignidades, a começar da 84.ª, revelam-nos em seu verdadeiro aspecto a história romana antiga. E as três seguintes podem a isso servir, de modo parcial.

92

Os fracos querem as leis. Os poderosos lhas recusam. Os ambiciosos, para granjear popularidade, promovem-nas. Os príncipes, para igualar os poderosos com os débeis, protegem-nas.

Em sua primeira e em sua segunda parte, esta dignidade é o rastilho das contendas heróicas nas repúblicas aristocráticas. Nelas, os nobres querem preservar para a sua ordem misteriosas todas as leis, para que dependam de seu arbítrio [interpretativo] e, assim, possam ministrá-las com régia mão. Estas as três razões aduzidas pelo jurisconsulto Pompônio, quando conta que a plebe romana reivindica a lei das XII Tábuas, por lhe serem penosos *ius latens, incertum et manus regia.*[14] E aí está justamente o motivo de os padres mostrarem-se reticentes quanto a oferecê-las, alegando *mores patrios servandos, leges ferri non oportere,*[15] como refere Dionísio de Halicarnasso, muito melhor informado das coisas romanas do que Tito Lívio (porque as narrou amparado nas notícias de Marcos Terêncio Varrão, proclamado "o mais douto dos romanos"), e, por tal circunstância se pôs em diametral oposição a Tito Lívio, que, a respeito do caso, diz: os nobres (para usarmos sua exata expressão) *desideria plebis non aspernari.*[16] Eis que, por este e por outros mais relevantes contrastes observados nos *Princípios do Direito universal,* sendo de tal forma opostos entre si os autores que trataram de tal fábula cerca de quinhentos anos depois, parecerá mais acertado não dar crédito nem a um nem a outro desses dois.

Tanto mais que nesses mesmos tempos não creram nessa fábula nem o próprio Varrão, que em sua grande obra *Rerum divinarum et humanarum* estabeleceu origens totalmente nativas do Lácio a todas as coisas divinas e humanas dos mesmos romanos; nem Cícero, que na presença de Quinto Múcio Cévola, príncipe dos jurisconsultos de sua idade, põe em boca do orador Marcos Crasso que a sabedoria dos decênviros superava, de muito, a de Drácon e a de Sólon, que deram leis aos atenienses, e à de Licurgo, que as deu aos espartanos. Isto corresponde a dizer que a lei das XII Tábuas não viera a Roma, nem de Esparta, nem de Atenas.

E cremos que nisto atingimos a verdade. Pois não terá sido por outro motivo que Cícero fez intervir Quinto Múcio apenas naquele dia: — sendo em seu tempo muito acreditada entre os letrados aquela fábula, provinda da veleidade dos doutos no afã de darem sapientíssimas origens ao saber que eles próprios professavam (o que se percebe através das palavras pronunciadas pelo próprio Crasso: *Fremant omnes: dicam quod sentio)*[17] — a fim de que não pudessem impugnar-lhe que um orador falasse da história do direito romano, que é matéria própria ao saber dos jurisconsultos (já que naquela época estas duas profissões eram entre si perfeitamente distintas). Se Crasso houvesse a respeito disso dito algo falso,

[14] O direito latente, sua incerteza e a régia mão. (N. do T.)
[15] Não convém ditarem-se as leis, a fim de que sejam preservados os costumes pátrios. (N. do T.)
[16] Não desprezarem os nobres os desejos da plebe. (N. do T.)
[17] Malgrado murmurem todos, direi aquilo que penso. (N. do T.)

Múcio lho haveria increpado, exatamente como, segundo relata Pompônio, censurou Sérvio Sulspício, ao intervir nestes arrazoados, ao dizer-lhe: *turpe esse patricio viro jus, in quo versaretur, ignorare.*[18]

Porém, mais do que Cícero e Varrão, brinda-nos Políbio com um irrecusável argumento para não crermos em Dionísio, nem em Lívio, pois muito mais do que ambos entendia de política, tendo vivido duzentos anos mais perto dos decênviros do que os dois. Políbio (no livro sexto, no número quarto e muitos mais, da edição de Giacomo Gronovio[19] com muita segurança põe-se a examinar a constituição das mais famosas repúblicas livres de seu tempo, e nota que a romana era muito diversa das repúblicas de Atenas e de Esparta. Mais do que de Esparta, diversíssima da república de Atenas, de que [mais do que de Esparta] pretendem os que nivelam o direito ático com o romano tenham provido as leis que regulamentaram a liberdade popular, já anteriormente fundada por Bruto.

Nota, contudo, muito semelhantes entre si a república romana e a cartaginesa, que ninguém jamais sonhou ter sido declarada liberta através de leis da Grécia. Isso é tanto mais real, quando se sabe que em Cartago havia lei expressa, vedando aos cartagineses aprenderem o alfabeto grego. Como será pois de explicar-se não tenha um escritor argutíssimo no que tange às repúblicas feito esta tão natural e tão óbvia reflexão, nem tenha chegado à razão da diferença: Diversas as repúblicas romana e ateniense, ordenadas mediante as mesmas leis; semelhantes as repúblicas romana e cartaginesa, ordenadas com leis diversas? Eis que, para absolvê-lo de uma negligência tão dissoluta, impõe-se seja claramente dito que na idade de Políbio ainda não nascera em Roma essa tal fábula de que leis gregas, provindas de Atenas, teriam ordenado o governo livre popular [romano].

Esta mesma dignidade, em sua terceira parte, abre a via para os ambiciosos das repúblicas populares chegarem à monarquia, ao secundarem o natural anseio da plebe. Esta, não compreendendo os universais, converte cada particular numa lei. Por isso mesmo, Silas, partidário dos nobres, tendo vencido Mário, partidário da plebe, ao reorganizar o Estado popular com o governo aristocrático, deu um remédio à multiplicidade das leis com as "questões perpétuas".

Por sua última parte, representa esta dignidade a razão arcana de os príncipes romanos, a partir de Augusto, haverem estabelecido inúmeras leis de razão privada. Esclarece, ademais, por que razão os soberanos e as potências da Europa toda, nos Estados reais e nas repúblicas livres, acolheram o *Corpo do direito civil romano* e o *Corpo do direito canônico.*

93

Dado que a porta das honrarias totalmente se abriu, mediante as leis, nas repúblicas populares para a multidão sedenta que nelas comanda, pacífico resulta

[18] Ser coisa torpe um patrício ignorar o direito, em que deveria ser versado. (N. do T.)

[19] Francesco Flora corrige a citação de Vico: o livro é o quarto, o capítulo é o sexto. E observa que a citação do conteúdo não é precisa. (N. do T.)

que não sobra outra alternativa senão resolver os conflitos de poderio não mais com o recurso das leis, mas com o emprego das armas. Além de, pelo poderio, estabelecer leis para o enriquecimento, quais foram em Roma as leis agrárias dos Gracos. Daí decorrem, a um só tempo, guerras civis domésticas e guerras injustas no exterior.

Esta dignidade, pelo seu avesso, confirma o heroísmo romano, por todo anterior aos Gracos.

94

A liberdade natural é tanto mais feroz quanto mais os bens se ligam aos próprios corpos. E a servidão civil enxerta-se nos bens não necessários à vida.

Em sua primeira parte, esta dignidade é um outro princípio do heroísmo natural dos primeiros povos. A segunda parte dá-nos o princípio natural das monarquias.

95

Os homens desejam inicialmente sair da sujeição e reclamam a igualdade: eis as plebes nas repúblicas aristocráticas, que finalmente vão dar nas populares. A seguir, empenham-se em superar os iguais: eis as plebes nas repúblicas populares, degradadas em repúblicas dos poderosos. Finalmente, desejam submeter-se às leis: eis as anarquias ou repúblicas populares desenfreadas, não havendo maior tirania do que ela, pois tantos são ali os tiranos quantos sejam os audazes e dissolutos na cidade. Então, as plebes, a que os próprios males tornaram experientes, para encontrar remédio buscam salvar-se sob as monarquias. Eis a régia lei natural, com cujo concurso Tácito legitima a monarquia romana sob Augusto, *qui cuncta, bellis civilibus fessa, nomine principis sub imperium accepit.*[20]

96

Da desgovernada liberdade nativa os nobres, ao comporem-se a partir das famílias as primeiras cidades, retrocederam à custa de freio e da opressão: eis as repúblicas aristocráticas nas quais os nobres são os senhores. Viram-se depois, em virtude das pressões das plebes, expandidas em número e em poder agressivo, induzidos a, juntamente com os plebeus, sofrerem tanto as leis quanto os encargos: eis os nobres nas repúblicas populares. Finalmente, para salvaguardar a via cômoda, naturalmente dispostos à sujeição a um só: eis os nobres sob as monarquias.

Estas duas dignidades, com outras que as precedem, a partir da 76.ª, são os princípios da ideal história eterna, de que se falou acima.

[20] "O qual, achando fatigados os ânimos por tantas discórdias civis, sob o nome de 'príncipe' tomou posse do império." Tácito, *Anais*, I, 1. (N. do T.)

97

Aceite-se isto que não repugna à razão: que os homens, depois do dilúvio, primeiramente residiram sobre os montes, longo tempo depois baixaram às planícies, e muito tempo depois dispuseram-se com segurança a encaminhar-se para as orlas marítimas.

98

Citado por Estrabão, áureo passo é o de Platão, que diz: após os particulares dilúvios de Ogiges e de Deucalião, os homens habitaram grutas montanhosas. Nestas grutas sobre os montes Platão reconhece os Polifemos, neles, ademais, deparando com os primeiros pais de família do mundo. A seguir, os homens habitaram as fraldas das montanhas. E Platão os compendia em Dárdanos, que fundou Pérgamo, evoluída depois na fortaleza de Tróia. Finalmente, habitaram os homens nas planuras. Sintetiza-os Ílios, que levou Tróia à planície vizinha ao mar, pelo que se chamou Ílios.

99

É também antiga tradição que Tiro foi primeiramente fundada terra a dentro, e, a seguir, transposta para a orla do mar Fenício. Mas já é também história certa que dali foi transferida para uma ilha próxima, que, por sua vez, foi por Alexandre Magno religada ao continente.

O postulado antecedente e as duas dignidades que se lhe seguem revelam-nos que primeiramente se fundaram as nações mediterrâneas, e, depois, as marítimas. E oferecem-nos um relevante argumento que comprova a antiguidade do povo hebreu, fundado por Noé na Mesopotâmia, a mais mediterrânea terra do primeiro mundo habitável, e, por isso mesmo, a mais antiga de todas as nações. O que de fato se confirma, pois ali se fundou a primeira monarquia, que foi a dos assírios, sobre a gente caldéia, da qual tinham saído os primeiros sábios do mundo, príncipes dos quais foi Zoroastro.

100

Os homens não se decidem a abandonar de modo efetivo as próprias terras, naturalmente caras aos nativos, senão em virtude de extremas necessidades da vida. Nem a delas se afastarem por algum tempo senão em virtude da cupidez de as enriquecerem com tráficos, ou por zelo de preservarem suas conquistas.

Esta dignidade é o princípio da transmigração dos povos, efetuada com as colônias marítimas dos heróis, pela irrupção dos bárbaros (de que cuidou apenas Wolfang Latius), com as colônias romanas mais recentes de que se tem conhecimento, e com as colônias dos europeus na Índia.

Essa mesma dignidade nos demonstra que as perdidas raças dos três filhos

de Noé se devem ter extraviado em um bestial peregrinar, seja para fugirem às feras (de que devia abundar a grande selva da terra), seja para perseguirem as mulheres esquivas e renitentes (que em um tal estágio devem ter sido muito esquivas e renitentes), seja, depois, para buscarem alimento e água, resultando dispersos por toda a terra ao tempo em que brilhou pela primeira vez o raio, logo depois do dilúvio: e é por isso que toda e qualquer nação gentílica começa com um seu Júpiter. Pois, se persistido na humanidade assim como o povo de Deus soube persistir, teriam permanecido, como aquele, presos à Ásia. Pois, dada a vastidão daquela considerável parte do mundo e dada a escassez de homens, naquele tempo, não teriam nenhuma razão suficiente que os obrigasse a abandoná-la, já que não é costume natural deixarem-se os países nativos por capricho.

101

Os fenícios foram os primeiros navegadores do mundo antigo.

102

Impenetráveis, as nações em sua barbárie. Essa barbárie só lhes permite abrirem-se, a partir de seu interior, aos estrangeiros pela conveniência das necessidades de comércio. Ou, então, por pressões externas das guerras. Assim foi que Psamético abriu o Egito aos gregos da Iônia e da Cária, os quais depois dos fenícios devem ter-se notabilizado no comércio marítimo. Por isso, por efeito das grandes riquezas, fundou-se na Iônia o templo de Júpiter sâmio, e, na Cária, elevou-se o mausoléu de Artemísia, que foram duas das sete maravilhas do mundo. A glória de tal negociação deve atribuir-se aos de Rodes, na entrada de cujo porto erigiram o poderoso colosso do sol, que passou a figurar no rol das referidas maravilhas. Assim também ocorreu com os chineses que, para comodidade dos comércios, ultimamente abriram a China aos nossos europeus.

Estas três dignidades dão-nos o princípio de um outro étimo de vozes certamente estrangeiras, diverso do já referido concernente às vozes nativas. Nem se pode de outra forma explicar a história de nações que, depois de outras nações, *projetaram-se*, mediante as suas colônias, por terras estrangeiras. Nápoles, por exemplo, primeiro foi chamada Sirena, com denominação siríaca, — que é prova de haverem os sírios, isto é, os fenícios, ali dirigido uma colônia, motivada pelos tráficos, antes de todas as demais nações —; e, depois, com designação grega heróica chamou-se Partênope, para finalmente denominar-se Nápoles, em língua grega vulgar (prova convincente de que por ali passaram os gregos, com o propósito de ali abrirem sociedades comerciais). Disso tudo deve ter resultado uma língua, fruto de uma mistura do fenício e do grego, sendo que mais daquela do que desta se diz ter-se agradado o imperador Tibério. Da mesma forma ocorreu com as costas de Tarento, onde primeiro situou-se uma colônia siríaca denominada Síris, cujos habitantes foram chamados "siritas", havendo depois os gregos denominado Poliéu, já que chamaram de Minerva "políade" um seu templo ali erigido.

Esta dignidade fornece-nos, também, os princípios de ciência, de que se serviu Pier Francesco Giambullari ao estabelecer que a língua toscana seria de origem siríaca. E essa língua não pode ter provindo senão a partir dos primeiros e mais antigos fenícios, navegadores iniciais do mundo antigo, como há pouco referimos em uma dignidade anterior. Logo depois, tal glória tocou aos gregos da Cária e da Iônia, finalizando por tocar aos habitantes de Rodes.

103

Conjetura-se algo que é mister conceder: tivesse sido implantada alguma colônia grega na praia do Lácio, colônia essa que, vencida depois pelos romanos, e por eles destruída, teria sido sepultada nas trevas da antiguidade.

Se isso não se admitir, quem quer que reflita e discorra sobre a antiguidade haverá de permanecer perplexo em face da história romana, que fala de Hércules, Evandro, árcades e frígios dentro do Lácio, além do grego Sérvio Túlio, de Tarquínio Prisco, filho do coríntio Demarato e de Enéias, fundador da gente romana. Tácito nota, com exatidão, serem as letras latinas semelhantes às antigas letras gregas, já que nos tempos de Sérvio Túlio, a juízo de Tito Lívio, não lograram os romanos sequer ouvir o famoso nome de Pitágoras, que ensinava na sua festejadíssima escola em Cotrão, nem começaram a conhecer-se com gregos da Itália senão por ocasião da guerra de Tarento, guerra que empreendeu depois da de Pirro, com gregos ultramarinos.

104

Digno de consideração o dito de Dião Cássio: o direito consuetudinário *(consuetudine)* é semelhante ao rei; a lei, semelhante ao tirano. O que deve referir-se ao consuetudinário razoável e à lei não animada pela razão natural.

Em seus efeitos, esta dignidade esclarece, outrossim, a considerável disputa: "se existe um direito natural ou se o mesmo depende da opinião dos homens". O que vem dar na proposta do corolário à oitava dignidade: "se a natureza humana possa considerar-se sociável". Porque, havendo sido o direito natural das gentes ordenado pelo costume (que Dião afirma comandar, prazerosamente, como rei), não ordenado mediante lei (que Dião assevera governar como tirano, pela força), já que tal direito natural nasceu com esses costumes humanos, provindos da natureza comum das nações (o que é objeto adequado desta Ciência), sendo que esse mesmo direito conserva a sociedade humana. Nem há coisa mais natural (pois não há coisa que mais agrade) do que celebrar os costumes naturais: tudo isso levado em conta, a natureza humana, de que provieram tais costumes, é sociável.

Esta mesma dignidade, com a 8.ª e seu corolário, comprova que o homem não é absolutamente injusto por virtude de sua natureza, mas decaído e débil, por natureza. Conseqüentemente, demonstra-se o primeiro princípio da religião cristã,

que é o Adão ainda íntegro[21], o qual deve ter sido criado por Deus, segundo ótima idéia.[22]

Demonstram-se, também, os princípios católicos da graça: isto é, que ela opera no homem, que terá a privação, e nunca a negação das boas obras, dispondo, assim, de uma potência ineficaz, sendo, por isso mesmo, eficaz a mesma graça; que, por essa mesma razão, não pode estar sem o princípio do livre arbítrio, que, naturalmente, é ajudado por Deus, mediante a sua providência (como se disse acima, no segundo corolário da 8.ª dignidade), convindo a respeito da mesma a religião cristã com todas as demais religiões. Era sobre isso que Grócio, Selden e Pufendorf deviam, antes de mais nada, fundar os seus sistemas; e porem-se em consonância com os jurisconsultos romanos, que definem o direito natural das gentes haver sido ordenado pela providência divina.

105

O direito natural das gentes proveio dos costumes das nações, entre si conformes no referente a um senso comum humano, sem nenhuma reflexão e sem tomar como exemplo uma nação a uma outra.

Esta dignidade, com a afirmação de Dião já referida, estabelece que a Providência é a ordenadora do direito natural das gentes, porque ela é a rainha dos negócios dos homens.

Esta mesma dignidade estabelece a diferença entre o direito natural dos hebreus, o direito natural das gentes e o direito natural dos filósofos. Já que as gentes não dispuseram senão dos ordinários auxílios da Providência, enquanto que os hebreus dispuseram também de extraordinários auxílios do verdadeiro Deus, pelo que todo o mundo das nações era por eles dividido entre Hebreus e Gentios. E os filósofos raciocinam a respeito disso de uma forma mais perfeita do que o obtêm os Gentios, que não surgiram senão depois de uns dois mil anos após a fundação das nações. Por não terem observado todas essas três diferenças é que devem cessar os três sistemas de Grócio, de Selden e de Pufendorf.

106

As doutrinas devem começar onde começam as matérias que versam.

Esta dignidade, aqui albergada em razão da matéria particular do direito natural das gentes, será universalmente usada em todas as matérias que aqui se abordam. Por isso, seria de propô-la entre as dignidades gerais. Colocamo-la aqui, pois nesta, mais do que em qualquer outra matéria particular, faz esplender a sua verdade e a relevância de fazermos uso dela.

[21] Entenda-se: anterior ao pecado. (N. do T.)

[22] Isto é, uma matriz excelente, anterior à desfiguração do pecado. É assim que o tradutor interpreta o passo de Vico: *nell'idea ottima*. (N. do T.)

107

As gentes começaram antes das cidades, e correspondem àquilo que os latinos chamaram de *gentes maiores,* isto é, nobres casas antigas, como a dos pais, com as quais Rômulo compôs o senado, e, com o senado, a cidade romana. Assim como, pelo contrário, chamaram-se *gentes minores* as casas nobres mais recentes, fundadas depois das cidades, tais as dos pais com que, expulsos os reis, Júnio Bruto encheu o senado, como que dessangrado pelas mortes dos senadores executados por Tarquínio Soberbo.

108

Esta foi a divisão dos reis: os das *gentes maiores,* ou deuses consagrados pelas famílias antes das cidades — que entre os gregos e latinos com toda a certeza (e aqui iremos prová-lo para os primeiros assírios ou caldeus, os fenícios e os egípcios) foram doze (sendo tal cômputo tão famoso entre os gregos que os designavam só com a palavra *dódeka),* e que foram confusamente recolhidos em um dístico latino referido nos *Princípios do Direito universal;* os quais aqui, no livro segundo, mediante uma teogonia natural, isto é, uma geração dos deuses naturalmente estabelecida nas mentes dos gregos, resultaram assim ordenados: Júpiter e Juno; Diana e Apolo; Vulcano, Saturno e Vesta; Marte e Vênus; Minerva, Mercúrio e Netuno —, e os deuses das *gentes minores,* isto é, deuses consagrados pelos povos, como Rômulo, que depois de morto o povo romano chamou de deus Quirino.

Em virtude dessas três dignidades, os três sistemas de Grócio, Selden e Pufendorf falham nos seus princípios, que começam com as nações vistas por eles na sociedade de todo o gênero humano. Já este, entre todas as primeiras nações, como aqui será demonstrado, começou desde o tempo das famílias, sob os deuses das gentes chamadas "maiores".

109

Os homens de idéias curtas têm na conta de direito tudo quanto se tenha explicitado mediante palavras.

110

A definição de Ulpiano é áurea, ao tratar da eqüidade civil, isto é, *que ela é probabilis quaedam ratio, non omnibus hominibus naturaliter cognita* (como é a eqüidade natural), *sed paucis tantum, qui prudentia, usu, doctrina praediti, didicerunt quae ad societatis humanae conservationem sunt necessaria.*
A qual em correto italiano se chama *ragion di Stato.*[23]

[23] "Uma certa provável razão, não conhecida naturalmente por todos os homens, mas somente de poucos, que pela prudência, costume, doutrina, de que dispunham, aprenderam todas as coisas indispensáveis à conservação da sociedade humana." Por óbvias razões, mantivemos a expressão italiana, correspondente, em português, a "razão de Estado". (N. do T.)

111

O *certo* das leis corresponde a uma obscuridade da razão sustentada apenas pela autoridade, que no-las faz resultar duras no pô-las em prática. E somos impelidos a pô-las em prática, pelo que elas têm de "certo", o que em bom latim significa "particularizado", ou, como o dizem as escolas, "individuado". Em tal sentido, *certum* e *commune,* com uma elegância propriamente latina, entre si se opõem.

Esta dignidade, com as duas definições seguintes, constituem o princípio da *razão restrita (ragion stretta),* de que é regra a eqüidade civil, diante de cujo *certo,* ou seja, em face de cuja determinada particularidade das palavras, os bárbaros, de idéias particulares, naturalmente se contentam, e tal estimam o direito que se lhes deva. Por isso, quando em tais casos diz Ulpiano: *lex dura est, sed scripta est,* tu dirias, com maior beleza latina e com maior elegância legal: *lex dura est, sed certa est.*[24]

112

Os homens inteligentes têm em conta de direito tudo quanto determina essa igual utilidade das causas.

113

O *verum* das leis é um certo lume e esplendor de que se ilumina a razão natural. Por isso, freqüentemente os jurisconsultos empregam *verum est* por *aequum est.*[25]

Esta definição e a 111.ª são proposições particulares, para constituírem provas na particular matéria do direito natural das gentes, procedem das duas gerais, a 9.ª e a 10.ª, que tratam do verdadeiro e do certo, de um modo geral, prestando-se a serem conclusivas em todas as questões aqui tratadas.

114

A eqüidade da razão humana completamente desenvolvida é uma prática da sabedoria nas questões da utilidade, já que "sabedoria", em sua amplitude, não é senão a ciência de fazer uso das coisas, segundo [o uso] que têm em seu estado natural.

Esta dignidade, com as outras duas definições seguintes, constituem o princípio da razão benigna, regulada pela eqüidade natural, que é conatural às nações convertidas à gentilidade, sendo que dessa escola pública se comprovará terem saído os filósofos.

Todas estas seis proposições derradeiras estabelecem com firmeza que a

[24] Ulpiano, *Dig.* XI, 9, 12, I: "dura é a lei, mas assim está escrita". "A lei é dura, mas é certa." (N. do T.)
[25] *É certo* por *é razoável.* (N. do T.)

Providência foi a ordenadora do direito natural das gentes. Esta [a Providência] permitiu que — já que por um decurso de séculos as nações deveriam viver incapazes do *verum* e da natural eqüidade (que só com os filósofos pôde para elas esclarecer-se) — as mesmas nações se a tivessem ao certo e à eqüidade civil, que escrupulosamente custodia as palavras das ordenações e das leis, e, através destas, fossem levadas a geralmente observá-las, mesmo nos casos em que resultassem duras, com vistas a que se conservassem as nações.

E estas mesmas seis proposições, desconhecidas dos três príncipes da doutrina do direito natural das gentes,[26] fizeram com que todos os três, comumente errassem, ao estabelecerem os seus sistemas no tocante a ela [eqüidade]. Pois eles acreditaram que a eqüidade, em sua plenitude *(nella sua idea ottima),* fosse conhecida dos povos gentílicos, desde seus mais remotos inícios, sem se darem conta de que se requereram nada menos do que uns dois mil anos para que em cada uma tivessem suurgido os filósofos, sem privilegiarem, também, um povo assistido, de modo particular, pelo verdadeiro Deus.

[26] Grócio, Selden e Pufendorf são os três príncipes a que se refere Vico. (N. do T.)

DA SABEDORIA POÉTICA

LIVRO SEGUNDO

[Capítulo] I

Da sabedoria poética

Pelo que dissemos nas *Dignidades:* que todas as histórias das nações gentílicas tiveram princípios fabulosos, e que junto aos gregos (mediante os quais dispomos de tudo quanto temos a respeito das antiguidades gentílicas) os primeiros sábios foram os poetas teólogos, sendo rudes em suas origens, em sua natureza, todas as coisas que de qualquer modo nasceram ou se empreenderam; tais[1] e não de outra forma se hão de estimar as origens da sabedoria poética. E a suma e soberana estima mediante a qual ela [a sabedoria poética] até nós chegou, origina-se nas duas inconsistentes vaidades apontadas nas *Dignidades:* uma, das nações; outra, dos doutos, razão pela qual, assim como Manetão, sumo pontífice egípcio, levou toda a história fabulosa egípcia a uma sublime teologia natural, como nas *Dignidades* afirmamos, também assim os filósofos gregos se comportaram na sua filosofia. Não apenas por isso — já que, como ficou dito nas *Dignidades,* lhes resultaram para ambos muito abjetas as narrações que lhes chegaram —, mas também em virtude das cinco razões seguintes.

A primeira foi a reverência da religião, pois foi com as fábulas que universalmente se constituíram às nações gentílicas.

A segunda foi o grande feito disso decorrente para aquele mundo civil, tão sabiamente ordenado, que não pode ser efeito senão de uma super-humana sabedoria.

A terceira foram as oportunidades que, como já veremos, essas fábulas, socorridas pela veneração religiosa e pelo crédito de tanta sabedoria, ofereceram aos filósofos de investigarem e de meditarem altíssimas coisas na filosofia.

A quarta foram as facilidades, como aqui exporemos, de explicarem eles as sublimes coisas por eles meditadas, em sede filosófica, com o emprego de expressões que lhes haviam felizmente fornecido os poetas.

A quinta e última, que vale por todas, consiste em disporem os filósofos, para comprovação das coisas por eles meditadas, da autoridade da religião e da sabedoria dos poetas.

Dessas cinco razões, as duas primeiras contêm os louvores; a última, os testemunhos que (mesmo dentro de seus equívocos) os filósofos deram da sabedoria divina, que foi a ordenadora deste mundo de nações; a terceira e a quarta são

[1] Isto é, rudes. (N. do T.)

os enganos consentidos pela divina providência, mediante os quais os mesmos filósofos se tornassem, a fim de poderem entendê-la e reconhecê-la, tal como ela efetivamente é, atributo do Deus verdadeiro.

E através de todo o presente livro se demonstrará que, quanto haviam primeiramente os poetas ouvido acerca da sabedoria vulgar, tanto ouviram depois a respeito da sabedoria recôndita os filósofos. De modo que aqueles podem ser considerados os sentidos e estes, o intelecto do gênero humano. E, assim, se verá verdadeiro, de um modo geral, aquilo que Aristóteles dissera, de modo particular, de cada homem: *Nihil est in intellectu quin prius fuerit in sensu,*[2] isto é, que a mente humana não entenda nada de que não tenha tido algum motivo (que os filósofos de hoje denominam "ocasião") nos sentidos, já que a razão sempre usa o intelecto quando, de alguma coisa que sente, recolhe algo que não cai sob os sentidos. Sendo isso o que para os latinos propriamente significa *intelligere.*[2]

1. *Da sabedoria, de um modo genérico*

Ora, antes de arrazoar sobre a inteligência poética, é-nos indispensável vermos, de um modo genérico, o que é a sabedoria. "Sabedoria" é a faculdade que comanda tôdas as disciplinas, mediante as quais se aprendem todas as ciências e artes, que integram a humanidade. Platão define a sabedoria como "aperfeiçoadora do homem".[3] Eis o homem em si próprio, no modo próprio de ser homem, isto é, em sua mente e em sua alma, ou então, como intelecto e vontade. A sabedoria deve ultimar o homem, nestas suas partes constitutivas, vindo a segunda logo depois da primeira, a fim de que a partir da mente iluminada mediante a cognição das coisas mais altas a alma se resolva pela eleição das melhores coisas *(all'elezione delle cose ottime).*

Neste universo, as coisas mais altas são as que intencionam para esse argumento a respeito de Deus. Já as coisas melhores são as que concernem ao bem de todo o gênero humano. *"Divinas"* se chamam as primeiras; *"humanas coisas",* as últimas. A verdadeira sapiência deve, pois, ensinar a cognição das coisas divinas, para conduzir ao sumo bem as coisas humanas. Cremos até que Marcos Terêncio Varrão, que mereceu o título de "o mais douto dos romanos", a partir desta planta erigiu a sua grande obra *Rerum divinarum et humanarum,* que pela usura do tempo, tão considerável falta nos faz. Dela trataremos neste livro, segundo nos conceda a debilidade de nossa doutrina e a escassez de nossa erudição.

A sabedoria entre os Gentios começou pela musa, que Homero define, num áureo passo de sua *Odisséia:* "ciência do bem e do mal".[4] Chamou-se-lhe, depois, "adivinhação".[5] Sendo que sobre sua natural proibição, pois se trata de coisa ne-

[2] "Nada há na inteligência que primeiramente não tenha transitado pela sensibilidade." Esta frase, com a variante *quod prius non fuerit,* tem sido erroneamente atribuída a Locke. Ela é muito mais antiga, e talvez corresponda a uma glosa a um passo aristotélico em *De Anima,* III, 8, p. 432 a 7,8. (N. do T.)

[3] *Alcibíades primeiro,* confr. (N. do T.)

[4] *Odisséia,* VIII, 63 e ss. (N. do T.)

[5] Vocábulo polissêmico, que tanto significa *adivinhação* quanto *divinação.* (N. do T.)

gada aos homens, Deus fundou a verdadeira religião para os hebreus, de que procede a nossa religião cristã, como se propôs em uma *dignidade*. De modo que a musa deve ter sido propriamente, em sua origem, a ciência de advinhação dos auspícios, e constitui (como se disse nas *Dignidades* e ainda mais se dirá, a seguir) constitui a sabedoria vulgar de todas as nações, no contemplarem a Deus, mediante o atributo de sua providência, através da qual, a partir de *divinari,* a sua essência passou a chamar-se "divindade". E de tal sabedoria logo mais veremos que foram peritos os poetas teólogos, que, certamente, fundaram a humanidade da Grécia; de onde herdaram os latinos chamarem "professores de sabedoria" aos astrólogos judiciários.

Por isso mesmo, foi depois chamada sabedoria a dos homens notórios pela clarividência de oferecerem ao gênero humano sinais úteis, pelo que assim se chamaram os sete sábios da Grécia. Depois "sapiência" começou a atribuir-se aos homens que para o bem das nações e dos povos sabiamente ordenam as repúblicas e as governam. Avançou ainda mais a palavra "sabedoria", passando a denominar depois a ciência das divinas coisas naturais, ou seja, metafísica, que por isso mesmo se chama "ciência divina". Esta, buscando conhecer a mente do homem em Deus, porque reconhece a Deus como fonte de toda a verdade, deve fazê-lo em conta de regulador de todo bem. De forma que a metafísica há de essencialmente usar-se para o bem do gênero humano, que, sob este aspecto, se conserva universal. E, se a divindade é *providente,* por isso mesmo, Platão, que o comprova, mereceu o título de "divino". E, por isso mesmo, aquela sabedoria que negue a Deus um tal e tão considerável atributo, ao invés de "sabedoria" deve chamar-se "estultícia". [6] Finalmente, "sapiência", entre os judeus, e pois entre nós cristãos, chamou-se a ciência das coisas eternas reveladas por Deus, ciência essa que entre os toscanos, por seu aspecto de ciência do verdadeiro bem e do verdadeiro mal, talvez se terá chamado, com a sua primitiva significação, "ciência ou maestria em divindade".

Logo, três espécies de teologia, com maior atendibilidade do que as estabelecidas por Varrão: [7] uma *teologia poética,* a dos poetas teólogos, que foi a teologia civil de todas as nações gentílicas; outra, *teologia natural,* que é a dos metafísicos; e, no lugar da terceira, que Varrão caracterizou como poética, que foi a mesma que a civil (e que Varrão distinguiu da civil e da natural, porque incidindo no comum equívoco lugar de acreditar que em meio às fábulas se contivessem altos mistérios de sublime filosofia, acreditou-a mesclada de uma e de outra), ponhamos como terceira espécie *a nossa teologia cristã,* misto de civil e de altíssima teologia revelada: e vejamo-las todas reunidas pela contemplação da divina providência. Já que esta, de tal forma conduziu as coisas humanas que, desde a teologia poética, que as regulava por certos sinais sensíveis, tidos em conta de avisos divinos mandados pelos deuses aos homens através da teologia natural, que demons-

[6] Paulo, *Rom* 1, 22. (N. do T.)

[7] No entender de Flora, Vico, no que tange a Varrão, força o texto de Agostinho: *De Civitate Dei,* VI, 5, 1 e 3; 6, 2; 7. (N. do T.)

tra a Providência mediante eternas razões que não transitam pelos sentidos, fêz com que as nações se dispusessem a receber a teologia revelada, por força de uma fé sobrenatural, superior não somente aos sentidos, mas acima das próprias razões humanas.

2. *Proposição e divisões da sabedoria poética*

E, considerando que a metafísica é a ciência sublime, que atribui e estabelece a matéria de todas as ciências, reconhecidas como "subalternas", e que a sabedoria dos antigos foi a dos poetas teólogos, que sem nenhuma dúvida foram os primeiros sábios da gentilidade, como se patenteou nas *Dignidades;* e que as origens das coisas todas devem, por natureza, ter sido rudes: deveremos, por tudo isso, dar início à sabedoria poética, a partir de uma metafísica rude, da qual, assim como de um tronco, se expandam por um ramo a lógica, a moral, a econômica[8] e a política, todas ainda poéticas, a física, que terá sido a mãe da cosmografia, e, pois, da astronomia, que certamente nos brindou com suas duas filhas, a cronologia e a geografia.

E, com explícitos e distintos modos faremos ver como os fundadores da humanidade gentílica, mediante sua teologia natural (ou seja, a metafísica), imaginativamente se criaram os deuses. E com a sua lógica inventaram as línguas. Com a moral, criaram os seus heróis. Com a econômica, constituíram suas famílias; com a política, as cidades. Assim também, com a sua física ficaram estabelecidos os princípios das coisas totalmente divinas, enquanto que com a física particular do homem[9] em um certo sentido a si próprios geraram. Com a sua cosmografia forjaram-se ficcionalmente um seu universo repleto de deuses. Com sua astronomia alçaram da terra aos céus os planetas e as constelações. Com a cronologia deram princípio aos tempos. Já com a geografia os gregos, por exemplo, descreveram todo um mundo dentro de sua Grécia.

Dessa maneira, esta Ciência vem a ser, de um só golpe, uma história das idéias, costumes e fatos do gênero humano. E dessas três provirão os princípios da história da natureza humana, que por sua vez serão os princípios da história universal, que ainda agora parece carecer de seus princípios.

3. *Do dilúvio universal e dos gigantes*

Os autores da humanidade gentílica devem ter sido homens das raças de Cam (que muito rapidamente), de Jafé (que um pouco depois) e finalmente de Sem, que uns depois dos outros logo renunciaram à verdadeira religião de seu comum pai Noé, que teria sido a única que no estado de família teria podido mantê-los em uma sociedade humana, com a sociedade dos matrimônios, e, pois, dessas mesmas famílias.

[8] Assim chama Vico, a partir da etimologia, à educação familiar. (N. do T.)
[9] Tal física particular do homem refere-a Vico ao corpo humano. (N. do T.)

Por essa razão, devem ter-se encaminhado para a dissolução dos matrimônios e à dispersão das famílias mediante concúbitos incertos. E, divagando com um ferino extravio pela enorme selva da terra — a de Cam pela Ásia meridional, pelo Egito e os demais pela África; a de Jafé pela Ásia setentrional, que é a Cítia, e de lá pela Europa; a de Sem por toda a Ásia central e o médio Oriente —, a fim de escapar às feras, de que estavam repletas as selvas, e para seguir as mulheres, que em tal estado seriam esquivas e insociáveis, e também dispersos para encontrar alimento e água, abandonando as mães a seus filhos, os últimos há pouco e pouco terão crescido sem ouvir voz humana e sem aprender costumes humanos, pelo que foram ter a um estado bestial e ferino.

Nesse estado, as mães, como animais, tão logo aleitavam os filhos, deixavam que, nus, rolassem nas próprias fezes, e, já desmamados, definitivamente os abandonavam. Devendo os meninos rolar em meio às próprias fezes, que com o salitre magnificamente adubam os campos; e com esforçarem-se por penetrar a grande selva, pelo recente dilúvio tornada espessíssima, o que fazia com que os meninos dilatassem os seus músculos e estendessem outros, resultando numa infiltração mais considerável do salitre em seus corpos; e sem temor algum aos deuses, aos pais, aos mestres, que contém o excessivo da idade infantil, devem ter crescido desmesuradamente em suas carnes e em sua estrutura óssea, desenvolvendo-se vigorosamente robustos, e assim resultando gigantes. Tal é a educação ferina, num grau ainda mais feroz do que aquela na qual, como se viu nas *Dignidades,* César e Tácito reconhecem a razão da gigantesca estatura dos antigos germanos, como foi a dos godos de que fala Procópio, e qual é hoje a dos *patacones,* conforme se crê, no estreito de Magalhães. E a respeito da qual tantos absurdos disseram os filósofos no setor da física, conforme recolheu Jean de Chassignon na sua obra *De gigantibus.*

De tais gigantes encontraram-se e ainda se encontram, mais freqüentemente sobre os montes (particularidade que convém enfatizar, pelas razões que logo mais se aduzirão), enormes crânios e ossos de aberrante grandeza, que, de resto, com excesso se ampliou nas tradições vulgares, em razão que a seu tempo iremos esclarecer.[10]

Semeada esteve a terra de tais gigantes, depois do dilúvio, pois, como já os vimos na história fabulosa dos gregos, também os filósofos latinos, sem se darem conta disso, no-los apresentaram na velha história da Itália, ao afirmarem que os mais antigos povos da Itália, denominados "aborígenes", se auto-reconheciam *autókhthones,* que quer dizer "filhos da Terra", o que, para gregos e latinos corresponde a "nobres".[11]

E, com absoluta propriedade, os filhos da Terra foram chamados pelos gregos "gigantes", pois a mesma Terra, conta-se, era a mãe dos gigantes das fábulas. E *autókhthones* dos gregos devem traduzir-se em latim *indigenae,* propriamente os

[10] Observa Flora que tais achados arqueológicos hão de, na verdade, atribuir-se a animais antediluvianos e não a relíquias humanas. (N. do T.)

[11] Trata-se de mais uma das muitas saborosíssimas etimologias de Vico, nem sempre corretas, mas de admirável poder imagístico... (N. do T.)

nativos de uma terra, assim como os deuses nativos de um povo ou de uma nação se chamaram *dii indigetes,* que vale quase dizer *inde geniti,* e hoje, mais prontamente chamaríamos *ingeniti.* Pois a sílaba *de,* aqui, é uma das redundantes das primeiras línguas dos povos, de que discorreremos dentro em pouco. Pois dos latinos nos vieram *induperator* por *imperator,* e, na lei das XII Tábuas, a tal palavra *endoiacito* por *iniicito* (de que talvez nos tenha sobrado a expressão *induciae* para armistícios, com valor quase de *iniiciae,* porque devem ter assim significado, a partir de *icere foedus,* "fazer pacto de paz"). Assim, também, resultaram denominarem-se *ingenui,* que ao início e de modo apropriado, significaram "nobres" (por isso se chamaram *artes ingenuae* as "artes nobres") e, ao fim e ao cabo, passaram-se a denominar "livres *(liberi)*" (mas também *artes liberales* se chamaram as "artes nobres"), pois que só de nobres, como logo se demonstrará, se compuseram as primeiras cidades, nas quais os plebeus foram escravos ou esboços de escravos.

Os mesmos filólogos latinos observam que todos os antigos povos foram chamados "aborígenes", e a história sagrada conta-nos que o foram povos inteiros, que se chamaram os *emin* e os *zuzim,*[12] que os doutos na língua santa traduzem por "gigantes", dos quais um foi Nebrot; e, no que tange aos gigantes antediluvianos, a mesma história sagrada os define "homens fortes, famosos, poderosos do século".[13] Porque os hebreus, com a polida educação e com o temor de Deus e dos pais, permaneceram na justa estatura, na qual Deus havia criado Adão, sendo que Noé só havia gerado três filhos: e será, talvez por isso, por abominação a isso[14] mesmo, que os hebreus contaram com tantas leis de cerimonial, concernentes à higiene de seus corpos.

Desses rituais preservaram os romanos um enorme vestígio, no sacrifício público, mediante os quais acreditavam purgar as cidades de todas as culpas dos cidadãos, o que o faziam com água e com fogo. Com essas duas coisas celebravam também os esponsais solenes, resumindo e compendiando nessas mesmas coisas a comunidade da cidadania, cuja privação, por isso mesmo, chamaram de *interdictum aqua et igni.* E ao sacrifício chamavam *lustrum.* Renovando-se ele, a tempos certos, passou a palavra a designar o espaço de cinco anos, analogamente à significação das *olimpíadas,* para os gregos, que assinalavam o espaço de quatro anos. Para os mesmos latinos, *lustrum* significou "covil de feras". Do que resulta *lustrari,* a um só tempo "espiar" e "purgar", pois terá correspondido a espiar tais lustros (covis) e purgá-los das feras aí escondidas. Designou-se também *água lustralis* àquela de que se tinha necessidade para os sacrifícios. Com maior discernimento do que os gregos (que começaram a contar os anos a partir do fogo ateado por Hércules na selva neméia, para nela semear o trigo — como acenamos na *Idéia da obra* e plenamente o veremos, a seguir, haver Hércules fundado as olim-

[12] *Gên* 14,5. (N. do A.)

[13] Na verdade, no *Gênese,* 14,5 e no *Deuteronômio,* 2,10 e 20,21 os *emin* (habitantes de Emin) são definidos "um povo grande, numeroso e de alta estatura". (N. do T.)

[14] Entendemos o passo da seguinte maneira: para não se contaminarem dos desregrados dos gigantes deformes, e pois, em abominação, a tal deformidade. (N. do T.)

píadas); com maior discernimento, repetimos, os romanos, a partir da água dos sagrados lavacros, começaram a contar os tempos por lustros. E da água, cuja necessidade foi sentida antes mesmo do fogo (assim como nas núpcias e nas proibições) primeiro chamaram *aqua* e, depois, *igni*). Em resumo, foi a partir da água que eles afirmam ter começado a humanidade.

Essa, pois, a origem dos lavacros sagrados, que devem preceder aos sacrifícios: costume que foi e é comum a todas as nações. Mediante tal higiene dos corpos e em razão do temor aos deuses e aos pais (temor, a uns e a outros, que sabemos ter sido pavorosíssimo nos tempos iniciais), sucedeu que os gigantes degradaram-se à nossa justa estatura. Daí, talvez, a razão de a *politeía,* que para os gregos significou "governo civil", ter-se convertido para os latinos em *politus,* isto é, "asseado" e "limpo".[15]

Essa redução de estatura [dos gigantes] deve ter demorado a perfazer-se até os tempos humanos das nações, como o demonstram as enormes armas dos velhos heróis. Essas armas, juntamente com ossos e crânios dos antigos gigantes. conservava-as Augusto, segundo refere Suetônio, em um museu.[16] Deveremos, pois, como se acenou nas *Dignidades,* estabelecer dois gêneros de homens correspondentes ao primevo mundo humano: um, dos *homens de justa estatura,* isto é, apenas os hebreus; outro, dos *gigantes,* que foram os autores das nações gentílicas. E, dos gigantes, impõem-se-nos distinguir duas espécies: uma, dos *filhos da Terra,* ou nobres, que deram o nome à idade dos gigantes, com absoluta propriedade de tal designação, como ficou visto (definidos que foram pela própria história sagrada, como "homens fortes, famosos e poderosos no século"); e a outra, menos apropriadamente chamada dos *gigantes dominados.*

O tempo que levaram os autores das nações gentílicas em tal estado podemos assim discriminá-lo: cem anos depois do dilúvio, para a raça de Sem; duzentos, para as de Jafé e de Cam, como se disse em um postulado. Daqui a pouco lhes descreveremos a história física, reportada também pelas fábulas gregas, mas que até agora não tinha sido percebida. E esta [história física] ao mesmo tempo nos fornecerá uma outra história física do dilúvio universal.

[15] Mais uma saborosa etimologia viquiana, não muito justificada... (N. do T.)

[16] Violenta glosa... *ad libitum* de Vico. Suetônio em *Octavianus,* 7, fala, sim, de *ossa pergrandia:* ossadas desmedidas, mas refere-se a *belluarum ferarumque: de animais corpulentos* (elefantes? mastodontes?: conjeturamos nós...) *e de feras.* Tudo mais corre por conta da mente deliciosamente fantástica de Vico... (N. do T.)

[Capítulo] II

Da metafísica poética

1. *Da metafísica poética, que nos dá as origens da poesia, da idolatria, das adivinhações e dos sacrifícios*

Seria a partir de tais homens, assim estúpidos, insensatos e horrivelmente apalermados, que todos os filósofos e filólogos deveriam começar suas reflexões a respeito da sabedoria dos primeiros Gentios. O que equivale a dizer que deveriam tratar desses gigantes, até agora tomados em sua acepção literal, porém já o padre Boulduc,[1] *De Ecclesia ante Legem*. . ., afirma que os nomes de gigantes, nos livros sagrados, devem compreender-se como "homens pios, veneráveis, ilustres". Ora, isso não se pode compreender senão referido aos gigantes nobres, que, através das adivinhações, fundaram as religiões dos Gentios e emprestaram o seu nome para a idade dos gigantes. E teriam que começar pela metafísica, justamente aquela que vai retirar as suas provas não mais de fora, mas de dentro das modificações da própria mente de quem a excogita. Isso porque este mundo das nações certamente foi feito por homens, nos quais se hão de encontrar os princípios dele [mundo de nações]. Ora, a natureza humana, enquanto comum [no que respeita à animalidade] às bestas feras, traz consigo esta propriedade: que os sentidos sejam as únicas vias mediante as quais ela [natureza animal dos homens] conhece as coisas.

Temos portanto que a sabedoria poética, que foi a primeira forma de sabedoria da gentilidade, precisou de começar de uma metafísica, não racional e abstrata (qual a dos nossos doutrinadores), mas sentida e imaginada (qual deve ter sido a dos tais homens primevos, já que eles não dispunham de raciocínio algum e eram apenas robustos sentidos e vigorosíssimas fantasias, como ficou dito nas *Dignidades).* Esta foi para eles a própria poesia, que para eles constituiu uma faculdade que lhes era conatural (dotados que eram de tais sentidos e de tais fantasias), provinda de uma ignorância de razões, sendo-lhes a matriz de maravilharem-se de todas as coisas. E eles, justamente por ignorantes de todas essas coisas, fortemente se encantavam delas, como ficou dito nas *Dignidades.*

Tal poesia começou neles por ser *divina,* pois ao mesmo tempo em que eles imaginavam as razões das coisas, contemporaneamente as sentiam e admiravam como divinas *(essere dei),* como já vimos nas *Dignidades,* abonados em Lactâncio. O que agora o confirmamos através dos americanos, que chamam deuses a

[1] Trata-se de Jacques (?) Boulduc (1575-1650?), em *De Ecclesia ante Legem Libri Tres,* Londres, 1626. Devemos a Flora tal indicação. (N. do T.)

todas as coisas que superam a sua modesta capacidade. E acrescentaremos também os germanos antigos, habitantes da região junto ao mar gelado,[2] dos quais Tácito conta que afirmavam poder ouvir o Sol, em plena noite, já que aquele passava pelo mar, no Oriente, assim como também afirmavam ver os deuses.[3] Note-se que tais nações, muito rudes e simplórias, fazem-nos compreender muito mais a respeito dos autores da gentilidade. Elas, ademais, conferiam às coisas admiradas a condição entitativa de suas próprias idéias, o que corresponde à natureza das crianças, que, como dissemos numa *dignidade,* observamos tomarem nas mãos coisas inanimadas e, com elas, recrearem-se e conversarem como se as mesmas fossem pessoas vivas.

Desse modo, os primeiros homens das nações gentílicas, quais infantes *(fanciulli)* do nascente gênero humano, como os caracterizamos nas *Dignidades,* criavam, a partir de sua idéia, as coisas, mas num modo infinitamente diverso daquele de Deus. Pois Deus, em seu puríssimo entendimento, conhece, e, conhecendo-as, cria as coisas. Já as crianças, em sua robusta ignorância, o fazem por decorrência de uma corpulentíssima fantasia. E o fazem com uma maravilhosa sublimidade, tamanha e tão considerável que perturbava, em excesso, a esses mesmos que, fingindo, as forjavam para si, pelo que foram chamados "poetas", que, no grego, é o mesmo que "criadores". Eis, de resto, as três tarefas que deve cumprir a grande poesia: inventar sublimes fábulas, adequadas ao entendimento popular, e comovê-lo ao máximo, para ao fim e ao cabo, atingir o fim que a si próprio se prefixou, qual o de ensinar o povo a agir virtuosamente, na mesma forma pela qual eles a si próprios se ensinaram, como iremos agora demonstrar. E dessa natureza das coisas humanas resultou esta eterna propriedade, explicitada por Tácito, com nobilíssima expressão: que os homens, fantasticamente aterrorizados, *fingunt simul creduntque.*[4]

Dotados de tal natureza devem ter-se reconhecido os primeiros autores da humanidade pagã quando — duzentos anos depois do dilúvio para o resto do mundo, e cem na Mesopotâmia, conforme se viu num postulado (pois tanto tempo se requereu para que a terra atingisse aquela situação de, ressecada da humanidade da universal inundação, poder exalar, já agora seca, matérias ígneas para os ares, e assim ali gerar os raios) — o céu finalmente relampejou, reboou com trovões e raios terríficos, como convinha para introduzir no ar, pela vez primeira, uma impressão de tal forma violenta.

Ali alguns poucos gigantes, por força os mais robustos, havendo-se dispersado pelos bosques localizados nos cimos das montanhas, e dado que feras mais robustas instalaram em tal sítio os seus covis, eles próprios, terrificados e aturdidos pelo grande efeito, cuja razão desconheciam, alçaram para o céu, que só então perceberam. E, dado que em tal caso a natureza da mente humana leva a tomar a natureza pelo seu efeito, como dissemos nas *Dignidades,* sendo que a natureza

[2] Refere-se Vico ao oceano Glacial Ártico, comenta Flora. (N. do T.)
[3] *Germania,* 2,6. (N. do T.)
[4] "(. . .) porque eles próprios [isto é, os gregos] eram os que supunham e ao mesmo tempo acreditavam [em suas suposições]." *Annales,* V, 10. (N. do T.)

deles era, em tal estado, de homens, constituída tão-só de robustíssimas forças do corpo, que a urrar e a murmurar, explicitavam suas violentíssimas paixões; imaginativamente cogitaram que o céu fosse um formidável corpo animado. E por tal prisma chamaram Júpiter, primeiro deus das gentes chamadas "maiores",[5] o qual, com o silvo dos raios e o fragor dos trovões [imaginaram] lhes quisesse dizer alguma coisa. E começaram, desta forma, a pôr em exercício a sua natural curiosidade, filha da ignorância e mãe da ciência, e que engendra, com o despertar da mente que provoca, a estupefação, como se viu nos *Elementos* por nós definida.[6] Uma tal natureza é ainda pertinaz no vulgo, pois ao verem um cometa ou o parélio, ou outra coisa não habitual na natureza, e, de modo específico, no aspecto do céu, imediatamente descaem na curiosidade, e, numa ansiosa indagação, perguntam-se o que possa significar tal coisa, como explicitamos numa *dignidade*. E, sempre que admiram os estupendos efeitos do ímã sobre o ferro, nessa mesma idade mais advertida e bem mais esclarecida pelas filosofias, ainda asseveram: que o ímã teria uma oculta simpatia pelo ferro, convertendo, por tal modo, toda a natureza em um vasto corpo animado, que sente paixões e afetos, conforme nas *Dignidades* também se viu.

Mas, da mesma maneira pela qual, agora — e isso graças à natureza de nossas mentes humanas, muito afastada dos sentidos até no próprio povo, pelas muitas abstrações de que estão repletas as línguas, e tornada bastante sutil, com a arte de escrever, e como que espiritualizada com a prática dos números, que vulgarizada está pelos cômputos e pelos cálculos — é-nos defeso forjar a enorme imagem de tal mulher a que chamam "Natureza simpatética" (pois, enquanto pronunciam com a boca, nada têm na mente, dado que a mente deles braceja no falso, que nada é, nem se vêem socorridos já pela fantasia, de modo a poderem formar dela uma vastíssima imagem ficcional); assim também agora nos é naturalmente defeso poder penetrar na vasta imaginativa daqueles homens primevos, cujas mentes em nada eram abstratas, em nada refinadas, de forma alguma espiritualizadas, pois jaziam completamente imersas nos sentidos, totalmente embotadas pelas paixões, todas sepultadas nos corpos. Por isso foi que acima dissemos que agora apenas se poderá entender, mas jamais imaginar, como pensassem os primeiros homens que fundaram a humanidade gentílica.

Foi dessa maneira que os primeiros poetas teólogos elaboraram ficcionalmente para si a primeira fábula divina, a maior de quantas construíram depois. E foi Júpiter essa fábula, rei e pai dos homens e dos deuses, sempre na postura [de deus] tonante.[7] E foi uma fábula tão popular, perturbante e ilustrativa que eles próprios que a forjaram, nela creram, mediante terríficas religiões, que, segundo iremos logo demonstrar, todas o temeram, o reverenciaram e lhe respeitaram as prescrições. E, por aquela propriedade da razão humana que nas *Dignidades* vimos advertida por Tácito, tais homens tudo quanto viam imaginavam e até

[5] Confronte-se com Agostinho: *De Civitate Dei*, VII, 19. (N. do T.)
[6] Refere-se Vico à *Dignidade* n.º 108. (N. do T.)
[7] Confronte-se com Horácio, *Odes*, III, 5: *"Coelo Tonantem credidimus Iovem regnare* (. . .)": "Troando Júpiter, cremos que ele domina o céu". (N. do T.)

mesmo eles próprios faziam, acreditaram ser Júpiter. E a todo o universo de que se aperceberam assim como a todas as partes desse mesmo universo concederam o caráter entitativo de substância animada. Eis a história civil daquela expressão:

. . . Iovis omnia plena,[8]*:*

que, a seguir, Platão tomou pelo éter, que penetra e enche tudo.[9] Para os poetas teólogos, porém (como logo veremos), Júpiter não estava mais alto do que os cimos dos montes.

Aí os primeiros homens, que falavam por gestos, em virtude de sua natureza, creram que os raios e os trovões fossem acenos de Júpiter (de onde vem, depois, *nuo,* "acenar", que levou a chamar-se *numen* à "vontade divina", com uma sublimíssima idéia, apta a explicar a majestade divina). E creram que Júpiter comandasse por acenos, e que tais acenos fossem palavras reais, sendo a natureza a linguagem de Júpiter. Acreditaram, universalmente, as gentes que a adivinhação era a ciência dessa linguagem, pelo que se chamou, entre os gregos, "teologia", que quer dizer precisamente "ciência da fala dos deuses".[10] Atribuiu-se, assim, a Júpiter o temido domínio do raio, através do qual ele é rei dos homens e dos deuses. E se lhe atribuíram também dois títulos: um, de "ótimo", com o sentido de "fortíssimo" (como, às avessas, junto aos primeiros *fortus* significou o que para os derradeiros [latinos] significa *bonus),* e o outro, de "máximo", pelo seu corpo tão vasto como o céu. E por esse primeiro benefício feito ao gênero humano lhe veio o título de *sotér* ou de "salvador", porque não o fulminou [a ele, gênero humano] (sendo este o primeiro dos três princípios que extraímos desta *Ciência).* E veio-lhe o título de *stator* ou de "aquele que faz pararem os que fogem", porque fez pararem aqueles poucos gigantes em ferino divagar, constituindo-se, depois, nos princípios das gentes. O que os filólogos latinos assaz restringiram a um fato: o haver Júpiter, invocado por Rômulo, feito pararem os romanos que, na batalha com os sabinos, se tinham posto em fuga.

Daí, tantos Júpiteres, que causam espanto aos filólogos, pois cada nação pagã contou com o seu (dos quais todos os egípcios, como se disse nas *Dignidades,* em sua vacuidade diziam que o seu Júpiter Ámon foi o mais antigo). Daí, também, tantas histórias físicas conservadas para nós nas fábulas, que demonstram ter sido universal o dilúvio, como pusemos anteriormente nas *Dignidades.*

Assim, como se comentou nas *Dignidades* concernentes aos caracteres poéticos, Júpiter adquiriu, naturalmente, na poesia um caráter divino, ou melhor, um universal fantástico, a que todas as nações antigas da gentilidade reduziam todas as coisas dos auspícios, já que todas essas coisas deveriam ter sido, por natureza, poéticas. Já que começaram a sabedoria poética a partir desta metafísica poética

[8] "Tudo está repleto de Júpiter." — A expressão é de Vergílio: *Bucolica,* III, 60. (N. do T.)

[9] Para fugirmos a um anacronismo, qual seja de pospor Platão a Vergílio, temos que admitir acreditasse Vico ser muito antiga a expressão recolhida por Vergílio. Pertenceria ela a uma longeva tradição do mundo antigo. Sublinhe-se também, como notou Flora, que Vico adota, de modo forçado, um passo platônico do *Crátilo.* (N. do T.)

[10] Mais uma saborosíssima etimologia viquiana. *Se non è vero, è ben trovato,* poderíamos acrescentar. (N. do T.)

que focalizava Deus pelo atributo de sua providência. E chamaram-se "poetas teólogos", ou sábios porque compreendiam o falar dos deuses concebido com os auspícios de Júpiter. E foram denominados *divinos,* com o sentido de "adivinhos", a partir do étimo *divinari,* que em sentido próprio significa "adivinhar" ou "predizer". E a ciência dessas adivinhações passou a chamar-se "musa", definida acima por Homero como a ciência do bem e do mal, ou seja a adivinhação, a partir de cuja proibição estabeleceu Deus para Adão a sua religião verdadeira, como se referiu nas *Dignidades.* A partir dessa mística teológica os poetas foram chamados pelos gregos *mystae,* que Horário com justeza verteu para "intérpretes dos deuses",[11] que explicavam os divinos mistérios dos auspícios e dos oráculos. E desta ciência cada nação pagã contou com a sua sibila, de que temos pelo menos doze menções, pois as sibilas e os oráculos são as coisas mais antigas da gentilidade.

Com todas as coisas aqui enfocadas concorda o dito de Eusébio referido nas *Dignidades,* ao relatar ele as origens da idolatria. Isto é, que a gente primeva, simplória e rude, forjou-se os deuses *ob terrorem praesentis potentiae.* Assim, foi o temor que ficticiamente forjou os deuses no mundo. Porém, como se notou nas *Dignidades,* não nos forjaram uns para os outros, mas para si próprios é que eles próprios os criaram. Juntamente com o tal princípio da idolatria demonstrou-se também o princípio da adivinhação, aquela e esta provenientes de um só parto. A esses dois princípios segue-se o dos sacrifícios, que eles faziam para *procurare,* isto é, bem entender os auspícios.

Tal geração da poesia é-nos finalmente confirmada por esta sua eterna propriedade: que a sua matéria específica é o impossível crível, pois é impossível que os corpos sejam mentes (e acreditou-se que o céu tonante fosse Júpiter). Por isso não há campo em que mais se exercitem os poetas do que no cantarem as maravilhas operadas pelas magas por meio de feitiços.[12] O que se há de interpretar como um arcano sentido que têm as nações da onipotência de Deus. E dele nasce um outro, mediante o qual todos os povos são naturalmente levados a prestar infinitas homenagens à divindade. Deste ponto de vista, os poetas fundaram as religiões dos Gentios.

Mediante todas as questões aqui tratadas se põe por terra tudo quanto a respeito da origem da poesia foi anteriormente dito por Platão, depois por Aristóteles, até chegar-se a Patrizi, Scaligero e Castelvetro;[13] tendo-se inventado que em virtude de defeito do humano raciocínio a poesia nasceu tão sublime que para as filosofias que vieram a seguir, para as artes poéticas e críticas, e até para elas próprias [poesias] não adveio outra que com ela rivalizasse ou que lhe fosse superior. Daí se inferiu o privilégio mediante o qual Homero é o príncipe de todos os sublimes poetas, que são os heróicos, não menos pelo mérito do que pela idade.

[11] Cf. *Ad Pisones,* 391. (N. do A.)

[12] Nota Flora que Vico deve referir-se às magas dos poemas, desde a Circe da *Odisséia* à Armida da *Gerusalemme liberata.* (N. do T.)

[13] Eis autores e obras referidos por Vico: Platão, *República,* X, 4; Aristóteles, *Poética;* Francesco Patrizi (1529-1597), *Della Poetica...;* Giulio Cesare Scaligero (1484-1558), *Poetices libri septem;* Lodovico Castelvetro (1505-1571), *Sposizione della poetica di Aristotile.* (N. do T.)

Mas, a partir desta descoberta dos princípios da poesia, desvaneceu-se a opiniática afirmação de uma insuperável sabedoria dos antigos, tão empenhadamente buscada desde Platão até Bacon, *De sapientia veterum,* já que ela foi uma sabedoria vulgar de legisladores que fundaram o gênero humano e nunca uma sabedoria recôndita de sumos e raros filósofos. Pelo que, como aqui se empreendeu em relação a Júpiter, se patentearão consideravelmente importunos todos os sentidos místicos de altíssima filosofia atribuídos pelos doutos às fábulas gregas e aos hieróglifos egípcios. Quanto resultarão naturais os sentidos históricos que aquelas e estes naturalmente deveriam conter.

2. *COROLÁRIOS ACERCA DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DESTA CIÊNCIA*

I

Do que se disse até aqui, conclui-se que a providência divina, compreendida por aquele aspecto humano que podiam sentir homens rudes, selvagens e ferozes, que nos desesperados valimentos da natureza ainda desejam uma coisa superior à sua natureza, que os pudesse salvar (e que é o primeiro princípio sobre o qual fundamos o método da presente Ciência), permitiu-lhes ingressar no engano de temerem a falsa divindade de Júpiter, que os podia fulminar. E, assim, em meio aos nimbos daquelas primeiras tempestades e aos vislumbres dos relâmpagos, entreviram esta considerável verdade: que a providência divina mira a salvação de todo o gênero humano. De forma que esta Ciência, sob tal aspecto, começa por ser uma teologia civil racionalizada da Providência, originada primariamente a partir da sabedoria vulgar dos legisladores que fundaram as nações, mediante a contemplação de Deus, pelo atributo de providente, e, que a seguir se completa com a sabedoria arcana dos filósofos, que o explicitaram mediante raciocínio, na sua teologia natural.

II

Assim também começa uma filosofia da autoridade, que é outro aspecto principal da presente Ciência; tomando-se a palavra "autoridade" no seu primitivo significado de "propriedade". Nessa acepção é que se toma essa palavra na lei das XII Tábuas. Por isso se chamaram "autores", assim denominados no direito civil romano, aqueles sobre os quais temos razão de direito, que certamente deriva de *autós, proprius* ou *suus ipsius,* o que muitos eruditos gravam, sem aspiração, *auctor* e *auctoritas.*

E a autoridade começou primitivamente por ser divina. Com ela, a divindade reservou para si aqueles poucos gigantes, por nós referidos, ao aterrorizá-los propriamente no recesso e nos esconderijos das cavernas aos pés dos montes. Elas [as cavernas] são as argolas de ferro com que estiveram, pelo terror do céu e de Júpiter, ligados às terras os gigantes. E, nessas terras, ao produzir-se o primeiro raio do céu, dispersaram-se eles, e se viram por sobre os montes. Tais foram Tício

e Prometeu, presos por cadeias a uma alta rocha, cujo coração era devorado por uma águia, isto é, a religião dos auspícios de Júpiter. E, como os "tornou imobilizados pelo susto", foram, com frase heróica, chamados pelos latinos *terrore defixi,*[14] como aliás os pintores os desenharam, de mãos e pés encadeados pelas tais argolas de ferro, sob os montes.

Dessas argolas se formou a enorme cadeia, na qual Dionísio Longino admira a mais sublime de todas as fábulas homéricas. Essa cadeia, Júpiter, para provar que ele é o rei dos homens e dos deuses, propôs que, se de uma extremidade a puxassem todos os deuses e todos os homens, ele sozinho tomando da extremidade oposta os arrastaria a todos para dentro dela. Pretendam os estóicos que essa cadeia signifique a série eterna das razões, mediante a qual [série] o seu destino mantém cingido e ligado o mundo e perceberão que os mesmos não ficarão enredados, pois o arrastar os homens e os deuses com tal cadeia depende do arbítrio do próprio Júpiter. E eles [os estóicos] pretendem que Júpiter está sujeito ao destino...

Uma tal autoridade divina trouxe, por conseqüência, a autoridade humana, com toda a sua elegância filosófica de atributo próprio à natureza humana. Uma propriedade que não pode ser arrebatada ao homem, nem mesmo por Deus, sem [contemporaneamente] destruí-lo [a ele, homem]. Pois, com tal significado, disse Terêncio: *voluptates proprias deorum,* isto é, que a felicidade de Deus não depende de ninguém[15] [que lhe seja alheio]; e Horácio, afirmou *propriam virtutis laurum,* isto é, que o triunfo da virtude não pode ser-lhe roubado pela inveja; e César escreveu *propriam victoriam,* o que, de modo equívoco, Dionísio Petau observa não ser expressão latina, já que, com extraordinária elegância latina, significa uma "vitória que o inimigo não lhe podia arrebatar das mãos".[16]

Essa autoridade é o livre uso da vontade, já que o intelecto é uma potência passiva, sujeita à verdade. Por isso é que os homens, a partir desse primeiro ponto de todas as coisas humanas, começaram a celebrar a liberdade que tinha o humano arbítrio de frear os impulsos dos corpos, seja para de fato os sossegar, seja para lhes dar melhor orientação (o que é o empenho próprio dos que livremente agem, como afirmamos no *Método).* Eis por que aqueles gigantes se refizeram do vezo bestial de andarem vagando pela enorme selva da terra e se habituaram a um costume, radicalmente oposto, de deixarem-se estar escondidos e por longo tempo radicados dentro de suas cavernas.

A uma autoridade de natureza humana desse tipo, seguiu-se a autoridade do direito natural. Pois, com o ocuparem e permanecerem estáveis, durante muito tempo, nas terras, em que casualmente se depararam ao tempo dos primeiros

[14] "Imobilizados pelo terror." (N. do T.)

[15] *Da Altri,* escreveu Vico. (N. do T.)

[16] Eis os passos e/ou autores referidos por Vico: Terêncio, *Andria,* V, 5, 4; Horácio, *Odes,* II, 2, 21/24. Não se trata, contudo, de Dionísio Petau (observa Flora), mas de Dionísio Voss (1612-1633) em *C. I. Caesaris quae exant...,* que, de resto, apenas afirma não se conciliarem as expressões *propriam* e *expeditam.* (N. do T.)

raios, resultaram donos delas por ocupação, mediante uma longa posse, que é a fonte de todos os domínios do mundo.[17] Pelo que estes [os gigantes] são aqueles

pauci quos aequus amavit
Iupiter,[18]

e que, a seguir os filósofos transpuseram para aqueles que foram premiados por Deus com índoles boas para as ciências e para as virtudes. O sentido histórico de tal mote é, no entanto, que em seus esconderijos e em seus domínios eles se tornaram os príncipes das gentes ditas "maiores", cujo primeiro deus se aponta Júpiter, como se viu nas *Dignidades*. Tais gentes foram as antigas casas nobres, expandidas por muitas famílias, de que se compuseram os primeiros reinos e as primeiras cidades. A respeito das quais vieram até nós aquelas belíssimas frases heróicas dos latinos: *condere gentes, condere regna, condere urbes, fundare gentes, fundare regna, fundare urbes.*[19]

Esta filosofia da autoridade segue-se imediatamente à teologia civil racional da Providência, já que as provas teológicas dela, esta [a filosofia] com suas próprias razões filosóficas esclarece, discriminando as filológicas (cujas três provas foram mencionadas no *Método),* e, a respeito das coisas da obscuríssima antiguidade das nações, reduz a certeza o arbítrio humano, que por sua natureza é incertíssimo, como se viu nas *Dignidades*. O que corresponde a dizer-se que converte a filologia em uma forma de ciência.

III

O terceiro aspecto principal é uma história das idéias humanas, que, como há pouco vimos, começaram por idéias divinas, mediante a contemplação do céu efetuada com os olhos do corpo. Da mesma forma pela qual na ciência dos augúrios chamou-se entre os romanos *contemplari* o observarem-se as partes do céu, de onde provinham os augúrios ou se observam os auspícios. Tais regiões, descritas pelos áugures com os seus lítuos, chamavam-se *templa coeli,* de que provieram para os gregos os primeiros *theorémata* e *mathémata,* "divinas ou sublimes coisas que se hão de contemplar", que culminaram nas abstrações metafísicas e matemáticas. Esta, a história civil daquele mote:

A Iove principium musae;[20]

pois, como há pouco vimos, foi dos raios de Júpiter que começou a primeira musa, definida para nós por Homero como "a ciência do bem e do mal". Muito

[17] Observa Flora que Vico fixa princípios de direito contrastantes com os defendidos por Grócio e Pufendorf. (N. do T.)

[18] O passo é vergiliano: *Eneida,* VI, 129/130, e quer dizer: "Aqueles poucos [descendentes dos deuses] aos quais o favorável Júpiter amou". (N. do T.)

[19] "Estabelecer as famílias e/ou raças, os reinos, as cidades; fundar [construir e/ou assentar] as raças, os reinos, as cidades." (N. do T.)

[20] Vergílio, *Bucolica,* III, 60: *Ab Jove principium, Musae; Jovis omnia plena:* Comecemos por Júpiter, ó Musas; já que de Júpiter tudo está repleto. (N. do T.)

apropriado e fácil pareceu aos filósofos introduzir aí a sentença: que "o princípio da sabedoria é a piedade".[21] De modo que a primeira musa deve ter sido Urânia, que contemplava o céu, a fim de colher os augúrios. E que depois passou a significar a astronomia, como logo mais se verá.[22] E, como atrás dividimos a metafísica poética em todas as suas ciências subalternas (todas, poéticas, da mesma natureza de sua mãe), assim também esta história das idéias nos dará as rudes origens tanto das ciências práticas (que empregam as nações) quanto das ciências especulativas (que, agora cultivadas, são celebradas pelos doutos).

IV

Um quarto aspecto é uma crítica filosófica, que nasce da supramencionada história das idéias. Tal crítica ajuizará do verdadeiro acerca dos autores das mesmas nações, em que devem decorrer bem mais de mil anos para ali poderem surgir os escritores, que são o objeto dessa crítica filológica. Essa crítica filosófica, começando de Júpiter, nos fornecerá uma teogonia natural, isto é, a geração dos deuses naturalmente constituída nas mentes dos autores da gentilidade, que, por natureza, foram poetas teólogos. E os doze deuses das gentes consideradas "maiores", as idéias dos quais por aqueles [escritores] foram fantasticamente forjadas, de tempo em tempo, segundo determinadas necessidades ou conveniências humanas dos mesmos, estabelecem-se quais doze épocas miúdas, às quais hão de reduzir-se os tempos em que nasceram as fábulas. Assim, tal teogonia natural nos subministrará uma cronologia racional da história poética, pelo menos uns novecentos anos antes de ter, depois do tempo heróico, os seus primeiros inícios a história vulgar.

V

Quinto aspecto será uma história ideal eterna, sobre que vão decorrer, no tempo, as histórias de todas as nações, que, por todas as partes, a partir de tempos selvagens, ferozes e violentos, começam os homens a civilizarem-se com as religiões. Estas começam, procedem e terminam com aqueles graus meditados neste livro segundo, e se retomam no livro quarto, onde iremos tratar do curso que cumprem as nações, e com a reiteração *(ricorso)* das coisas humanas, que abordaremos no livro quinto.[23]

VI

O sexto aspecto é um sistema do direito natural das gentes, que, a partir das famílias *(delle genti)*, que é onde começa a matéria para uma das *dignidades* já

[21] Uma glosa viquiana a *Salmos*, 110, 10; *Provérbios*, 1,7 e 9,10 e *Eclesiástico*, 1,16 *et passim*, onde se lê *Initium sapientiae timor Domini:* o início da sabedoria está (é o) no temor do Senhor (para Vico, a *piedade* = temor de Deus). (N. do T.)

[22] Na *Teogonia* (77/79) de Hesíodo, Urânia é a oitava musa, observa Flora. (N. do T.)

[23] Trata-se de um dado basilar na filosofia viquiana, isto é, a teoria dos *corsi* e *ricorsi*, vale dizer, as ocorrências e recorrências e/ou reiterações cíclicas dos fenômenos históricos. (N. do T.)

explicada, devia começar a doutrina de que tratam os seus três príncipes: Grócio, Selden e Pufendorf.[24] Nisto, em comum, todos os três erraram, pois começaram-na da metade para baixo, isto é, a partir dos últimos tempos das nações já em vias de se civilizarem *(ingentilite)*, e, pois, de homens iluminados pela razão natural já explícita *(tutta spiegata)*, de que saíram os filósofos, que se alcandoraram a meditar uma perfeita idéia de justiça.

Primeiramente, [equivocou-se] Grócio, que justamente pelo seu grande afeto pela verdade, prescinde da providência divina e declara que o seu sistema de si próprio baste para regulamentar precisamente até mesmo todo e qualquer conhecimento de Deus. Pelo que todas as censuras, que em um grande número de matérias faz contra os jurisconsultos romanos, não lhes dizem respeito de forma alguma, assim como [também não dizem respeito] àqueles que, havendo tomado como princípio dele [direito natural] a providência divina, projetaram tratar do direito natural das gentes, e não do direito dos filósofos, nem daquele dos teólogos morais.

Depois, [errou] Selden, ao considerá-la como um pressuposto,[25] sem levar em consideração, de nenhuma forma, a inospitalidade dos primeiros povos, nem a divisão que o povo de Deus estabelecia, para todo o universo das nações de então, entre hebreus e gentios. Também não atentou para um ponto: isto é, que, justamente por haverem os judeus perdido de vista o seu direito natural, no tempo de escravidão no Egito, precisou Deus reconstituí-lo para eles, com a Lei que deu a Moisés sobre o monte Sinai. Não se apercebeu de um outro ponto: que Deus, na sua Lei, proíbe até mesmo os pensamentos menos justos, dos quais nenhum dos legisladores mortais jamais cuidou. Para não falarmos das origens ferinas *(bestiali)* de todas as nações gentílicas, que nesta obra ponderamos. E, se pretende que os hebreus o tenham ensinado depois aos Gentios, resulta-lhe impossível poder prová-lo, levando-se em conta a confissão magnânima de Flávio Josefo[26] confirmada pela grave reflexão de Lactâncio, atrás referida,[27] e pela inimizade que, conforme também já vimos, existiu entre os hebreus e os pagãos, inimizade essa que eles [os judeus] ainda conservam, mesmo dispersos, agora, por todas as nações.

E, por último [errou] Pufendorf, que parte de uma hipótese epicurista. E vê o homem lançado neste mundo sem nenhum auxílio ou cuidado de Deus. E, embo-

[24] Grócio, já referido na 114.ª dignidade é Huig e Groot (1583-1645). Selden é John Selden (1584-1654), autor do célebre *De Iure Naturali et Gentium*... Pufendorf é Samuel von Pufendorf (1632-1694), autor, entre outros, do *De officio hominis et civis iuxta legem naturalem*. (N. do T.)

[25] Entenda-se: ter como um pressuposto a existência de uma lei providencial dupla: uma para os hebreus, uma para os pagãos.
Flora recorda que Selden, na obra *De iure naturali et gentium iuxta disciplinam Hebraeorum*, supõe duas leis divinas ditadas aos homens, antes da lei mosaica revelada apenas para os hebreus. Foi por isso que, para tornar mais acessível ao leitor esse difícil passo de Vico, tivemos que oferecer uma interpolação esclarecedora. (N. do T.)

[26] Refere-se a uma afirmação daquele escritor nas Antiguidades Judaicas, onde se comprova que os hebreus, nos tempos de Homero e de Pitágoras, eram desconhecidos dos povos mediterrâneos seus vizinhos e dos povos ultramarinos. Vico faz menção de tal fato no número XXXIV da seção *Dello stabilimento de' principii*, que não traduzimos. (N. do T.)

[27] Na dignidade 38. (N. do T.)

ra se tenha em parte reformulado, através de uma específica dissertação, em que se justifica, contudo, sem o primeiro princípio da Providência, não pode pretender abrir a boca para tratar do direito, como ouvimos dizer Cícero e Ático, que era epicurista, ao disputar com ele a respeito das leis.

Por todas essas razões, começamos a tratar do direito a partir deste primeiro ponto antiqüíssimo de todos os tempos, denominado pelos latinos *ius,* forma contrata do antigo *Ious,* isto é, daquele momento em que nasceu na mente, nos príncipes das gentes, a idéia de Júpiter. No que, à maravilha, os latinos concordam com os gregos, os quais, para nossa perfeita alegria, conforme observa Platão no *Crátilo,* havendo primeiramente chamado ao direito de *diaîon,* que quer dizer *discurrens* ou *permanans* (cuja origem filosófica ali se intrometeu a partir do próprio Platão, que, com erudita mitologia toma Júpiter como o éter, que penetra e flui por tudo, mas cuja origem histórica provém do mesmo Júpiter, que também os gregos denominaram *Diós,* de onde provêm para os latinos as expressões *sub dio* e seu equivalente *sub Iove,* para dizerem "a céu aberto"), e que, depois, por elegância expressiva teriam dito *díkaion.*[28]

Pelo que começamos a tratar do direito, que primeiramente nasceu divino, com a propriedade mediante a qual nos falou a adivinhação, ou seja a ciência dos auspícios de Júpiter, que correspondeu às *coisas divinas,* parâmetro de que se serviram as gentes para regular todas as *coisas humanas.* Aquelas e estas[29] constituem para a jurisprudência a totalidade de seu adequado objeto. Assim, começamos a tratar do direito natural, a partir da idéia dessa providência divina, com a qual congenitamente nasceu a idéia do direito. Este, como anteriormente se apontou o modo, começou por ser naturalmente a observar, desde os princípios das gentes propriamente ditas e mesmo desde suas mais antigas espécies, que se chamaram "gentes maiores", das quais Júpiter foi o primeiro deus.

VII

Sétimo e último dos principais aspectos desta Ciência é o dos princípios da história universal. Começa esta deste primeiro momento de todas as coisas humanas da gentilidade, com a primeira idade do mundo, que os egípcios diziam ter ocorrido antes deles: a idade dos deuses. Nela começa o Céu a reinar na terra e a produzir enormes benefícios para os homens, como se disse nas *Dignidades.* Começa a idade do ouro dos gregos, na qual os deuses praticavam com os homens, na terra, como aqui mesmo têmos visto haver começado a fazer Júpiter.

[28] Na verdade, os gregos tinham a palavra *Dís, diós,* para designarem Júpiter (aliás, por erro tipográfico, na edição de Flora, vem com lambda ao invés de delta). E contavam com o adjetivo triforme *Dîos, dîa, dîon,* com o sentido de *divino.* Dispunham também, a partir de *díkaios, on,* forma adjetiva de *Díke, es* (= *justiça*), para significar *justo.* Confessamos não atinar com o porquê de haver Vico preferido a forma do genitivo, para o nome de Júpiter. Há outras derivações etimológicas de Vico, que nos escapam. (N. do T.)

[29] Vale dizer: as coisas divinas e as humanas. (N. do T.)

E, assim, os poetas gregos desta primeira idade do mundo contaram-nos nas suas fábulas, de modo fiel, o dilúvio universal, descrevendo-nos o estado natural dos gigantes. Com o que narraram para nós, com autenticidade, os princípios da história universal profana.[30] Sucede, porém, que os pósteros não lograram sintonia com as fantasias dos primeiros homens, que fundaram a gentilidade, fantasias essas que lhes fazia parecer verem eles aos deuses. Não se conseguiu, também, a exata significação da palavra "aterrar", que para eles correspondia a "fazer ir para debaixo da terra". Ora, isto queria referir-se ao fato de viverem os gigantes em cavernas situadas nos sopés das montanhas. Já as tradições, junto a gentes sumamente crédulas, subverteram excessivamente tal fato, a ponto de referir-nos que os gigantes teriam colocado, uns sobre os outros, os montes Olimpo, Pélio e Ossa, a fim de expulsarem os deuses do céu, (que, aliás, os primeiros gigantes, ímpios, sobre não o combaterem, nem sequer o conheciam [ele, céu], antes que Júpiter dali fulminasse). Tal céu, compreendido pelas mentes gregas, sempre mais desenvolvidas, como imaterial excelsitude, para os gigantes era simplesmente o cimo dos montes, como já iremos ver. Tanto é assim que a fábula[31] deve ter-se fixado depois de Homero e/ou ter sido atribuída a Homero, a partir da *Odisséia,* pois ao tempo dele [Homero] bastaria que rolasse o monte Olimpo para fazer caírem os deuses, que Homero, na *Ilíada,* sempre refere albergados sobre o cimo do monte Olimpo.

Ora, por todas essas razões, faltou-nos, até agora, o princípio [da história], e, por nos ter faltado, até agora, a cronologia racional da história poética, obviamente nos faltou, ainda, a perpetuidade da história universal profana.

[30] Confronte-se com as dignidades 46.ª e 16.ª (N. do T.)

[31] Entenda-se: da escalada dos gigantes, para a expulsão dos deuses. (N. do T.)

[Capítulo] III

Da lógica poética

1. *Da lógica poética*

Ora — considerando-se que aquela que é metafísica, enquanto contempla as coisas por todos os gêneros do ser, é-o, contemporaneamente, lógica, enquanto considera as coisas por todos os gêneros de suas significações —, assim como a poesia foi para nós considerada como uma metafísica poética, mediante a qual os poetas teólogos imaginaram os corpos freqüentemente como substâncias divinas, assim também, a própria poesia agora se considera como lógica poética, enquanto significa as próprias coisas.

"Lógica" procede da palavra *lógos*, que originária e propriamente significou "fábula", no italiano traduzido por *favella*. E a fábula também se chamou para os gregos *mũthos*, que resulta para os latinos *mutus*,[1] pois, nos tempos mudos (*ne' tempi mutoli*) nasceu como linguagem mental — eis que Estrabão, num passo áureo, disse ter a linguagem mental aparecido antes da linguagem vocal, isto é, antes da articulada.[2] Por isso, *lógos* tanto significa "idéia" quanto "palavra". E isto foi, convenientemente, assim disposto pela providência divina naqueles tempos religiosos, à vista daquela propriedade eterna: que mais vale para as religiões meditar-se do que falar delas. Daí resulta que tal língua primitiva, nos primeiros tempos mudos das nações, como se viu nas *Dignidades*, deve ter começado por acenos, ações ou sinais (*corpi*) que tivessem relações naturais com as idéias. Por isso, *lógos* ou *verbum* significou também "fato" para os hebreus; e, "coisa" para os gregos, como observa Tomás Gataker, *De instrumenti stylo*.[3] E *mũthos* também nos chegou definida *vera narratio*, isto é, "falar verdadeiro", o "falar natural" que Platão, por primeiro, e, depois Jâmblico, disseram que se falou, uma vez, no mundo. E, por o terem dito advinhando (como vimos nas *Dignidades*), a Platão sucedeu gastar tempo inutilmente no *Crátilo*, para o inventar, e, por isso mesmo, foi atacado por Aristóteles e por Galeno. Porque esse tal falar primitivo, que foi o dos poetas teólogos, não foi um falar segundo a natureza dessas tais coisas (qual terá sido a língua sagrada inventada por Adão, a quem Deus concedeu a divina

[1] *Favella* do italiano corresponderia em português a "faculdade de falar", língua, idioma, linguagem. A etimologia *mutus*, a partir de *mito* (palavra grega) é absolutamente arbitrária, como nota Flora (N. do T.)

[2] Na verdade, Estrabão não trata de uma língua mental (muda) anterior à linguagem vocal. Trata apenas da anterioridade da poesia (verso) sobre a prosa. (N. do T.)

[3] Gataker (1574-1654), *De novi instrumenti stylo*, in *Opera Critica*, Utrecht, 1698. (N. do T.)

onomathesía, isto é, imposição dos nomes às coisas, segundo a natureza de cada uma), mas foi um falar fantástico, mediante substâncias animadas, a maior parte das quais imaginadas divinas.

Assim, Júpiter, Cibele ou Berecíntia, Netuno, por exemplo, inicialmente apontando, mudos, explicaram tratar-se de substâncias do céu, da terra, do mar, tidos por eles como divindades animadas. Por isso, com verdades dos sentidos, acreditaram deuses. E com essas três divindades, em função do que acima dissemos a respeito dos caracteres poéticos,[4] explicavam todas as coisas respeitantes ao céu, à terra e ao mar. E, de modo igual, com outras [divindades] significavam as espécies das demais coisas pertinentes a cada uma divindade: todas as flores a Flora; todos os frutos a Pomona.

Veja-se que nós, ao contrário, assim agimos com as coisas do espírito. Das faculdades da mente humana, por exemplo, das paixões, das virtudes, dos vícios, das ciências, das artes, das quais formamos idéias geralmente de mulheres, a elas reduzindo todas as razões, as propriedades e, enfim, todos os efeitos que a cada uma dizem respeito. Isso porque, sempre que desejamos projetar para fora do entendimento coisas espirituais, devemos socorrer-nos da fantasia, para as podermos explicar, e, como pintores, fingir delas imagens humanas.

Já esses poetas teólogos, não podendo fazer uso do entendimento, com um mais sublime trabalho, muito diverso do nosso, deram sentidos e paixões, como há pouco vimos, aos corpos, e a vastíssimos corpos quantos são o céu, a terra, o mar. Como depois decrescessem tão vastas fantasias e se robustecessem as abstrações, converteram-se em seus pequeninos sinais. E a metonímia expôs, na forma de doutrina as até hoje sepultas origens das coisas humanas. E Júpiter se fez para eles tão pequeno e tão leve que é levado aos ares por uma águia, assim como Netuno, sobre um delicado coche, pelo mar; e Cibele assenta-se sobre um leão.

As mitologias, pois, devem ter sido as próprias linguagens das fábulas (e é esse precisamente o significado dessa palavra). De modo que, sendo as fábulas, como acima se demonstrou, gêneros fantásticos, as mitologias devem ter sido as suas próprias alegorias. Tal nome, como se observou nas *Dignidades*, foi-nos definido *diversiloquium,* enquanto, com identidade não de proporção mas, para dizê-lo ao modo da escolástica, de predicabilidade, elas significam as diversas espécies ou os diversos indivíduos compreendidos sob esses gêneros: tanto assim é, que devem ter uma significação unívoca, que compreenda uma razão comum às suas espécies ou indivíduos (como Aquiles, uma idéia de valor, comum a todos os fortes; ou Ulisses, uma idéia de prudência, comum a todos os sábios). De forma que alegorias que tais devem ser as etimologias dos falares poéticos, que no-las dêem todas as suas origens unívocas, assim como as dos falares vulgares o são mais ou menos análogas. E nos chegou até mesmo a definição da palavra "etimologia", que é o mesmo que *veriloquium,* assim como a própria fábula foi definida *vera narratio*.

[4] Confira-se a *Dignidade* 57.ª. (N. do T.)

2. *COROLÁRIOS A RESPEITO DOS TROPOS, DOS MONSTROS MITOLÓGICOS E DAS METAMORFOSES POÉTICAS*

Todos os primeiros tropos são corolários desta lógica poética. Deles, a mais luminosa e, por mais luminosa, a mais necessária e a mais espessa é a metáfora, que tanto mais louvada se faz quanto às coisas insensatas ela dá sentido e paixão, em razão da metafísica pouco acima explicada. Pois os primeiros poetas deram aos corpos o grau entitativo de substâncias animadas, capacitadas, no entanto, apenas de quanto lhos pudessem conferir, isto é, de sentido e de paixão, e assim deles [sentido e paixão] se fizeram as fábulas. De modo que cada metáfora, assim constituída, vem a ser uma fabulazinha minúscula. Dá-se-nos, pois, esta crítica a respeito do tempo em que nasceram eles nas línguas: que todas as metáforas assumidas com similitudes tomadas aos corpos, de forma a significarem trabalhos de mentes abstratas devem ser dos tempos nos quais começaram a desbastarem-se as filosofias. [5] Demonstramo-lo a partir de um fato: que em toda língua os termos indispensáveis para as artes cultas e para as ciências arcanas têm suas origens aldeãs (*contadinesche*).

Isto é digno de nota: que em todas as línguas a maior parte das expressões a respeito de coisas inanimadas efetuam-se mediante translações do corpo humano e de suas partes, assim como dos sentidos humanos e das humanas paixões. Assim, *cabeça*, por cimo ou princípio; fronte, espáduas, adiante e atrás; olhos das videiras ou os que se chamam os primeiros lumes penetrados nas casas; boca, toda e qualquer abertura; lábios, bordas de um vaso ou de outro; dente do arado, do rastelo, da serra, do pente; barbas, as raízes; língua do mar; fauce ou foz dos rios ou montes; garganta de terra; braço do rio; mão, por pequeno número; seio do mar, isto é, golfo; flancos ou lados, os cantos; costas do mar; coração, por meio (que os latinos chamam de *umbilicus*); perna ou pé de países, e pé por confim; planta por base ou fundamento; carne e ossos dos frutos; veio de água, pedra ou mina; sangue da videira, o vinho; vísceras da terra; ri o mar, o céu; sopra o vento; murmura a onda; geme um corpo sob um grande peso; e os campônios do lácio diziam *sitire agros, laborare fructus, luxuriari segetes.* [6] Já os nossos camponeses dizem: "amarem-se as plantas, endoidecerem as vides, lacrimejarem os freixos. E há inumeráveis expressões similares que se podem recolher em todas as línguas.

Isto acompanha o que referimos naquela *Dignidade:* [7] que o homem ignorante se faz regra do universo, assim como nos exemplos oferecidos ele, a partir de si próprio, erigiu um mundo inteiro. Porque, assim como a metafísica racional ensina que *homo intelligendo fit omnia*, assim esta metafísica fantástica comprova que *homo non intelligendo fit omnia.* E talvez mais razoável será dizer isto do que

[5] Nota Flora que só então elas se converteram em metáforas, pois, antes, nos tempos poéticos, constituíam um só corpo com a poesia, já que não nascera ainda a abstração filosófica. (N. do T.)

[6] Expressões respectivamente de Cícero, Horácio e Ovídio: estarem sedentos os campos, trabalhar (formar) os frutos, explodirem as sementeiras. (N. do T.)

[7] Confira a 1.ª. (N. do T.)

aquilo, pois que o homem com o entender desenvolve a sua mente e compreende essas coisas, mas com o não entender ele se faz essas coisas, e, com o transformar-se nelas, torna-se elas próprias.

2

Por força dessa mesma lógica, parto da metafísica, os primeiros poetas devem ter dado às coisas os nomes, a partir das idéias mais particulares e sensíveis. Eis as duas fontes, esta da metonímia e aquela da sinédoque. Daí porque a metonímia dos autores pelas obras nasceu de os autores serem mais nomeados do que as obras; e o dos sujeitos pelas suas formas e adjuntos nasceu porque, como o demonstramos nas *Dignidades*, não sabiam abstrair dos sujeitos as formas e as qualidades dos mesmos. Certamente a das causas pelos seus efeitos correspondem a minúsculas fábulas, mediante as quais imaginaram-se serem mulheres vestidas dos seus efeitos, sendo, por isso mesmo, feia a Pobreza, triste a Velhice e pálida a Morte.

3

A sinédoque passou para *transporte* depois, como o elevarem-se os particulares a universais ou a comporem-se as partes com as demais com as quais compunham as suas integralidades. "Mortais" chamaram-se propriamente, ao início, tão-somente os homens, únicos a sentirem-se mortais. O "cabeça", por "homem" ou pela "pessoa", tão freqüente no latim vulgar, porque dentro dos bosques só viam de longe a cabeça do homem. E a palavra "homem" é vocábulo abstrato, que compreende, como em um gênero filosófico, o corpo e todas as partes do corpo, a mente e todas as faculdades da mente, o espírito e todos os hábitos do espírito.

Assim deve ter sucedido que *tignum* e *culmen* com toda propriedade significaram "travezinha" e "palha" no tempo das palhoças. Depois, com o polimento das cidades, significaram toda a matéria e o acabamento dos edifícios. Assim *tectum* pela "casa" toda, porque nos primeiros tempos uma cobertura valia por uma casa. Assim, *puppis* pela "nave", porque, sendo elevada, será a primeira a ser divisada pelos que estão em terra; como nos tempos bárbaros recorrentes[8] se disse uma "vela" por uma "nave". Assim, *mucro*[9] por "espada", porque esta palavra abstrata, como um gênero, compreende pomo, talhe e ponta, sendo que eles sentiram pavor foi mesmo pelas pontas... Assim, a matéria pelo todo dela constituído, como "ferro" pela "espada", pois não sabiam abstrair as formas da matéria.[10] Aquele nastro de sinédoque e de metonímia:

[8] Isto é, a Idade Média. Recorde-se que Vico apregoa uma reiteração cíclica dos tempos históricos. E sua teoria dos *corsi* e *ricorsi*. (N. do T.)
[9] Ponta, extremidade pontuda. (N. do T.)
[10] Sua constituinte. (N. do T.)

Tertia messis erat[11]

nasceu, sem dúvida, de uma necessidade natural, porque devem ter decorrido mais de mil anos para surgir entre as nações este vocábulo astronômico "ano"; assim como na zona rural florentina ainda dizem *abbiamo tante volte mietuto*[12] para significar "tantos anos". E aquele grupo de duas sinédoques e de uma metonímia:

Post aliquot, mea regna videns, mirabor, aristas[13]

em muito acusa a infelicidade dos primeiros tempos aldeões, nos quais, para expressar-se diziam "tantas espigas", que são particulares mais das messes, para indicar "tantos anos", e, porque a expressão era muito infeliz, os gramáticos ali supuseram muito de artístico.

4

A ironia certamente não pôde começar senão nos tempos da reflexão, porque ela forma-se a partir do falso, em virtude de uma reflexão que assume máscara de verdade. Aqui nasce um grande princípio de coisas humanas, que confirma a origem da poesia aqui inventada: que os primeiros homens da gentilidade tendo sido tão simplórios quanto as crianças, que por natureza são verazes, as primeiras fábulas não puderam fingir nada de falso. E terão sido, necessariamente, como acima as definimos, narrativas verdadeiras.

5

Por todas essas razões se demonstrou que todos os tropos (que ao todo se reduzem a estes quatro)[14], até hoje tidos em conta de engenhosíssimos inventos dos escritores, corresponderam a necessaríssimos modos de expressarem-se todas as primeiras nações poéticas, guardando, em sua origem, toda a sua nativa propriedade. Depois, no entanto, com o progressivo desenvolver-se da mente humana, inventaram-se as palavras que significam formas abstratas, ou gêneros que compreendiam as suas espécies, ou que compunham com suas partes as integralidades, passando tais falares das nações primitivas a *transportes*.[15] E aqui começam a esboroar-se aqueles dois erros comuns dos gramáticos: ser próprio o falar dos prosadores, e, impróprio o dos poetas; que primeiro existiu o falar em prosa, e, depois o do verso.

6

Os monstros [mitológicos] e as metamorfoses poéticas resultaram, por necessidade, da primeira natureza humana, qual definimos nas *Dignidades*, não

[11] Era já tempo da terceira ceifa. (N. do T.)

[12] Colhemos já tantas vezes. (N. do T.)

[13] Vergílio, *Bucolica*, I, 69, na forma interrogativa, diz Melibeu: Poderei ainda um dia rever meus campos... *E, ao rever aquilo que foi meu domínio, será que não irei deparar, com doloroso espanto, apenas algumas espigas?* (N. do T.)

[14] Metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. (N. do T.)

[15] Translatos. (N. do T.)

poder abstrair as formas ou as propriedades dos sujeitos. Daí, com a sua lógica, precisaram compor os sujeitos para compor as formas, ou destruir um sujeito para dividir a sua forma primeira da forma contrária ali introduzida. Tal composição de idéias elaborou os monstros poéticos. Como no raciocínio romano, na observação de Antoine Favre na *Jurisprudência papinianéia*,[16] chamam-se "monstros" os partos provindos de meretrizes, pois têm natureza de homens, e, conjuntamente, propriedades de animais, por serem nascidos de concúbitos vagabundos, isto é, incertos. Tais os monstros (oriundos de mulher honesta, sem a solenidade das núpcias) que a lei das XII Tábuas ordenava fossem lançados no Tibre.

7

A distinção das idéias produziu as metamorfoses como, entre as outras conservadas para nós pela jurisprudência antiga, também os romanos nas suas frases heróicas nos legaram aquela *fundum fieri* por *auctorem fieri*, porque como a herdade sustém a terra ou o solo e tudo quanto seja ali semeado, plantado ou edificado, da mesma maneira o aprovador[17] sustém o ato, que, sem a aprovação dele ruiria, já que o aprovador, de móvel que é, toma a forma de coisa imóvel.

3. *COROLÁRIOS A RESPEITO DO FALAR POR CARACTERES POÉTICOS DAS PRIMEIRAS NAÇÕES*

A linguagem poética, conforme por força desta lógica poética consideramos, flui por tanto tempo pelo tempo histórico, como os grandes e rápidos rios se esparzem dentro do mar, conservando doces as águas para ali levadas com a violência do curso. Isto, em virtude daquilo que nos disse Jâmblico, nas *Dignidades:* haverem os egípcios referido a Mercúrio Trimegisto todos os inventos úteis à vida humana. Esse dito, aliás, se confirma com aquela outra *dignidade,* segundo o qual "as crianças com as idéias e nomes de homens, mulheres e coisas, que pela primeira vez viram, aprendem e chamam, a seguir, todos os homens, mulheres e coisas, que tenham com os primeiros alguma semelhança ou relação", sendo esta a grande fonte natural dos caracteres poéticos, com os quais naturalmente pensaram e falaram os povos primitivos. E nós comentamos nas *Dignidades:* se Jâmblico houvesse refletido sobre a natureza das coisas humanas e, a propósito, tivesse ali feito uso de tal costume, por ele referido, dos antigos egípcios, certamente não haveria ele introduzido nos mistérios da sabedoria vulgar dos egípcios os sublimes mistérios de sua sabedoria platônica.

Ora, levados em conta essa natureza das crianças e esse costume dos egípcios, afirmamos que a linguagem poética, em virtude desses caracteres poéticos,

[16] Não é de Antoine Favre (1557-1624), mas de opinião de Domenico Caravita, citada por Favre, observa Nicolini. (N. do T.)

[17] O que sustém o direito. (N. do T.)

pode subministrar-nos muitas e importantes descobertas a respeito da antiguidade.

1

Sólon deve ter sido algum sábio [bem aparelhado] de sabedoria vulgar, e terá sido chefe da plebe nos primeiros tempos em que Atenas era uma república aristocrática. A história grega preservou-nos este fato, ao narrar que no seu início Atenas foi ocupada pelos *optimates* — o que nós nos presentes livros demonstraremos aplicar-se universalmente a todas as repúblicas heróicas, nas quais os heróis ou nobres, através de uma certa natureza julgada de origem divina, segundo a qual afiançavam serem eles próprios deuses, sendo seus, por via de conseqüência, os auspícios divinos; em virtude desses auspícios, reservavam de modo exclusivo para as suas ordens todos os direitos públicos e privados das cidades heróicas. Para os plebeus, que julgavam provenientes de origem bestial, e, por conseqüência, homens sem deuses e, pois, sem auspícios, concediam tão-somente os exclusivos usos da liberdade natural (o que corresponde a um considerável princípio de coisas racionalmente tratadas ao longo de quase toda a presente obra). Sólon terá também advertido os plebeus, levando-os refletirem por si próprios e a que se reconhecessem participarem com os nobres de uma mesma natureza humana, razão pela qual deveriam eles ser igualados a aqueles no direito civil. Se é que tal Sólon não terá correspondido a um símbolo dos próprios plebeus atenienses, vistos sob este aspecto.

Razão pela qual também os romanos antigos devem ter tido entre si algo como um seu Sólon. Pois, entre eles [romanos] os plebeus, nas contendas heróicas com os nobres, quais no-las relatam os fatos históricos antigos de Roma, afirmavam: os pais, de que Rômulo tinha composto o senado (e de que provinham os próprios patrícios) *non esse caelo demissos,*[18] isto é, que não tinham a alegada origem divina de que se vangloriavam, sendo que Júpiter era para todos o mesmo. Eis a origem daquele mote.

. . . *Iupiter omnibus aequus,*[18]

em que depois os doutos introduziram aquela opinião: que as mentes são todas iguais e que se diversificam pela diversa organização dos corpos e pela diversa educação civil. Refletindo dessa forma, os plebeus romanos começaram a igualar com os patrícios a liberdade civil, até que de fato converteram a república romana de aristocrática em popular, como por hipóteses vimos nas *Anotações à Tábua cronológica,* quando tivemos por mira a lei Publília,[19] e que veremos de fato não apenas referir-se à romana, mas ter ocorrido o mesmo com todas as outras antigas repúblicas. E mediante razões e autoridades iremos demonstrar que universal-

[18] "Não terem sido lançados do céu." A expressão é de Lívio, X, 8. A segunda frase, que parece ser uma variante de *Eneida,* X, 3, quer dizer: "Júpiter, que é igual para todos". (N. do T.)

[19] Trata-se de passos que não foram por nós traduzidos. (N. do T.)

mente, começando de tal reflexão de Sólon, as plebes dos povos nelas mudaram as repúblicas, de aristocráticas em populares.

Converteu-se, pois, a Sólon em autor daquele célebre mote *Nosce te ipsum*[20] que, por sua grande utilidade civil para o povo ateniense, foi inscrito em quase todos os lugares públicos daquela cidade.[21] Quiseram depois os eruditos ver nele uma grande admoestação, como de fato é, no âmbito das coisas metafísicas e morais, e, por causa dela Sólon foi tido como sábio hábil por sua arcana sabedoria, e convertido num dos sete sábios da Grécia. Sob este aspecto, e por que de tal reflexão começaram em Atenas todas as ordens e todas as leis que formam uma república democrática, é por isso mesmo, levada em conta a maneira de pensar mediante caracteres poéticos dos primeiros povos, tais ordens e tais leis, assim como para os egípcios todas as invenções úteis à vida civil humana se atribuíram a Mercúrio Trimegisto, todas foram atribuídas a Sólon pelos atenienses.

2

Assim [também] a Rômulo devem ser atribuídas todas as leis respeitantes às ordens.

3

E a Numa [foram atribuídas] tantas [leis] respeitantes às coisas sagradas e às cerimônias divinas, nas quais resultou, pois, em seus tempos de maior pompa, a religião romana.

4

A Túlio Hostílio, todas as leis e ordens da disciplina militar.

5

A Sérvio Túlio, o recenseamento, fundamento das repúblicas democráticas, bem como outras leis, em número relevante, no que tange à liberdade popular, pelo que foi aclamado por Tácito *praecipuus sanctor legum.*[22] Porque, como iremos demonstrar, o censo de Sérvio Túlio foi planificações das repúblicas aristocráticas, através da qual os plebeus conseguiram dos nobres o domínio bonário dos campos, em razão do qual se criaram, a seguir, os tribunos da plebe, para defender para eles este coeficiente de liberdade natural. Esses tribunos, a seguir, e a pouco e pouco, fizeram com que lhes fosse reconhecida a liberdade civil plena. É por isso que o recenseamento de Sérvio Túlio (já que ali começaram as ocasiões e os pretextos) converteu-se na planificação da república popular romana, como

[20] "Conhece-te a ti mesmo" — Esta frase foi também atribuída a Tales e a outros pensadores. (N. do T.)
[21] A tradição mais comum é de que essa frase increveu-se no templo de Apolo, em Delfos. (N. do T.)
[22] Tácito, *Anais,* III, 26. A expressão tacitiana quer dizer: "precípuo legislador". (N. do T.)

deixamos explicado, por via de hipóteses, nas anotações à lei Publília, e como, de fato, haveremos de comprovar como verdade inconteste.

6

A Tarquínio Prisco referiram-se todas as insígnias e divisas, mediante as quais, depois, nos tempos mais luminosos de Roma resplendeu a majestade do império romano.

7

Assim devem ter aderido *(affiggersi)* às XII Tábuas[23] muitíssimas leis que a seguir demonstraremos terem sido estatuídas nos tempos posteriores. E (como plenamente demonstramos nos *Princípios do Direito universal),* dado que a lei do domínio quiritário, pelos nobres tornada comum aos plebeus, foi a primeira lei escrita em pública tábua (pela qual, de modo exclusivo, foram criados os decênviros), por seu aspecto de liberdade popular todas as leis que igualaram a liberdade e depois se inscreveram nas tábuas públicas foram atribuídas aos decênviros. Tome-se, aqui, até como uma demonstração disso, o luxo grego dos funerais. Dado que o proibiam,[24] obviamente não o devem ter os decênviros ensinado aos romanos. Tal luxo, de resto, não pode ter ocorrido senão depois da guerra com os tarentinos e com Pirro, ocasião em que tomaram conhecimento dele com os gregos, pela primeira vez. Justamente por isso é que Cícero nota que essa lei foi transposta para o latim com as mesmas palavras com que fora concebida em Atenas.[25]

8

O mesmo se verificou com Drácon, autor das leis escritas com sangue no tempo em que a história grega, como acima se disse, nos conta que Atenas era ocupada pelos optimates. Conforme logo veremos, isso ocorreu no tempo das aristocracias heróicas, no qual, sempre de acordo com os dados da história grega, se nos conta que os heráclidas se tinham esparramado por toda a Grécia, até mesmo na Ática, como vimos na *Tábua Cronológica,*[26] tendo-se finalmente permanecido no Peloponeso, fixando o seu reino em Esparta, que certamente foi uma república aristocrática. Esse Dragão deve ter sido uma das serpentes das Górgonas fixadas no escudo de Perseu, como a significar o império das leis. Tal escudo, com terríficos castigos, convertia em pedras quantos para ele olhassem, como na história sagrada, mesmo porque tais leis, por corresponderem a castigos

[23] Entenda-se: por interpolações indevidas. (N. do T.)
[24] No *Ragionamento primo,* conforme observa Flora, Vico, talvez apoiando-se em Godfroi, afirma que na Tábua X ficava proibido o luxo nos funerais. (N. do T.)
[25] Cf. Cícero, *De legibus,* II, 25. (N. do T.)
[26] Recordamos que tal parte do livro não foi por nós traduzida. (N. do T.)

exemplares, chamaram-se *leges sanguinis*. Dele armou-se Minerva, que foi chamada *Athená*, como plenamente se irá explicar logo mais. E entre os chineses, que ainda escrevem por hieróglifos[27] (devendo causar espanto uma tal maneira de pensar e expressar-se comum a duas nações tão distanciadas uma da outra, seja nos tempos seja nos espaços), um dragão é a insígnia do império civil. Tanto mais porque de tal Drácon nada mais se refere [em sentido diverso] em toda a história grega.

9

Esta mesma descoberta dos caracteres poéticos irá confirmar-se pelo fato de prepor-se Esopo aos sete sábios da Grécia, como prometêramos nas *Notas à Tábua Cronológica* fazer ver aqui. Eis que tal filológica verdade nos é confirmada por esta história das idéias humanas: que os sete sábios foram admirados desde que os mesmos começaram a dar preceitos de moral e de doutrina civil mediante máximas, como aquela célebre de Sólon [príncipe deles]: *Nosce te ipsun*, por nós acima indicada como originariamente um preceito de doutrina civil, transposto depois para a metafísica e para a moral. Mas Esopo havia antes oferecido tais conselhos por similitudes, das quais ainda antes se tinham servido para expressar-se. E a ordem das idéias humanas é justamente de observarem-se as coisas semelhantes, inicialmente para expressar-se, depois, para provar. Inicialmente, aliás, com o exemplo que se contenta apenas com uma similitude, mas finalmente com a indução, que requer outras mais. Foi por isso que Sócrates, pai de todas as seitas dos filósofos, introduziu a dialética, mediante a indução, aperfeiçoada depois por Aristóteles, mediante o silogismo, que não se pode sustentar sem um universal. Já para as mentes curtas basta se lhes apresente um passo da similitude para que se persuadam. Como sucedeu ao bom Menênio Agripa que, com uma fábula no molde daquela que Esopo havia inventado, conteve a plebe romana sublevada, reduzindo-a à obediência.

Que Esopo tenha sido um caráter poético dos sócios ou dos fâmulos dos heróis, com certeira adivinhação o descobriu o fino Fedro, em um prólogo às suas *Fábulas:*

Nunc fabularum cur sit inventum genus,
Brevi docebo. Servitus obnoxia,
Quia, quae volebat, non audebat dicere,
Affectus proprios in fabellas transtulit.
Aesopi illius semita feci viam.[28]

[27] Na verdade, os chineses escreveram por ideogramas. (N. do T.)

[28] Prólogo do livro terceiro: "Agora irei dizer, de modo breve, porque se introduziu o uso das fábulas. Como a oprimida escravidão não se atrevesse a publicar, sem rebuço, tudo quanto sentia, em fábulas disfarçou seus próprios afetos. Da vereda de Esopo fiz eu largo uso". (N. do T.)

como no-lo confirma a fábula da sociedade leonina, com toda a evidência. Pois os plebeus eram chamados "sócios" das cidades heróicas, como se viu nas *Dignidades,* e participavam das fadigas e dos perigos nas guerras, não porém dos despojos de guerra e das conquistas. Foi por isso mesmo que Esopo foi cognominado "servo", pois os plebeus, como logo se demonstrará, eram fâmulos dos heróis. E no-lo descrevem feio, já que a beleza civil era conseqüência dos matrimônios solenes, que apenas os heróis contraíam, como também se irá demonstrar. Feio como ele foi Térsites, que deve representar o caráter dos plebeus, que serviam aos heróis na guerra de Tróia, e que foi batido por Ulisses com o cetro de Agamenão, assim como os antigos plebeus romanos, de espáduas nuas, eram surrados pelos nobres com os azorragues, *regium in morem,* segundo relato de Salústio acolhido por Santo Agostinho na *Cidade de Deus,* até que a lei Pórcia afastou as varas das espáduas romanas.[29]

Tais admoestações, úteis para a vida civil livre, correspondendo aos modos de sentir que nutriam os plebeus das cidades heróicas, ditados pela razão natural: por isso mesmo e sob este aspecto Esopo foi convertido em caráter poético, sendo-lhe, depois, atribuídas as fábulas acerca da filosofia moral. Com isso, Esopo foi convertido no primeiro filósofo moral, do mesmo modo pelo qual Sólon se converteu em sábio, por ordenar, mediante leis, a república ateniense livre. E, dado que Esopo ofereceu tais conselhos através de fábulas, fizeram-no preceder a Sólon que os ofereceu mediante máximas. Tais fábulas originalmente terão sido concebidas em versos heróicos, como depois relata a tradição que o foram em versos jâmbicos, com os quais, logo perceberemos, terão falado as gentes gregas, no estágio entre o verso heróico e a prosa, na qual, finalmente redigidas, até nós chegaram.

10

Da mesma maneira, aos primeiros autores da sabedoria vulgar foram atribuídos os inventos obtidos depois pela sabedria racional *(riposta).* E os Zoroastros no oriente, os Trimegistos no Egito, os Orfeus na Grécia, os Pitágoras na Itália, de iniciais legisladores foram finalmente tidos em conta de filósofos, como hoje o é Confúcio na China. Por isso, certamente, os pitagóricos na Magna Grécia, como se verá logo mais, ligaram-se à acepção de "nobres", e, havendo pretendido converter todas as suas repúblicas de populares em aristocráticas, foram todos extintos. E o *Cármen áureo* de Pitágoras acima se mostrou uma impostura, como os *Oráculos* de Zoroastro, o *Pimandro* de Trimegisto, os *Órficos* ou versos de Orfeu. Nem por Pitágoras foi para esses antigos escrito livro algum acerca da filosofia, sendo que Filolau foi o primeiro pitagórico a escrever para eles um, segundo observa João Scheffer em *De philosophia italica.*

[29] *De Civitate Dei,* II, 18, 1. (N. do T.)

4. COROLÁRIOS ACERCA DAS ORIGENS DAS LÍNGUAS E DAS LETRAS, CONTENDO-SE AQUI AS ORIGENS DOS HIERÓGLIFOS, DAS LEIS, DOS NOMES, DAS INSÍGNIAS GENTÍLICAS, DAS MEDALHAS, DAS MOEDAS; E, POIS, DA PRIMEIRA LÍNGUA E LITERATURA DO DIREITO NATURAL DAS GENTES.

Ora, da teologia dos poetas, isto é, da metafísica poética, por meio da ali desabrochada lógica poética, passaremos a descobrir a origem das línguas e das letras, a respeito das quais tantas são as opiniões quantos são os doutos que delas escreveram. Assim, Gerard João Voss na *Gramatica* diz: *De literarum inventione multi multa congerunt, et fuse et confuse, ut ab iis incertus magis abeas quam veneras dudum.* E Hugo Ernanno, *De origine scribendi,* observa: *Nulla alia res est, in qua plures magisque pugnantes sententiae reperiantur, atque haec tractatio de literarum et scriptionis origine. Quantae sententiarum pugnae? quid credas? quid non credas?* Já Bernardo van Mallinckrot, *De arte typographica,* (nisso acompanhado por Lourenço Ingewald Elingius, *De historia linguae graecae,* pela impossibilidade de justa compreensão deste aspecto, afirma ser uma invenção divina.[30]

Mas a dificuldade da questão deve-se a todos os doutos, por um só motivo: o terem acreditado distintas as origens das letras e as das línguas, as quais, por natureza, são conjuntas. E deveriam se aperceber disso, a partir das palavras "gramática" e "caracteres". Primeiramente, porque "gramática" define-se como "arte de falar" e *grámmata* são as letras, de modo que seria de definir-se "arte de escrever", qual a definiu Aristóteles, e, qual efetivamente ela nasceu. Pois aqui demonstraremos que todas as nações primitivamente falaram escrevendo,[31] como aquelas que inicialmente foram mudas.[32] Note-se depois que "caracteres" significam "idéias", "formas", "modelos", sendo que certamente anteriores foram aqueles [caracteres] dos poetas do que os dos sons articulados, como vigorosamente sustenta Flávio Josefo, contra o gramático grego Apião, pois nos tempos homéricos não se tinham ainda inventado as letras chamadas "vulgares". Ademais, se tais letras fossem formas de sons articulados e não signos convencionais *(a placito),* deveriam ser uniformes para todas as nações, tais como são uniformes esses sons articulares em todas elas. Por ser esse modo impossível de saber-se não se chegou a conhecer o modo de pensar das nações primigênias, por caracteres poéticos, nem o falar por fábulas, nem o escrever por hieróglifos [a escrita ideográfica]: tais deviam ser os princípios, que por sua natureza hão de ser certíssimos, tanto da filosofia, pelas idéias humanas, quanto da filologia, pelas humanas palavras.

Como deveremos nós abordar aqui uma questão de tal ordem, apresenta-

[30] "Acerca da invenção das letras muitos acumularam muitas coisas, de maneira difusa e confusa, de modo que a respeito delas sairás mais inseguro do que a elas foste." "Não há uma outra coisa, a respeito da qual se possam colher mais e mais conflitantes pareceres do que esta questão das letras e da origem da escritura." — Observa Nicolini que o passo de van Mallinckrot é do livro *De natura et usu literarum.* (N. do T.)

[31] Expressaram-se por hieróglifos. (N. do T.)

[32] Só se exprimiam por gestos e por formas ideográficas. (N. do T.)

remos um sucinto elenco das tantas opiniões já esposadas, incertas, levianas, desconexas, fátuas ou ridículas, que, por serem tantas e tais, melhor fora omiti-las. Fique assim o resumo: visto que nos tempos bárbaros recorrentes[33] a Escandinava, ou Scandia, pela fatuidade das nações foi denominada *vagina gentium,* e foi tida em conta de mãe de todas as nações do mundo, acompanharam essa bazófia dos doutos João e Olfs Store, ao crerem que os seus godos teriam conservado as letras desde o princípio do mundo, divinamente inventadas por Adão. Deste sonho riram-se todos os eruditos. Isto não bastou para demover de segui-los e de os exceder João van Gorp Becan, que à sua língua címbrica, que não se distancia muito da saxônica, faz proceder do paraíso terrestre, pretendendo-a mãe de todas as demais. Riram-se dessa opinião Giuseppe Giusto Scaligero, Filipe Liebhard, o Doméstico,[34] Crístian Becman e Martinho Schoock. No entanto essa fatuidade dilatou-se ainda mais e irrompeu naquilo de Olfs Rudbeck, na sua obra intitulada *Atlantica,* que pretende provirem as letras gregas das rúnicas, e que as mesmas são letras fenícias pelas avessas, que Cadmo teria restituído em sua ordem e em seu som a partir das hebraicas, e que finalmente os gregos teriam endireitado e torneado com régua e compasso. E, dado que o seu descobridor foi Merkissman, entendeu que o Mercúrio que inventou para os egípcios as letras tenha sido godo.

Tal liberalidade de opinião acerca das origens das letras deve tornar prudente o leitor em dar crédito a estas coisas de que trataremos, não só com indiferença pelo que trazem de novidade, mas com a disposição atenta de as meditar e tomá-las, quais devem ser, por princípios de todo o saber humano e divino da gentilidade.

Destes princípios deveriam partir todos os filósofos. E deles deveriam começar todos os filólogos ao tratarem das origens das letras e das línguas: conceberem os homens primitivos da gentilidade as idéias das coisas mediante caracteres fantásticos de substâncias animadas; e, sendo mudos, de expressarem-se por atos e sinais que tivessem com as idéias relações naturais (quanto, por exemplo, o tem o ato de ceifar três vezes ou três espigas, para significar "três anos"), expressando-se assim com linguagem que naturalmente tivesse significação. Tal língua, que Platão e Jâmblico afirmam ter sido uma vez falada no mundo (e que deve ter sido a antiqüíssima língua atlântica, pretendendo os eruditos que ela expressava as idéias pela natureza das coisas, isto é, por suas propriedades naturais. Dessas coisas, ambas por natureza conjuntas (como já dissemos), trataram como se fossem separadas. Por isso, se lhes tornou tão difícil a pesquisa das origens das letras, que envolvia dificuldade similar à da pesquisa das origens das línguas, de que os mesmos ou nada ou muito pouco cuidaram.

Ao iniciarmos, pois, nosso raciocínio, tomemos como primeiro princípio aquela dignidade filológica: que os egípcios narravam, pelo decurso de todo o mundo que os antecedera, terem sido faladas três línguas, correspondentes em número e em ordem, às três idades cumpridas, antes deles, no mundo: a dos deuses,

[33] Entenda-se: na Idade Média. (N. do T.)
[34] No original, Vico toma-o por João Liebhard, que não foi Doméstico. (N. do T.)

a dos heróis e a dos homens. À primeira definiam hieroglífica, isto é, sagrada ou divina. À segunda, simbólica ou por sinais, isto é, para as heróicas empresas. E à terceira, epistolar, para comunicarem pessoas distanciadas entre si suas contemporâneas necessidades da vida. Dessas três línguas temos dois passos áureos na *Ilíada* de Homero, através dos quais vemos coincidirem nisto os gregos e os egípcios. O primeiro é aquele em que se nos conta que Nestor viveu três períodos de vida de homens de falas diversas *(d'uomini diversilingui)*. De modo que Nestor deve ter sido um caráter heróico da cronologia estabelecida para as três línguas correspondentes às três idades dos egípcios. Por isso o mote "viver os anos de Nestor" equivale a "viver os anos do mundo". Já o segundo é onde Enéias conta a Aquiles que os homens de línguas distintas começaram a habitar Ílion, depois de Tróia ter sido transferida para as orlas do mar, convertendo-se Pérgamo em Fortaleza.[35] Com esse primeiro princípio fazemos coincidir aquela tradição, dos mesmos egípcios, segundo a qual Thot ou Mercúrio inventou para eles tanto as leis quanto as letras.

A estas verdades juntaremos aquelas outras, que entre os gregos os "nomes" significavam o mesmo que "caracteres", a partir das quais os Padres da Igreja tomaram, com uso promíscuo, aquelas duas expressões, já por nós analisadas, de *divinis characteribus* e *de divinis nominibus*. Pois *nomen* e *definitio* significam a mesma coisa. Por isso é que na retórica chamamos *quaestio nominis* àquela em que se busca a definição do fato, sendo que, na medicina, a nomenclatura das doenças é aquela que define a natureza delas. Entre os romanos os "nomes" inicialmente e de modo próprio significaram "casas expandidas por muitas famílias".

E que os primeiros gregos tivessem, também eles, tomado os "nomes" em tal acepção, comprovam-no os patronímicos, que significavam "os nomes dos pais", de que tão freqüente uso fazem os poetas. Homero, nesse particular, é de todos os poetas não só o primeiro como também o que mais largo uso faz deles [patronímicos]. Da mesma forma, aliás, como os patrícios romanos por um tribuno da plebe, como refere Tito Lívio, são definidos "aqueles que podem usar o sobrenome de seus pais": *qui possunt nomine ciere patrem*. Tais patronímicos disseminaram-se na liberdade popular de toda a restante Grécia, e foram preservados pelos Heraclidas em Esparta, aliás, república aristocrática.

No direito romano, *nomen* significa "direito". Com similaridade de som entre os gregos, *nómos* significa "lei". E de *nómos* provém *nómoisma,* que, como adverte Aristóteles, quer dizer "moeda". Pretendem, aliás, os etimólogos que de *nómos* os latinos fizeram *numus*. Entre os franceses *loy* significa tanto "lei" quanto, na forma *aloy* designa "moeda".[36] E entre os bárbaros recorrentes [na Idade Média] tanto se chamou "canon" à lei eclesiástica quanto àquilo que o enfiteuticário pagava ao patrão da herdade que, por enfiteuse, lhe era cedida. Terá sido por essa uniformidade de pensar que os latinos terão chamado *ius* tanto ao direito quanto à gordura das vítimas que era devida a Júpiter. Pois inicialmente se disse

[35] Ambos os passos são da *Ilíada*. O primeiro, I, 250 e ss. O segundo, XX, 215 e ss. (N. do T.)
[36] Cf. Ménage, *Dictionnaire étymologique, sub voc. aloy*. (N. do T.)

Ious, de que derivaram os genitivos *Iovis* e *iuris* (como já ficou dito). Assim também, entre os judeus, das três partes em que dividiam a hóstia pacífica, a gordura pertencia àquela que se devia a Deus, e que sobre o altar se queimava.[37]

Os latinos chamaram *praedia,* assim denominando primeiramente os homens rústicos, antes dos urbanos, já que, como logo mais poremos em evidência, as primeiras terras cultivadas constituíram as primeiras presas [de guerra] do mundo. E, depois, os primeiros domínios [de guerra] exerceram-se sobre terras nessas condições, que, por isso mesmo, chamaram-se no antigo direito romano *manucaptae* (e, a partir delas, chamou-se *manceps* o primeiro imposto do erário sobre bem imóvel). E nas leis romanas foram chamadas *iura praediorum* as primeiras formas de escravidão, denominadas "reais", que se estabeleceram sobre bens imóveis. Tais terras, cognominadas *manucaptae,* anteriormente deveriam ser e dizer-se *mancipia,* a respeito das quais assim certamente há de entender-se a lei das XII Tábuas naquele *caput: Qui nexum faciet mancipiumque,* isto é, "quem fará a consignação do vínculo, e, mediante ela [consignação] dará em consignação a herdade". Por isso, com a mesma mentalidade dos antigos latinos, os italianos chamaram *poderi* [às herdades], já que conquistados pela força. Convencemo-nos, ademais, desse fato, em razão de os bárbaros recorrentes[38] chamarem *presas terrarum* aos campos ou a partes limitadas deles. Já os espanhóis denominam *prendas* aos negócios avultados.[39] Os italianos dão o nome de *imprese* às armas gentílicas, e usam *termini* para significarem "palavras" (o que preserva tal sentido na dialética escolástica), chamando também *insegne* às mesmas armas gentílicas, de que para eles decorre o verbo *insegnare.* De forma similar, Homero, em cujo tempo não se tinham inventado ainda as letras chamadas "vulgares", diz que a carta de Preto a Eurias contra Belerofonte foi escrita "por *sémata*": "por signos".[40]

Arrematemos todas estas coisas com estas três incontestáveis verdades: *primeira:* demonstrado que as primeiras nações gentílicas foram todas, nos seus inícios, mudas, devem ter-se expressado mediante atos ou signos que tivessem relações naturais com as suas idéias; *segunda:* mediante signos devem-se ter assegurado a respeito dos limites de suas herdades, e, estabelecido perpétuas testemunhas de seus direitos; *terceira:* ser certo que todas [as nações gentílicas] usaram moedas.

Todas estas verdades hão de subministrar-nos, aqui, as origens das línguas e das letras, nelas compreendidas, a dos hieróglifos, das leis, dos nomes, dos feitos gentílicos, das medalhas, das moedas e da linguagem e da escrita com a qual se falou e escreveu o primeiro direito natural das gentes.

[37] *Êxodo,* 29, 11 e 12; *Levítico,* 3, 2 a 16, *et passim.* (N. do T.)

[38] Os homens da Idade Média, uma segunda ou recorrente barbárie, no conceito de Vico. (N. do T.)

[39] Cremos que Vico tenha empregado o sentido figurado da palavra espanhola *prendas.* Se tal palavra em espanhol significa no sentido literal, prendas, penhores, jóias, poderá no sentido figurado significar "qualidades ou perfeições morais e/ou *materiais* (o grifo é nosso)". Daí, tomarmos *l'imprese forti* do texto viquiano por *negócios avultados* ou por *bens materiais de forte lastro ou porte.* (N. do T.)

[40] Entenda-se: sinais figurativos. (N. do T.)

E, a fim de estabelecer mais firmemente os princípios de tudo isso, há que impugnar-se aquela falsa opinião de que os hieróglifos foram inventados pelos filósofos, para neles ocultarem os mistérios de alta sabedoria arcana, como acreditaram acerca dos egípcios. Pois foi natural necessidade comum de todas as primeiras nações o expressarem-se com hieróglifos (disso já tratamos numa *dignidade).* Como na África tivemo-lo já com os egípcios, acrescentemos, na senda de Heliodoro, *Das coisas da Etiópia,* os etíopes, que se serviram dos instrumentos de todas as artes fabris, como hieróglifos.

No Oriente, o mesmo deve ter sucedido com os caracteres mágicos dos caldeus. Na Ásia setentrional vimos, acima, que o rei dos citas, Idantura, em tempos muito tardios,[41] (levada em conta a talvez alterada antiguidade deles [citas], na qual tinham vencido os egípcios, que se orgulhavam de ser os mais antigos de todas as nações), com cinco palavras reais respondeu a Dario, o Antigo, que o intimara à guerra, palavras essas que foram uma rã, um rato, um pássaro, um dente de arado e um arco de flexa.

A rã indicava que ele nascera na terra da Cítia, como da terra nascem, com as chuvas de verão, as rãs, sendo ele, pois, filho daquela terra. O rato indicava que ele, como rato, ali onde nascera, construíra a sua casa, isto é, ali constituíra a sua gente. O pássaro indicava que ali tinha os auspícios, isto é, como iremos ver, não estar ele sujeito senão a Deus. O arado simbolizava ter ele, ali, reduzido as terras à cultura, e as ter, pela força, dominado e feito suas. E finalmente, o arco de flexas significava que ele dispunha na Cítia do sumo domínio das armas, de modo a dever e poder defendê-la.

Uma explicação tão natural e necessária temos que confrontá-la com as hilariantes que, segundo São Cirilo,[42] lhes dão os conselheiros de Dario. Pois provará, à evidência, que, de modo geral, não se coube o próprio e verdadeiro uso, até agora, dos hieróglifos que os primeiros povos solenemente estabeleceram, cotejando-se com as interpretações dadas aos hieróglifos citas pelos conselheiros de Dario com as distantes, complicadas e extravagantes que os doutos deram aos hieróglifos egípcios. Dos [hieróglifos] latinos não nos deixou a história romana privados de alguma tradição, na resposta muda que Tarquínio o Soberbo envia ao seu filho em Gabi, ao deixar-se ver pelo mensageiro a decepar as cabeças das papoulas com a varinha que trazia em suas mãos [dele, Tarquínio]. Acreditou-se que ele o tivesse feito por vaidade, quando se lhe impunha uma mensagem discreta.[43] Observa Tácito que na Europa setentrional, de que descrevem os costumes, os antigos germanos conheciam *literarum secreta,* isto é, não sabiam escrever seus hieróglifos.[44] Isto terá durado até os tempos de Frederico da Suécia, ou melhor, até os de Rodolfo da Áustria, quando se começaram a escrever diplomas em escritura vulgar alemã. No norte da França houve uma língua hieroglífica,

[41] Tempos mais recentes, em relação a nós (N. do T.)
[42] Na verdade, não se trata de São Cirilo, mas de São Clemente de Alexandria. (N. do T.)
[43] Quando estava Tarquínio obrigado a passar ao mensageiro uma mensagem secreta. Cf. Lívio, I, 54. (N. do T.)
[44] *Germania,* 18. (N. do T.)

chamada *rebus de Picardis,* que, como a da Alemanha, deve ter sido um falar mediante coisas, isto é, com os hieróglifos dos artífices [*d'Indatura*]. No extremo de Tule e em sua mais avançada parte, na Escócia, narra Heitor Boyce na *História da Escócia* que aquela nação antigamente teria escrito com hieróglifos. E João de Laet na sua *Descrição da Nova Índia* descreve os hieróglifos dos hindus como várias cabeças de animais, plantas, flores, frutas, e por seus cepos [delas, plantas] distinguiram-se as famílias [delas, gentes]. Uso, aliás, similar aos das armas gentílicas em nosso mundo. Nas Índias orientais os chineses ainda escrevem com hieróglifos. [45]

Assim esvaziamos a tal fatuidade dos doutos já mencionados [46] (que não chegou a tanta a dos orgulhosíssimos egípcios): que os demais sábios do mundo teriam aprendido com eles [egípcios] a hermetizarem sua sabedoria arcana debaixo dos hieróglifos.

Fixados tais princípios de lógica poética e esvaziada tal fatuidade dos doutos, voltemos às três línguas dos egípcios. Na primeira delas, que é a dos deuses, como se viu nas *Dignidades,* para os gregos vos damos Homero, o qual, em cinco passos de ambos os seus poemas faz menção de uma língua mais antiga do que a sua, certamente a língua heróica, chamando-a "língua dos deuses". Três desses passos estão na *Ilíada:* o primeiro onde se conta que "Briareu" é assim chamado pelos deuses, mas "Egeon", pelos homens. O segundo, onde se narra de um pássaro, pelos deuses denominado *khalkída,* e, pelos homens, *kýmindin.* Já no terceiro, chamam os deuses "Xantos" ao rio de Tróia, que os homens denominam "Scamandro". Dois, os passos da *Odisséia:* um, em que os deuses chamam *planktàs pétras* àquilo a que os homens denominam "Cila e Caribdes"; o outro, onde Mercúrio dá a Ulisses um segredo contra os feitiços de Circe, segredo esse que os deuses denominam *mõly,* enquanto que aos homens é efetivamente negado sabê-lo. Acerca de tais passos Platão diz muitas coisas, todas vãs. De modo que Díon Crisóstomo caluniosamente acusará Homero de impostura, ao pretender que o mesmo entendesse a língua dos deuses, o que obviamente é negado aos homens.

Já de nossa parte conjeturamos que em tais passos homéricos havemos de tomar os "deuses" na acepção de "heróis", já que os mesmos, como logo veremos, se auto-atribuíram o nome de "deuses", superiores aos plebeus de suas cidades, a que chamavam "homens" (assim como nos tempos bárbaros recorrentes os vassalos se chamaram *homines,* como com espanto observa Otomano, [47] e os nobres (como nos tempos bárbaros recorrentes) vangloriavam-se de possuir maravilhosos segredos de medicina. Assim, pois, estas não serão mais do que diferenças dos falares nobres e dos falares do povo. Não há dúvida, contudo, de que Varrão se ocupou dos fatos referentes aos latinos. Eis que ele, como nas *Dignidades* se observou, teve o cuidado de coletar trinta mil deuses, que terão bastado para um vocabulário divino abundante, de molde a permitir às gentes do Lácio expressarem todas as suas humanas necessidades, que naqueles tempos simples e parcos

[45] Convém repetir que para Vico hieróglifos correspondem a escritas ideográficas. (N. do T.)
[46] Valeriano e Kircher. (N. do T.)
[47] Segundo Flora, Vico deve essa informação a Jacques Cujas ou Cujaus (1520-1590). (N. do T.)

devem ter sido pouquíssimas, já que se restringiam apenas às indispensáveis à vida. Também os gregos enumeraram trinta mil, como se viu nas *Dignidades,* pois de cada seixo, fonte ou regato, de cada planta, de cada fragmento de rocha fizeram deuses, em cujo número se elencam as dríades, as hamadríades, as oréades, as napéias. Exatamente como os americanos transformam em deuses toda coisa que ultrapassa a sua débil capacidade. De forma que as fábulas divinas dos latinos e dos gregos devem ter sido os primeiros e efetivos hieróglifos, quais os caracteres sagrados ou divinos dos egípcios.

O falar segundo, que corresponde à idade dos heróis, asseveram os egípcios ter sido por símbolos, a que hão de reduzir-se as empresas heróicas. Tais hão de ter sido as similitudes mudas, que em Homero se dizem *sémata* (caracteres mediante os quais os heróis escreviam). Por via de conseqüência, devem corresponder a metáforas, imagens, similitudes ou comparações, que, depois, com a linguagem articulada, constituem o estoque de adornos *(suppellettile)* da linguagem poética. Eis que Homero, a partir da sólida contestação de Flávio Josefo, hebreu, à hipótese de nos ter chegado autor algum mais antigo do que ele, vem a ser o primeiro autor da língua grega. E, só dispondo nós da gentilidade apenas daquilo que nos chegou pelos gregos, segue-se que Homero foi o primeiro autor de toda a gentilidade. Entre os latinos as primeiras documentações de sua língua são os fragmentos dos *Carmes saliários,* e o primeiro escritor de que nos chegam notícias é Lívio Andrônico, poeta.[48] E, desde a recorrência da barbárie da Europa [tempos medievais], originando-se outras línguas, a primeira língua dos espanhóis foi a que eles denominaram "de romance", e, pois, de poesia heróica — já que os escritores românticos *(romanzieri)* foram os poetas heróicos dos tempos bárbaros recorrentes. Em França, o primeiro escritor do vulgar francês foi Arnaut Daniel Pacca *(sic.?!),*[49] primeiro dentre os poetas provençais, que floresceu no século XI *(sic...).*[50] E, finalmente, os primeiros escritores na Itália foram os rimadores florentinos e sicilianos.[51]

A linguagem epistolar *(parlare pistolare)* dos egípcios, voltado para a conveniente expressão da vida cotidiana *(presente)* comum entre os antigos, deve ter nascido da plebe de um povo primigênio *(principe)* do Egito. E deve ter sido o de Tebas (cujo rei Ramsés, como ficou dito atrás, projetou o império sobre toda aquela imensa nação). Isto porque para os egípcios esta língua corresponde à idade dos "homens", quais se diziam as plebes dos povos heróicos, para os distinguir de seus heróis, como acima ficou dito. E deve conjeturar-se que proveio de uma convenção de leis, em virtude desta perene propriedade: que é direito dos povos o falar e escrever vulgares. Eis que o imperador Cláudio, havendo inven-

[48] *Carmen Saliorum, carmen Saliare* e/ou o *carme dos Sálios:* eis outras designações ocorrentes. (N. do T.)

[49] Arnaut Daniel (1180-1210). Nicolini atribui a adjunção viquiana de Pacca a uma desastrosa assonância com o nome do professor universitário napolitano Colaniello Pacca. Colaniello: Arnaut Daniel... *Se non è vero...* (N. do T.)

[50] Trata-se de um equívoco de Vico, pois a poesia provençal registra-se no século XII e no século XIII... (N. do T.)

[51] Entenda-se a expressão sicilianos, consoante o entendia Dante Alighieri, isto é, como válida para sicilianos, pulheses e toscanos. (N. do T.)

tado mais três letras indispensáveis à língua latina,[52] não as quis receber o povo romano, exatamente como os italianos não acolheram as inventadas por Giorgio Trissino,[53] embora se perceba que fazem falta ao falar italiano.

Tais linguagens epistolares ou de vulgo[54] dos egípcios deveriam grafar-se com letras igualmente vulgares [as do alfabeto], que resultam semelhantes às vulgares fenícias. Impõe-se, pois, que aqueles as tenham recebido destes. Ora, aqueles que asseveram que os egípcios foram os primeiros inventores de todas as coisas indispensáveis ou oportunas à sociedade humana, vêem-se obrigados a sustentar que os egípcios as ensinaram aos fenícios. Ora, Clemente de Alexandria, certamente muito mais informado do que qualquer outro autor a respeito das coisas do Egito,[55] narra que o fenício Sancunação ou Sancuniate (que na *Tábua Cronológica* se inscreve na idade dos heróis da Grécia)[56] teria escrito em letras vulgares a história fenícia. Por isso, no-lo propõe como o primeiro autor da gentilidade a empregar caracteres vulgares. A partir desse passo, há que dizer-se que os fenícios, certamente o primeiro povo comerciante do mundo, entrados, em virtude de tráficos, no Egito, para ali levaram as letras vulgares suas. Contudo, sem aduzir argumentos ou conjeturas, a tradição vulgar nos assevera que os tais fenícios levaram as letras para a Grécia. Sobre tal tradição se apóia Cornélio Tácito, ao dizer que eles para ali levaram, como se fossem inventadas por eles, letras inventadas por outros, para eles, as hieroglíficas egípcias.[57]

Contudo, a fim de que a tradição vulgar possa ter algum fundamento de veracidade (como universalmente provamos que todas devem tê-lo), afirmemos que para ali levaram as hieroglíficas recebidas de outros, que não podiam ser senão os caracteres matemáticos ou figuras geométricas que eles tinham recebido dos caldeus.[58] Estes, sem possibilidade de contestação, foram os primeiros matemáticos e especialmente os primeiros astrônomos dentre as nações. Daí resulta que o caldeu Zoroastro, assim chamado porque "observador dos astros", como pretendeu Bochart,[59] foi o primeiro sábio da gentilidade. Dos astros serviram-se os caldeus, mediante formas de números, que aplicaram nos seus negócios mercantis. Por isso, muito antes de Homero, praticavam nas costas marítimas *(marine)* da Grécia.

Isto se prova à evidência pelos mesmos poemas de Homero, e, particularmente, pela *Odisséia,* já que nos tempos de Homero sustenta Flávio Josefo, de modo vigoroso, contra Apião, gramático grego, que as letras vulgares não se tinham inventado entre os gregos. Estes, com notável mérito de engenhosidade, transferiram tais formas geométricas para as formas dos sons articulados vários,

[52] O digama invertido, o antissigma e o sinal ⊢ para os sons intermédios entre *i* e *u*. (N. do T.)
[53] O *épsilon* e o *ômicron* do alfabeto grego, que permitiriam distinguir o som aberto do som fechado do *e* e do *o*. (N. do T.)
[54] Entenda-se: linguagens *da prosa*. (N. do T.)
[55] Vico terá desejado referir-se a São Cirilo de Alexandria. (N. do T.)
[56] A *Tábua Cronológica* não foi por nós traduzida. (N. do T.)
[57] *Anais*, XI, 14. (N. do T.)
[58] Flora aponta para o caráter forçado desta hipótese viquiana. (N. do T.)
[59] Samuel Bochart (1599-1667), em *Geographia sacra seu Phaleg et Chanaan*. (N. do T.)

e com suma beleza deles formaram os caracteres vulgares das letras. Estas, a seguir, foram assumidas pelos latinos; notando o próprio Tácito que elas [letras latinas] foram muito parecidas com as antigas letras gregas. Relevantíssima prova disso é o fato de os gregos, por muito tempo, e, bem assim os latinos até os extremos limites dos tempos deles, haverem usado as letras maiúsculas para a grafia dos números. E deve ter sido precisamente isso que o coríntio Demarato e Carmenta, mulher do arcádico Evandro, [60] terão ensinado as letras aos latinos, pois, como logo adiante explicaremos, existiram colônias gregas ultramarinas e mediterrâneas, levadas antigamente para o Lácio.

Nem mesmo procede o que muitos eruditos objetam: que as letras vulgares teriam provindo dos hebreus para os gregos, tanto mais que a denominação de tais letras é visivelmente a mesma entre aqueles e estes. Mais razoável, que os hebreus tenham imitado tal denominação dos gregos, do que estes daqueles. Já que desde o tempo em que Alexandre Magno conquistou o império do Oriente (que depois de sua morte entre si dividiram seus dois chefes) todos estão de acordo em que a língua grega se espalhou por todo o Oriente e o Egito. E, convindo todos, igualmente, que a gramática muito tardiamente se introduziu entre os hebreus, impõe-se que os escritores hebreus chamassem as letras hebraicas com denominação dos gregos. Ademais, sendo os elementos simplicíssimos por sua natureza, os gregos inicialmente devem ter estabelecido de modo muito simples os sons das letras. [61] De forma que, por este aspecto, se denominaram "elementos". Assim também procederam os latinos ao cunhá-los, com similar gravidade. E por isso mesmo conservaram as formas das letras similares às antiqüíssimas letras gregas. Por isso, será indispensável dizer-se que tal denominação das letras com palavras compostas tardiamente se terá introduzido entre eles, e ainda mais tarde terá sido levada pelos gregos ao Oriente.

Esboroa-se, em virtude de todas essas razões aqui apontadas, a opinião daqueles que pretendem que o egípcio Cecrope teria levado as letras vulgares aos gregos. Já aquela daqueles que pretendem que o fenício Cadmo lhes haja levado do Egito, uma vez que fundou na Grécia uma cidade denominada Tebas, capital da maior dinastia dos egípcios, logo se dissolverá com os princípios da *Geografia poética,* através dos quais teremos que os gregos, visitando o Egito, dada uma certa semelhança com a sua nativa Tebas, assim teriam chamado a capital do Egito. E afinal se compreende porque críticos sagazes, como no-lo refere o anônimo autor inglês na obra *Incertezas das ciências,* acreditam que, dada a sua demasiada antiguidade, o tal Sancuniate jamais existiu no mundo. [62]

Por isso, nós, a fim de não extraí-lo absolutamente do mundo, julgamos dever situá-lo em tempos mais recentes, e, certamente, depois de Homero. E, para preservar maior antiguidade para os fenícios sobre os gregos, acerca da invenção das letras chamadas "vulgares" (com a proporção adequada, porém, de terem sido

[60] A profetisa Carmenta era mãe de Evandro, e não sua mulher como afirma Vico. (N. do T.)

[61] Entenda-se: dos fonemas. (N. do T.)

[62] O autor de *Reflections upon learning* é Thomas Baker (1656-1740). Vico só conheceu a tradução francesa de Berger, *Traité de l'incertude des sciences.* (N. do T.)

os gregos mais engenhosos do que os fenícios), vemo-nos forçados a dizer que Sancuniate deve figurar pelo menos antes de Heródoto (chamado "pai da história dos gregos", que, aliás, escreveu com linguagem vulgar), pelo que Sancuniate foi denominado o "historiógrafo da verdade", ou seja, escritor do tempo histórico, que Varrão estabeleceu na sua classificação dos tempos. [63] A partir desse tempo, aliás, pela divisão das três línguas dos egípcios, correspondente à divisão das três idades do mundo, que os precederam, falaram eles [os egípcios] com língua epistolar, escrita com caracteres vulgares.

Ora, assim como a língua heróica ou poética foi inaugurada pelos heróis, assim também as línguas vulgares foram introduzidas pelo povo, que conforme veremos aqui foram as plebes dos povos heróicos. Tais línguas foram, de modo apropriado, chamadas *vernaculas,* pelos latinos, já que a não podiam introduzir aqueles *vernae* definidos pelos gramáticos como "servos nascidos em casa, dos escravos que se faziam nas guerras", os quais naturalmente aprendem as línguas dos povos das regiões em que nasceram. Mas, aqui mesmo se verá que os primeiros propriamente chamados *vernae* foram os fâmulos dos heróis na fase das famílias, de que se formou o vulgo das primeiras plebes das cidades heróicas, esboços, aliás, dos escravos, feitos tais pelas cidades, por ocasião das guerras. Tudo, ademais, se confirma com as duas línguas referidas por Homero: uma dos deuses, outra dos homens, que acima definimos "lingua heróica" e "língua vulgar", como logo mais explicaremos mais minudentemente.

A propósito das línguas vulgares deve dizer-se que com demasiada boa fé tornou voz unânime dos filólogos que elas significaram por convenção, tanto mais que as mesmas, dadas suas origens naturais, devem ter significado naturalmente. [64] Fácil verificá-lo na língua vulgar latina (que é mais heróica do que a língua vulgar grega, e, por isso mesmo, mais robusta do que ela, tanto quanto a mesma [língua grega] é mais delicada), que formou quase todas as suas palavras por transferência de naturezas ou mediante propriedades naturais ou por efeitos sensíveis. [65] E a metáfora constitui o maior acervo das línguas, em todas as nações. Mas os gramáticos, ao defrontarem-se com um número considerável de vocábulos que subministram idéias confusas e indistintas de coisas, com ignorarem-lhes as origens, que originariamente as devem ter formado luminosas e distintivas, a fim de apaziguarem a própria ignorância, universalmente estabeleceram o princípio segundo o qual as vozes humanas articuladas significam por convenção, e aduziram Aristóteles, Galeno e outros filósofos, contrapondo-lhes, como já vimos, Platão e Jâmblico.

Permanece, entretanto, a dificuldade máxima: como é que tantas são as línguas vulgares diversas quantos são os povos? Para dirimir tal questão, temos que

[63] Recorde-se a classificação referida por Vico: tempo obscuro ou idade dos deuses, tempo fabuloso ou dos heróis e tempo histórico ou idade dos homens. (N. do T.)

[64] Acolhamos, aqui, a oportuna glosa de Francesco Flora: "Não por convenção, mas pela originária natureza fantástica, que na linguagem não se perde". (N. do T.)

[65] Efeitos sensíveis, no pensamento viquiano, definem-se como os não abstraídos por operação do intelecto. Flora, como nós, assim compreende o passo viquiano. (N. do T.)

estabelecer aqui esta grande verdade: que, como certamente os povos, pela diversidade dos climas resultaram várias e diversas naturezas e costumes, nasceram também diversas línguas. De forma que, pela própria diversidade de suas naturezas, assim como olharam as mesmas utilidades ou necessidades da vida humana com vários enfoques, daí provieram tantos, freqüentemente diversificados e até mesmo díspares costumes de nações. E foi assim, e não de outra forma, que resultaram tantas línguas, quanto são diversas as próprias nações.

Confirmam-no, à evidência, os provérbios, que correspondem à máxima da vida humana, em sua essência similares, explicitados, porém, com tantos enfoques diversos, quais o foram e são as nações. O que já enfatizamos nas *Dignidades*. As mesmas origens heróicas, pois, preservadas sinteticamente nos falares vulgares, resultaram no que tanto espanto causou aos críticos bíblicos: que os nomes dos próprios reis, denominados de uma certa forma na história sagrada, de outro modo se liam na história profana. Isto porque uma eventualmente [considerou] [66] enfocou os homens com respeito ao aspecto e à potência; a outra, pelo prisma dos costumes, dos empreendimentos ou de algo similar. Ainda hoje o podemos constatar: as cidades da Hungria denominam-se diversamente pelos húngaros, pelos gregos, pelos alemães e pelos turcos.

A língua alemã, aliás, que é uma língua heróica viva, conforma quase todos os nomes das línguas estrangeiras às suas próprias expressões nativas. Impõe-se-nos conjeturar que o mesmo terão feito os latinos e os gregos, ao tratarem de tantas coisas bárbaras com o belo andamento frásico *(bell'aria)* grego e latino. Essa deve ser a razão da obscuridade que deparamos na antiga geografia e na história natural dos fósseis, das plantas e dos animais.

Foi por isso que nós, na primeira edição da presente obra, cogitamos uma *Idéia de um dicionário mental que nos subministrasse as significações a todas as línguas diversamente articuladas,* reduzindo-se todas as determinadas unidades de idéias, em sua substância, unidades essas que com vários enfoques diversos dos povos, resultaram em vários vocábulos distintos. Disto ainda agora fazemos uso ao estabelecer a atual [versão] da Ciência. [67]

Demos-lhe, aliás, um enfoque ensaístico amplíssimo no capítulo quarto, onde pusemos em evidência os pais de família, observados através de quinze diversos aspectos no estado das famílias e das primeiras repúblicas, ao tempo em que se devem ter formado as línguas. Em tal época, aliás, são ponderabilíssimos os argumentos acerca das coisas, que assumem significações de palavras entre as nações, como propusemos numa dignidade. Chamados foram os pais, através de diversos vocábulos, em pelo menos quinze nações antigas e modernas. Esse passo, de resto, deve inserir-se entre os três, que fazem com que não nos arrependamos da primeira edição do presente livro. Aquele *Dicionário* trata de forma diferente o argumento tratado por Thomas Hayne na dissertação *De linguarum cognatione* e nas outras *De linguis in genere* e *Variarum linguarum harmonia.*

[66] Lacunoso o texto viquiano, Flora o restitui como nesta tradução se lê. (N. do T.)

[67] Parece-nos indispensável enfatizar a atualidade desse enfoque viquiano. Tanto mais atual, quanto constitui preocupação viva de um Chomsky ou de um Pagliaro, de um Hjelmslev ou de um Coseriu, para só citarmos alguns nomes. (N. do T.)

De tudo isso inferimos este corolário: quanto mais ricas as línguas de tais expressões heróicas sintetizadas,[68] tanto mais belas são elas. Mais belas, porque mais evidentes. E mais evidentes, porque mais verazes e mais fiéis. Contrariamente, quanto mais acumuladas de palavras de tais origens abscônditas, menos agradáveis, por obscuras e confusas. E, como tais, mais sujeitas a enganos e equívocos. Tal deve verificar-se nas línguas formadas pela mistura de muitas línguas bárbaras, cuja história das origens e dos seus translatos não chegou até nós.

Ora, para ingressarmos na dificilíssima questão da formação destas três espécies seja de línguas seja de letras, impõe-se-nos estabelecermos este princípio: que, assim como num mesmo tempo começaram os deuses, os heróis e os homens — já que também eram homens aqueles que ficcionalmente imaginaram os deuses, acreditando, contemporaneamente, sua própria natureza heróica mesclada da natureza dos deuses e da natureza dos homens — assim, a um só e mesmo tempo, iniciaram-se as três referidas línguas (acompanhando-as, obviamente, em igual passo, as letras). Mas com essas relevantíssimas três diferenças: que a língua dos deuses foi quase muda, e pouquíssimo articulada; a dos heróis, igualmente mesclada de articulação e de mudez, e, por vias de conseqüência, mesclada de falares vulgares e dos caracteres heróicos, com os quais os heróis escreviam, aos quais Homero denomina *sémata;* a língua dos homens, quase toda articulada e muito pouco muda, dado que não há língua vulgar de tal forma copiosa, em que não haja mais coisas do que palavras. Por isso, foi indispensável que a língua heróica, em seu princípio, fosse sumamente heteróclita *(scomposta),* sendo esta uma grande fonte da obscuridade das fábulas. Seja disso exemplo a fábula de Cadmo. Mata ele a enorme serpente. Lança à terra os dentes dela. Dos sulcos nascem os homens armados. Lança uma grande pedra entre eles. Estes combatem até a morte. E Cadmo, finalmente, transforma-se em serpente. Tão engenhoso esse Cadmo que levou as letras aos gregos e do qual nos foi transmitida esta fábula. Uma fábula que, como logo iremos explicar, contém mais de cem anos de história poética!

Em seqüência ao que já dissemos, ao mesmo tempo em que se formou o caráter divino de Zeus, que foi o primeiro dentre todos os pensamentos humanos da gentilidade, contemporaneamente começou a formar-se a língua articulada com a *onomatopéia*, com a qual, segundo notamos, ainda se exprimem felizmente as crianças. Esse Zeus foi pelos latinos, pelo fragor do trovão, denominado *Ious*. E, pelo sibilar do raio, pelos gregos denominou-se *Zeús*. Pelo rumor que o fogo apresenta onde quer que queime, denominou-se entre os orientais *Ur,* de onde procede *Urim,* que é a potência do fogo. Dessa mesma origem deve ter provindo para os gregos a denominação *ouranós* para o céu, e, para os latinos, o verbo *urocel,* um dos monossílabos de Ausônio, mas com o valor fonético do *ç* dos espanhóis, para que renda plenamente a agudeza do mesmo Ausônio, quando de Vênus assim sussurra *(bisquitta:?)*:

[68] Tais sínteses, no pensamento viquiano, consolidam-se, sobretudo na *metáfora, picciola favoletta* (no dizer de Vico), mas também na metonímia. (N. do T.)

Nata sale, suscepta solo, patre edita caelo.[69] No âmbito de tais origens, convém ressaltar que, com a mesma sublimidade inventiva da fábula de Zeus, que acima destacamos, igualmente começa a sublime locução poética com a onomatopéia. Onomatopéia, aliás, que certamente o Pseudo Longino situa entre as fontes do sublime, destacando-a, de resto, em Homero, no som que emitiu o olho de Polifemo, ao penetrá-lo a trave ardente de Ulisses, isto é, *síx.*[70]

As vozes humanas prosseguiram em sua formação através de interjeições, que são vozes articuladas sob o ímpeto de paixões violentas, e [por isso mesmo] em todas as línguas são monossilábicas. Por tal razão, não está fora do verossímil que, a partir dos primeiros raios tendo começado a despertar nos homens o espanto *(la maraviglia),* nascesse a primeira interjeição a partir daquela de Zeus, formada com a voz "pa" e que, a seguir, resultou reduplicada *pape,* interjeição de espanto, de que resultou para Zeus o título de "pai dos homens e dos deuses", e, pois, que a seguir todos os deuses dele dissessem "pai", e "mãe", todas as deusas. Resultaram daí, para os latinos, as palavras *Iupiter, Diespiter, Marspiter, Iuno genetrix,* sendo que a esta, certamente, as fábulas no-la referem estéril. E, acima observamos tantos outros deuses e deusas celestes, que entre si não contraiam matrimônios. Eis porque Vênus foi chamada "concubina" e não "mulher" de Marte. Apesar disso, todos se chamavam "pais" (a respeito do que registram-se alguns versos de Lucílio, referidos por nós nas *Notas* ao *Direito universal).*[71] E se autodenominaram "pais" no sentido mesmo em que *patrare* primeiramente significou o fazer, que é atributo próprio de Deus. A própria língua sacra com isso concorda, quando, ao narrar a criação do mundo, diz que no sétimo dia Deus repousou *ab opere quod patrarat.*[72] Logo, deve ter sido dito *impetrare,* como se dissesse *impatrare,* o que na ciência dos áugures se dizia *impetrire,* que significava "referir o bom augúrio". De cuja origem tantas inépcias dizem os gramáticos latinos. O que prova que a primeira interpretação foi a das leis divinas ordenadas com os auspícios, por assim dizer, denominada *interpatratio.*

Ora, um título assim divino, pela natural ambição da soberba humana, havendo-o usurpado os poderosos da [terra] no estado das famílias, chamaram-se os mesmos "pais", o que talvez haja motivado a tradição vulgar de que os primeiros potentados da terra se tenham feito adorar como [se fossem] deuses. E, como logo depois, assumiram os poderosos das primeiras cidades o nome de "deuses", movidos pela mesma piedade, os numes chamaram-se "deuses imortais", diversamente dos "deuses mortais", que eram tais homens.

Nisto, aliás, pode ver-se a vacuidade de tais gigantes, similar à que os viajantes contam a respeito de *los patacones.* Dela há um significativo vestígio na latinidade, que nos chega nas velhas palavras *pipulum* e *pipare,* no significado de

[69] *Bisquettare,* expressão viquiana, talvez mesmo um *hápax,* significará talvez um jogo de palavras. Preferimos traduzi-lo por *sussurrar,* pelo que no verso de Ausônio ressalta de jogo aliterativo: "Nascida do sal, provinda do solo, gerada pelo paterno céu. (N. do T.)

[70] *Odisséia,* XI, 394. (N. do A.)

[71] Veja-se de Lucílio a obra *Satyrae,* I. (N. do T.)

[72] *Gênesis,* 2,2: "Tendo Deus terminado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou do seu trabalho." (N. do T.)

"queixar-se", provinda por certo da interjeição de lamento "pi, pi". Nessa ordem de sentimentos pretendem que *pipulum,* registrável em Plauto, seja o mesmo que *obvagulatio* das leis das XII Tábuas, palavra que deve provir de *vagire,* que, em sentido próprio, é o choro das crianças. De modo que será necessário, a partir da interjeição de espanto derivar para os gregos a palavra *paián,* a partir de *paí.* Disto há, dentre eles próprios, uma antiqüíssima tradição aúrea: que os gregos, amedrontados pela grande serpente denominada Píton, chamaram em seu próprio socorro a Apolo, mediante as palavras: *ἰὼ παιάν*, por três vezes iniciais bateram [73] vagarosamente, por enfraquecidos pelo terror, e, depois, por causa de júbilo resultante de Apolo haver matado a serpente, aclamaram-no por três outras vezes, batendo-as rápidas, ao dividirem o *ω* em dois oo, e o ditongo *ai,* em duas sílabas. Daí procede naturalmente o verso heróico, de início espondaico, e, a seguir, dactílico, resultando, também, aquela permanente propriedade de ceder ele o posto ao dáctilo, em todas as outras circunstâncias, salvo na última. E, naturalmente, nasceu o canto, compassado *(misurato)* pelo verso heróico, ao ímpeto das paixões violentíssimas, assim como ainda hoje observamos irem dar no canto os homens, ao ensejo de grandes paixões, máxime os sumamente aflitos e/ou alegres, [74] como se viu nas *Dignidades.* Isto que aqui foi dito, daqui a pouco prestará muito serviço, ao tratarmos das origens do canto e dos versos.

Prosseguiram na formação dos pronomes, já que as interjeições desafogam as próprias paixões, o que se pode obter mesmo sozinhos, enquanto que os pronomes prestam-se para comunicar as nossas idéias com outrem, a respeito daquelas coisas que com os nomes próprios não sabemos designar ou os outros não saibam entender. E os pronomes, quase todos sem exclusão, em todas a línguas são, em sua maior parte, monossílabos. Primeiro deles, ou pelo menos entre os primeiros, deve ter sido aquele de que nos chegou um áureo passo de Ênio:

Aspice hòc sublime cadens, quem omnes invocant Iovem, [75]

onde se diz *hoc* ao invés de *coelum,* do que resultou no vulgar latino *luciscit hoc iam* ao invés de *albescit coelum.* Já os artigos, desde seu aparecimento, têm essa permanente propriedade: antecederem os nomes a que estão ligados.

Formaram-se, a seguir, as partículas, de que são porção significativa as preposições, também elas, quase em todas as línguas, monossilábicas. E que conservam com o substantivo [nome] esta permanente propriedade: precederem os nomes que as requeiram e os verbos com que vão compor-se. [76]

A pouco e pouco foram-se formando os nomes. Deles, nas *Origens da língua latina,* que se podem ler na primeira edição da presente obra, registram-se numa considerável quantidade nascidos no âmbito do Lácio, provindos da pró-

[73] O verbo *bater* tem, no passo viquiano, o sentido de executar a escansão, realizar o ritmo e/ou o compasso das sílabas. (N. do T.)

[74] Essa idéia de Vico terá repercutido em Giacomo Leopardi. Veja-se *Elogio degli uccelli* em *Operette morali.* (N. do T.)

[75] Leia-se *candens,* onde Vico grafa *cadens:* olha este sublime brilho (incendiado) a que todos chamam Júpiter. (N. do T.)

[76] O passo viquiano, obviamente, foi por ele pensado, com vistas ao latim... Fora desse círculo de pensamento, as coisas não procedem assim... (N. do T.)

pria vida selvagem desses latinos, e, depois da vida aldeã, até mesmo nas primícias da vida urbana, todos constituídos de monossílabos, que nada têm de origens alienígenas, nem mesmo gregas, fora quatro palavras: *boũs, sỹs, mũs, séps,* que para os latinos significa "sebe" e, para os gregos, "serpente". Este é um passo, além dos três que julgamos logrados [perfeitos] naquele livro, dado que pode servir de exemplo aos doutos das demais línguas, ao deverem indagar-lhes as origens, com enorme proveito para a república das letras. O que certamente se dá com a língua alemã, que é lingua-mãe — onde não assumiram nunca o comando nações estrangeiras —, que tem monossilábicas todas as suas raízes. E de terem os nomes nascido antes dos verbos é comprovação esta propriedade permanente: que nenhuma oração [preposição, discurso] se mantém se não começar por um nome, que patente ou elidido, a reja.

Por fim, os criadores das línguas formaram para si os verbos, como se vê nas crianças, a expressarem nomes, partículas, silenciando os verbos. Pois os nomes suscitam idéias que deixam claros vestígios; o mesmo o fazem as partículas, que significam tais modificações. Mas os verbos significam movimentos, que implicam o antes e o depois, mensurados pelo indivisível do presente, dificílimo de entender até mesmo para os próprios filósofos. E há até uma observação física que cabalmente aprova o que dizemos. Pois vive, entre nós, um homem honesto, que golpeado por gravíssima apoplexia, nomeia os nomes, mas esqueceu-se dos verbos.[77] E, no entanto, os verbos são gêneros de todos os outros — como *sum* do *essere,* a que se reduzem todas as essências, o que vale dizer, todas as coisas metafísicas; *sto* de *repouso, eo* do *movimento,* a que se reduzem todas as coisas físicas; *do, dico* e *facio,* a que se reduzem todas as coisas agíveis *(agibili),* quer as morais, as familiares e até mesmo as civis — e devem ter começado pelos imperativos. Isso porque no estágio das famílias, extremamente indigente de linguagem, apenas os pais deveriam falar e dar ordens aos seus filhos e aos seus fâmulos, reservando-se estes, sob os terríveis impérios familiares, como logo veremos, a, com cego abséquio, silenciando, cumprir-lhes as determinações. E tais imperativos são todos monossilábicos, quais chegaram até nós *es, sta, i, da, dic, fac.*

Este processo generativo das línguas está conforme aos princípios, tanto da natureza comum *(universale)* — mediante os quais os elementos das coisas todas são indivisíveis, e dos quais se compõem e nos quais se resolvem — quanto da natureza particular humana, segundo aquela dignidade que "os meninos, nascidos nesta larga quantidade de línguas e que dispõem de molíssimas fibras do instrumento que articula as vozes, começam pelas monossilábicas". O que, com maior pertinência se deve dizer dos primeiros homens da gentilidade, que as tinham duríssimas, nem tinham ainda ouvido voz humana. Oferece-nos ela, ademais, a ordem mediante a qual nasceram as partes da oração, e, por via de conseqüência, as vezes naturais da sintaxe.

[77] Note-se a atualidade e/ou intuição genial de Vico. Ele antecipa as recentes experiências com os afásicos, que hajam perdido o sentido da contigüidade. Vejam-se os estudos de Roman Jakobson a respeito. E crescerá em nós a admiração pela sagacidade genial de Giambattista Vico. (N. do T.)

Todas essas coisas parecem muito mais razoáveis do que aquilo que, a propósito da língua latina, nos disseram Giulio Cesare Sealigero e Francisco Sanchez. Como se os povos que inventaram as línguas tivessem primeiramente devido ir à escola de Aristóteles, com cujos princípios ambos argumentaram!...

5. *COROLÁRIOS ACERCA DAS ORIGENS DAS LOCUÇÕES POÉTICAS, DOS EPISÓDIOS, DO GIRO [DOS TORNEIOS FRÁSICOS], DO NÚMERO, DO CANTO E DO VERSO.*

Foi segundo essa pauta que se formou a língua poética, entre as nações, composta [originalmente] de caracteres divinos e heróicos, a seguir, explicitados com dicções vulgares, e, finalmente, escritos com os caracteres vulgares. E nasceu inteiramente da indigência de linguagem e da necessidade de expressar-se. O que se comprova através desses primeiros lumes da elocução poética, quais a hipotipose, as imagens, as similitudes, as comparações, as metáforas, as circunscrições, as frases que explicavam as coisas através de suas propriedades naturais, as descrições obtidas pelos efeitos, seja mais minudentes seja mais vivazes *(risentiti)*, e, finalmente, pelas adjunções enfáticas e até mesmo ociosas.

Os episódios [78] procederam daquela rudeza das mentes heróicas, que não sabiam peneirar o sentido próprio das coisas que condiziam com o seu propósito, como vemos servirem-se deles os idiotas e, sobretudo, as mulheres.

Já os torneios frásicos nasceram da dificuldade de subministrar os verbos ao discurso. Verbos que foram, como vimos, os últimos a se inventarem. Pelo que, os gregos, que foram os mais sagazes, tornearam a falar menos do que os latinos, e estes, menos do que o fazem os alemães.

O número prosaico [79] foi tardiamente percebido pelos escritores, na língua grega por Górgias Leontino, e, na latina por Cícero; tanto mais que, no dizer do próprio Cícero, tinham tornado numerosas as orações com certas medidas poéticas. Isto nos será de grande proveito daqui a pouco, ao tratarmos das origens do canto e dos versos.

Por todas essas razões, parece comprovado que a locução poética nasceu em virtude de necessidade da natureza humana, antes da locução prosástica, assim como as tais fábulas, como universais fantásticos, antes dos universais lógicos *(ragionati)* ou filosóficos, que, aliás, nasceram por meio de tais falares prosaicos. Isto porque, havendo os poetas, anteriormente, buscado a formação da fábula poética, mediante composição de idéias particulares — como amplamente de demonstrou aqui —, a partir delas vieram depois os povos a formar os falares da prosa, ao contraporem em cada voz, tal como num gênero, as partes que a fábula poética haviam composto. Assim, de uma frase poética, por exemplo. "Ferve-me o sangue no coração" (que é um falar, por propriedade natural, eterno e universal para todo o gênero humano), do sangue, do ferver e do coração fizeram uma pala-

[78] Episódio, comenta Flora, em seu significado primeiro, é uma digressão da unidade de ação, uma *narratio orationi inserta*. (N. do T.)

[79] Entenda-se: as inversões de palavras. (N. do T.)

vra única, como um gênero, que os gregos chamaram *stómakhos,* e os latinos, *ira,* ou os italianos, *collera.*

Com passo similar, dos hieróglifos e das letras [heróicas se constituíram poucas letras] vulgares, como gêneros em que se conformariam inúmeras vozes articuladas distintas, para o que se requereu a flor da engenhosidade. Com tais gêneros vulgares, seja de vozes seja de letras, vieram a fazer-se mais expeditas as mentes dos povos e a tornar-se abstrativas, podendo daí provirem os filósofos que engendraram os gêneros inteligíveis. O que aqui meditamos é uma partícula da história das idéias. Por isso mesmo, as origens das letras, para as descobrirmos, deviam num átimo conectar com as origens das línguas!

A respeito do canto e do verso propusemos aquelas *dignidades:* que, comprovada a origem dos homens mudos, precisaram, inicialmente, como fazem os mudos, emitir as vogais, cantando; a seguir, como procedem os gagos, também a cantar emitir as [vogais] articuladas com consoantes. Do referido canto inicial dos povos constituem prova ponderável os ditongos que os mesmo legaram *(lasciarono)* às línguas, que devem ter sido ainda mais abundantes nos inícios. Exatamente como os gregos e os franceses, que prematuramente passaram da idade poética à idade vulgar, no-los apresentaram numerosíssimos, como se viu nas *Dignidades.*

Razão disso é que as vogais são fáceis de formar-se, sendo difíceis as consoantes. E, dado também que se demonstrou que tais homens primevos, [bastante] tardos, a fim de moverem-se a proferirem as vozes, deveriam sentir violentíssimas paixões, estas naturalmente se expressam com voz altíssima, já que a natureza conduz a que, onde quer que o homem alce bastante a voz, incida ele nos ditongos e no canto, como se acenou nas *Dignidades.* Há pouco demonstramos que os primeiros homens gregos, no tempo de seus deuses, formaram, por isso mesmo, o primeiro verso heróico espondaico, com o ditongo *paí,* de resto, duas vezes mais pleno de vogais do que de consoantes.

Tal canto primitivo dos povos nasceu naturalmente, ainda da dificuldade das primeiras pronúncias. Dificuldade essa que se demonstra tanto pelas *causas,* quanto pelos *efeitos.* Das primeiras, porque tais homens tinham formado de fibras demasiado duras o instrumento para a articulação das vozes, tanto que dispuseram de pouquíssimas vozes. Bem ao contrário das crianças, de fibras molíssimas, nascidos nesta (nossa) suma profusão de vozes, e que vemos com notável dificuldade pronunciarem as consoantes, como se viu nas *Dignidades.* E os chineses, que não dispõem senão de trezentas vozes articuladas, que, variadamente modificando, seja no som seja no tempo, correspondem, com a língua vulgar, ao seus cento e vinte mil hieróglifos, falam cantando.

A partir dos *efeitos,*[80] a demonstração parte das palavras reduzidas, que se notam inumeráveis na poesia italiana. Nas *Origens da língua latina* delas apresentamos um largo número, que deveriam ter nascido reduzidas e depois, com o

[80] Sublinhamos nós as palavras *causas* e *efeitos,* apenas para tornar atento o leitor, em face de períodos longos de Vico. (N. do T.)

tempo, se amplificaram. Bem ao contrário dos arredondamentos, dado que os gagos, a partir de alguma sílaba que mais se inclinam a proferir cantando, retiram uma compensação de proferirem aquelas que lhes resultam de difícil pronúncia, como propusemos, também, nas *Dignidades*. De forma que, entre nós, no meu tempo, existiu um excelente músico tenor com tal vício de língua que, onde não podia proferir as palavras, infletia para um canto suavíssimo, e, assim, as pronunciava.

Assim, certamente, os árabes começam quase todas as palavras com um *al*. E até afirmam que os hunos assim se chamaram porque as começavam todas por *un*. Ao fim e ao cabo, demonstra-se que as línguas começaram pelo canto, por tudo quanto até agora dissemos: isto é, que antes de Górgias e de Cícero, os prosadores gregos e latinos usaram certos números como que poéticos, tal como o fizeram nos tempos bárbaros recorrentes, os Padres da Igreja latina — o mesmo se dando com os da grega —, de modo que suas prosas parecem cantilenas.

O primeiro verso (como há pouco efetivamente demonstramos que assim nasceu) precisou nascer adequado à língua e à idade dos heróis, qual o foi o verso heróico, o maior de todos os mais, e, consentâneo com a poesia heróica. Nasceu ele de violentíssimas paixões de espanto e de júbilo, já que a poesia heróica não trata senão de perturbadíssimas paixões. Não nasceu, contudo, espondaico, em virtude do grande temor à serpente Píton, como narra a tradição vulgar; tanto mais que tal perturbação apressa as idéias e as vozes, ao invés de retardá-las, por onde entre os latinos *solicitus* e *festinans* significam "temeroso". Mas pela lentidão das mentes e pela dificuldade das línguas dos autores das nações, primeiro nasceu — como demonstramos — espondaico, cuja posse mantém, tanto que no último pé jamais abandona o espondeu. A seguir, tornando-se mais expeditas tanto as mentes quanto as línguas, ali se admitiu o dáctilo. Mais além, apressando-se sempre mais ambas, nasceu o jâmbico, cujo pé é denominado "ligeiro" por Horácio (a respeito de tais origens propuseram-se duas *dignidades)*. Ao fim, tornadas ambas rapidíssimas, ocorreu a prosa, que, como há pouco vimos, fala quase por gêneros inteligíveis. E, na prosa, o verso jâmbico se apressa tanto que com freqüência inadvertidamente ocorria na escrita dos prosadores. Assim foi que o canto se foi nos versos apressando, com passos similares aos do tornarem-se mais expeditas, nas nações, tanto as línguas quanto as idéias, como também se enfatizou nas *Dignidades*.

Tal filosofia é-nos confirmada pela história, a qual tem como mais antiga narrativa os oráculos e as sibilas, como se propôs nas *Dignidades*. Por isso mesmo, para dar a entender uma coisa como antiqüíssima, havia a expressão "ela deve ser mais velha do que a sibila". E as sibilas esparramaram-se por todas as primeiras nações, sendo que delas pelo menos doze chegaram até nós.

É tradição vulgar que as sibilas cantaram em verso heróico, assim como em todas as nações era em verso heróico que os oráculos davam suas respostas. Por isso, esse verso foi pelos gregos denominado "pítico", em virtude de seu famoso oráculo de Apolo pítico (que assim se terá chamado por causa da morta serpente Píton, de que, como vimos acima, se disse ter provido o primeiro verso espondai-

co). Tal verso foi pelos latinos denominado "verso satúrnio", como no-lo atesta Festo. E deve ter nascido na Itália, na idade de Saturno, correspondente à idade de ouro dos gregos, na qual Apolo, como os outros deuses, praticava em terra com os homens. E Ênio, segundo o mesmo Festo, afirma que com tal verso os faunos revelavam os fatos ou oráculos na Itália — uns e outros, entre os gregos, como se disse, proclamados em versos hexâmetros. Depois, os "versos satúrnios" foram proclamados jâmbicos senários, talvez porque então se falava naturalmente em tais versos saturno-jâmbicos, como antes se falara naturalmente mediante versos saturno-heróicos.

Embora ainda hoje os doutos na língua sacra estejam divididos em opiniões diversas quanto à poesia dos hebreus, se se compõe de metros ou então de ritmos, entretanto, Flávio Josefo, Filão, Orígenes e Eusébio são favoráveis aos metros. E, no que se favorece muitíssimo nosso propósito, São Jerônimo pretende que o livro de Jó, muito mais antigo do que os de Moisés, tivesse sido redigido em verso heróico, desde o princípio do capítulo terceiro até o princípio do capítulo quarenta e dois.

Os árabes, desconhecedores das letras, como no-lo refere o autor anônimo da *Incerteza das ciências,*[81] preservaram a sua língua ao saberem de memória os seus poemas até o tempo em que inundaram as províncias orientais do império grego.

Os egípcios escreviam as memórias dos seus defuntos nas galerias subterrâneas *(siringi)* ou colunas, em verso, denominados a partir de *sir,* que quer dizer "canção". Daí chamar-se Sirene a divindade sem dúvida notória pelo canto, no qual Ovídio afirma ter sido celebrada, similarmente, e também por sua beleza, a ninfa Siringa.[82] E dada essa mesma origem se deve afirmar acerca dos sírios e dos assírios, que teriam inicialmente falado em versos.[83]

Não há dúvida de que os fundadores da humanidade grega foram os poetas teólogos, eles próprios heróis, e que cantaram em verso heróico.

Já vimos que os primeiros autores da língua latina foram os sálios, que foram poetas sacros, de que nos restam fragmentos de versos saliares, que têm um ar de versos heróicos, como de Lúcio Emílio Reglo:

Duello magno dirimendo, regibus subiugandis,

ou de Acílio Glabrio:

Fudit fugat, prosternit maximas legiones, ou outros versos de outros autores. Os fragmentos da lei das XII Tábuas, se bem os considerarmos, em sua maior parte culminam em versos adônios, que são as sobras últimas dos versos heróicos. E Cícero os deve ter imitado nas suas *Leis,* que assim começam:

Deos caste adeunto.
Pietatem adhibento.

[81] Não se trata de autor anônimo, como já vimos anteriormente. (N. do T.)
[82] *Metamorfoses,* I, 690/691. (N. do A.)
[83] A hipótese de Vico apóia-se na equívoca idéia de que Síria e Assíria tenham um étimo comum em *schir* = cântico. (N. do T.)

Daí que, segundo narra esse mesmo autor, terá provindo o costume romano segundo o qual os meninos (para usarmos sua própria expressão) *tanquam necessarium carmen,* cantando memorizavam essa lei, de forma, aliás, não diversa da dos meninos cretenses, segundo relato de Eliano. Pois, certamente, Cícero, notável descobridor do número prosaico entre os latinos (como o leontino Górgias o tinha sido entre os gregos) — e já consideramos tal fato atrás — viu-se obrigado a esquivar-se na prosa, e numa prosa de tão conspícuo argumento, não somente de versos de tal forma sonora, até mesmo dos jambos (que se assemelham à prosa), dos quais se defendeu, ao escrever também suas cartas familiares.

Por isso mesmo, indispensável será que sejam verazes aquelas tradições vulgares: a primeira das quais registra-se em Platão, e que refere que as leis dos egípcios foram poemas da deusa Ísis;[84] a segunda, vê-se em Plutarco,[85] e conta que Licurgo deu leis aos espartanos, aos mesmos espartanos para os quais, mediante uma lei específica, proibira conhecerem as letras; a terceira registra-se em Máximo Tírio, e relata que Zeus teria dado a Minos as leis em versos; quarta e última, refervida por Suida, [segundo a qual] Dacon ditou em versos as leis aos atenienses, de que se diz, vulgarmente, que as teria escrito com sangue.

Ora, voltando das leis para as histórias, refere Tácito nos *Costumes dos antigos germanos,* que entre os mesmos se conservavam, concebidos em versos, os princípios da sua história, e, a propósito, Lípsio[86] nas *Anotações,* refere a mesma coisa a respeito dos americanos. O prestígio de duas nações — a primeira das quais não foi conhecida dos outros povos senão, tardiamente, pelos romanos, sendo que a segunda só foi descoberta pelos nossos europeus, há apenas dois séculos — nos dá uma forte razão para conjeturar fato idêntico para todas as demais nações bárbaras, tanto antigas quanto modernas. E sem requerer-se conjetura, certamente dos persas, entre as antigas, e dos chineses, entre as recentemente redescobertas se vê, pelos autores, que as suas primeiras histórias se escreveram em versos.

Por isso, aqui, impõe-se esta importante reflexão: se os povos se fundaram com as leis, e, se as leis, entre os povos todos, foram ditadas em versos, já que as primeiras coisas dos povos também em versos se conservam, [segue-se como] necessária coisa que todos os primeiros povos foram de poetas.

Retomando, pois, o prefixado argumento a respeito das origens do verso, segundo referência de Festo, ainda as guerras cartaginesas foram por Névio, antes de Ênio, escritas em verso heróico. E Lívio Andrônico, primeiro escritor latino, escreveu a *Românida,* que era um poema heróico, que continha os anais dos antigos romanos.[87] Nos tempos bárbaros recorrentes esses históricos latinos foram poetas heróicos, quais Günther,[88] Guglielmo apuliense, e outros. Vimos também

[84] *Leis,* 637 *a.* (N. do T.)
[85] *Licurgo,* 4, 2/3. (N. do T.)
[86] Joost Lips (1547-1606). (N. do T.)
[87] Trata-se de um equívoco dos eruditos dos séculos XVI e XVII. O pretendido poema não existe. Ou apenas se resume nos *Annales* do próprio Ênio. (N. do T.)
[88] ?: Guntero, para Vico; autor do *Carmen heroicum de rebus a Friderico Barbarossa gestis.* (N. do T.)

que os primeiros escritores nas novas línguas da Europa foram versificadores. E na Silésia, província quase toda de aldeões, nascem poetas.[89] E, de modo geral, dado que tal língua conserva demasiado íntegras as suas origens heróicas, eis a razão de Adan[?] Rochemberg, desconhecedor de tal fato, afirma que as palavras compostas dos gregos muito facilmente se possam transpor para a língua alemã, especialmente na poesia. E Bernegger estabeleceu-lhes um catálogo, que Georg C. Peisker, no *Indice de graecae et germanicae linguae analogia,*[90] tratou de enriquecer. No que tange ao comporem entre si as palavras inteiras, a língua latina antiga de fato nos legou um alto número delas, como por razões próprias continuaram a servir-se delas os poetas. Pois deve ter sido propriedade comum de todas as línguas primigênias, as quais, como se demonstrou, primeiramente se abasteceram de nomes, a seguir de verbos, e, assim, por carência dos verbos, assim terão unido esses nomes. Tais devem ser os princípios daquilo que escreveu Morhofen nas *Disquisitionibus de germanica lingua et poesi.*[91] Seja esta uma comprovação da observação que demos nas *Dignidades:* que "se os doutos da língua alemã empreenderam encontrar as origens delas, mediante estes princípios, farão, neste particular, maravilhosas descobertas".

E, em virtude de todas as reflexões aqui postas, parece-nos, à evidência, refutado o comum equívoco dos gramáticos, que dizem que a fala prosástica teria nascido antes, e, depois dela, o verso. E, no âmbito das origens da poesia, quais se descobriram aqui, deparamos com as origens tanto das línguas quanto das letras.

6. *OUTROS COROLÁRIOS QUE, A PARTIR DO PRINCÍPIO, SE PROPUSERAM*

I

Juntamente com o primigênio despontar dos caracteres e das línguas, nasceu o direito, denominado *ious* pelos latinos e *diaïon,* pelos antigos gregos — que nós explicitamos "celeste", a partir de *Diós.* Por onde, os latinos, para dizerem "a céu aberto" empregaram, derivadamente, *subdio* e igualmente *sub Iove.* E, como diz Platão no *Crátilo,* isto, por graça da fala resultou *díkaion.* Já que, de modo universal, foi visto, por todas as nações gentílicas, o céu com o aspecto de Zeus, inspecção que se fazia para receber dali as leis, nos seus [dele, Zeus] divinos avisos ou comandos, tidos por eles na qualidade de auspiciosos. O que demonstra que todas as nações nasceram sob a persuasão da providência divina.

E, começando a enumeração delas, Júpiter foi para os caldeus o céu, enquanto se acreditava que pelos aspectos e movimentos das estrelas prenunciava o futuro. E denominaram-se "astronomia" e "astrologia" as ciências seja das leis seja do tratar dos astros, porém no sentido de "astrologia judiciária", assim como *chaldaei* por "astrólogos judiciários" resultaram chamados nas leis romanas.

Também para os persas, Júpiter representou o céu, enquanto se acreditava

[89] Vico tomou por poetas autenticamente primitivos alguns poetas *marinistas* da Silésia . . . (N. do T.)
[90] Catálogo da analogia das línguas grega e germânica. (N. do E.)
[91] Investigações sobre a língua e a poesia germânicas. (N. do E.)

significar as coisas ocultas para os homens. Os eruditos de tal ciência chamaram-se "magos". E igualmente se chamou "magia" seja a consentida, que é a ciência natural das maravilhosas forças ocultas da natureza, seja a proibida, ciência das sobrenaturais. Neste último sentido diz-se "mago" por "feiticeiro". E os magos serviam-se da virga (que foi o lítuo dos áugures entre os romanos), para com ela descreverem os círculos dos astrônomos. De tais círculos e vara serviram-se os feiticeiros nas suas bruxarias. E, para os persas, o céu foi o templo de Júpiter, sendo que movido por essa religião[92] Ciro destruía os templos fabricados pela Grécia.

Para os egípcios, igualmente, Júpiter foi o céu, enquanto se acreditava interviesse nas coisas sublunares e avisasse o futuro. Por isso criam fixar os influxos celestiais ao fundirem, em certos tempos, as imagens, sendo que ainda hoje conservam uma arte popular da adivinhação.[93]

Para os gregos, Zeus era também o próprio céu, enquanto dele consideravam de coisas divinas ou sublimes [dignas de] contemplarem-se com os olhos do corpo e de observarem-se [no sentido de "cumprirem-se"] como leis de Zeus. Em virtude desses matemas, chamam-se nas leis romanas *mathematici* os astrólogos judiciários.

Dos romanos é famoso o acima referido verso de Ênio:

Aspice hoc sublime cadens, quem omnes invocant Iovem;

valendo *hoc,* como já dissemos, como *coelum.* Pelos mesmos se chamaram *templa coeli,* como também atrás se chamaram as regiões desenhadas pelos áugures, ao tomarem os auspícios. E ficou entre os latinos *templum* para significar todo lugar cuja prospecção é livre por toda parte e não impedido de parte alguma. Por isso mesmo, *extemplo* quer dizer "subitamente", e *neptunia templa* chamou Vergílio ao mar, à moda antiga.[94]

Narra Tácito dos germanos antigos[95] que adoravam os seus deuses no recesso de lugares sagrados, que denomina *lucos et nemora,* e deveriam ser clareiras *(selve rasate)* no âmbito fechado dos bosques. Custou muito à Igreja desacostumá-los disso, como se pode constatar a partir dos concílios arelatense e bracarense, segundo a *Reunião dos decretos* que nos legou Burchard. Aliás, vestígios desses costumes ainda hoje se conservam na Lapônia e na Livônia.

Constatou-se que entre os peruanos, Deus, em modo absoluto, se chama "o Sublime". E seus templos são, a céu aberto, colinas a que se ascende dos dois lados, por altíssimas escadas, e, em cuja culminância põem toda a sua magnificência. Por isso, em todas as partes, a magnificência dos templos situa-se agora em uma sua [deles, templos] deformadíssima altitude.[96] Aliás, os cimos desses templos, para nosso maior propósito, registra-se em Pausânias, denominados

[92] Entenda-se: do céu. (N. do T.)
[93] Vico parece aludir aos "egípcios", "boêmios" ou "ciganos", observou Nicolini. (N. do T.)
[94] Na verdade, Vergílio: *Eneida,* VIII, 695, chamou-lhes *arva nova Neptunia.* (N. do T.)
[95] *Germania,* 9. (N. do T.)
[96] Julgamos que Vico deseja referir-se ao estado ruinoso dos velhos templos. (N. do T.)

aetós, que quer dizer "águia", em virtude de desboscarem-se as selvas para ter-se visão contemplativa do sítio de que provinham os auspícios das águias, que voam mais alto do que os demais pássaros. Talvez por isso, pois, os cimos das montanhas denominaram-se *pinnae templorum,* que depois se converteram em *pinnae murorum,* já que sobre os limites dos tais primeiros templos do mundo elevaram-se, a seguir, as muralhas das primeiras cidades, como logo mais veremos. E, ao fim e ao cabo, na arquitetura denominaram-se *aquilae* as ameias, que tais se dizem hoje as dos edifícios.

Os hebreus, porém, adoravam ao verdadeiro Altíssimo, que está acima do céu, no recesso do tabernáculo. Daí por que Moisés, onde quer que o povo de Deus estendia as suas conquistas, ordenava fossem queimados os bosques sagrados, como os chamá Tácito, e dentro dos quais se encerraram os *luci.*[97]

Daí se recolhe que em todas as partes as primeiras leis foram as divinas de Zeus. Dessa antiguidade deve ter provindo tomar-se "o céu" por "Deus", nas línguas de muitas nações cristãs. Assim, nós, italianos, dizemos *voglia il cielo, spero al cielo,* expressões todas em que entendemos "Deus". O mesmo é uso dos espanhóis. E os franceses dizem *bleu* por "azul", e, dado que a palavra "azul" é de coisa sensível, devem ter entendido *bleu* por "o céu". E, como as nações gentílicas tinham significado "o céu" por "Júpiter", devem os franceses ter significado, pelo "céu", "Deus" naquela ímpia blasfêmia deles *moure bleu!,* isto é, "morra Deus!", como ainda usam dizer *parbleu!,* "por Deus!" E esta pode ser uma prova do *Vocabulário mental* proposto nas *Dignidades,* do qual se falou acima.

II

A exatidão dos domínios constitui ponderável parte da necessidade de deparar-se com os "caracteres" ou "nomes" no sentido original de "casas ramificadas por muitas famílias", que em sua suma propriedade se chamaram "gentes". Assim, Mercúrio Trimegisto, caráter poético dos primeiros fundadores dos egitos, como já demonstramos, inventou para eles tanto as leis quanto as letras. A partir de Mercúrio, que também foi tido em conta de deus das permutas mercantis, os italianos (cuja uniformidade de pensar e expressar-se, até os nossos presentes dias conservada, deve causar maravilhá) dizem *mercare* o marcar com letras e com divisas os rebanhos ou outros produtos do mercadeio, a fim de distinguir e cientificar-se de seus donos.

III

Estas, as primeiras origens dos feitos gentílicos e, pois, das medalhas. De tais empreendimentos, inventados primeiro para as coisas privadas, e, a seguir, em virtude das necessidades públicas, provieram, para distração, os empreendimentos eruditos, a que, adivinhando, chamaram "heróicos". Estes, indispensável será ani-

[97] Confrontem-se os passos: *Êxodo,* 11,1; *Deuteronômio,* 7,5; 12,3; 16,21. (N. do T.)

má-los com gestos, porque têm significações análogas. De onde dizerem-se empreendimentos heróicos naturais, que pelo próprio defeito dos movimentos gestuais, lhes permitiram falar, sem o emprego de voz *(mutole)*. Daí por que os gestos [icônicos] eram ótimos para o seu raciocínio, já que continham significações adequadas, assim como três espigas ou três atos de ceifar naturalmente indicavam "três anos". Do que advém que "caracteres" e "nomes" se correspondem entre si, e "nomes" e "naturezas" terem significado a mesma coisa, quais um e outro acima se definiram.[98]

Ora, voltemos às empresas gentílicas, pois nos tempos bárbaros recorrentes as nações voltaram a ser desprovidas de falar vulgar. Por isso, das línguas italiana, francesa, espanhola ou de outras nações não nos chegou efetivamente nenhuma notícia, enquanto que as línguas latina e grega só eram conhecidas pelos sacerdotes. Assim é que entre os franceses se dizia *clero* na acepção de "letrado", e, no que tange aos italianos, em um maravilhoso dito de Dante, ele se dizia "laico" para dizer-se "homem que desconhecia as letras". Ademais, entre os próprios sacerdotes reinou tamanha ignorância, que se lêem escrituras subscritas por bispos, com uma cruz como sinal, já que os mesmos não sabiam sequer escrever os próprios nomes. Os próprios prelados doutos pouco também sabiam escrever, como a diligência do padre Jean Mabillon na sua obra *De re diplomatica* nos deixa ver talhadas em cobre as assinaturas de bispos e arcebispos aos atos conciliares daqueles tempos bárbaros, assinaturas essas que constatamos escritas com letras mais informes e grosseiras do que aquelas que escrevem os mais indoutos idiotas de hoje. E, entretanto, tais prelados eram as mais das vezes chanceleres dos reinos da Europa, quais foram três arcebispos chanceleres do Império para três línguas (um para cada uma língua): alemã, francesa e italiana. E, a partir deles, e por tal modo de escrever as letras com tais formas irregulares, terá vindo a denominação de "escritura chancelária". De tamanha escassez [é índice] uma lei inglesa onde se ordena não devesse morrer um réu de morte, que conhecesse as letras. Será por isso que, depois, a palavra "literato" passou a significar "erudito".

Pela mesma inópia de escritores é que nas casas antigas não se vê parede alguma onde não tenha sido entalhada uma divisa qualquer. Aliás, chamou-se entre os latinos bárbaros *terrae presa* a herdade com os seus limites, e pelos italianos denominou-se *podere* pela mesma razão que foi dito pelos latinos *praedium*. Isto porque as terras reduzidas a cultura foram as primeiras presas do mundo, e os cabedais chamaram-se *mancipia* na lei das XII Tábuas, e denominados *praedes* e *mancipes* os abrigados em coisas estáveis, sobretudo em relação ao erário, chamando-se, também, *iura praediorum* as escravidões denominadas "reais". De resto, chamou-se entre os espanhóis *prenda* a empresa forte", pois os primeiros cometimentos fortes do mundo consistiram em dominar *(domare)* e reduzir à cultura as terras: que veremos ter sido a maior das fadigas de Hércules. A divisa, de novo, foi pelos italianos chamada *insegna,* no sentido de "coisa significante" (de onde para os mesmos resultou *insegnare)*. E se disse também "divisa", pois as

[98] Veja-se a *Dignidade* 85.ª. (N. do T.)

insígnias se nos deparam como sinais da primeira divisão das terras, que tinham sido, quanto ao seu uso, comuns a todo o gênero humano. A partir de onde, os termos, antes reais, de tais campos, depois entre os escolásticos se assumiram por termos vocais, isto é, por vozes significativas, que são as balizas das proposições. Tal uso de termos se registra entre os americanos, como acima se viu, para os hieróglifos, para discriminar, entre eles, as famílias.

De tudo isso se conclui que para as insígnias a grande necessidade de significar nos tempos das nações mudas deve ter decorrido da exatidão dos domínios. E elas, nos tempos de paz, converteram-se, depois, em insígnias públicas. De onde provieram as medalhas, que, logo, com a introdução das guerras, se mostraram aparelhadas para as insígnias militares. Cumpriram elas, aliás, o primeiro uso dos hieróglifos, uma vez que mais freqüentemente as guerras faziam-se entre nações de palavras articulares distintas e, por decorrência, entre si mudas.

Todas essas coisas aqui meditadas, à maravilha, resultam confirmadamente verdadeiras a partir de um fato: que, em virtude de uniformidade de idéias, entre os egípcios, os antigos toscanos [os etruscos], romanos e os ingleses, que o usam como adorno de sua arma real, se formou este hieróglifo, uniforme entre todos eles: uma águia sobre um cetro. O que, entre essas nações, divididas entre si por imensos espaços de terra e de mares, deve ter igualmente significado que os reinos tiveram seus inícios nos primeiros reinos divinos de Zeus, em decorrência dos seus auspícios. Finalmente, havendo introduzido os comércios através de dinheiro cunhado, encontraram-se as medalhas aparelhadas para o uso das moedas, as quais, em virtude do uso dessas medalhas, chamaram-se *monetae a monendo,* entre os latinos, como das insígnias se disse *insegnare* entre os italianos. Assim, de *nómos* proveio nómisma, como no-lo diz Aristóteles. Daí também, talvez, ocorreu dizerem os latinos *numus* (que os melhores grafam com um "m"). E os franceses chamam *loy* à lei e *aloy* à moeda. Todos esses modismos não podem provir senão da "lei" ou "direito", expresso por hieróglifo, qual é o uso, sem dúvida, das medalhas.

Tudo isso, à maravilha, se nos confirma por palavras como "ducato", dito por *a ducendo,*[99] o que é próprio dos capitães; "soldo", de que decorre "soldado", e "escudo", arma de defesa, que antes significou o fundamento das armas gentílicas, e, primeiramente foi a terra cultivada por cada pai, no templo das famílias, como logo se demonstrará. Daqui devem receber luz as inúmeras medalhas antigas, pelo que se vê ou um altar ou um lítuo, que era a varinha dos áugures, e lhes servia para tomarem os auspícios, como ficou dito atrás, ou um tripé, de onde se tomavam os oráculos, de que resulta aquela expressão *dictum ex tripode,* "dito pelo oráculo".

Dessa espécie de medalhas devem ser as asas, que os gregos em suas fábulas ligaram a todos os corpos, a significarem razões dos heróis, fundadas nos auspí-

[99] Mais uma saborosa etimologia viquiana. Mais plausível que ducado provenha do fato de haver o Ducado da Apúlia, onde, em 1140, se cunhou tal moeda. (N. do T.)

cios. Assim como Idantura, entre os hieróglifos reais, com que respondeu a Dario, enviou um pássaro. E os patrícios romanos em todas as contendas heróicas que tiveram com a plebe (como claramente se lê na história romana), a fim de preservarem-se os seus direitos heróicos, opunham aquele motivo: *auspicia esse sua.* Assim como na barbárie recorrente se vêem os cometimentos nobres sobrecarregados de elmos com cimeiras que se adornam com penachos, sendo que nas Índias ocidentais não se enfeitam de penas senão os nobres.

IV

Assim aquilo que se disse *Ious,* Zeus, e, na forma contrata se disse *ius,* antes de mais nada deve ter significado a gordura das vítimas, devida a Júpiter, conforme ao que já dissemos. Assim como na barbárie recorrente, "cânon" se chamou à lei eclesiástica e também àquilo que paga o enfiteuta ao direto senhor, dado que talvez as primeiras enfiteuses foram introduzidas pelos eclesiásticos, que, não podendo por si próprios cultivá-las, cediam as terras da igreja para que outros as cultivassem. Com estas duas coisas que dissemos acordam-se as duas que acima enunciamos: uma dos gregos, entre os quais *nómos* significava a lei e *nómisma* a moeda; a outra dos franceses, que chamam *loy* à lei e *aloy* à moeda. Da mesma maneira, e não diversamente, chamou-se-lhe *Ious optimus* por "Zeus fortíssimo", a quem pela força do raio deu origem a autoridade divina em sua primeira significação, que foi a de "domínio", a fim de que tudo fosse de Zeus, como acima dissemos.

Pois aquela verdade de metafísica racional acerca da ubiqüidade de Deus, que fora tomado com falso sentido de metafísica poética:

. . . Iovis omnia plena,

gerou a autoridade humana àqueles gigantes que tinham ocupado as primeiras terras devolutas do mundo, no mesmo sentido de "domínio", que na língua romana foi chamado, certamente, *ius optimum.* Mas em seu sentido originário, aliás, muito diverso daquele em que se manteve nos tempos mais recentes. Pois nasceu naquela significação que, em passo áureo das orações, Cícero o define qual "domínio de bem estável, não sujeito a ônus, não apenas privado, mas também público", chamado "ótimo"[100] — estimando-se o direito da força (conforme nos primeiros tempos do mundo se verá) — no mesmo sentido de "fortíssimo", a fim de que não fosse enfraquecido por nenhum ônus estrangeiro. Tal domínio deve ter sido o dos pais, no estágio das faamílias, e, em conseqüência, o domínio natural, que deve ter nascido antes do civil. E, ao compor-em-se de famílias as cidades, sobre tal domínio ótimo, que em grego se chama *díkaion áriston,* nasceram elas de forma aristocrática, como logo se há de ver. A partir dessa mesma origem, entre os latinos, tais repúblicas de optimates se chamaram também "repúblicas dos poucos", porque as compunham aqueles

[100] *De lege agraria,* III, 2. (N. do T.)

. . .pauci quos aequus amavit
Iupiter.

E os heróis, nas contendas heróicas com as plebes, sustentavam as suas razões heróicas com os divinos auspícios. E nos tempos mudos as significavam com o pássaro de Indatura, com as asas das fábulas gregas; e, com língua finalmente articulada, os patrícios romanos dizendo *auspicia esse sua.*

Isso porque Zeus com os raios, cujos auspícios são os maiores, havia aterrorizado e feito para o fundo das terras, nas grutas dos montes, os primeiros gigantes, e ao aterrorizá-los lhe conferira a boa fortuna de se tornarem donos das herdades daquelas terras onde, escondidos, se radicaram, e de que provieram senhores nas primeiras repúblicas. Pelo qual domínio, cada um deles se dizia *fundus fieri* ao invés de *fieri auctor.*

E de suas autoridades familiares privadas, a seguir unidas, como veremos, se constitui para eles a autoridade civil ou pública dos seus senados heróicos reinantes, explicitada por aquela medalha (que se vê tão freqüente entre as das repúblicas gregas, em Goltz) que representa três coxas humanas, que se unem no centro e, com as plantas dos pés lhes sustentam a circunferência; que significa o domínio fundiário de cada cidade ou território ou distrito de cada república, que agora se chama "domínio eminente", e se expressa pelo hieróglifo de um pomo, que hoje sustém as coroas das potências civis, como logo explicaremos.

Significado "fortíssimo" com "três" até, pois os gregos costumavam usar os superlativos com o número de "três", como agora falam os franceses. Com esse modo de falar chamou-se trífido o raio de Zeus, que fortissimamente sulca o ar (e a idéia de "sulcar" até mesmo deve ter-se referido ao ar, só depois, à terra, e, ao fim, à água). Similarmente, denominou-se o tridente de Netuno, que, como veremos, foi um gancho fortíssimo para adentar, isto é, prender as naves. Assim como Cérbero se chamou trifauce, isto é de vastíssima garganta [goela].

Tais referidas coisas, aqui enunciadas a propósito das insígnias[101] gentílicas, devem antepor-se ao que a respeito de seus princípios se refletiu na primeira edição da presente obra, aliás, terceiro passo do livro, que não nos deixa envergonhar por o termos editado.

V

Em decorrência de tudo isso, destas letras e destas leis que Mercúrio Trimegisto inventou para os egípcios, destes "caracteres" e destes "nomes" dos gregos, destes "nomes" que significam tanto "gentes" quanto "direitos" para os romanos, os três princípios de suas doutrinas, Grotz, Selden e Pufendorf, deviam começar a falar do direito natural das gentes. E deviam, com inteligência, explicá-lo com hieróglifos e com fábulas, que são as medalhas dos tempos em que se constituíram as nações gentílicas. E, assim, corroborarem os costumes deles com uma crítica

[101] Como terá observado o leitor, as palavras viquianas *insegna* e *imprese* tomam-se umas pelas outras, num processo metonímico, ora aplicando-se às *insígnias,* ora referindo empreendimentos notáveis, negócios consideráveis, cometimentos notórios e/ou notáveis. Bem se vê que, no fundo de toda *metonímia,* assim como do *ícone,* e do *sinal* há sempre uma metáfora implícita. . . (N. do T.)

metafísica a respeito dos autores das nações, crítica essa de que deveriam receber suas primeiras luzes esta crítica filológica a respeito dos escritores, que não surgiram senão mais de mil anos depois de se terem constituído as nações.

7. *Últimos corolários a respeito da lógica dos adoutrinados*

I

Mediante as coisas refletidas até agora, em virtude desta lógica poética a respeito das origens das línguas, se faz justiça aos primeiros dentre os seus autores por terem sido considerados, em todos os seguintes tempos, como sábios, tanto mais que conferiram os nomes às coisas com naturalidade e propriedade. Por onde, acima vimos que entre os gregos e os latinos *nomen* e *natura* significaram a mesma coisa.

II

Pois os primeiros autores da humanidade[102] chegaram a uma tópica sensível, mediante a qual uniam as propriedades, qualidade ou relações, por assim dizer, concretas dos indivíduos ou das espécies, e com eles constituíam os seus gêneros poéticos.[103]

III

De modo que esta primeira idade do mundo, com justeza se pode dizer dela que toda se ocupou no que tange à primeira operação da mente humana.

IV

E, originariamente, começou por desbastar a tópica, que é uma arte de bem regular a primeira operação da nossa mente, ensinando os pontos *(i luoghi)* que totalmente se devem percorrer, a fim de conhecer tudo quanto se depare na coisa, que se estima ou então que se quer conhecer de modo total.

V

A Providência bem dispôs *(consigliò)* as coisas humanas, ao promover nas mentes humanas a tópica antes da crítica, como nos ocorre primeiro conhecer, e, só depois, julgar das coisas. Pois a tópica é a faculdade de tornar as mentes engenhosas, assim como a crítica, a de as tornar exatas.[104] [Recorde-se que] naqueles

[102] *Autori,* para Vico, tanto quer dizer *autores,* quanto *fundadores*... Veja-se a autalidade do pensamento viquiano, se pensarmos no que diz Ezra Pound, no seu excelente *ABC of Reading:* "Bons escritores são aqueles que mantêm a linguagem eficiente". Numa glosa viquiana e/ou poundiana, construiríamos ao sabor de ambos a seguinte equação: *Auctor/Augere,* isto é, Autor é o que incrementa e funda... (N. do T.)

[103] Note-se o *sentido da concretude* reconhecido por Vico à linguagem poética... Eis um concretista *ante litteram*... (N. do T.)

tempos primigênios deveriam inventar-se todas as coisas indispensáveis à vida humana. E o inventar é propriedade do engenho. Com efeito, quem quer que reflita sobre isso, perceberá que não apenas as coisas necessárias à vida, mas também as úteis, as convenientes, as agradáveis, e, até mesmo, as supérfluas do luxo, tinham sido já inventadas na Grécia antes que chegassem os filósofos, como faremos ver quando refletirmos sobre a idade de Homero. A respeito disso propusemos já uma *dignidade:* que "os meninos excelem potentemente no imitar", e "a poesia nada mais é senão imitação", e "as artes não são mais do que imitações da natureza, e, por via de conseqüência, poesias em um certo modo reais".[105] Assim, os primeiros povos, que foram os infantes do gênero humano, primeiro fundaram o mundo das artes. Depois, os filósofos, que surgiram muito tempo depois. E, por decorrência, os velhos das nações,[106] constituíram o mundo das ciências: pelo que chegou de fato a seu desenvolvimento último *(fu affatto compiuta)* a humanidade.

VI

Esta história das idéias humanas é-nos, à maravilha, confirmada pela história da própria filosofia. Já que a primeira maneira que os homens usaram de filosofar grosseiro foi a *autopaía* ou a evidência dos sentidos, de que se serviu Epicuro, que, como filósofo dos sentidos, contentava-se com a exclusiva exposição das coisas à evidência dos sentidos, nas quais, como vimos nas *Origens da poesia,* muito vivas foram as primeiras nações poéticas. Veio, a seguir, Esopo, ou os filósofos morais, que chamaremos "vulgares" (o que, como acima dissemos, começou antes dos sete sábios da Grécia). Este raciocinou com o exemplo, e como ainda durava a idade poética, o tomava a partir de uma similitude ficcional qualquer *(un qualche simile finto).* Foi com um desses exemplos que o bom Menênio Agripa reduziu a plebe romana sublevada à obediência. Ainda hoje, um desses referidos exemplos, e tanto mais um exemplo verdadeiro, persuade o vulgo ignorante muito melhor do que todo incontestável raciocínio por máximas.

Logo depois veio Sócrates e introduziu a dialética, mediante a indução de mais coisas certas que tenham relação com a coisa dúbia de que se questiona.

As coisas medicinais, mediante indução das observações, já as tinha dado Hipócrates, antes de Sócrates. Foi ele o príncipe de todos os médicos, tanto pelo valor quanto por [anterioridade do] tempo, de modo que mereceu o imortal elogio: *Nec fallit quenquam, nec falsus ab ullo est.*[107] As coisas matemáticas, mediante a via unitiva cognominada "sintética", tinham, nos tempos de Platão,

[104] Atualíssimos passos viquianos, seja para justificar a dignidade da Crítica, seja para fundar princípios atualíssimos de Poética... (N. do T.)

[105] Confronte-se com a *Dignidade* 152.ª. (N. do T.)

[106] Perceba-se a metáfora: os povos primigênios, poéticos por excelência, são a infância do mundo. Logo, os filósofos serão já os velhos, os maduros da humanidade... (N. do T.)

[107] Nem engana ninguém, nem é falso em nada. (N. do T.)

feito os seus maiores progressos na escola italiana de Pitágoras, como se pode ler no *Timeu.*[108]

De modo que, mediante esta via unitiva, nos tempos de Sócrates e de Platão, Atenas excele *(sfolgorava)* em todas as artes nas quais pode admirar-se o engenho humano, tanto em poesia, eloqüência, história, como na música, na fundição, na pintura, na escultura e na arquitetura.

Vieram, depois, Aristóteles (que ensinou o silogismo, que é o método mais ágil para explicar os universais nos seus particulares, pois une particulares para recolher os universais) e Zenão com o sorites,[109] que corresponde ao método dos filosofantes modernos, que adelgaça, mas não aguça os engenhos. E nada mais produziram *(non fruttarono)* de notável em favor do gênero humano. No que tem razão Francis Bacon *(Il Verulamio),* igualmente grande filósofo e político, que propõe, comenta e ilustra a indução no seu *Organon* [*Novum Organum*], sendo ainda seguido pelos ingleses com grande proveito da filosofia experimental.

VII

A partir desta história das idéias humanas, convencem-se, à evidência, de seu comum equívoco todos aqueles que, entretidos *(occupati)* na comum opinião equívoca da suma sabedoria que tiveram os antigos, acreditaram fosse Minós, o primeiro legislador das gentes, Teseu para os atenienses, Licurgo para os espartanos, Rômulo e outros reis romanos que teriam ordenado leis universais. Já que as antiqüíssimas leis vêmo-las concebidas ordenando ou vetando a um só. Elas, a seguir, corriam, depois, para todos (de tal forma os primeiros povos eram incapazes de universais!). E nem sequer as concebiam, a não ser que tivessem ocorrido os fatos que as requeriam [a elas, leis]. E a lei de Túlio Hostílio, qual a verbera Horácio, não é mais do que a pena, que os duúnviros, para isso criados pelo rei, ditam contra o ínclito réu: de resto, uma *lex horrendi carminis,* como a aclamou Lívio. De forma que ela é uma das leis que Drácon escreveu com o sangue, a que a história sacra chama *leges sanguinis.* Porque a reflexão de Lívio: que o rei não quis, ele próprio, publicá-la, para não ser autor de um juízo tão triste e ingrato para o povo, na verdade é ridícula, tanto mais que o rei prescreveu a fórmula da condenação aos duúnviros, mediante a qual estes não podiam absolver Horácio, nem mesmo reconhecido inocente. Pelo que Lívio na verdade não se faz entender, pois ele próprio não compreendeu que, nos senados heróicos, que sabemos terem sido aristocráticos, os reis não tinham outro poder senão o de criar os duúnviros, na qualidade de comissários, que deveriam julgar as acusações públicas. [Nem compreendeu] que os povos das cidades heróicas constituíam-se apenas de nobres, a que recorriam os réus condenados.

[108] Observa, com pertinência, Flora: não se trata do diálogo platônico, mas refere-se a que tal doutrina foi exposta pelo pitagórico Timeu. (N. do T.)

[109] Espécie de raciocínio encadeado ou serial, cujas proposições de tal forma se ligam, que a segunda explicará o atributo da primeira, a terceira, o da segunda, e assim progressiva e reversivamente, até chegar-se à última, ou conclusão, que deverá ter por sujeito o sujeito da primeira, e, por atributos, o atributo da penúltima. Sua designação provém de *sôrós* = acúmulo, acervo, feixe de trigo, amontoado. (N. do T.)

Ora, para voltarmos ao nosso propósito, tal lei de Túlio na verdade é um daqueles que se chamaram *exempla,* no sentido de "castigos exemplares", e devem ter sido os primeiros exemplos que usou a razão humana (o que convém com aquilo que ouvimos de Aristóteles acima, nas *Dignidades,* isto é, que "nas repúblicas heróicas não existiam leis a respeito dos erros e ofensas privadas"; e, com serem assim as coisas (*e 'n cotal guisa),* primeiramente existiram os exemplos reais, a seguir, os exemplos racionalizados, de que se servem a lógica e a retórica. Depois, porém, que foram compreendidos os universais inteligíveis, se reconheceu aquela essencial propriedade da lei: — que deve ser universal —, e se firmou aquela máxima em jurisprudência: que *legibus, non exemplis, est indicandum.*[110]

[110] Deve apontar-se para as leis [são as leis que devem ser publicadas [e não para os exemplos] = não se devem publicar *exemplos*]. (N. do T.)

Capítulo IV

Da moral poética, e, pois, das origens das virtudes vulgares ensinadas pela religião, mediante os matrimônios

Assim como a metafísica dos filósofos, mediante a idéia de Deus, cumpre a sua primeira tarefa, que é a de esclarecer a mente humana, de que necessita da lógica, para que possa, com clareza e discriminação das idéias, formar os seus raciocínios, com cujo concurso se inclina *(scende)* a purgar o coração do homem, mediante a moral; assim também a metafísica dos poetas gigantes, os quais tinham, com o seu ateísmo, movido guerra ao céu, venceu-os Zeus, com o terror, que compreenderam fulminante. Não menos do que os corpos, ele [Zeus] aterrou-lhes as mentes, com o excogitarem tal idéia tão espantosa de Zeus. Esta [a idéia terrível de Zeus] se não com raciocínios, de que ainda não eram capazes, mas com os sentidos, embora falsos na matéria, verdadeiros, no entanto, na sua forma (que foi a lógica adequada às suas assim constituídas naturezas), fez germinar para eles a moral poética, ao torná-los piedosos. Dessa natureza das coisas humanas resultou esta eterna propriedade: que as mentes, para fazerem bom uso da cognição de Deus, convém que a si próprias se aterrorizem, da mesma forma que, ao contrário, a soberba das mentes leva ao ateísmo, pelo que os ateus se tornam gigantes do espírito, e devem, com Horácio, dizer

Caelum ipsum petimus stultitia.[1]

Gigantes piedosos de tal natureza, reconhece Platão, certamente, no Polifemo de Homero. E nós o avaliamos a partir do que o próprio Homero narra acerca do mesmo gigante, quando lhe faz dizer [a ele, Polifemo] que um áugure, que permanecera com ele um certo tempo, lhe havia predito a desgraça que sofreu depois de Ulisses:[2] pois os áugures não podem efetivamente viver entre os ateus.

Logo, a moral poética começou da piedade,[3] que tinha sido pela Providência ordenada para fundar as nações, entre as quais, todas, a piedade vulgarmente é a mãe de todas as éticas, domésticas e civilizadas virtudes.[4] Eis que só a religião é eficaz para nos levar a agir virtuosamente, já que a filosofia é mais indicada para

[1] "Por estultícia atiramo-nos contra o próprio céu." *Odes*, I, 3, 38. (N. do T.)

[2] *Odisséia*, IX, 509 e ss. (N. do T.)

[3] Piedade religiosa, entenda-se bem. A que se refere aos deuses e aos homens. (N. do T.)

[4] (. . .) *morali, iconomiche e civili virtù* (. . .): isto é, virtudes morais, quer se refiram ao âmbito familiar (este o sentido etimológico de econômicas, isto é, respeitantes à casa, ao lar), quer digam respeito aos fatos públicos (civis, urbanos, virtudes do cidadão). (N. do T.)

nos fazer raciocinar. E a piedade começou da religião, que em sentido próprio é temor da divindade. Essa origem heróica de tal palavra se manteve entre os latinos, para os que a derivam de *(a) religando,* isto é, daquelas cadeias com as quais Títio e Prometeu estavam ligados nos altos rochedos, e aos quais a águia, isto é a terrível religião dos auspícios de Zeus, devorava o coração e as vísceras. [5] Disso ficou-nos a eterna propriedade, entre todas as nações: que a piedade se ensina às crianças com o temor de uma divindade qualquer.

Começou, qual deve ser, a virtude moral de um dado conatural *(conato),* [6] segundo o qual os gigantes, em face da terrível religião dos raios, foram acorrentados sob os montes, e assim refrearam o vício bestial de andarem errando pela grande selva da terra, e dispuseram-se a um hábito, absolutamente contrário ao primeiro, de se fixarem naqueles antros, escondidos e estáveis. Por onde, depois, se tornaram os autores das nações e os senhores das primeiras repúblicas, como já o dissemos, e como voltaremos a explicitar mais longamente, a seguir. O que corresponde a um dos grandes benefícios que nos referiu a tradição vulgar, feitos pelo céu ao gênero humano, quando na terra com a religião dos auspícios. Pelo que a Zeus foi dado o título de *stator,* ou seja, de "fixador", como ficou dito.

Com esse dado conatural começou, outrossim, a despontar neles a força moral *(virtù dell'animo),* contendo a sua bestial libidinosidade de se exercer em face do céu, de que tinham um temor grandíssimo. E cada um deles incumbiu-se de arrastar para si uma mulher, dentro de suas grutas, e a conservá-la como perpétua companhia de sua vida. E com essas praticaram o amor humano, no recesso, escondidamente, isto é, com pudor. E começaram a sentir o pudor que Sócrates chamava de "cor da virtude". O qual, depois do religioso, é o outro vínculo que conserva unidas as nações, assim como a audácia e a impiedade são as que as ruínam.

Por tal forma se introduziram os matrimônios, que são conjunções carnais pudicas, feitas com temor a qualquer divindade, e que erigimos no segundo princípio desta Ciência, provindos daquilo que por primeiro estabelecemos, acerca da providência divina. E surgiram com três solenidades.

A primeira das quais foram os auspícios de Zeus, tomados a partir daqueles raios, que induziram os gigantes a celebrá-los. Dessa *sorte* entre os romanos resultou definido o matrimônio *omnis vitae consortium,* [7] pelo que foram chamados *consortes* o marido e a mulher, sendo que entre nós as donzelas vulgarmente dizem "prender sorte" por "casar-se".

De tal forma determinada e de tal primeiro tempo do mundo veio-nos aquele direito das gentes: que as mulheres assumam a religião pública de seus maridos, pois os maridos começaram a comungar suas idéias humanas primeiras com as suas mulheres, a partir de uma sua idéia da divindade, que os constrangiu a arras-

[5] Observe-se a extraordinária metáfora viquiana: o coração e as vísceras humanas (isto é, o íntimo, o *dentro,* o secreto, o recesso do homem) pertencem de direito a Deus... (N. do T.)

[6] Entendemos o "conato" viquiano como algo que procede da própria raiz ontológica do homem, de uma inclinação inata ou conatural. (N. do T.)

[7] Comunidade de toda a vida. (N. do E.)

tá-las para dentro de suas cavernas. E assim esta vulgar metafísica começou também ela a conhecer em Deus a mente humana. E, a partir deste primeiro ponto de todas as coisas humanas devem ter começado os homens da gentilidade a louvar aos deuses, naquele sentido segundo o qual se expressou o direito romano antigo, de "citar" e "chamar nominalmente". De onde veio *laudare auctores,* a fim de que citassem como autores aos deuses de tudo quanto esses mesmos homens faziam, e que devem ter sido os louvores que competia aos homens dar aos deuses.

Dessa antiqüíssima origem dos matrimônios proveio que as mulheres entrem nas famílias e casas dos homens com que se casaram. Tal costume natural das gentes preservou-se entre os romanos, para os quais as mulheres eram como que filhas de seus maridos e irmãs de seus filhos.[8] E, dessa forma, os matrimônios devem ter começado não apenas com a eleição de uma só esposa, como foi observado pelos romanos — e Tácito admira tal costume nos antigos germanos, que observavam como os romanos, íntegras as primigênias origens de suas nações, e nos dão margem a que conjeturemos o mesmo para todas as outras em seus princípios —, mas também na perpétua companheira de sua vida, como ficou nos hábitos de muitíssimos povos. Daí, por que entre os romanos as núpcias foram assim definidas, por uma propriedade, *individuae vitae consuetudo,*[9] havendo-se, entre eles, introduzido o divórcio tardiamente.

De tais auspícios dos raios de Zeus, observados, a história fabulosa grega nos aponta Hércules (caráter dos fundadores das nações, como já vimos e logo mais iremos notar de novo), nascido de Alcmena, em virtude de um trovão de Zeus, bem assim como um grande herói da Grécia, Baco, nascido de Sémele, fulminada.

Foi essa, aliás, a primeira razão de se dizerem os heróis filhos de Zeus. O que era dito com propriedade de sentidos, segundo aquela opinião, de que estavam persuadidos, que as coisas todas as fizessem os deuses, como acima se falou. E é isso mesmo que lemos na história romana; que nas contendas heróicas, aos patrícios, que alegavam *auspicia esse sua,* contestava a plebe que os pais, de que Rômulo havia composto o senado, e dos quais esses patrícios descendiam, *non esse caelo demissos.* O que, se não significou que aqueles não eram heróis, não se poderá compreender como convenha uma tal resposta.

Logo, para significar que os conúbios, ou seja a razão de contraírem-se núpcias solenes, cuja maior solenidade eram os auspícios de Zeus, algo reservado aos heróis, representaram o Amor nobre, alado e com uma venda nos olhos, para indicar o pudor dele (que se chamou *Érôs,* nome semelhante ao dos heróis), e Hímen, alado, filho de Urânia, assim chamada, a partir de *ouranós, caelum,* "contempladora do céu", pronta para dali recolher os auspícios. Por isso mesmo, deve ter sido a primeira a nascer, dentre as musas, definida, de resto, por Homero, como acima vimos, "ciência do bem e do mal", ela própria, como as demais, descrita

[8] Isto é, submetiam-se à *manus* do marido, assim como os filhos à *patria potestas.* (N. do T.)
[9] Hábito de uma vida incindível. (N. do T.)

como alada, porque própria dos deuses, como se explicou acima. A partir disso é que acima explicamos o sentido histórico daquele dito:

A Iove principium musae:

pelo que ela, como todas as demais, foi tida em conta de filha de Zeus (porque da religião nasceram as artes da humanidade, nume das quais é Apolo, que sobretudo foi acreditado deus da adivinhação), e cantando com aquele *canere* ou cantar, que para os latinos significa "predizer" [vaticinar].

A segunda solenidade consiste em velarem-se as mulheres, em sinal daquele pudor que constitui os primeiros matrimônios no mundo. Tal costume foi conservado por todas as nações, dando-lhe os latinos o próprio nome de núpcias, que são assim chamadas *nuptiae a nubendo,* que significa "cobrir". E nos tempos bárbaros recorrentes "virgens *in capillo*" chamaram-se as donzelas, para diferenciá-las das mulheres, que caminhavam veladas.

A terceira solenidade (que se conservou entre os romanos) foi a de tomarem-se as esposas com uma fingida força, correspondente daquela força verdadeira com a qual os gigantes arrastaram para dentro das cavernas as primeiras mulheres. E, depois, as primeiras terras ocupadas pelos gigantes com entulhá-las com os corpos, as mulheres solenes se chamaram *manucaptae.*

Os poetas teólogos fizeram dos matrimônios solenes o segundo dos caracteres divinos, depois do de Zeus: Juno, segunda divindade das gentes chamadas "maiores". Ela é irmã e mulher de Zeus, pois os primeiros matrimônios justos ou solenes ("justos", porque provindos das solenidades dos auspícios de Júpiter) devem ter começado dos irmãos e irmãs. E é rainha dos homens e dos deuses, porque os reinos procederam desses matrimônios legítimos. E toda vestida, como se observa nas estátuas e nas medalhas, para indicar o pudor.

Por isso a Vênus heróica, também ela nume dos solenes matrimônios, cognominada "prônuba", recobre suas vergonhas com um cesto, que os poetas eróticos *(effemminati)* ornaram de todos os incentivos da libidinagem. Contudo, depois, havendo-se corrompido a severa história dos auspícios, assim como Zeus com as mulheres, assim também Vênus se acreditou jazer com os homens, tendo gerado com Anquises a Enéias, que foi gerado com os auspícios dessa Vênus. E a essa Vênus são atribuídos os cisnes, comuns a ela e a Apolo, que cantam aquele *canere* que significa *divinari* ou "vaticinar". Sob a forma de um deles [cisnes] Zeus jaz com Leda, para dizer que Leda, com tais auspícios de Zeus concebe, a partir dos ovos, Cástor, Pólux e Helena.

Juno é ela, chamada "jugal", a partir daquele jugo, pelo qual o matrimônio solene se chamou *coniugium,* e *coniuges* o marido e a mulher; mas também Lucina, já que leva as partes à luz, não mais natural (comum até para as partes escravas), mas civil, pelo que os nobres se chamam *illustri;* e ciumenta de um ciúme político, com o qual os romanos até os trezentos e nove anos de Roma mantiveram os conúbios vedados à plebe. Mas os gregos chamaram-na *Héra* a partir do que aqueles se chamaram heróis, pois nascidos de núpcias solenes, de que era nume Juno, e por isso mesmo gerados com *Amor nobile* (que é o que *Érôs* significa), que foi o mesmo que Himeneu.

E os heróis assim se chamaram no sentido de "senhores das famílias", para diferenciar-se dos fâmulos, que, como logo veremos, ali eram como escravos. Com tal sentido se chamaram pelos latinos *heri,* e, pois, *hereditas,* isto é, herança, que em voz latina nativa fora chamada *familia.* De modo que, a partir dessa origem, *hereditas* deve ter significado uma "senhoria despótica", tanto que na lei das XII Tábuas preservou-se para os pais de família uma soberana potestade de dispor deles no testamento, no capítulo *Uti paterfamilias super pecuniae tutelaeve rei suae legassit, ita ius esto.* O dispor dele foi geralmente dito *legare,* que é atributo dos soberanos. Por isso, o herdeiro resulta ser um legado, que na herança representa o defunto pai de família, e os filhos, não menos do que os escravos, foram compreendidos nas palavras *rei suae* e *pecuniae.*

Muito gravemente se nos comprova tudo isso através do monárquico poder que tinham tido os pais no estado de natureza sobre as suas famílias, poder esse que eles devem ter preservado (e já veremos que logo se conservaram de fato) no período das cidades heróicas. Estas devem ter nascido aristocráticas, isto é, repúblicas de senhores, porque tais se retiveram mesmo dentro das repúblicas populares. Tudo isso logo mais será plenamente explicado por nós.

A deusa Juno ordena grandes fadigas ao Hércules chamado tebano, que foi o Hércules grego (já que cada nação gentílica contou com um seu, que a fundou, como nas *Dignidades* se disse). Pois a piedade com os matrimônios é a escola em que se aprendem os primeiros rudimentos de todas as grandes virtudes. E Hércules, com o favor de Zeus, mediante cujos auspícios fora gerado, a todas supera. Foi pois chamado *Heraklés,* quase *Héras kléos,* "glória de Juno [Hera]", avaliada a glória com justa idéia, qual a define Cícero, "divulgada fama de méritos em relação ao gênero humano",[10] quanto deve ter sido haverem os Hércules com as suas fadigas fundado as nações. No entanto — obscurecidas com o tempo essas significações severas, e com o efeminar-se dos costumes, e tomada por natural a esterilidade de Juno, e os ciúmes de Zeus, quais o de um adúltero, vendo-se Hércules como filho de Zeus — com nomes contrariamente postos às coisas, superando Hércules todas as fadigas, com o favor de Zeus e o despeito de Juno, tornou-se opróbrio de Juno, e Juno foi dita como inimiga mortal das virtudes.

E aquele hieróglifo ou fábula de Juno, pendurada no ar, com uma corda no pescoço, com as mãos também atadas por uma corda, e com dois rudes seixos ligados aos pés, que significavam toda a santidade dos matrimônios (no ar, pelos auspícios, que se requeriam para as núpcias solenes, pelo que a Juno foi dada ministra a Íris e lhe assinalado o pavão, que pela cauda se assemelha a Íris — com a corda no pescoço, para indicar a violência feita pelos gigantes às primeiras mulheres —, com as mãos atadas por corda, que depois, em todas as nações, enobreceu-se com o anel, para demonstrar a sujeição das mulheres aos maridos, com pesados seixos aos pés, para indicar a estabilidade das núpcias, a que Vergílio chamou *coniugium stabile* ao matrimônio solene), tendo sido depois interpretado como um cruel castigo do adúltero Zeus, com tais indignos sentidos que lhes

[10] *Pro Marcello,* 8. Vico sintetiza o passo de Cícero. (N. do T.)

conferiram os tempos dos corruptos costumes seguintes, até hoje tanto embaraçou aos mitólogos.

Por tais razões, precisamente, Platão, qual o fez Maneto [?] com os hieróglifos, tal agiu ele com as fábulas gregas, observando, de um lado, a indecência dos deuses com tais costumes, e de outro, a propriedade e conveniência com as suas idéias. E na fábula de Zeus introduziu a idéia de seu éter, que flui e penetra tudo, por tal,

. . .Iovis omnia plena,

como acima dissemos: mas o Zeus dos poetas teólogos não foi mais alto do que os montes e do que a região do ar em que se geram os raios. No que tange a Juno, introduziu a idéia do ar expirável: mas Juno não gera de Zeus, e o éter com o ar é que produz tudo. (Tão bem compreenderam os poetas teólogos, com seu mote, aquela verdade da física, que ensinam encher-se o universo de éter e aquela outra, metafísica, que comprova a ubiqüidade afirmada pelos teólogos naturais a respeito de Deus!) Sobre o heroísmo poético sobrepôs o seu, filosófico: que o herói sobrepassava o homem e a besta (a besta é escrava das paixões; o homem, situado no meio, combate com as paixões; já o herói, com prazer, governa as paixões). Assim, a heróica está posta entre a natureza divina e a humana. E julgou apropriado o Amor nobre dos poetas (que se chamou *Érôs,* da mesma raíz de que procede *hérôs,* o herói), que se fingiu alado e velado, e o Amor plebeu, sem véu e sem asas, para explicar os dois amores, o divino e o bestial: aquele, velado para as coisas dos sentidos; este, voltado para as coisas dos sentidos. Aquele, com asas, alça-se para a contemplação das coisas inteligíveis; este, sem asas, afunda nas coisas sensíveis. E de Ganimedes, raptado por uma águia e arrebatado para o céu por Zeus, que para os poetas severos quis dizer o contemplador dos auspícios de Zeus, e convertido depois, nos tempos corruptos em nefanda delícia de Zeus, com muita propriedade ele o converteu do contemplativo de metafísica,[11] o qual, com a contemplação do ente sumo, pela via que ele denomina "unitiva", se tenha unido a Zeus.

Dessa forma a piedade e a religião constituíram os primeiros homens naturalmente prudentes, a aconselharem-se com os auspícios de Zeus — justos, daquela primigênia justiça em relação a Zeus, que, como vimos, conferiu o nome ao "justo", e em relação aos homens, não se metendo nenhum nas coisas alheias, tal como dos gigantes, repartidos pelas cavernas da Sicília, Polifemo descreveu a Ulisses (justiça essa, que em seu surgir [*in comparsa* ?] era, de fato, selvageria) —, no mais, temperados, satisfeitos com uma só mulher por toda a sua vida.

E, como já veremos, foram feitos fortes, industriosos e magnânimos, quais foram as virtudes da idade do ouro.[12] E não como os pintaram depois os poetas efeminados, em cuja visão seria permitido quanto agradasse.[13] Porque, segundo a visão dos poetas teólogos, aos homens, aturdidos por todo sabor da nauseante

[11] Observa Flora que tal imagem não está em Platão, mas em Xenofontes: *Banquete,* VIII, 30. (N. do T.)
[12] Entenda-se: foram constituídos pelos poetas teólogos. (N. do T.)
[13] Vico ironiza o passo de Torquato Tasso, no *Aminta, "S'ei piace ei lice:* se agrada é lícito. . ." (N. do T.)

reflexão (como ainda vemos nos costumes dos camponeses) não agradava senão o que era lícito, nem prazia senão o que era útil (esta origem heróica foi preservada pelos latinos naquela expressão mediante a qual dizem *iuvat* para indicar "é belo"). E nem se compara ao que fingiram os filósofos, que os homens leriam no peito de Zeus as leis eternas do justo; pois que, no início, leram no aspecto do céu as leis ditadas pelos raios.

Em conclusão, as virtudes dessa primeira idade foram como as que lá atrás, nas *Anotações* à *Tábua cronológica,* vimos louvadas pelos citas, os quais fincavam uma faca na terra e a adoravam como a um deus (com o que depois justificavam os crimes): isto é, uma virtude dos sentidos, mesclada de religião e de imanidade.[14] Tais costumes, como entre si se acordem *(comportino),* ainda hoje se podem observar nas bruxas, como se preveniu nas *Dignidades.*

Dessa tal primeira moralidade, da supersticiosa e feroz gentilidade proveio aquele costume de consagrar vítimas humanas aos deuses, como se nota nos fenícios mais antigos, entre os quais, quando os molesta alguma calamidade de relevo, como a guerra, a fome, a peste, os reis consagravam seus próprios filhos a fim de aplacarem a ira celeste, como nota o bíblio Filão. E tal sacrifício dos filhos endereçavam ordinariamente a Saturno, segundo refere Quinto Cúrsio. Isso, segundo narra Justino, foi depois conservado pelos cartagineses, gente sem dúvida para ali chegada desde a Fenícia (como aqui se observa). E foi por eles praticados até em seus tempos extremos, como no-lo confirma Ênio naquele verso:

Et poinei solitei sos sacruficare puellos,[15]

os quais depois da derrota recebida de Agatocle sacrificaram duzentos filhos nobres aos seus deuses, a fim de aplacá-los. E com tal costume impiamente pio dos fenícios e cartagineses convieram os gregos com o voto e o sacrifício que Agamenão fez de sua filha Ifigênia. O que não deve causar espanto a quem reflita sobre a ciclópica paterna potestade dos primeiros pais da gentilidade, praticada que foi pelas mais doutas entre as nações, quais foram os gregos, e pelas mais sábias, quais o foram os romanos, ambos aliás, até mesmo nos tempos de sua mais culta humanidade, cometeram o arbítrio de matar os seus filhos recém-nascidos.

Tal reflexão certamente fará descrescer o horror que em nossa mansuetude nos causa, até hoje, o saber que Bruto decapitou dois filhos seus, que haviam conjurado restabelecer no reino romano ao tirano Tarquínio. E até de Mânlio, cognominado "o imperioso", que decepou a cabeça ao seu generoso filho, que, contra a sua ordem, havia combatido e vencido. César afirma que tais sacrifícios de vítimas humanas foram celebrados pelos gauleses.[16] E Tácito nos *Anais,*[17] a respeito dos ingleses, narra que com a divina ciência dos druidas (que a vacuidade dos doutos pretende tivessem sido ricos de sabedoria recôndita) pelas entranhas das vítimas humanas adivinhavam o futuro. Tal feroz e desmedida religião foi,

[14] As *Anotações* não foram por nós traduzidas. Imanidade, no passo, quer dizer: ferocidade, falta de medida e/ou limite. (N. do T.)

[15] E os punos usam sacrificar seus próprios filhos: eis nossa tradução aproximativa . . . (N. do T.)

[16] *De bello gallico,* VI, 16. (N. do T.)

[17] Tácito, XIV, 30. (N. do T.)

por Augusto, proibida aos romanos, que viviam na França, e por Cláudio foi interditada aos próprios gauleses, segundo narra Suetônio na vida deste césar.[18]

Pretendem, pois, os doutos nas línguas orientais que os fenícios teriam espalhado pelas restantes partes do mundo os sacrifícios de Moloc (que Mornay, Van Driesche e Selden afirmam que era Saturno), nos quais queimavam um homem vivo. Tal a humanidade que os fenícios, que levaram as letras aos gregos, iam ensinando através das primeiras nações da mais bárbara gentilidade! De um tal costume despropositado dizem que Hércules purgou o Lácio: de lançarem no Tibre homens vivos sacrificados, e iniciou o costume de para ali lançarem simulacros feitos de junco *(di gittarlivi fatti di giungo).*[19]

Já Tácito conta que os sacrifícios de vítimas humanas foram solenes entre os germanos antigos, os quais, certamente, por todos os tempos de que se tem memória, fecharam-se a todas as nações estrangeiras, de modo que os romanos, com todas as forças do mundo, ali não puderam penetrar. E os espanhóis os reencontraram na América, escondida a todo o resto do mundo até dois séculos atrás, onde aqueles bárbaros alimentavam-se de carnes humanas (na observação de Lescarbot, *De Francia nova),* carnes essas que deviam ser de homens por eles sacrificados e assassinados (cujos sacrifícios são descritos por Oviedo, *De historia indica).* De modo que, enquanto os germanos antigos viam os deuses na terra, os americanos também (como acima, por nós, uma e outra coisa foram ditas). E os antiqüíssimos citas eram ricos de tantas áureas virtudes quantas vimos louvadas pelos escritores, mas, contemporaneamente, celebravam tal inumaníssima humanidade! Tais foram aquelas obras que Plauto chamou de *Saturni hostiae,* naquele tempo, que, segundo pretendem os autores, foi a idade de ouro do Lácio. Tanto foi ela mansueta, benigna, discreta, tolerável e necessária!

De tudo isso se deve concluir quanto foi até hoje vácua a bazófia dos doutos acerca da inocência do século de ouro, observada pelas primeiras nações gentílicas... O que, na verdade, foi tão-só um fanatismo de superstição, que os primeiros homens, selvagens, orgulhosos, ferocíssimos, da gentilidade mantinham em um certo ofício, mediante um forte terror de uma das, por ele imaginadas, divindades. Refletindo sobre tal superstição, Plutarco põe-nos um problema: se teria sido um mal menor assim impiamente venerar aos deuses, ou de fato não crer absolutamente nos deuses.[20] Não contrapõe ele, com justeza, tal feroz superstição ao ateísmo. Pois com aquela nasceram luminosíssimas nações, enquanto que com o ateísmo não se nos fundou nenhuma no mundo, conforme nos *Princípios* se demonstrou.

E seja isto o que dissemos a respeito da moral divina dos primeiros povos do gênero humano. Da moral heróica logo, a seu tempo e lugar, haveremos de refletir.

[18] Suetônio, *Cláudio,* § 25. (N.do A.)
[19] *Em defesa de S. Róscio Amerino,* 55: vê-se uma alusão ciceroniana a tal fato. (N. do T.)
[20] Plutarco, *Da superstição,* cap. 10. (N. do T.)

[Capítulo] V

Da Econômica Poética[1]

1. *Da econômica poética, e, agora, das famílias que, primeiramente existiram, dos filhos*

Intuíram *(sentirono)* os heróis, através dos sentidos humanos, aquelas duas verdades que constituem toda a doutrina econômica,[2] e que os romanos conservaram mediante estas duas palavras *educere* e *educare*. Delas, com senhoria elegância, a primeira respeita à educação da alma, e a segunda, à do corpo. A primeira foi, com uma metáfora erudita, transladada pelos físicos, [a seguir] para revelar as formas da matéria. Pois, mediante tal educação heróica, começou-se por expressar, de uma certa maneira, a forma da alma humana, qual, nos vastíssimos corpos dos gigantes, estava de fato sepultada na matéria. Assim como se começou a revelar a forma do próprio corpo humano, de talhe proporcionado, a partir dos desmedidos corpos gigantescos deles.

E, no que tange à primeira parte, como se preveniu nas *Dignidades,* os pais heróicos devem ter sido, naquele estado que se diz "de natureza", os doutos na sabedoria dos auspícios, isto é, na sabedoria vulgar. E, em decorrência de tal sabedoria, foram os sacerdotes, pois, como os mais dignos, haviam de sacrificar, a fim de bem investigar, ou seja, bem entender os auspícios. E, finalmente, deviam ter sido reis, que haviam de levar as leis dos deuses para as suas famílias, no sentido próprio da palavra "legisladores", isto é, "portadores das leis", como, depois, o foram os primeiros reis nas cidades heróicas, que levaram as leis dos senados reinantes aos povos, como acima observamos, nas duas espécies de ajuntamentos heróicos de Homero: uma, denominada *boulé,* e a outra, *agorá,* nas *Anotações* à *Tábua Cronológica.* E, assim como na primeira, os heróis, em voz alta, estabeleciam as leis, na segunda, vocalmente as divulgavam *(pubblicavano):* eis que as letras vulgares ainda não tinham sido inventadas. Por isso mesmo, os reis heróicos incumbiam-se de levar as leis desses senados reinantes até os povos, nas pessoas dos duúnviros, que para esse mister os tinham criado, isto é, para que as ditassem, tal como fez Túlio Hostílio com aquela da acusação a Horácio. De modo que esses duúnviros vinham a ser leis vivas e falantes. O que, não percebendo Lívio, não se faz entender ao narrar o julgamento de Horácio, como acima observamos.

E foi essa tradição vulgar sobre a falsa opinião da inatingível sabedoria dos antigos que deu a Platão a tentação de desejar, vacuamente, aqueles tempos nos

[1] Convém prevenir o leitor de que Vico preserva o sentido etimológico, ao falar em *econômica,* pois quer referir-se aos fatos domésticos, familiares, da casa, do lar e da família. (N. do T.)

[2] Compreenda-se: a doutrina do governo da família. (N. do T.)

quais os filósofos reinavam ou em que os reis filosofavam. E tais pais, como se viu nas *Dignidades,* devem ter sido reis monárquicos familiares, superiores a todos em suas famílias, e sujeitos apenas a Deus, aparelhados de impérios armados, de religiões terríficas e consagrados com penas despropositadas, como devem ter sido aqueles de Polifemo, nos quais Platão reconhece os primeiros pais de família do mundo.

Essa tradição, canhestramente recebida, ofereceu a todos os políticos grave ocasião de um comum equívoco: acreditarem eles que a primeira forma de governos civis tenha sido, no mundo, a monárquica. Pelo que chafurdaram naqueles injustos princípios de culposa *(rea)* política:[3] que os reinos civis provieram ou da força patente ou da fraude, que depois explodiu na força. Mas naqueles tempos, orgulhosíssimos e ferozes pela fresca origem da liberdade bestial,[4] como estabelecemos numa *Dignidade,* na suma simplicidade e rudez de uma tal vida, contentavam-se com os frutos espontâneos da natureza,[5] com a água das fontes, e com dormirem nas cavernas. Nessa natural equalização do Estado, em que todos os pais eram soberanos em suas famílias, não se pode de fato compreender nem a fraude, nem a força, mediante cujo emprego alguém pudesse subjugar todos os outros [subordinando-os] a uma monarquia civil. O que se comprovará logo mais.

Só agora nos seja lícito refletir quanto [tempo] se requereu para que os homens da gentilidade, de sua ferina liberdade nativa, através de um longo estágio de ciclópica disciplina familiar, se vissem domesticados nos Estados civis que logo teriam de vir, para obedecerem naturalmente às leis. Do que resultou aquele imortal princípio: que mais felizes são ali as repúblicas, do que aquela idealizada por Platão, onde os pais nada mais ensinam do que a religião, e são pelos filhos admirados como sábios, reverenciados como seus sacerdotes, e temidos ali, como reis. Tanta e tão considerável força divina se requeria para reduzir aos deveres humanos aqueles gigantes tão canhestros quanto ferozes!

Força tal que, não a podendo exprimir de forma abstrata, concretamente a denominaram com o corpóreo suporte de uma corda, que em grego se denomina *khordá,* e que no latim, inicialmente, se disse *fides,* que originariamente se entendeu naquela expressão *fides deorum* (força dos deuses).[6] A partir da qual, pois, como a lira deve ter começado do monocórdio, com ela fizeram a lira de Orfeu, ao som da qual, ele, cantando [celebrando] para eles a força dos deuses nos auspícios, reduziu as feras gregas à humanidade, e Anfião dos seixos movediços *(semoventi)* alçou as muralhas de Tebas. Isto é, daqueles seixos de Deucalião e de Pirra, diante do templo de Têmis (isto é, com o temor da divina justiça), com as cabeças veladas (com o pudor dos matrimônios), lançados para a frente os pés (que eram

[3] Os de um Maquiavel, os de um Hobbes, os dos epicuristas, entre outros, conforme a idéia de Vico. (N. do T.)

[4] Em que se entregavam a uma ferina instabilidade, não se fixando em parte alguma, quais nômades ferozes... (N. do T.)

[5] Isto é, eram nômades coletores... (N. do T.)

[6] A invisível e abstrata *potestas paterna* fazia-se visível e impositiva pela corda feita de tripas, com que se ligavam e atavam os filhos rebeldes... (N. do T.)

antes estúpidos, como para os latinos "estúpido" denominou-se *lapis,* [7] esses, com arremessá-los para trás das espáduas [os seixos] (isto é, com o introduzir ali as ordens familiares, por meio da disciplina econômica), fizeram-nos tornar-se homens, como foi esta fábula, assim explicada, na *Tábua Cronológica.*

No que tange a outra parte da disciplina econômica, que é a educação dos corpos, tais pais, com as religiões terríficas e com os seus ciclópicos impérios, e com os sagrados lavacros, começaram a deduzir ou tirar para fora das compleições gigantescas de seus filhos a justa forma corpórea humana, conforme o que acima vimos. Em que é de sumamente admirar-se a Providência, que dispôs que os dispersos homens se convertessem em gigantes, a fim de que em seu nomadismo ferino pudessem com suas compleições robustas suportar a inclemência do céu e das estações, e com forças desmedidas, penetrar a grande selva da terra (que, dado o dilúvio recente, deveria ser densíssima), através da qual (para que toda se povoasse a seu tempo) fugindo das feras e perseguindo as mulheres esquivas, e, pois, extraviados, em busca de alimento e de água, se espalhassem. Mas, depois que, com suas mulheres, se fizeram estáveis, primeiro nas espeluncas, depois nos tugúrios, junto às fontes perenes (como já veremos), e nos campos, que, convertidos à cultura, lhes davam sustento para sua vida, pelas razões que acima expusemos, se degradassem às justas estaturas de que são agora feitos os homens.

E, assim, nesse despontar da econômica, a perfizeram em sua idéia ótima, que é a de que os pais, com labor e indústria, deixem aos filhos o patrimônio, mediante o qual temos fácil, cômoda e segura a subsistência, ainda que faltassem os exteriores comércios, ainda que faltassem todos os frutos civis, e mesmo as próprias cidades, para que, em tais casos extremos, ao menos se conservassem as famílias, em que se tem a esperança de ressurgirem as nações. E que devam deixar-lhes patrimônio em sítios de bom clima, com perene água própria, em lugares naturalmente fortes, onde, em momentos citadinos desesperados, pudessem ter [garantida] a retirada, em campos de largos limites, onde pudessem manter a pobres camponeses neles refugiados, nas ruínas das cidades, mediante cujas fadigas ali se pudessem manter senhores.

Tais disposições, a Providência (segundo a expressão de Dião, que referimos nas *Dignidades),* não como tirana armada de leis, mas como rainha, qual de fato é das coisas humanas, mediante tais costumes as constituiu nos estágios das famílias. Pois viram os fortes radicados as suas terras sobre as culminâncias dos montes, e, pois em ares ventilados e sãos; em sítios de sua natureza também fortes, que foram as primeiras *arces* (eminências, atalaias) do mundo, fortificadas depois, mediante suas regras, pela arquitetura militar (como em italiano se chamaram *rocce* os íngremes e ríspidos montes, e, daí, depois, *ròcche* se chamaram às fortalezas). E finalmente se depararam junto às fontes perenes, que, as mais das vezes, situam-se nos montes, junto às quais as aves de rapina fazem seus ninhos (razão por que, perto de tais fontes, os caçadores armam suas armadilhas). Será talvez por isso que tais pássaros foram chamados todos *aquilae,* quase *aquilegae* (como

[7] Confronte-se com o *Heautontimorumenos* de Terêncio: IV, 7,3 e V, 1,43. (N. do T.)

certamente *aquilex* ficou denominado o "que encontra ou recolhe a água").[8] Será certamente por isso que os pássaros, de que tomou os auspícios Rômulo, para estabelecer o sítio da cidade nova, foram referidos pela história como abutres, transformados depois em águias, e se fizeram os numes de todos os exércitos romanos. Assim, os homens simplórios e rudes, seguindo as águias, que acreditavam pássaros de Zeus por voarem elas pelas alturas dos céus, depararam com as fontes perenes e veneraram mais esse enorme benefício que lhes fez o Céu, quando reinava sobre a terra. E assim, depois dos raios, os mais augustos auspícios foram considerados os vôos das águias, a que Messala e Corvino chamaram "auspícios maiores", ou "públicos". A eles é que entendiam referir-se os patrícios romanos, quando, nas heróicas disputas, replicavam à plebe *auspicia esse sua.*

Tudo isso, que foi pela Providência disposto para dar princípio ao gênero humano gentílico, Platão julgou terem sido agudos expedientes humanos dos primeiros fundadores das cidades.[9]

Mas na barbárie recorrente, que por toda parte destruía as cidades, de forma similar se salvaram as famílias, de que provieram as novas nações da Europa. E foram pelos italianos chamadas *castella* todas as senhorias que ali novamente surgiram, pois de modo geral se vê que as mais antigas cidades e quase todas as capitais dos povos foram situadas no alto dos montes, ao contrário das aldeias, esparsas pelas planícies. Daí devem provir aquelas frases latinas *summo loco, illustri loco nati* no sentido de "nobres", e *imo loco, obscuro loco nati,* para dizer "plebeus", pois, como iremos ver, os heróis habitavam as cidades, e os fâmulos, as campanhas.

Porém, acima de tudo mais, em razão das fontes perenes é que foi dito pelos políticos que a comunidade da água terá sido a razão de que vizinhas a elas se unissem as famílias, e que, pois, as primeiras comunidades se chamaram *phratríai* para os gregos, assim como as primeiras terras foram denominadas *pagi* pelos latinos, assim como pelos gregos dóricos a fonte foi chamada *pegé:* qual se diz a água, antes das duas principais solenidades das núpcias. Que entre os romanos, se celebravam *aqua et igni,* porque os primeiros matrimônios se contraíram naturalmente entre homens e mulheres que tinham em comum a água e o fogo, e, assim, faziam parte de uma mesma família, pelo que, como se disse acima, devem ter começado entre irmãos e irmãs. De tal fogo era deus o lar de cada casa, e, dessa origem é que proveio *focus laris,*[10] lareira, onde o pai de família sacrificava aos deuses da casa, deuses esses que na lei das XII Tábuas, no capítulo *De parricidio,* de acordo com a lição de Raewaerd, chamaram-se *deivei parentum.* E, na história sacra, se lê mui freqüentemente uma expressão similar: *Deus parentum nostrorum,* e, mais explicitamente, *Deus Abraham, Deus Isaac, Deus Jacob.* A respeito do que está assim concebida aquela dentre as leis de Cícero: *Sacra familiaris*

[8] Observa Nicolini: Vico terá visto em *aquilegae* de *aquila* ou, na forma antiga, *aquula.* Mas essa relação *aquila/aqua* é absoluta e deliciosamente viquiana. (N. do T.)

[9] Platão, *Leis,* 738, *b* e *c.* (N. do T.)

[10] A palavra italiana *focolare* é ricamente multívoca, ora significando *lareira,* ora, por translação, *centro de irradiação,* polo cultural e/ou lingüístico e artístico. (N. do T.)

manento.[11] E também se registra aquela expressão, tão freqüentemente nas leis romanas, mediante a qual um filho de família se diz ser *in sacris paternis,* assim como se diz *sacra paterna* a própria potestade paterna, cujas razões, nos primeiros tempos, como se demonstra na presente obra, foram todas julgadas sacras.

Tal costume se refere que foi observado pelos bárbaros, que logo mais vieram. Eis que em Florença, nos tempos de Giovanni Boccaccio (como o manifesta na *Genealogia degli dèi),* no princípio de cada ano de família, assentado na lareira na extremidade de um cepo a que se ateava fogo, o incensava e aí espargia vinho. Isso, na nossa baixa plebe napolitana também se observa, na noite de vigília do santo Natal, ocasião em que o pai de família solenemente deve atear fogo a um cepo, assim arrumado na lareira; e no Reino de Nápoles diz-se que as famílias se enumeram pelos fogos.[12] Fundadas, pois, as cidades, adveio o universal costume de se contraírem os matrimônios entre os concidadãos; e, finalmente, resultou num fato: que, onde os matrimônios se contraem com estrangeiros, devem eles ter em comum pelo menos a religião.

Ora, voltando do fogo para a água, Estige, pela qual juraram os deuses, foi a nascente das fontes. Assim, os deuses devem ter sido os nobres das cidades heróicas (como acima se disse), pois a comunidade de tal água lhes concedera os reinos sobre os homens. Por isso, desde o ano 309 de Roma os patrícios mantiveram os conúbios incomunicáveis à plebe, como já se disse e ainda se dirá. Por tudo isso é que na história sacra freqüentemente se lêem ou "poço do juramento" ou "juramento do poço".[13] Será por isso que muito grande antiguidade se registra para a cidade de Possuoli, que assim se chamou *Puteoli,* em virtude dos tantos pequenos poços unidos. E é conjetura nacional, fundada no dicionário mental de que já falamos, que as tantas cidades esparsas pelas antigas nações, que se contam no número de mais [poços?], por esta simples razão, pois a esta coisa, uma em substância, diversamente se chamaram, com fala articulada.[14]

Então se criou imaginariamente a terceira divindade maior, que foi *Diana;* que foi a primeira humana necessidade, que se impôs aos gigantes fixados em certas terras e unidos em matrimônio com mulheres certas.

Os poetas teólogos deixaram-nos descrita a história dessas coisas, mediante duas fábulas de Diana. Uma delas significa-nos o pudor dos matrimônios: e é aquela em que Diana, absolutamente silenciosa, na escuridão de densa noite, jaz com o adormecido Endimião. De modo que casta Diana é ela, daquela castidade segundo o que comanda uma das leis de Cícero: *Deos caste adeunto* (que se fosse sacrificar, feitos, antes, os sagrados lavacros). Já a outra narra-nos a espantosa religião das fontes, às quais ficou perenemente atado o adjunto de "sagradas". E aquela de Acteon, que, havendo visto Diana completamente nua (a fonte viva), foi

[11] *De legibus,* II, 9. (N. do T.)

[12] Parece-nos que o *dialeto caipira,* no Brasil, preservou esse costume. Daí, dizer-se de aldeias, vilas ou cidades "com tantos fogos", isto é, com um certo número de casas e/ou famílias. (N. do T.)

[13] *Gênesis,* 21,22/32. (N. do T.)

[14] Francamente não atinamos com o sentido desse passo viquiano. Quereria ele referir-se a muitas cidades similarmente *Puteoli?* Ou então se refere à conversão de Puteoli em Pozzuoli? Ou simplesmente num extraordinário salto trata de disparidade de denominação, antes e depois da linguagem articulada? (N. do T.)

pela deusa borrifado de água (para indicar que a deusa lançou sobre ele o seu grande terror), converteu-se em cervo (o mais tímido dos animais) e foi despedaçado pelos seus próprios cães (pelos remorsos de sua própria consciência, pela violação ao fato religioso). De modo que *lymphati* (propriamente "borrifados de água pura", que é isso mesmo que quer dizer *lympha)* inicialmente queriam dizer os tais Acteones, embaraçados de supersticioso terror. Essa história poética, conservaram-na os latinos na palavra *latices* (que deve provir de *a latendo),* a que juntaram o perpétuo adjunto de *puri,* e significam água que brota da fonte. E tais *latices* dos latinos devem ser as ninfas companheiras de Diana, entre os gregos, para os quais *nymphae* eram a mesma coisa que *lymphae.* E tais ninfas foram assim chamadas nos tempos em que eles aprendiam todas as coisas como substâncias animadas, e, freqüentemente, humanas, como se refletiu acima, na *Metafísica.*

A seguir, os pios gigantes, que foram os postados nos montes, se devem ter ressentido do odor pútrido que exalavam os cadáveres de seus mortos, que apodreciam perto deles, sobre a terra. Passaram, então, a sepultá-los: e desses se encontraram e ainda se encontram crânios e ossos, mais freqüentemente nas alturas das montanhas. Isto é considerável argumento de que os gigantes ímpios, dispersos pelas planícies e pelos vales, por todas as partes, cujos cadáveres apodreciam insepultos, são aqueles crânios e ossos ou levados para o mar pelas torrentes ou macerados afinal pelas chuvas. E [os pios] cercaram os sepulcros de tanta religião, ou divino espanto, que *religiosa loca,* por antonomásia, foram chamados pelos latinos os lugares onde existiam sepulcros.

E aí começou a crença universal — que já provamos nos *Princípios,* aliás o terceiro que firmamos nesta *Ciência* — que é o da imortalidade das almas humanas. Que, aliás, se chamaram *di manes,* e na lei das XII Tábuas, no capítulo *De parricidio, deivei parentum* se chamam. De resto, eles devem ter, como sinal de sepultura, ou sobre ou perto de cada túmulo, que outra coisa não foi ao início senão propriamente a terra um pouco elevada (como entre os germanos antigos, que nos dão motivos de conjeturarmos o mesmo costume de todas as demais nações bárbaras primigênias, segundo relata Tácito, acharem que não deviam sobrecarregar os mortos com muita terra, de onde provém aquela oração pelos defuntos: *Tibi terra levis),* devem ter, repetimos, como sinal de sepultura, fincar um cepo, pelos gregos chamado *phýlax,* que significa *custode,* pois criam, os simplórios!, que tal cepo o protegesse; e *cippus,* para os latinos, passou a significar "sepulcro", e, para os italianos, *ceppo* significa "planta da árvore genealógica".

Daí deve ter provindo para os gregos *phylé,* que quer dizer "tribo". E os romanos descreviam as suas genealogias dispondo as estátuas de seus antepassados nas salas de suas casas, por *fili,* que chamaram *stemmata* (que deve provir de *temen,* que quer dizer "fio". Por onde, *subtemen,* "fiado", que se estende por baixo, no tecerem-se as telas). Tais filos genealógicos depois chamados pelos jurisconsultos *lineae,* e, depois, *stemmata* passaram a significar, nos tempos de hoje, "insígnias gentilícias".

De modo que é ponderável conjetura serem as primeiras terras com tais

sepultos os primeiros escudos das famílias. Assim se haverá de entender a frase da mãe espartana, que entrega o escudo ao filho que parte para a guerra, dizendo: *aut cum hoc, aut in hoc,* querendo indicar "Ou retornas com isto ou então sobre um esquife", assim como hoje, em Nápoles, o esquife se chama *scudo.* E, dado que tais sepulcros ficavam no fundo dos campos, que antes foram semeaduras, por isso mesmo, os escudos na ciência dos brasões se definem "fundamento do campo", que, depois, se chamou "das armas".

De tal origem deve ter provindo *filius,* o qual, distinto com nome ou sobrenome do pai, significou "nobre". Exatamente como ouvimos, acima, de um patrício romano, definido como *qui potest cieri patrem.* E esse "nome" dos romanos, vimos há pouco corresponder a nível o patronímico, que tão freqüentemente empregaram os primeiros gregos, pelo fato de que em Homero os heróis se dizem *filii Achivorum,* assim como na história sacra *filii Israel* são indicados os nobres do povo hebreu. Será, pois, indispensável que, se as tribos foram dos nobres, logo, inicialmente só de nobres se compuseram as cidades, como logo demonstraremos.

Assim, com tais sepulcros de seus inumados ou gigantes demonstraram o domínio de suas terras. O que os romanos, na língua romana, preservaram no costume de sepultarem o morto em um local próprio, para o fazerem religiosamente. E diziam, com propriedade, aquelas frases heróicas: "somos filhos desta terra", "somos nascidos destes carvalhos". Como os cabeças das famílias foram chamados pelos latinos *stirpes* e *stipites* e a progênie de cada um foi chamada *propago.* E tais famílias foram chamadas pelos italianos *legnaggi.*[15] E as nobilíssimas casas da Europa e quase todas as soberanas tomam os cognomes das terras em que dominam.

Por isso, tanto no grego quanto no latim, de modo idêntico, "filho da Terra" é o mesmo que "nobre". E, para os latinos, *ingenui* quer dizer nobres, quase *indegeniti* e mais rapidamente *ingeniti.* Como, certamente, *indigenae* ficou para os nativos de uma terra e *dii indigetes* se chamaram os deuses nativos, que devem ter sido os nobres das cidades heróicas, que se chamaram "deuses", como acima se disse. E desses deuses a grande mãe foi a terra. Daí porque, inicialmente, significaram "nobre" tanto *ingenuus* quanto *patricius,* pois as primeiras cidades foram exclusivas dos nobres. E os tais *ingenui* devem ter sido os aborígines, assim chamados quase "sem origens" ou "de si próprios nascidos", a que correspondem ao mesmo nível os *autókhthones,* como os chamam os gregos. E os aborígines foram gigantes, e "gigantes" significam, propriamente, "filhos da Terra". Dessa forma, a Terra nos foi fielmente narrada pelas fábulas como a mãe dos gigantes e dos deuses.

Todas essas coisas foram por nós tratadas mais acima, mas, aqui, que era seu lugar próprio, se repetiram para demonstrar que Lívio muito mal ligou tal frase heróica a Rômulo e aos pais, companheiros dele, quando aos que acorreram ao asilo aberto na floresta lhes faz dizer "serem eles filhos daquela terra", tornando deslavada mentira na boca deles, o que nos fundadores dos primeiros

[15] Linhagens. (N. do T.)

povos tinha sido uma verdade heróica. Já porque Rômulo era realmente conhecido de Alba, e porque tal mãe tinha sido até mesmo iníqua para produzir só homens, tanto que precisaram raptar as sabinas, para disporem de mulheres. Logo, se há de dizer que, por efeito do modo de pensar dos primeiros povos, mediante caracteres poéticos, a Rômulo, considerado como fundador da cidade, foram ligadas as propriedades dos fundadores das primeiras cidades do Lácio, em meio a um grande número das quais, Rômulo fundou Roma. Com esse equívoco concilia-se a definição que o próprio Lívio oferece do asilo: que tivesse sido *vetus urbes condentium consilium.*[16] Pois, nos primeiros fundadores das cidades, que eram simplórios, não era a decisão, mas a natureza que servia à Providência.

A partir daí se fantasiou a quarta divindade das gentes chamadas "maiores", que foi *Apollo,* entendido como deus da luz civil. Pelo que os heróis se chamaram *kleitoí* (clāros) pelos gregos, de *kléos* (glória), se chamaram *inclyti* pelos latinos de *cluer* (brilho das armas), e, por conseqüência da luz pela qual Juno Lucina engendrava nobres partos. De modo que, depois Urânia — que acima vimos ser a musa que Homero define "ciência do bem e do mal", ou seja a adivinhação, como se disse acima, pela qual Apolo é deus da sabedoria poética ou da adivinhação — foi preciso imaginar-se a segunda das musas, que deve ter sido Clio, que narra a história heróica. E a primeira história de tal natureza deve ter começado pelas genealogias desses heróis, assim como a história sacra começa pelas descendências dos patriarcas. De uma tal história Apolo dá o princípio em razão disto: que persegue Dafne, donzela nômade, que vai errando pelas selvas (na vida execrável). Esta, com o auxílio que aos deuses implorou (dos quais se requeriam os auspícios nos matrimônios solenes), tornando-se estável, converte-se num loureiro — planta que sempre verdeja em sua certa e conhecida prole, no mesmo sentido em que os latinos chamaram de *stipites* aos cepos das famílias. E a barbárie recorrente nos forneceu as mesmas frases heróicas, quando chamam "árvores" às descendências das mesmas, e aos fundadores dizem "cepos" e "pétalas" (?: *pedali),* e às progênies dos descendentes chamam "ramos", e às próprias famílias dizem "linhagem". Assim, o perseguir de Apolo foi próprio de nume, e o fugir de Dafne, próprio de fera. Mas depois, ignorado o falar de tão severa história, sucedeu que a perseguição de Apolo resultou impudico, e o fugir de Dafne, resultou fuga de Diana.[17]

Além disso, Apolo é irmão de Diana, porque com as fontes perenes foi cômodo fundarem-se as primeiras cidades sobre os montes; onde ele tem a sua sede sobre o monte Parnaso, onde habitam as musas (que são as artes da humanidade), e junto a fonte Hipócrene, de cujas águas bebem os cisnes, pássaros canoros daquele *canere* ou *cantare* que para os latinos significa "predizer". Com um desses auspícios Leda concebe os dois ovos, como se viu acima, e de um partoreja Helena, e de outro, num parto único, Castor e Pólux.

Apolo e Diana são filhos de Latona, assim chamada por *latere* ou "esconder-se". De onde se diz *condere gentes, condere regna, condere urbes,* e, particu-

[16] Lívio, I, 8. (N. do T.)

[17] Exatamente assim no texto. Nicolini substitui Diana por *donna* (mulher). Flora prefere *donzella* (donzela). (N. do T.)

larmente na Itália se disse *Latium*. E Latona os deu à luz perto das águas das perenes fontes, de que já falamos. A partir desse parto os homens transformaram-se em rãs, que, nas chuvas do estio nascem da terra, que se chamou "mãe dos gigantes", na verdade filhos da Terra. Uma dessas rãs foi aquela que Indatura envia a Dario. E devem ser três rãs, e não sapos, nas armas reais da França, que, depois, se mudaram em lírios de ouro, desenhadas com o superlativo do "três", que para os franceses passou a significar uma rã enorme, isto é, um notabilíssimo filho, e, pois, senhor da terra.

Ambos são caçadores, que, com árvores arrancadas (uma das quais é a clava de Hércules) matam feras, inicialmente para defenderem a si e às suas famílias (não lhes sendo mais lícito, como a nômades da vida errante, fugirem delas, pela fuga); depois, para elas se nutrirem, eles próprios e as suas famílias. Assim é que Vergílio faz que de tais carnes se alimentem os heróis,[18] e os germanos antigos, segundo relata Tácito,[19] para tal fim vão, com as suas mulheres, caçando as feras.

Ora, Apolo é um deus fundador da humanidade e de suas artes, que há pouco dissemos serem as musas. Tais artes chamaram-nas os latinos *liberales*, no sentido de "nobres". Uma delas é a montaria: por isso Pégaso voa sobre o monte Parnaso, armado de asas [ele, Pégaso], porque assim o expressa uma linguagem dos nobres. E, na barbárie recorrente, porque só eles podiam armar-se, a cavalo, os nobres chamaram-se, entre os espanhóis, "cavalheiros". Tal humanidade começou pelo *humare*, "sepultar" (eis por que as sepulturas foram por nós tomadas como terceiro princípio desta Ciência). Eis por que os atenienses, que foram os mais humanos de todas as nações, como refere Cícero,[20] foram os primeiros a sepultar os seus mortos.

Finalmente, Apolo é sempre jovem (assim como a vida de Dafne sempre verdejava, convertida em loureiro), porque, com os "nomes" das prosápias, eterniza os homens através de suas famílias. E porta uma cabeleira, em sinal de nobreza. Assim, passou para muitas nações o costume de os nobres manterem a cabeleira. E até mesmo se lê que, entre as penalidades dos nobres para os persas e os americanos, está o arrancar-se um ou mais cabelos de sua cabeleira. Talvez por isso, chamaram-na *Gallia comata* os nobres que fundaram tal nação, como certo é que em todas as nações se cortam os cabelos aos escravos.

Como esses heróis se fixaram nos limites de terras circunscritas, e, crescidas em número as suas famílias, já não lhes bastavam os frutos espontâneos da natureza. E, como tivessem medo de sair de seus confins, a fim de obterem deles abundância (confins esses que eles próprios se tinham prefixado mediante as cadeias da religião, pelas quais os gigantes estavam ligados sob os montes), e, como a própria religião lhes houvesse insinuado ateassem fogo às selvas, a fim de salvaguardarem a visão do céu, de onde provinham para eles os auspícios, empenharam-se, com muita e bastante longa fadiga, a reduzir as terras à cultura e a nelas semear

[18] *Eneida*, I, 184/193. (N. do T.)
[19] *Germania*, 46. (N. do T.)
[20] *De legibus*, II, 25. (N. do T.)

o trigo, que chamuscados entre os cardos e os espinheiros, talvez tivessem notado como útil para a alimentação humana. E aqui, com belíssima, natural e necessária metáfora, chamara de "pomos de ouro", levando para diante a idéia dos pomos [maçãs], que são frutas da natureza que se recolhem no verão, aplicando-a às espigas [de trigo] que também no verão se colhem;[21] por indústria.[22]

De tal fadiga,[23] de todas a mais gloriosa e a maior, resultou altamente o caráter de Hércules, que tanta glória causou a Juno,[24] que a ordenou, justamente para nutrir as famílias. E com outras e indispensáveis metáforas, fantasiaram a terra na figura de um dragão enorme, armado de escamas e espinhos (que eram os seus espinheiros e suas sarças), e o pintaram alado (já que os terrenos se expressavam em linguagem dos heróis), vigilante sempre (isto é, muito compacto), e que protegia os pomos de ouro nos hortos das Hespérides. E, pelo úmido das águas do dilúvio acreditou-se, pois, que o dragão tivesse nascido na água. Por um outro enfoque, fantasiaram uma *hidra* (que até se denominou tal a partir de *hýdôr,* "água"), cujas cabeças decepadas renasciam em outras cabeças. E mutante em três cores: preto (queimada), verde (herbória) e áurea (de espigas maduras), sendo que, despojando-se de tais cores, no seu invólucro, renova-as quando envelhecem. Finalmente, pelo ângulo de sua ferocidade a ser domada, foi imaginada um animal fortíssimo (por onde se chamou depois ao mais forte dos animais de "leão"), que é o leão neméio, anteriormente, como pretendem os filósofos, uma serpente descomunal. E todos[25] vomitam fogo, que foi ateado por Hércules nas selvas.

Estas foram três narrações diversas em três distintas partes da Grécia, mas todas a significar substancialmente a mesma coisa. Como em outra [região?] existiu aquela outra do próprio Hércules, que, sendo criança, mata, em seu berço, as serpentes — isto é, no tempo do nascente *(bambino)* heroísmo. E noutra [versão? região?], Belerofonte mata o monstro denominado Quimera, que tinha a cauda de serpente e o peito caprino (para significar a terra selvática), e com cabeça de leão a vomitar, também, flamas. Em Tebas, é Cadmo que mata mesmo a grande serpente e lhe semeia os dentes (chamando-se, como bela metáfora, "dentes de serpente" aos troncos curvos mais resistentes, com os quais, antes de descobrir-se o uso do ferro, se deve ter arado a terra). E o próprio Cadmo se converte em serpente (a qual os romanos teriam explicado como Cadmo *fundus factus est),* como já de certa forma explicamos e logo mais explicitaremos melhor, quando veremos que as serpentes na cabeça da Medusa e na vara de Mercúrio significaram "domínio dos terrenos". Daí veio *ôphéleia* (a partir de *ôphis,* "serpente"), chamada terrática, também chamada "tributo de Hércules". Nesse sentido o adivinho Cal-

[22] Entenda-se: como resultado do trabalho humano, agrícola. (N. do T.)

[23] Refere-se Vico à proeza ou fadiga de Hércules, que consistiu em apoderar-se dos chamados *pomos de Hespérides,* confiados pelas Hespérides (Egle, Aretusa e Hiperetusa) à guarda de um dragão de cem cabeças, que Hércules, como seu 11.º trabalho e/ou fadiga, matou, a fim de arrebatar-lhe os pomos que custodiava. (N. do T.)

[24] Entenda-se: por cumprir Hércules exatamente uma missão que lhe ordenara Juno. (N. do T.)

[25] Esses vários animais? (N. do T.)

cante, segundo versão de Homero, à serpente que devora os oito pássaros e também a própria mãe, interpretou como a terra troiana, que no decurso de nove anos, cairia sob o domínio dos gregos. Já os gregos, enquanto combatem com os troianos, tomam por bom augúrio a uma serpente que uma águia mata no ar, e que cai em meio à batalha deles, tudo conforme à ciência da adivinhação do adivinho Calcante. Por isso, Prosérpina, que é a mesma Ceres, pode ver-se nos mármores arrebatada em um carro puxado por serpentes. Como também tais serpentes tão freqüentes se registram nas medalhas das repúblicas gregas.

Por isso, no que tange ao dicionário mental (e é coisa de se refletir), os reis americanos, segundo canta Gerolamo Fracastoro na sua *Sífilis,*[26] viram-se portar, ao invés de cetro, uma carcaça seca de serpente. E os chineses ornam dum dragão as suas armas reais e portam um dragão como insígnia do império civil, que deve ser Drácon, que com sangue, escreveu as leis para os atenienses. E, acima dissemos que tal dragão foi uma das serpentes das górgonas, que Perseu cravou no seu escudo. Escudo que, por sua vez, foi o de Minerva, deusa dos atenienses, mediante cuja inspeção convertia em pedras o povo que para ele olhasse, e que deve ter sido um hieróglifo[27] do império civil de Atenas. E a Sagrada Escritura, em Ezequiel,[28] confere ao rei do Egito o título de "grande dragão", que jaz no meio dos rios, assim como se disse acima, haverem os dragões nascidos na água, e a Hidra da água ter recebido o seu nome. O imperador do Japão constituiu uma ordem de cavalheiros, que tem como divisa um dragão. E dos tempos bárbaros recorrentes contam as histórias que, por sua grande nobreza, ao Ducado de Melano se chamou a casa Visconti, que inscreve no seu escudo um dragão que devora um menino, correspondente à píton, que devorara os homens gregos e que foi morto por Apolo, que, conforme vimos, era o deus da nobreza. Dessa façanha deve causar-nos admiração a uniformidade do pensar heróico dos homens dessa segunda barbárie em relação à dos antiqüíssimos [homens] da primeira. Estes devem ser, pois, os dois dragões alados, que suspendem o colar das pedras-de-fogo, que atearam o fogo que eles vomitam, e que são os dois que sustentam o velocino de ouro, que Chifflet, escritor da história dessa ilustre ordem, não logrou discernir, pelo que Silvestro Pietrasanta confessa que a história deles é obscura.

Assim, em outras partes da Grécia, foi Hércules quem matou as serpentes, o leão, a hidra, o dragão. Noutra, foi Belerofonte que matou a Quimera. Em outra, ainda, foi Baco que domesticou os tigres, isto é, as terras engalanadas de tão várias cores, quais as de pele dos tigres, passando para os animais de tal fortíssima espécie o nome de "tigres". Pois o haver Baco domado os tigres com o vinho é uma história física, que não competia conhecessem os heróis campônios que deviam fundar as nações. Ademais, jamais se disse de Baco que tivesse ido à África ou à Hircânia para os domar, naqueles tempos, nos quais, como demonstraremos na *Geografia poética,* não podiam os gregos saber existisse no mundo a Hircâ-

[26] *De morbo gallico,* II, 22/23. (N. do T.)
[27] Entenda-se: símbolo sagrado. (N. do T.)
[28] *Ezequiel,* 29,3. Nesse passo, aliás, fala-se de um *crocodilo.* (N. do T.)

nia e, muiito menos, a África, nem tigres nas selvas hircânicas ou nos desertos da África.

Além disso, às espigas de trigo chamaram de "pomos de ouro", pois devem ter sido o primeiro ouro do mundo, no tempo em que o metal ouro estava [incrustado ou escondido] nos torrões, e nem se sabia ainda a arte de reduzi-lo, purificado, em massa, como também de lhe dar lustre [brilho] ou esplendor. Nem, ao beber da água das fontes, se podia, de forma alguma, apreciar o uso dele [do trigo]: o qual, depois, considerados a semelhança da cor e o sumo valor de tal alimento naqueles tempos, por metáfora foi denominado "ouro". Daí, o ter Plauto[29] chamado *thesaurum auri,* para distingui-lo do "celeiro".[30] Pois Jó, dentre as grandezas de que se tinha degradado, enumera esta: que ele comia "pão de cevada". Assim como nas aldeias de nossas províncias mais remotas se tem, ao invés daquilo que são nas cidades as *pozioni gemmate,* que os doentes se alimentam de pão de centeio, e se diz "o enfermo se alimenta de pão de centeio" para indicar que está nas últimas.[31]

A seguir, explicitando mais a idéia de tal valor e afeto, devem ter chamado "de ouro" às lãs finas. Pelo que, segundo Homero, Atreu se lamenta por Tieste lhe haver roubado as ovelhas de ouro.[32] Já os argonautas roubaram o velocino de ouro do Ponto. Por isso o próprio Homero chama a seus heróis e/ou reis, com a perene adjunção de *polýmelos,* que interpretam "ricos de rebanhos". Assim como entre os latinos, com tal uniformidade de idéias, o patrimônio se chamou *pecunia,* que os gramáticos latinos querem que provenha de *a pecude.* Como os antigos germanos, segundo relata Tácito,[33] os rebanhos e os armamentos *solae et gratissimae opes sunt.* Costume que deve ser similar ao dos antigos romanos, entre os quais o patrimônio se dizia *pecunia,* como no-lo atesta a lei das XII Tábuas, no capítulo *Dos testamentos.* E *mēlon* tanto quer dizer "pomo" quanto "ovelha" para os gregos, os quais, talvez também pelo aspecto de apreciável fruto, chamaram *méli* ao mel. E os italianos chamam *méli* a esses pomos. De modo que os do trigo devem ter sido os pomos de ouro, que, antes dos demais, Hércules traz ou recolhe na Hespéria. E o Hércules gálico com as cadeias desse ouro, que lhe saem da boca, aprisiona os homens pelas orelhas, como logo se verá ser uma história a respeito do cultivo dos campos. E, pois, Hércules ficou como um nume propício para o descobrimento dos tesouros, de que era deus Dite, o mesmo Plutão, que no inferno arrebata Prosérpina, que é a mesma Ceres (isto é, o trigo), e a transfere para o inferno, relatado pelos poetas, para os quais o primeiro era onde estava o Estige, o segundo, onde estavam os defuntos *(seppeliti),* o terceiro, a profundidade dos

[29] *Aulularia,* 6/7. (N. do T.)

[30] Parece-nos, a partir da alusão de Vico ao livro de *Jó,* 31,40, que o autor da *Ciência Nova* deseja insinuar *cevada* onde diz "celeiro", para o contrapor à nobreza do trigo ("pomo de ouro", na imaginosa etimologia saborosíssima de Vico). (N. do T.)

[31] As *pozioni gemmate* são os eletuários, isto é, "medicamentos compostos de pós, extratos e folhas de vegetais, de mistura com mel e açúcar". Traduzimos *frumento* por cevada, de acordo com o que foi dito em nossa nota anterior. (N. do T.)

[32] *Ilíada,* II, 106. (N. do T.)

[33] *Germânia,* 5. (N. do T.)

sulcos, como a seu tempo demonstraremos. Em razão do qual deus Dite são chamados *dites* os ricos. E os ricos eram os nobres, que, entre os espanhóis se dizem *ricos hombres,* que entre nós antigamente se chamaram *benestanti,* assim como entre os latinos se chamou *ditio* aquilo que nós chamamos de "senhoria de um Estado", pois os campos cultivados constituem a verdadeira riqueza dos Estados. Razão por que os mesmos latinos chamaram *ager* ao distrito de uma senhoria e, *ager,* em sentido próprio, é a terra que *aratro agitur.*[34]

Assim, deve ser verdade que o Nilo foi chamado *khrysorrhóes,* "ouro fluente", porque alaga os amplos campos do Egito, de cujas inundações aí resulta a grande abundância das colheitas. Assim, "rios de ouro" chamaram-se o Pactolo, o Ganges, o Hidaspes, o Tago, porque fecundam as campanhas de espigas. Destes pomos de ouro, certamente, Vergílio, doutíssimo a respeito das antiguidades heróicas, levando avante a metáfora, engendrou o ramo de ouro que Enéias porta no inferno.[35] Numa fábula que, logo mais, em local mais apropriado, se explicitará. De resto, o metal ouro não se teve, nos tempos heróicos, em maior valia do que o ferro. Assim, Tearco, rei da Etiópia, aos embaixadores de Cambises, que lhe haviam apresentado, da parte de seu rei, muitos vasos de ouro, respondeu não reconhecer dele nenhum uso e muito menos necessidade. E até, de modo magnânimo, os recusou. Exatamente como dos antigos germanos (que em tais tempos se constata serem eles próprios antiqüíssimos heróis, de que agora nos ocupamos), Tácito conta: *Est videre apud illos argentea vasa legatis et principibus eorum muneri data, non alia vilitate quam quae humo finguntur.*[36] Por isso, em Homero, nos arsenais *(armarie)* dos heróis se conservam, com indiferença, armas de ouro e de ferro, pois o mundo primordial deve ter tido abundância de tais minas (como se reencontrou no descobrimento da América), que se tornaram depois exauridas por efeito da avareza humana.

Disso tudo resulta esse relevante corolário: que a divisão das quatro idades do mundo, isto é, do ouro, da prata, do cobre e do ferro, é uma invenção de poetas dos tempos baixos,[37] pois este ouro poético, que foi o trigo, foi que deu aos primitivos gregos o nome da idade de ouro, cuja inocência foi a suma força selvática dos Polifemos (nos quais reconhece os primeiros pais de família, como se disse, Platão), que entre si estavam todos divididos e isolados em suas cavernas, com suas mulheres e filhos, não imiscuindo uns nos negócios dos outros, como segundo Homero, Polifemo contava a Ulisses.

Para confirmação de tudo quanto até aqui falamos do ouro poético, convém alegar dois costumes, que ainda hoje se celebram, cujos princípios não se podem explicar senão baseados nestes princípios. O primeiro concerne ao pomo de ouro que se põe na mão dos reis nas solenidades de sua coroação. O mesmo, talvez, que

[34] Varrão, *De lingua latina,* V, 34. Aliás, na mesma obra, IV, 17, Varão assegura-nos de que *Dis* (Plutão) deriva de *dis* (rico). (N. do T.)

[35] *Eneida,* VI, 136/139. (N. do T.)

[36] *Germânia,* 5: "É de notar-se que entre eles aos vasos de prata oferecidos aos seus legados e príncipes, não os têm senão em conta de outras vilezas comparáveis à terra". (N. do T.)

[37] Isto é, dos tempos em que se degradaram as grandes metáforas dos poetas teólogos e/ou fundadores e inventores. Pound ficaria feliz ao ler este passo de Vico.... (N. do T.)

nas suas insígnias se põe por sobre as suas coroas reais. Tal costume não pode ter uma outra origem senão nos pomos de ouro, que aqui dissemos serem as do trigo, de que aqui também afirmamos serem o símbolo sagrado *(geroglífico)* do domínio que tinham os heróis sobre as terras (que os sacerdotes egípcios representaram com o pomo, ou talvez ovo, na boca de seu Cneph, de que logo trataremos). E tal hieróglifo nos foi trazido pelos bárbaros, que invadiram todas as nações sujeitas ao império romano.

O outro costume refere-se às moedas de ouro, que os reis, nas solenidades de suas núpcias, ofereciam às suas esposas reais. E que devem provir desse ouro poético do trigo, que já referimos aqui (tanto que essas moedas áureas significam, propriamente, as núpcias heróicas que os antigos romanos celebravam *coemptione et farre),*[38] em conformidade com os heróis, que, segundo relata Homero, compravam as esposas com os dotes. Numa chuva desse ouro deve ter-se transformado Zeus, em relação a Danae, encerrada esta numa torre (que deve significar o celeiro), a fim de significar a abundância desta solenidade. Com que se casa, à maravilha, a expressão hebraica *et abundantia in turribus tuis.* E tornam consistente tal conjetura os antigos britânicos, entre os quais, como pompa das núpcias, ofereciam às esposas as fogaças.[39]

Ao despontar destas coisas humanas, nas fantasias gregas surgiram três outras divindades das gentes maiores, com esta ordem de idéias, correspondente à ordem das coisas: primeiramente, Vulcano; logo depois, Saturno (assim denominado a partir de *a satis,* isto é, das sementeiras: por isso, a idade de Saturno dos latinos corresponde à idade de ouro dos gregos). Em terceiro lugar, Cibele ou Berecíntia, a terra cultivada. Pelo que é representada assentada sobre um leão (que é a terra selvática, que os heróis reduziram à cultura, como se explicou acima), denominada "grande mãe dos deuses" e "mãe" igualmente chamada "dos gigantes", assim chamados no sentido de "filhos da Terra", como se disse acima). De forma que é mãe dos deuses (isto é, dos gigantes, que ao tempo das primeiras cidades, se atribuíram o nome de "deuses", como também acima se disse). E lhe foi consagrado o pinheiro (sinal da estabilidade com a qual os autores dos povos, deixando-se estar fixos nas primeiras terras, fundaram as cidades, das quais é deusa Cibele).

Chamou-se-lhe Vesta, deusa das divinas cerimônias entre os romanos, dado que as terras, aradas nesse tempo, corresponderam aos primeiros altares do mundo (como veremos na *Geografia poética),* em que a deusa Vesta, apetrechada de ferina religião, tinha sob sua custódia o fogo e o farro,[40] que foi o trigo dos antigos romanos. Por isso mesmo, entre os referidos romanos, as núpcias celebravam-se *aqua et igni* e com o farro, e se chamavam *nuptiae confarreatae,* de resto restritas, depois, exclusivamente aos seus sacerdotes, pois as primeiras famílias estavam todas constituídas de sacerdotes (quais se revelaram os reinos dos bonzos nas Índias orientais). E a água, o fogo e o farro constituíram os elementos das

[38] Trata-se da *confarreatio* e da *coemptio.* (N. do T.)
[39] Isto é, bolos ou pães cozidos. (N. do T.)
[40] Variedade de trigo. (N. do T.)

divinas cerimônias romanas. Sobre essas primeiras terras Vesta sacrificava a Zeus os ímpios da infame comunhão, que violavam os primeiros altares (que dissemos já serem os primeiros campos de trigo, como explicitaremos, a seguir). Estes [os ímpios] constituíram as primeiras hóstias, as primeiras vítimas das religiões gentílicas. E se denominaram *Saturni hostiae,* como, em Plauto, se constatou. E chamaram-se *victimae a victis,* porque eram débeis, pois isolados (e nesse sentido de "débil" sobrou para os latinos a palavra *victus).* E chamaram-se *hostes,* porque tais ímpios foram, com justeza, reputados inimigos de todo o gênero humano. Por isso resultou para os romanos o hábito de recobrirem-se com farinha tanto as vítimas quanto as hóstias, recobrindo-se de pasta [farinha] a fronte e os cornos das vítimas com farro.

A partir da referida deusa Vesta os mesmos romanos chamaram "virgens vestais" àquelas que guardavam o fogo eterno, que, se por desgraça se apagasse, havia de reatá-lo [reacendê-lo] ao sol. E já veremos que Prometeu roubou a primeira centelha *(il primo fuoco)* e a trouxe para a terra, entre os gregos, que, havendo-o ateado às selvas, começaram a cultivar as terras. Por isso, Vesta é a deusa das divinas cerimônias para os romanos. Pois o primeiro *colere* que nasceu no mundo da gentilidade foi o cultivar a terra, e o primeiro culto foi o erguerem-se altares dessa natureza, acender-se ali tal primeiro fogo e nele fazerem-se sacrifícios dos homens ímpios, como se disse há pouco.

Essa é a forma mediante a qual se fixaram e se preservaram os limites aos campos. A qual divisão, como de modo muito genérico foi narrada pelo jurisconsulto Hermógenes [41] — que se imaginou realizada por deliberada convenção dos homens, e lograda com tanta justiça e observada com proporcional boa fé, em tempos em que não havia ainda força pública das armas, e, conseqüentemente, nenhum império civil de leis —, não se pode de forma alguma compreender senão como tendo sido feita entre homens sumamente ferinos e observantes de alguma espantosa religião, que os tivesse fixado e circunscrito no âmbito de certas terras, e, por meio de tais sanguinolentas cerimônias tivessem consagrado as primeiras muralhas, que, por sua vez, os filólogos afirmam terem sido inscritas pelos fundadores das cidades com o uso do arado, cuja curvatura, pelas origens das línguas que acima se descobriram, inicialmente deve ter sido denominada *urbs,* do antigo *urbum,* que significa "curvo". Dessa mesma origem será, talvez, *orbis.* De modo que, inicialmente, *orbis terrae,* deve ter sido todo recinto assim constituído [curvo, circular], e tão baixo [ao rés do chão] que Remo ultrapassou com um salto, sendo por isso morto por Rômulo, que, como narram os históricos latinos, teria consagrado as primeiras muralhas de Roma com o sangue dele [Remo]. De modo que tal recinto deve ter sido uma sebe (e entre os gregos *séps* significa "serpente", no sentido heróico de "terra cultivada". Dessa origem deve provir a expressão *munire viam,* o que se faz com fortificar [fixar, guarnecer] com sebes os campos. Por isso, as muralhas dizem-se *moenia,* quase *munia,* como *munire* certamente resul-

[41] Refere-se Vico a Hermógenes ou Hermogeniano a quem se atribui um códice hermogeniano. Não se tem nenhuma certeza de que seja o mesmo jurisconsulto romano de igual nome. (N. do T.)

tou para "fortificar". Tais sebes devem ter sido plantadas com o uso daquelas plantas a que os latinos chamaram *sagmina,* isto é, sanguinelos,[42] sabugueiros, que ainda hoje se preservam o uso e o nome. E se conservou essa palavra *sagmina* para significar as ervas com que se adornavam os altares. E tais se deveriam chamar a partir do "sangue" dos sacrificados *(ammazzati)* que, como Remo, os tivessem transposto.

Daí decorre a santidade das muralhas, como se afirmou. E também a dos arautos, que, como logo veremos, se coroavam com tais ervas, exatamente como o faziam os antigos embaixadores romanos, com as que se colhiam nos penedos do Capitólio. E, por via de conseqüência [daí decorre], a santidade das leis, que tais arautos transmitiam, seja a da guerra, seja a da paz. Por isso se chama *sanctio* aquela parte da lei que impõe a pena aos transgressores dela.

E começa, pois, aquilo que nesta obra provamos: que o direito natural das gentes foi ordenado pela divina providência entre os povos de um modo privado, que, ao se conhecerem entre si, constataram ser-lhes comum. Pois, a fim de que os arautos romanos, consagrados com tais ervas, fossem invioláveis entre os outros povos do Lácio, indispensável é que aqueles, sem nada saberem a respeito destes, celebrassem o mesmo costume.

Assim, os pais de família proveram à subsistência de suas famílias heróicas com a religião, subsistência essa que as mesmas famílias, mediante a religião, teriam por dever conservar para elas próprias. Por isso, perpétuo costume dos nobres foi o de serem religiosos, como nota Giulio Scaligero na *Poética.* De modo que deve ser um grande indício de que uma nação esteja por findar onde quer que os nobres desprezem a sua religião nativa.

Comumente se alvitrou, seja entre os filólogos seja entre os filósofos, que as famílias, no assim chamado estado "de natureza", correspondam, nada mais nada menos, aos filhos. E, quando elas constituíram também famílias dos fâmulos,[43] a razão de chamarem-se de modo principal [e conveniente e/ou adequado] "famílias".[44] Em virtude, pois, de uma equívoca visão econômica, fundamentaram uma falsa política, como se acenou acima e como cabalmente se demonstrará logo mais.[45] No que nos diz respeito, porém, será a partir deste setor dos fâmulos, que é próprio da doutrina econômica, que começaremos, aqui, a tratar da política.

2. Das famílias dos fâmulos, antes das cidades, sem as quais de modo algum poderiam nascer as cidades

Eis que finalmente ao cabo de uma longa idade, os gigantes ímpios, que tinham permanecido na infame comunhão das coisas e das mulheres, nas rixas que

[42] ?: no texto *sanguinelli.* (N. do T.)

[43] Interpole-se: óbvia se faz... (N. do T.)

[44] Sentiu o tradutor a necessidade de enfatizar o eixo semântico adequado da designação *"família"* para aquelas constituições familiares dos... *fâmulos.* (N. do T.)

[45] O texto viquiano é um tanto ambíguo neste passo. Tanto assim é que Nicolini corrigiu a sua lição, fazendo de *manca iconomica* a correção *monca iconomica.* Numa ou noutra leitura, a nós pareceu-nos que Vico tem em mira o dado providencial de constituírem-se as famílias a partir de uma urgente preocupação de subsistência. (N. do T.)

tal comunhão produzia — como os próprios jurisconsultos o dizem —, os homens rudes *(scempi)* de Groot, os desvalidos *(abbandonati)* de Pufendorf, a fim de salvarem-se dos violentos de Hobbes (assim como as feras, expulsas pelo frio intensíssimo, vão, por vezes, porem-se a salvo nos sítios habitados), recorreram às aras dos fortes. Ali, estes ferozes, dado que já unidos em sociedades de famílias, matavam os violentos, que lhes tinham violado as suas terras, e tomavam sob sua proteção os míseros que entre eles tinham procurado refúgio. E, para além do heroísmo natural, por terem sido nascidos de Zeus, ou seja, gerados com os auspícios de Júpiter, desabrochou, principalmente, neles o heroísmo da virtude, no qual, com vantagem sobre todos os demais povos, foi excelente o povo romano, ao fazer uso destas duas práticas:

Parcere subiectis et debellare superbos. [46]

E aqui se nos oferece matéria digna de reflexão, para compreendermos quanto os homens do estado ferino teriam sido ferozes e indômitos de sua liberdade bestial para proverem à sociedade humana. Já que, para que os primeiros deles pudessem aceder à primeira de todas as sociedades, que foi a dos matrimônios, requereram-se, para nela os fazer ingressar, os pungentíssimos estímulos da bestial libido; e, para constrangê-los a nela se preservarem, urgiram os fortíssimos freios de terríficas religiões, como se demonstrou acima. Daí provieram os matrimônios, que representaram a primeira forma de amizade surgida no mundo. Pelo que Homero, para dar a entender que Zeus e Juno tivessem coabitado, afirma com heróica gravidade que entre os mesmos "celebraram a amizade", pelos gregos denominada *philía,* da mesma raiz de que resulta *philéo* (eu amo), e a partir de onde entre os latinos proveio a designação *filius.* Ora, *phílios,* para os gregos jônicos, [47] quer dizer o "amigo". E, pois, para os gregos, com a mutação de uma letra de um som, aliás foneticamente próximo, resulta *phylé,* isto é, a "tribo". Aliás, já vimos acima que os *stemmata* se designaram os "filos genealógicos", pelos jurisconsultos denominados *lineae.* Desta natureza das coisas humanas decorreu esta propriedade eterna: que a verdadeira amizade natural é o matrimônio, e nela naturalmente se comunicam sem exceção os três fins dos bens, isto é, o honesto, o útil e o agradável. Por isso, o marido e a mulher cumprem, naturalmente, o mesmo destino e todas as prosperidades e adversidades da vida (exatamente como, em virtude de eleição resulta: *amicorum omnia sunt communia),* [48] pelo que o matrimônio foi definido por Modestino [?] *omnis vitae consortium.* [49]

Os segundos [os gigantes ímpios débeis] não acorreram a esta segunda, que, em virtude de certa excelência, recebeu o nome de "sociedade", como daqui a pouco daremos a conhecer, em virtude das recentes necessidades da vida. Ora, é

[46] Vergílio, *Eneida,* VI, 853: "Poupar os submissos e destruir os soberbos". (N. do T.)
[47] Isto é, os gigantes piedosos... (N. do T.)
[48] "Todas as coisas dos amigos são comuns." (N. do T.)
[49] O matrimônio como "todo consórcio de vida" encontra-se em Modestino. Presumo tratar-se de um dos cinco jurisconsultos incumbidos de aplicar o *jus respondendi:* Gaio, Papiniano, Paolo, Ulpiano e *Modestino.* Tal delegação receberam-na eles da lei das Citações (426 d.C.). (N. do T.)

digno de meditar-se que, dado que os primeiros [os gigantes pios] vieram para a sociedade humana, impelidos pela religião e em virtude do instinto natural de propagar a geração dos homens (piedosa uma razão, e a outra propriamente denominada razão gentil), deram início a uma amizade nobre e senhoril. E, à vista de que os segundos para ali vieram por necessidade de salvar a vida, deram princípio à "sociedade", propriamente assim denominada, por comunicar principalmente a utilidade [o útil], e, por via de conseqüência, o vil e o servil. [50] Por isso mesmo tais refugiados foram escolhidos pelos heróis com a justa lei da proteção, e sustentaram a sua vida natural com a obrigação de servirem quais servos jornaleiros aos heróis.

Aqui, a partir da "fama" desses heróis (que se conquista principalmente com a prática das duas partes, que há pouco afirmamos usadas pelo heroísmo da virtude), [51] e a partir de tal mundano rumor, que é a *kléos* ou "glória" dos gregos, pelos romanos denominada *fama* (que os mesmos gregos também chamaram *phéme),* os refugiados se chamaram "fâmulos", a partir de cuja designação principalmente se chamaram tais as "famílias". Será por essa fama, sem dúvida, que a história sagrada, falando narrativamente dos gigantes que existiram antes do dilúvio, os define *viros famosos:* em consonância, aliás, com Vergílio nos descreve tal Fama assentada sobre uma alta torre (que são as terras situadas nas altitudes pelos fortes), Fama essa que põe a cabeça em pleno céu (cuja altitude começou desde os cimos dos montes), e que é alada (pois vinha descrita nos termos [de linguagem] dos heróis. Por onde, no campo delimitado em Tróia a Fama voa em meio às fileiras dos heróis gregos, e não em meio às catervas dos seus plebeus), aliás, com a trompa (que deve ser a trompa de Clio, que corresponde à história heróica), e celebra os ilustres *(grandi)* nomes, quais foram os dos fundadores das nações.

Ora, em famílias que tais, antes das cidades, viveram os fâmulos na condição de escravos (primeiro esboço dos escravos que depois se obtiveram nas guerras, nascidos depois das cidades). E estes corresponderam aos que os latinos chamaram de *vernae,* dos quais provieram as línguas dos mesmos, chamadas *vernaculae,* como acima se disse. E os filhos dos heróis, para se distinguirem dos filhos dos fâmulos, chamaram-se *liberi,* muito embora deles em verdade não se distinguissem. Assim é que os germanos antigos, que nos revelam o mesmo costume de todos os primeiros povos bárbaros, Tácito conta que *dominum ac servum nullis educationis deliciis dignoscas.* Como também é certo que entre os romanos antigos os pais de família tiveram uma soberana potestade sobre a vida e morte de seus filhos e um domínio despótico sobre os bens conquistados, embora ao fim e ao cabo para os príncipes romanos os filhos dos escravos em nada se distinguiam nos pecúlios.

Mas essa palavra *liberi* significou inicialmente também "nobres". Por isso, *artes liberales* são "artes nobres", e *liberalis,* "gentileza", pela mesma origem anti-

[50] Veja-se de Cícero: *De finibus bonorum et malorum,* V, 23. (N. do T.)

[51] Refere-se Vico ao passo em que trata do heroísmo da natureza e ao heroísmo da virtude. (N. do T.)

ga pela qual *gentes* se denominaram as "casas nobres" entre os latinos. Isto porque, como já veremos, as primeiras gentes se compuseram exclusivamente de nobres, e só os nobres foram livres nas primeiras cidades. Por outro lado, os fâmulos chamaram-se *clientes,* inicialmente *cluentes,* do antigo verbo *cluere* (resplender de luz das armas), esplendor que se chamou *cluer,* porque refulgiam com o esplendor das armas usadas pelos heróis, a partir da mesma origem primeiramente denominados *incluti* e, depois, *inclyti,* como já se explicará.

E tiveram aqui origem as clientelas e os primeiros esboços dos feudos, de que teremos já muito que discutir. De tais clientes e clientelas se lêem na história antiga estarem elas disseminadas por todas as nações, como se propôs nas *Dignidades.* Tucídides, porém, narra que no Egito, mesmo nos seus tempos, as dinastias de Tani [52] estavam todas divididas entre pais de famílias, príncipes pastores de famílias assim dispostas *(sì fatte).* E Homero, a todos os heróis que canta, chama-lhes a todos "reis", e os define "pastores dos povos", que devem ter provindo antes dos pastores das greis, como já demonstraremos. Todavia, na Arábia, como tinham sido no Egito, ainda agora há-os em grande número. E nas Índias ocidentais encontrou-se a maior parte, em tal estado de natureza, a governarem-se através de famílias assim constituídas, repletas de considerável número de escravos, o que ofereceu ao imperador Carlos V, rei da Espanha, o ensejo de pôr-lhes modo e medida. E com uma dessas famílias Abraão teve de fazer guerra aos reis gentios, cujos servos, com os quais as empreendeu, muito a nosso propósito doutos da língua sacra, denominavam *vernáculos,* como há pouco os caracterizamos como *vernae.*

Com o nascimento destas coisas começou, em verdade, o famoso nó hercúleo, [53] com o qual os clientes se disseram *nexi* (atados) às terras que deviam cultivar para os ínclitos. E que passou depois a um nó fictício, como iremos ver, na lei das XII Tábuas, dando forma à emancipação civil, que solenizava todos os atos legítimos dos romanos.

Ora, visto que não se pode entender forma de sociedade nem mais restrita, por parte de quem dispõe de larga provisão de bens, nem, para quem dela necessita, mais necessária, logo devem ter começado os primeiros sócios no mundo, sócios que foram, como prevenimos nas *Dignidades,* os sócios dos heróis, recebidos em preservação de suas vidas, como aqueles que tinham confiado aos heróis a defesa de suas próprias vidas. Por onde a Antínoo, [54] cabeça dos sócios, por uma só palavra, muito embora a ele dita com o melhor propósito, Ulisses desejou cortar-lhe a cabeça. Assim como Enéias mata o sócio Miseno, que se lhe requeria para fazer [celebrar] um sacrifício. Disso até o mesmo se nos preservou uma tradição vulgar. [55] Muito embora Vergílio, uma vez que para a alma pacífica *(mansuetudine)* do povo romano seria muito cruel ouvir-se tal coisa de Enéias, isto é, que ele o tivesse celebrado por piedade, ficcionalmente narra o sábio poeta

[52] Dos hicsos ou reis pastores. (N. do T.)

[53] *Nodus Herculis* ou *Herculaneus,* difícil de desatar, cuja invenção se atribui a Hércules. (N. do T.)

[54] Não se trata de Antínoo, como pretende Vico, mas de Euríloco: *Odisséia,* X, 438 e ss. (N. do T.)

[55] Não atina Flora, nem nós atinamos com a alegada tradição referida por Vico. (N. do T.)

que o mesmo foi morto por Tritão, por ter ousado disputar com ele quanto ao som da trompa. Contudo, contemporaneamente, oferece-nos patentes motivos de assim o entendermos, ao narrar a morte de Miseno entre as solenidades prescristas pela Sibila de Enéias, uma das quais era que se lhe impunha, preliminarmente, sepultar a Miseno, a fim de, a seguir, poder descer ao inferno. E de modo patente afirma que a Sibila lhe havia predito a morte [dele, Miseno]. [56]

De modo que estes [sócios] eram sócios apenas nas fadigas, não porém nas conquistas e muito menos na glória, de que apenas os heróis refulgiam, por isso mesmo chamados *kleitoí* ou "claros" pelos gregos e *inclyti* pelos latinos (quais preservaram-se denominadas "sócias" as províncias dos romanos); disso, aliás, se lamenta Esopo, na fábula da sociedade leonina, como ficou já dito. E, pois, certamente dos antigos germanos — que nos permitam recolher uma impositiva conjetura a respeito de todos os demais povos bárbaros — narra Tácito que de tais fâmulos ou clientes ou vassalos aquele *suum principem defendere et tueri, sua quoque fortia facta gloriae eius adsignare, praecipuum iuramentum est;* o que constitui uma das propriedades mais sentidas pelos nossos feudos. [57]

Assim, e não de outro modo, deve ter advindo que sob a "pessoa" ou "cabeça" (que, como logo veremos, significaram o mesmo que máscara) e sob o "nome" (que agora chamaríamos "insígnia") de um pai de família romano se continham, em denominação [romana] todos os filhos e os escravos. E preservou-se para os romanos chamarem-se *clypea* aos meios bustos, que representavam as imagens dos antepassados, dispostos nos nichos embutidos nas paredes de seus pátios. E, com muita conveniência no que tange às coisas aqui narradas a respeito das origens das medalhas, tais nichos, pela nova arquitetura denominaram-se "medalhões". De modo que com propriedade se terá dito, nos tempos heróicos tanto dos gregos — como no-lo descreve Homero, um Ajax "torre dos gregos", que, sozinho, combate contra esquadrões *(battaglie)* inteiros dos troianos — quanto dos romanos — segundo os quais Horácio, sozinho sobre uma ponte sustenta [opõe-se e/ou sustenta o ímpeto] um exército dos toscanos: o que quer dizer Ajax ou Horácio, com seus vassalos. De forma similar, na história bárbara recorrente, quarenta heróis normandos, que voltavam da Terra Santa, desbarataram um exército dos sarracenos, que mantinham assédio a Salerno.

Por isso mesmo torna-se impositivo dizer-se que destas primordiais e antiqüíssimas formas de proteção, que correspondem às que os heróis assumiram em relação aos refugiados em suas terras, devem ter principiado os feudos, no mundo. Primeiramente, rústicos e pessoais, mediante os quais tais vassalos devem ter sido os primigênios *vades,* [58] que se obrigavam em sua pessoa a seguir os seus heróis, onde quer que os levassem a cultivar os seus campos [deles, heróis] — que a seguir se chamaram reis, obrigados a seguir os seus atores nos julgamentos. Por onde, como *vas,* para os latinos, *bás* para os gregos, assim *was* e *wassus* passaram

[56] *Eneida,* VI, 149 até 189. (N. do T.)
[57] *Germânia,* 14. (N. do T.)
[58] *Vaz,* do gótico, *wadi* = *penhor,* isto é, *fiador, abonador.* A partir daí, o demais é conjetura viquiana. (N. do T.)

a significar para os feudistas bárbaros "vassalo". Depois, devem ter-se originado os feudos rústicos reais, para os quais os vassalos devem ter sido as primordiais *praedes* ou *mancipes,* obrigados em relação a bens estáveis. E *mancipes* de modo próprio chamaram-se quantos se obrigaram em relação ao erário. Do que já trataremos.

E assim devem ter começado também as primeiras colônias heróicas, que chamamos mediterrâneas", diferentemente das outras, originadas a seguir, que foram as marítimas, que por sua vez veremos terem sido ranchos de refugiados ao mar,[59] que se salvaram em terras alheias (como se acenou nas *Dignidades):* pois sua designação nada mais significa senão "multidões de jornaleiros que cultivavam os campos (como ainda fazem) em troca de diário sustento".

Dessas duas espécies de colônias são narrativas aquelas duas fábulas: no que tange às mediterrâneas, o famoso Hércules gálico, o qual com cadeias de ouro poético (isto é, o trigo), que lhe saem da boca, encadeia pelas orelhas multidões de homens e os conduz, atrás de si, para onde queira; e que até hoje se assumiu como símbolo da eloqüência: pois esta fábula nasceu nos tempos em que os heróis não sabiam ainda articular a fala, como cabalmente se demonstrou. Já das colônias marítimas constitui fábula aquela referente às redes, com as quais Vulcano arrasta do mar aos plebeus Vênus e Marte (distinção que amplamente explicitaremos a seguir), e o Sol os revela *(scuopre)* absolutamente nus (isto é, não revestidos de luz civil, que fazia refulgirem os heróis, como já se disse), e os deuses (isto é, os nobres das cidades heróicas, quais foram por nós explicados) zombando deles (como fizeram os patrícios em relação à pobre plebe romana antiga).

E, finalmente, tiveram, pois, os asilos sua primeira origem. Pelo que Cadmo, mediante o asilo funda Tebas, a mais antiga cidade da Grécia; Teseu funda Atenas sobre o altar dos infelizes, denominados tais, com propriedade, os "infelizes" ímpios vagabundos [nômades], privados que eram de todos os divinos e humanos bens que a sociedade humana tinha criado para os pios; Rômulo funda Roma com o abrigo aberto na clareira, ou pelo menos, como fundador de uma cidade nova, já que ele com os seus companheiros a funda sobre [conforme a] a planta dos asilos, de que resultaram as antigas cidades do Lácio, às quais, de modo abrangente, Lívio, a esse respeito, define *vetus urbes condentium consilium,* e, por isso mesmo mal lhes casa, como já vimos atrás, aquele dito: que ele e os seus companheiros eram filhos daquela terra.

Mas, dado que o dito de Lívio vem ao encontro de nosso propósito, demonstra-nos ele que os asilos foram as origens das cidades, das quais é propriedade imortal que os homens nelas vivam livres da violência. Desse modo, pelas multidões dos nômades ímpios, acolhidos e salvos nas terras dos fortes pios, por todas as partes, foi a Zeus conferido o gracioso título de "hospitaleiro"; e, por isso, tais asilos foram os primeiros "abrigos" *(ospizi)* do mundo, e tais "acolhidos", como já veremos, foram os primeiros "hóspedes" ou "estrangeiros" das primeiras cidades. A história poética grega, aliás, conservou-nos, entre as muitas proezas de

[59] Entenda-se: refúgios para os que provinham do mar. (N. do T.)

Hércules, estas duas: que ele girou pelo mundo a matar monstros, homens em seu aspecto e feras nos seus costumes, e que limpou as sujíssimas estrebarias de Áugias.

Aí as gentes poéticas fantasiaram duas outras divindades, uma, de Marte, outra, de Vênus. Isto, por um caráter próprio dos heróis, que inicial e propriamente, combateram *pro aris et focis*. E tal espécie de combate foi sempre heróica: combater pela própria religião, a que recorre o gênero humano nos desesperados valimentos da natureza. Por onde as guerras de religião são sanguinosíssimas, e os homens libertinos, com envelhecerem, por virem faltar os socorros da natureza, tornam-se religiosos. A partir disso, nós acima tomamos a religião como primeiro princípio desta *Ciência*. E, pois, Marte combateu em verdadeiros campos reais e no âmbito de autênticos escudos [60] reais, que desde *cluer*, tais se chamaram, inicialmente *clupei* e depois *clypei*, entre os romanos. Assim como nos tempos bárbaros recorrentes as pastagens e as selvas cerradas denominaram-se "defesas".

E tais escudos [terras, talhões de terra] sobrecarregavam-se de armas verdadeiras. Estas, no princípio, antes que existissem ainda armas de ferro, foram varas de árvores queimadas na extremidade e, a seguir, aparadas e aguçadas de modo a torná-las aptas para ferir. Tais, as "hastes puras", ou não guarnecidas de ferro, que se davam por prêmios militares aos soldados romanos, que se tinham comportado heroicamente em guerra. Pelo que, entre os gregos, estão armadas de hastes Minerva, Belona, Palas. E, entre os romanos, a partir de *quiris*, "haste", Juno chamou-se "quirina", e "quirino", Marte, e mesmo Rômulo, porque estando vivo se serviu de haste, uma vez morto foi denominado "Quirino". E o próprio povo romano, que armou-se de pilos [dardos] — assim como o povo espartano, que foi o povo heróico da Grécia, os armou de hastes — foi chamado, em assembléia, *quirites*. Mas a história romana narra-nos a respeito das nações bárbaras que guerrearam com as primeiras hastes, a que nos referimos, e as descreve para nós quais *praeustas sudes* (hastes com pontas requeimadas), similarmente ao que se constatou armarem-se os americanos. E, nos nossos tempos, os nobres armam-se de hastes nos torneios, hastes que primeiro empregaram nas guerras. Tal espécie de armadura foi inventada a partir de uma justa idéia de fortaleza, que consiste em alongar o braço e com o corpo guardar distante do corpo a injúria, dado que as armas que mais se avizinham do corpo são mais próprias aos animais.

Acima, vimos que as herdades dos campos, em que jaziam os sepultados foram os primeiros escudos do mundo. Daí a razão de que na ciência dos brasões [heráldica] resultou que o escudo é o fundamento das armas. Reais foram as cores dos campos: [61] o preto, da terra queimada, a que Hércules ateou fogo; o verde, dos fachos de ervas; e, tomando-se, por equívoco, como metal, assumiu-se o ouro, que foi o trigo, que, lourejando nas espigas secas, foi a terceira cor da terra, como já se disse uma vez. Assim é que os romanos, entre os prêmios militares heróicos, enchiam de trigo os escudos daqueles soldados que se tinham assinalado nas bata-

[60] Terras, para Vico. (N. do T.)

[61] *Entenda-se*: as cores reproduziam matizes reais dos campos. (N. do T.)

lhas. E até *adorea* se designou a "glória militar", de *ador,* (trigo tostado), de que inicialmente se alimentavam. E ao qual os antigos latinos chamaram de *adur,* de *uro* (queimar). De forma que o primeiro "adorar" dos tempos religiosos correspondeu ao torrar o trigo. O azul foi a cor do céu, de que eles [os heróis] luziam — por isso os franceses chamaram *bleu,* quer ao "azul" quer ao "céu" e quer ao próprio "Deus", como ficou dito acima. O vermelho era o sangue dos ladrões ímpios, que os heróis matavam, quando os encontravam no âmbito de seus campos.

As insígnias *(imprese)* nobres que até nós chegaram por parte da barbárie recorrente mostram-se sobrecarregadas de tantos leões pretos, verdes, áureos, azuis e finalmente vermelhos. Estes, conforme vimos a respeito dos campos de semeaduras, transitaram depois para os campos de armas, e devem corresponder às terras cultivadas, vistas sob o prisma do leão vencido por Hércules e sob o enfoque de suas cores [delas, terras], quais agora mesmo nomeadas. Outras [insígnias] sobrecarregadas estão de cores variopintas, que devem ser os sulcos, de onde a partir dos dentes da grande serpente, por ele matada, e com os quais os tinha semeado, brotaram os homens armados de Cadmo. Outras, sobrecarregadas de paus, que devem ser as hastes com as quais se armaram os primeiros heróis. E outras tantas, por fim, sobrecarregadas de ancinhos, que, certamente, são instrumentos de aldeia *(di villa).* De tudo isso se há de concluir que a agricultura, como nos tempos bárbaros primevos, de que se asseguraram os romanos, nestes últimos constituiu a primeira nobreza das nações.

Os escudos dos antigos foram, depois, recobertos de couro, como os poetas nos asseguram terem-se vestido de couro os velhos heróis, isto é, das peles das feras por eles caçadas e mortas. Temos disso preciosa atestação de Pausânias, quando relata que Pelasgo — antiqüíssimo herói da Grécia, que emprestou a primeira designação àquela nação de "pelasgos"; de modo que Apolodoro, *De origine deorum,* a chama *autókhthona,* (ilha da Terra), sintetizada na palavra "gigante" — "descobriu a veste de couro".

E, numa maravilhosa correspondência entre os tempos bárbaros segundos com os primeiros, falando dos grandes personagens antigos, Dante diz que vestiam "de couro e de osso". E Boccaccio conta que andavam embaraçados no couro. Disso deve provir que as coortes gentílicas fossem recobertas de couro, sendo que nelas a pele da cabeça e dos pés, dobrada convenientemente, lhes oferece guarnições apropriadas. Redondos foram os escudos porque as terras desmatadas e cultivadas foram os primeiros *orbes terrarum,* como dissemos já. Para os latinos sobrou esta propriedade, mediante a qual *clypeus* era redondo, diversamente do *scutum,* que era angular. Eis por que toda clareira se chamou "olho", como ainda hoje se dizem "olhos" as aberturas pelas quais o lume entra nas casas. Esta frase heróica, efetivamente verdadeira, foi depois obliterada, e, pois, alterada, e por fim corrompida: que "todo gigante tinha a sua clareira", já falseada ao tempo de Homero, e foi interpretada como se cada gigante tivesse um único olho no meio da testa. Com tais gigantes monoculares chegou-nos Vulcano, nas primeiras fornalhas que foram as selvas, às quais Vulcano tinha incendiado e onde fabricará as primeiras armas, que, como já dissemos, foram as primeiras varas de

pontas requeimadas. Desenvolveu-se a partir de tais armas o fabricar ele, para Zeus, os raios. Isto porque Vulcano ateara fogo às selvas, para observar, a céu aberto, de onde os raios eram enviados por Zeus.

Outra divindade que nasceu em meio a essas antiqüíssimas coisas humanas foi Vênus, que representou um caráter da beleza civil [nobreza]. Por isso, *honestas* passou a significar "nobreza", "beleza" e "virtude". Por isso mesmo, com essa ordem devem ter nascido estas três idéias: que primeiramente fosse compreendida a beleza civil, que pertencia aos heróis; depois, a natural, que cai sob a percepção dos sentidos humanos, mas de homens de mentes avisadas e compreensíveis, que sabiam discernir as partes e combinar-lhes as partes na integridade de um corpo, que é no que consiste essencialmente a beleza. Por isso mesmo, os aldeões e os homens da plebe grosseira nada ou muito pouco entendem de beleza (o que comprova o equívoco dos filólogos, que afirmam escolherem-se, nesses tempos simplórios e patetas de que agora tratamos, os reis pelo aspecto de seus corpos belos e bem feitos. Ora, tal beleza é de atribuir-se como própria da beleza civil, ou seja, a nobreza de tais heróis, como já veremos); finalmente, compreendeu-se a beleza da virtude, chamada *honestas* e só compreensível aos filósofos. Por isso, de beleza civil devem ter sido belos Apolo, Baco, Ganimedes, Belerofonte, Teseu e os demais heróis, pelos quais Vênus foi concebida como masculina.

A idéia da beleza civil deve ter nascido na mente dos poetas teólogos, pelo fato de verem eles que os homens ímpios refugiados nas suas terras eram homens de aspecto feio e animalescos nos seus costumes. De tal beleza, e não de outra, eram ciosos os espartanos, heróis da Grécia, que lançavam do monte Taigeta os recém-nascidos feios e disformes, isto é, gerados por mulheres nobres sem as solenidades das núpcias. Tais devem ser os "monstros" que a lei das XII Tábuas ordenava se lançassem ao Tibre. Pois não é crível que os decênviros, naquela escassez de leis próprias das primeiras repúblicas, tivessem pensado em monstros naturais, que são tão raros, de modo a chamarem-se "monstros" as coisas excepcionais na natureza. Ora, mesmo agora, que nos movemos em meio a esta abundância de leis, os legisladores deixam ao arbítrio dos juízes as causas que ocorrem raramente. De modo que estes devem ser os chamados monstros, primeira e apropriadamente, "civis" (de um dos quais Pânfilo, quando tomado por uma falsa suspeita de que a donzela Filomela estivesse grávida, diz:

. . .Aliquid monstri alunt);

e assim resultaram chamarem-se nas leis romanas, que devem ter falado com muita propriedade, como observa Antonio Fabro na *Jurisprudência papinianéia.* O que acima, mas para um outro efeito, foi observado.

Eis que isso deve ser aquilo que, com muito de boa fé e outro tanto de ignorância acerca das antiguidades romanas com a qual escreve, diz Lívio: comunicados que foram pelos nobres os conúbios aos plebeus, deles proviria a prole *secum ipsa discors,* o que equivale a dizer-se "monstro mesclado de duas naturezas": uma, heróica, dos nobres; outra, ferina, desses plebeus que *agitabant connu-*

bia more ferarum. [62] Tal expressão tomou-a Lívio a algum antigo escritor de anais e usou dela sem ciência, pois assumiu-a neste sentido: "se os nobres se aparentassem com os plebeus". Já que os plebeus, naquele seu mísero estado de quase escravos, não o poderiam pretender dos nobres, mas pediram licença para contrair núpcias solenes (e é isso que quer dizer *connubium):* o que era privilégio dos nobres. Tanto mais que entre as feras, nenhuma de uma espécie coabita [usa] com outra de outra espécie.

De modo que é forçoso dizer-se que se tratou de uma frase mediante a qual, naquela heróica rixa, os nobres queriam zombar dos plebeus que, não dispondo de auspícios públicos, que tornavam justas as núpcias dos nobres, nenhum deles [plebeus] tinha um pai certo, pois todos sabem que *nuptiae demonstrant patrem.* E, assim, em tal incerteza, afirmavam os nobres que os plebeus usavam coabitar com suas mães, com as suas filhas, tal como fazem as feras.

Porém, à Vênus plebéia foram atribuídas as pombas, não para indicar entranhadíssimos amores, mas porque são, quais as define Horácio, *degeneres,* ou seja, pássaros vis se confrontados com as águias (que o mesmo Horácio define *feroces).* E com isso se pretendia indicar que os plebeus tinham auspícios privados ou menores, diferentemente dos auspícios das águias e dos raios, privativos dos nobres, e aos quais Varrão e Messala denominaram "auspícios maiores" ou "públicos", dos quais eram dependentes todos os direitos heróicos dos nobres, como no-lo confirma abertamente a história romana. Mas à Vênus heróica, qual foi a "prónuba", foram atribuídos os cisnes, próprios também de Apolo, o qual atrás vimos ser o deus da nobreza, com os auspícios, a partir de um dos quais Leda concebe de Zeus o ovo, como já explicamos.

A Vênus plebéia foi descrita nua, já que a prónuba estava recoberta com o cesto, como também já dissemos. (Considere-se quanto acerca dessas antigüidades poéticas se alteraram as idéias!) Por isso, a seguir, acreditou-se fingindo por incentivo da lascívia aquilo que foi inventado com propriedade a fim de indicar o pudor natural, ou seja, a exatidão da boa fé com a qual se observavam entre os plebeus as obrigações naturais. Tanto mais que, como daqui a pouco se verá na *Política poética,* os plebeus não tiveram parte alguma na cidadania nas cidades heróicas, e, dessa forma, não contraíam entre si obrigações ligadas a vínculo nenhum de lei civil, que lhas impusesse como indispensáveis. [63]

E, pois, a Vênus foram dedicadas as Graças, ainda nuas. E, entre os latinos, *caussa* e *gratia* significam uma só e a mesma coisa. De modo que para os poetas os "pactos nus" deveriam significar os que produzem somente obrigação natural. Assim, os jurisconsultos romanos chamaram "pactos estipulados" àqueles que foram depois denominados "vestidos" pelos antigos intérpretes. Pois, compreendendo eles os pactos nus como pactos não estipulados, *stipulatio* não deve ter sido cunhada a partir de *stipes* (que, por tal origem, se deveria dizer *stipatio),* com a

[62] Curiosa confusão de Vico, pois tal expressão é de Horácio e não de Lívio. E lê-se nas *Sátiras,* I, 3,108/110. (N. do T.)

[63] Entenda-se: a elas, obrigações naturais. (N. do T.)

forçada razão "a fim de que ela garanta os pactos", mas deve provir de *"stipula"*, assim chamada pelos camponeses do Lácio para que ela "vista o trigo". Assim como, ao contrário, os "pactos vestidos" originalmente foram assim denominados pelos feudistas em razão da mesma origem segundo a qual se chamaram as "investiduras" dos feudos, a partir das quais certamente proveio *exfestucare,* isto é, o "privar da dignidade". Por essas razões, *gratia* e *caussa* compreenderam-se como a mesma coisa entre os poetas latinos, a respeito dos contratos que se celebravam pelos plebeus das cidades heróicas. Assim também como, introduzidos depois os contratos *de iure naturali gentium,* que Ulpiano chama *humanarum, caussa* e *negocium,* significaram a mesma coisa. Pois em tais espécies de contratos, esses negócios quase sempre se fazem por *caussae* e *cavissae,* ou cautelas, que valem por estipulações que nos garantem os pactos.

3. *COROLÁRIOS ACERCA DOS CONTRATOS QUE SE CUMPREM APENAS MEDIANTE O CONSENSO*

Considerado que, pelo antiqüíssimo direito das gentes heróicas, que não cuidavam senão de coisas indispensáveis à vida, e como não se recolhessem então senão frutos naturais, não se compreendendo ainda a utilidade do dinheiro, quase que inteiramente limitados todos ao mero estado de corpos, não podiam conhecer, obviamente, de modo seguro os contratos que hoje asseveram cumprirem-se através do exclusivo consenso; e tendo-se em vista que eram sumamente rudes, que têm por característica o serem desconfiados, uma vez que a rudeza nasce da ignorância, sendo propriamente da natureza humana que quem não sabe sempre duvida: em razão de tudo isso, não conheciam o que fosse boa fé. E de todas as obrigações se asseguravam com a mão real ou fingida, embora certificada esta, no ato do negócio, com as estipulações solenes. Daí, aquele célebre capítulo na lei das XII Tábuas: *Si quis nexum faciet mancipiumque, uti lingua nuncupassit, ita ius esto.* De tal natureza de coisas humanas decorrem estas verdades.

I

Que aquilo que dizem, que as antiqüíssimas vendas e compras não passaram de permutações, sempre que se tratasse de coisas estáveis, deve corresponder àqueles negócios que na barbárie recorrente se chamaram "níveis". Pois se compreendeu a utilidade deles, já que uns abundassem de terrenos, que forneciam abundância de frutos, dos quais outros tinham escassez, e reciprocamente.

II

As alocações de casas não podiam celebrar-se quando as cidades eram pequenas e pouco numerosas as habitações. Assim, impôs-se que os donos dos terrenos se vissem obrigados a cedê-los a fim de que outros ali construíssem. Assim, as alocações não passaram de impostos.

III

As alocações de terrenos devem ter sido enfitêuticas. Ao que os latinos chamaram *clientelae*. Daí por que os gramáticos, quase adivinhando, chamaram de clientes, por admitirem que assim se chamassem com valia de *colentes*.

IV

Esta deve ser a razão de, na barbárie recorrente, não se lerem nos antigos arquivos outros tipos de contratos que não sejam cessões de casas ou vidas, em caráter perpétuo ou temporal.

V

Eis talvez por que a enfiteuse é contrato *de iure civili*. Pois, levados em conta estes princípios, vamos ver que ela corresponde a *de iure heroico romanorum*, que a chamou "humana" [a ela, enfiteuse] em relação ao direito das gentes bárbaras primigênias, e não às gentes bárbaras que nos seus tempos estiveram fora do império romano, pois tal direito em nada dizia respeito *(il quale nulla importava)* aos jurisconsultos romanos.

VI

As sociedades não eram entre si conhecidas, em virtude daquele costume ciclópico segundo o qual cada pai de família apenas cuidava de suas coisas, jamais se imiscuindo nas coisas alheias, como acima, Homero nos dá a entender no relato que Polifemo faz a Ulisses.

VII

E, por esta mesma razão, não se conheciam os mandatos. Do que resultou aquela regra do direito civil antigo: *per extraneam personam acquiri nemini.*

VIII

Mas, havendo sucedido ao direito das gentes heróicas o direito das gentes humanas, qual o define Ulpiano, de tal forma se revolucionaram as coisas, que a venda e a compra, que, antigamente, a menos que no ato de contrair-se, não se estipulasse a *dupla*, não produzia a evicção, que, no entanto, hoje, é a rainha dos contratos, que se denominam "de boa fé", e, naturalmente, ainda que não estabelecida por pacto, a estabelece *(la deve)*. [64]

[64] Entenda-se: a evicção. Recorde-se que evicção é, juridicamente, "perda, parcial ou total, que o adquirente de uma coisa sofre em virtude de reivindicação judicial promovida por seu verdadeiro dono ou possuidor". (N. do T.)

4. *Cânon Mitológico*

Ora, retornando aos três caracteres de Vulcano, Marte e Vênus, impõe-se advertirmos aqui (e tal advertência deve tomar-se como um importante cânon desta mitologia) que eles foram três caracteres divinos, representando esses heróis, diversamente de outros que significaram plebeus: como Vulcano, que racha a cabeça de Zeus com um golpe de machado, de que procede Minerva, e, ademais, desejando interpor-se em uma rixa entre Zeus e Juno, com um pontapé de Zeus é precipitado do céu e por isso mesmo ficou coxo; Marte, a quem Zeus, em uma violenta repreensão que lhe faz, no relato de Homero, chamou [a ele, Marte] "o mais vil de todos os deuses", e Minerva, na contenda dos deuses, segundo aquele mesmo poeta, o fere com um pedrada (que deve representar os plebleus, que serviam aos heróis nas guerras). E Vênus (por certo, representando as mulheres naturais de tais plebeus), que, em companhia do Marte plebeu, vê-se colhida na rede do Vulcano heróico, e, descobertos ambos nus, pelo Sol, são objeto de zombaria para os demais deuses. Depois Vênus foi, equivocamente, tida em conta de mulher de Vulcano. Mas nós vimos acima que no céu não existiu senão o matrimônio de Zeus e de Juno, de resto, estéril. E Marte foi chamado não de "adúltero", mas de "concubino" de Vênus, já que entre os plebeus logo veremos como não se contraíam senão matrimônios naturais chamados entre os latinos "concubinatos".

Como estes três caracteres, aqui, também outros, a seu devido tempo, serão explicados. Quais serão Tântalo plebeu, que não consegue abocanhar os frutos que se elevam, nem tocar a água que se rebaixa; o Midas plebeu, que, à vista de transformar em ouro tudo quanto toca, morre de fome; Lino plebeu, que disputa com Apolo, no canto, e, vencido, é por ele morto.

Fábulas que tais, ou duplos caracteres, devem ter sido necessárias no estágio heróico, já que os plebeus não tinham nomes e portavam os nomes de seus heróis, como acima ficou dito. Acresce que, além da suma pobreza dos falares, quais os dos primitivos tempos, quando, nessa multiplicidade de línguas, temos que um mesmo vocábulo significa, por vezes, diversas e até mesmo, em um mesmo tempo, duas coisas entre si contrárias.

[EXCERTOS DE PASSOS FINAIS DA CIÊNCIA NOVA][1] [(ANTOLOGIA VIQUIANA)]

[CAPÍTULO] VII

Recapitulações da história poética

1. *Resumos da história poética*

Toda esta história divina e heróica dos poetas teólogos foi, com muita infelicidade, descrita na fábula de Cadmo. Mata ele a grande serpente (desmata a enorme selva antiga da terra). Semeia os dentes dela (com bela metáfora, como foi dito acima), com curvos lenhos rijos — que, antes de se descobrir o uso do ferro, devem ter servido para dentes dos primeiros arados, e, por isso mesmo, resultaram denominarem-se "dentes" — ele ara os primeiros campos do mundo. Lança uma grande pedra (que é a dura terra, que os clientes ou fâmulos pretendiam arar por conta própria, como foi demonstrado). Dos sulcos nascem homens armados (em virtude da contenda heróica da primeira idade agrária, por nós já explicada, os heróis saem de seus terrenos, para indicar que são eles os donos dessas terras, e, unidos, se armam contra os plebeus, combatendo, assim, não mais entre si, mas com os clientes amotinados contra eles). E com os sulcos dá-se a entender tais ordens, nas quais se unem e mediante as quais formam e fundam as primeiras cidades segundo a planta das armas, como já foi largamente por nós explicado. E Cadmo se transforma em serpente (daí resultando a autoridade dos senados aristocráticos), que os antigos latinos teriam caracterizado assim: *Cadmus fundus factus est.* Enquanto que os gregos visualizavam Cadmo transformado em Dragão, a escrever as leis com sangue. Tudo isso prometêramos pôr em claro, tanto mais que a fábula de Cadmo continha vários séculos de história poética, e representava exemplarmente a infância, isto é, quando a infância do mundo se empenhava duramente em explicitar-se. Dos sete exemplos que logo enumeraremos este consubstancia uma enorme fonte da complexidade das fábulas. De modo extremamente feliz soube Cadmo deixar escrita tal história com os caracteres vulgares, que da Fenícia havia levado aos gregos! E Desidério Erasmo, com mil inépcias, indignas do eruditíssimo homem, cognominado de "Varrão cristão", pretende que contenha[2] a história das letras inventadas por Cadmo. Assim, a história de tão

[1] Por razões editoriais, deixamos de traduzir capítulos viquianos, que reiteram matéria já contida nos capítulos precedentes, por nós traduzidos. Daqui para frente, fizemos uma seleção de passos capitais do pensamento viquiano, limitando-nos a formar uma espécie de Antologia final viquiana. O título dessa parte, que culmina a *Ciência Nova*, é de nossa autoria. (N. do T.)

[2] Entenda-se: a fábula de Cadmo. (N. do T.)

considerável benefício, qual o de haver inventado as letras para as nações, o que por si só deveria prestar-se a muitos rumores, obscurece Cadmo em relação ao gênero humano da Grécia, no casulo de tal fábula, obscura, aliás, desde os tempos de Erasmo, por manter misterioso ao vulgo um tal considerável invento de sabedoria vulgar, que por esse "vulgo" letras que tais foram chamadas "vulgares".

II

Porém, com maravilhosa brevidade e propriedade narra Homero esta mesma história,[3] muito embora restrita ao hieróglifo do cetro deixado a Agamenão. Cetro esse que Vulcano fabricou para Zeus (pois Zeus, com os primeiros raios depois do dilúvio, fundou para si o reino sobre os deuses e os homens, que foram os reinos divinos, no estágio das famílias). Deu-o depois Zeus a Mercúrio (e foi o caduceu, com o qual Mercúrio levou a primeira lei agrária aos plebeus, de que resultaram, aliás, os reinos heróicos das primeiras cidades). Deu-o, a seguir, Mercúrio a Pélope, Pélope a Tiestes, Tiestes a Atreu, Atreu a Agamenão (o que compendia toda a sucessão da casa real de Argos).

III

Muito mais completa e mais explícita, porém, é a história do mundo, que o mesmo Homero nos afiança estar contida no escudo de Aquiles.

I — No princípio, ali se viam o céu, a terra, o mar, o sol, a lua, as estrelas: esta é a época da criação do mundo.

II — Depois, duas cidades. Em uma havia cantos, himeneus e núpcias: esta é a época das famílias heróicas dos filhos provindos das núpcias solenes. Na outra nada se via dessas coisas: essa, a época das famílias heróicas dos fâmulos, que não contraíam senão matrimônios naturais, sem solenidade alguma daquelas mediante as quais se contraíam as núpcias heróicas. De modo que ambas estas cidades representavam o estágio da natureza, ou seja, o das famílias. Estas, aliás, as duas cidades que Eumeu, feitor de Ulisses, narra figurarem na sua pátria *(padria),* ambas dirigidas por seu pai. Nelas distintamente ficavam divididas todas as coisas que lhes pertenciam (isto é: claro fica que nenhuma parte de cidadania tinham eles em comum). Por isso mesmo, a cidade sem himeneus é, justamente, o "outro povo" a que Telêmaco na assembléia chama a plebe de Ítaca. Ademais, Aquiles, lamentando-se do ultraje que lhe fizera Agamenão, afirma que aquele o havia tratado como a um jornaleiro,[4] que nenhuma parte tinha no governo.

III — Depois, nessa mesma cidade das núpcias, viam-se parlamentos, leis, juízos, penas. Exatamente nos moldes pelos quais os patrícios romanos, nas rixas heróicas, replicavam à plebe que eram direitos seus exclusivos as núpcias, os impérios e os sacerdócios. Destes últimos era dependente a ciência das leis, e, com

[3] *Ilíada,* II, 101 e ss. (N. do T.)
[4] Homem que trabalha a soldo diário. (N. do T.)

elas, os juízos. Sendo que tudo isso lhes pertencia [a eles, nobres] pelo fato de lhes serem próprios os auspícios, que constituíam a solenidade maior das núpcias. Daí que *viri* (que para os latinos era o mesmo que "heróis" para os gregos) se autodenominaram os maridos solenes, os mestrados *(maestrati)*, os sacerdotes e, por último, os juízes, como já dissemos em outra parte. De modo que esta é a época das cidades heróicas, que antes *(sopra)* das famílias dos fâmulos surgiram de um estágio severissimamente aristocrático.

IV — A outra cidade foi assediada com armas, e, reciprocamente em relação à primeira, tomam presas uma à outra. Então, a cidade sem núpcias (os plebeus das cidades heróicas) faz-se uma nova cidade inteiramente inimiga. O que confirma maravilhosamente aquilo que acima refletimos: que os primeiros estrangeiros, os primeiros *hostes* foram os plebeus dos povos heróicos, contra os quais, como várias vezes ouvimos de Aristóteles, os heróis juravam ser eternos inimigos. E, pois, cidades inteiras, porque entre si estrangeiras, com os heróicos roubos *(ladronecci)* exerciam entre si hostilidades perpétuas, como acima refletimos.

V — E, finalmente, ali se via descrita a história das artes da humanidade, firmando os inícios delas na época das famílias. Pois, antes de qualquer outra coisa, ali se via o pai rei, que, com o cetro, ordena divida-se o boi assado por entre os segadores. Viam-se, depois, ali, as vinhas plantadas. Depois, os rebanhos, pastores e tugúrios. E, por fim, ali se descreviam as danças. Tal imagem, com belíssima e muito veraz ordem de coisas humanas, descrevia como primeiramente inventadas as artes referentes ao necessário: o trato rústico, primeiramente do pão, e, depois, do vinho. A seguir, as artes concernentes ao útil: o pastoreio. E, a seguir, as artes da comodidade: a arquitetura urbana. E, ao fim e ao cabo, as artes do prazer: as danças.

[Capítulo] VIII

Da Física Poética

1. *Da física poética*

Passando agora ao outro ramo do tronco metafísico poético, através do qual a sabedoria poética extravasa para a física e daí para a cosmografia e, por esta, para a astronomia, de que são frutos a cronologia e a geografia, vamos dar, a esta outra parte de reflexão, princípio, a partir da física.

Os poetas teólogos consideraram a física do mundo das nações. Por isso mesmo, preliminarmente definiram o Caos, como confusão de matrizes *(semi)* humanas, no estágio da infame comunhão das mulheres. A partir de tal estágio, a seguir, os físicos foram levados a cogitar da confusão das matrizes universais da natureza, e, para explicá-la, receberam dos poetas, já inventado e, pois, apropriado, o vocabulário. Confuso era ele, pois não havia nele nenhuma ordem humana. Era obscuro, porque privado de iluminação civil (razão por que "ínclitos" se denominaram os "heróis"). E imaginaram ainda o Orco, um monstro disforme que tudo devorava, dado que os homens na infame comunhão não tinham formas próprias de homens, e estavam absorvidos pelo nada, pois, a partir da incerteza das proles, nada deixavam de si. Isto foi assumido pelos físicos como a primeira matéria das coisas naturais, que, informe, grávida está de formas e se devoram todas as formas. Mas os poetas lhe deram também a forma monstruosa de Pã, deus selvagem, que é nome de todos os sátiros, que não habitavam nas cidades, mas nas selvas. A esse caráter reduziam os ímpios nômades pela grande selva da terra. E tinham eles aspecto de homens e costumes de feras nefandas. A seguir, com alegorias forçadas, que mais adiante detalharemos, os filósofos, enganados pela palavra *pán,* que significa "tudo", tomaram-no pelo universo formado.

Acreditaram, ademais, os doutos que os poetas houvessem compreendido a primigênia matéria mediante a fábula de Proteu, em cuja companhia, Ulisses, imerso na água, dela saindo luta no Egito, sem contudo poder prendê-lo, pois o mesmo sempre se metamorfoseia em formas novas. Porém, tal sublimidade de doutrina deles indicou uma enorme tolice e simplicidade dos primeiros homens, os quais (como os infantes, ao mirarem-se nos espelhos, pretendem prender as próprias imagens). E, a partir das várias alterações de seus atos e semblantes, acreditaram ser um homem na água, a mudar-se em formas várias.

Finalmente, fulminou o céu, e Zeus deu princípio ao mundo dos homens, ao constituí-los em prova, o que é próprio da liberdade da mente, assim como pelo

movimento, que é próprio dos corpos, agentes indispensáveis, começou o mundo da natureza. Pois aqueles que nos corpos humanos parecem ser conatos, são movimentos insensíveis, como se viu acima no *Método*. E de tal conato procedeu a luz civil, de que é símbolo Apolo, sob cuja luz se discerniu a beleza civil, sendo por isso mesmo, belos os heróis; beleza essa de que foi símbolo Vênus, depois confundida pelos físicos com a beleza da natureza, e até mesmo assumida como toda a natureza formada, que é bela e adornada de todas as formas sensíveis.

Procedeu o mundo dos poetas teólogos de quatro elementos sagrados: do ar, onde fulmina Zeus; da água das fontes perenes, de que é nume Diana; do fogo, com o qual Vulcano incendiou as selvas; e da terra cultivada, que é Cibele ou Berecíntia. Todos esses quatro são os elementos das cerimônias divinas: isto é, auspícios, água, fogo e farro, que Vesta custodia, isto é, a mesma Cibele ou Berecíntia. Esta, das terras cultivadas repletas de sebes, com as vilas postas ao alto, em forma de torres (para os latinos *exterris,* quase *extorris),* vai coroada. E com essa coroa se ultima aquilo que se nos legou sob a designação de *orbis terrarum,* que é propriamente o mundo dos homens. Por isso, tiveram depois os físicos motivo de meditar nos quatro elementos, dos quais está composto o mundo da natureza.

Os próprios poetas teólogos, seja aos elementos seja às especiais naturezas deles provindas conferiam formas viventes e sensíveis, e em sua maior parte, humanas. E delas ficcionalmente constituíram tantas e tão variadas divindades, como refletimos na *Metafísica.* Ali pareceu próprio a Platão introduzir o plácito de suas "mentes" ou "inteligências": que Zeus fosse a mente do éter, Vulcano, a do fogo, e outros, semelhantemente. Mas os poetas teólogos tanto entenderam tais inteligências como substâncias, que desde Homero não se entendia tal mente humana, já que, por forma de reflexão, resiste ao sentido. Pelo que dois passos áureos restaram na *Odisséia,* onde vem denominada ou "força sagrada" ou "vigor oculto" que são a mesma coisa.

DA DESCOBERTA DO VERDADEIRO HOMERO

EXCERTOS

LIVRO TERCEIRO

II

Aquela verdade que foi proposta por Ludovico Castelvetro: que primeiramente deve ter nascido a história, e só depois a poesia, já que a história é uma simples enunciação do verdadeiro, enquanto que a poesia é uma imitação a mais... Esse homem, em outros aspectos agudíssimo, não soube fazer disso um uso adequado a fim de descobrir os verdadeiros princípios da poesia, mediante a adequada combinatória desta prova filosófica, que nós assim iremos expressar:

III

Que tendo existido os poetas certamente antes dos historiadores vulgares, a primeira história deva ser a poética.

IV

Que as fábulas, em sua origem, foram narrativas verdadeiras e severas (por onde *mȳthos,* a fábula, foi definida *vera narratio,* como muitas vezes afirmamos já); as quais nasceram primeiramente as mais das vezes rudes *(sconce),* e por isso mesmo se tornaram impróprias, depois alteradas, a seguir inverossímeis, logo mais obscuras, um passo a mais, escandalosas, e, finalmente, incríveis. E estas são as sete fontes de dificuldades das fábulas, das quais rapidamente abordamos no livro segundo.

VI

Que os caracteres poéticos, nos quais consiste a essência das fábulas, nasceram da necessidade natural, incapaz de abstrair-lhe as formas e as propriedades dos objetos. E, por via de conseqüência, deve ter sido esta a maneira de pensar de povos inteiros, que se viram impelidos a situar-se no âmbito de tal necessidade natural, o que sucedeu nos tempos de sua maior barbárie. Eterna propriedade delas é o engrandecerem sempre as idéias dos particulares. A respeito disso há um belo passo de Aristóteles nos *Livros morais,* quando diz que o homens de idéias curtas transformam em máximas todos os particulares. Esta deve ser, aliás, a

razão de seu dito: porque a mente humana, que é indefinida, vendo-se premida pela robustez dos sentidos, não pode celebrar a sua quase divina natureza senão engrandecendo com a fantasia esses particulares. Por isso será talvez que, tanto entre os poetas gregos quanto entre os latinos, as imagens dos deuses e também dos heróis resultam sempre maiores do que as dos homens. E, nos tempos bárbaros recorrentes, as pinturas, particularmente do Padre Eterno, de Jesus Cristo, da Virgem Maria, revelam-se de uma grandeza excelente.

XI

Que a razão poética determina ser impossível que alguém seja poeta e metafísico igualmente sublime, porque a metafísica abstrai a mente dos sentidos, a faculdade poética deve imergir toda a mente nos sentidos. A metafísica se alça até aos universais; a faculdade poética deve aprofundar-se dentro dos particulares.

XXII

Que a linguagem heróica, como se viu no livro segundo, nas *Origens das línguas,* foi uma linguagem por similitudes, imagens, comparações, nascida da escassez de gêneros e espécies, que se requerem a fim de definirem-se com propriedades, e, por via de conseqüência, nascida por necessidade natural comum a povos inteiros.

XXIV

Que tais fábulas, tais sentenças, tais costumes, tal fala, tal verso chamaram-se todos "heróicos" e se celebraram nos tempos em que a história situou os heróis, como plenamente demonstramos na *Sabedoria poética.*

CONCLUSÃO DA OBRA

A respeito de uma eterna república natural ótima em cada uma de suas espécies, ordenada pela divina providência

Encerremos, pois, com Platão a presente obra. Apresenta ele uma quarta espécie de república, na qual os homens honestos e de bem fossem os senhores supremos: o que equivaleria a uma verdadeira aristocracia natural. Tal república, qual a compreendeu Platão, assim conduziu a Providência desde os albores das nações, ordenando que os homens de estaturas gigantescas, mais fortes, que deviam vagar pelas alturas das montanhas, como fazem as feras que são de mais robusta natureza, aos primeiros raios depois do dilúvio universal, de si mesmos aterrorizados por entre as cavernas dos montes, se submetessem a uma força superior, que imaginaram ser Zeus. E, completamente assustados, conquanto fossem só orgulho e ferocidade, se humilhassem diante de uma divindade. Aliás, em uma tal ordem de coisas humanas, não se pode pretender tenha sido adotado pela providência divina outra decisão para pôr cobro ao seu natural nomadismo por entre a grande selva da terra, com o fim de ali introduzir a ordem das coisas civis.

E assim se formou ali um estado de repúblicas, por assim dizer, monásticas, ou de soberanos solitários, sob o governo de um Ótimo Máximo, que eles próprios excogitaram e creram ao brilho daqueles raios, por entre os quais refulgiu para eles o verdadeiro lume de Deus: que ele governe os homens. Por onde, a seguir, imaginaram serem deuses todas as suas humanas necessidades que lhes fossem subministradas e também todos os auxílios que se lhes ofereceram em suas humanas necessidades. E, como deuses, os temeram e reverenciaram. Por entre os freios de espantosa superstição e pungentíssimos estímulos de bestial concupiscência (*ambos em tais* homens devendo ser violentíssimos), dado que sentissem terrível para eles o aspecto do céu, impedindo-lhes por isso mesmo o uso do amor, ao ímpeto do movimento corporal da concupiscência devem ter tido em conta de inato. E, assim, começando a usar da liberdade humana (que consiste em pôr freio aos movimentos da concupiscência e lhes dar uma outra direção, que não proviesse do corpo, do qual advém a volúpia, mas que proviesse da mente, e fosse, pois, própria do homem) vieram a perceber isto: tomadas à força as mulheres, naturalmente retraídas e esquivas, arrastaram-nas para dentro das cavernas, e, para *servir-se* delas, mantiveram-nas ali estáveis, como perpétua companhia de suas vidas. E assim, com os primeiros concúbitos, agora pudicos e religiosos, deram origem aos matrimônios, mediante os quais, com mulheres certas geraram filhos legítimos, de

que passaram a ser pais seguros. Assim constituíram as famílias, que governavam com ciclópicos impérios familiares sobre os seus filhos e sobre as suas mulheres, cônscios de tais altivas e orgulhosas naturezas, a fim de que, depois, no surgir das cidades, se vissem os homens dispostos a temer os impérios civis.

Assim dispôs a Providência certas repúblicas econômicas de forma monárquica sob os pais (naquele estágio, príncipes), ótimos pelo sexo, pela idade, pela virtude. E os mesmos, nesse estágio que se deve chamar "de natureza" (o mesmo que estágio das famílias), devem ter formado as primeiras ordens naturais, assim como aqueles que eram pios, castos e fortes. Fixados estes em suas terras, a fim de a si próprios se defenderem e às suas famílias, não podendo mais sobreviver só pela fuga (como tinham feito em seu nomadismo ferino), devem ter matado feras, que infestavam-nas, e, para sustentarem-se com as famílias (não mais divagando para encontrar alimento), tiveram que domar as terras e nelas semear o trigo. Tudo isso, para salvaguarda do nascente gênero humano.

Ao cabo de longa idade — expulsos pela força de seus próprios males, que lhes causava a infame comunhão das coisas e das mulheres, na qual tinham permanecido dispersos nas planuras e nos vales, em grande número —, homens ímpios, que não temiam aos deuses; impudicos, que empregavam a nefanda coabitação bestial; nefários, que freqüentemente coabitavam com as mães e com as filhas; débeis, nômades e isolados, perseguidos por toda a vida pelos violentos robustos, em virtude das rixas advindas dessa infame comunhão, correram a abrigar-se nos asilos dos pais. Recebendo-os aqueles sob sua proteção, vieram com as clientelas a ampliar os reinos familiares sobre os acolhidos fâmulos. E desenvolveram-se repúblicas sobre ordens naturalmente melhores por virtudes certamente heróicas. Assim por *pietà,* já que adoravam à divindade, embora fosse essa, em virtude de pouco lume, multiplicada e dividida pelos deuses, e deuses forjados segundo os seus vários enfoques. Tudo isso se confirma em Diodoro Sículo, e mais claramente em Eusébio nos livros *De Preparatione Evangelica,* e em São Cirilo alexandrino nos livros *Contra Juliano Apostata.* E, em virtude dessa piedade, ornados de prudência, pelo que se aconselhavam com os auspícios dos deuses da temperança, que usavam para com uma só mulher, de modo pudico, mulher que mediante os divinos auspícios haviam tomado como perpétua companhia de sua vida. E pela fortaleza, que lhes advinha de dominar os terrenos, de matar as feras. E de magnanimidade, por socorrerem os débeis e por darem ajuda aos que corriam perigos. Tais, pois, naturalmente, as repúblicas hercúleas, nas quais pios, sábios, castos, fortes e magnânimos debelaram os soberbos e defenderam os fracos: o que resulta na forma excelente dos governos civis.

Mas finalmente os pais de famílias, feitos grandes pela religião e virtude de seus antepassados, e com as fadigas dos seus clientes, abusando das leis da proteção, governavam aqueles [clientes] com modo áspero. E, tendo-se desviado da ordem natural, que é a da justiça, revoltaram-se contra eles os clientes. Contudo, dado que sem ordem (vale dizer, sem Deus), a humana sociedade não pode manter-se nem sequer um momento, conduziu a Providência, naturalmente, os pais de famílias a unirem-se em companhia de seus parentes, formando ordens contra os

clientes. E, a fim de os pacificar, com a primeira lei agrária que existiu no mundo, facultaram-lhes o domínio bonitário dos campos, reservando-se o domínio ótimo ou seja o soberano familiar. Daí nasceram as primeiras cidades baseadas nas ordens reinantes dos nobres. E, ao desaparecer a ordem natural, que, conforme ao estado de natureza de então, tinha sido por espécie, por sexo, por idade, por virtude, fez a Providência emergir a ordem civil, com o nascer das cidades, e, aquela que mais se aproximava da natureza: — por nobreza da espécie humana (dado que uma outra nobreza, em tal estado de coisas, não poderia apreciar-se senão no gerar humanamente com mulheres recebidas com auspícios divinos) —; e também por um heroísmo, de modo que reinassem sobre os plebeus (que não contraíam matrimônios com uma tal solenidade). E, findos os reinados divinos (com os quais as famílias se tinham governado, por meio dos divinos auspícios), devendo os mesmos heróis reinar, por força da forma de governos heróicos, fosse a planta principal de tais repúblicas a religião, custodiada no âmbito dessas ordens heróicas, e, por efeito dessa religião, pertencessem apenas aos heróis todos os direitos e todas as leis civis. Mas, visto que uma tal nobreza se tinha tornado dom da fortuna, entre esses nobres fez surgir a ordem dos próprios pais de famílias, que, por sua idade, eram naturalmente mais dignos. E fez também dentre os mesmos reis mais animosos e robustos, que devem ter encabeçado os demais, organizando-os em ordens, a fim de resistir e aterrorizar aos clientes amotinados contra eles.

Contudo, com o correr dos anos, desenvolvendo-se sempre mais as mentes humanas, as plebes dos povos se deram conta, finalmente, da vacuidade de tal heroísmo, compreenderam serem eles próprios de igual e comum natureza humana com os nobres; por onde, quiseram entrar também nas ordens civis das cidades. Por isso, devendo ao cabo de algum tempo serem soberanos tais povos, permitiu a Providência que as plebes, por longo período antecedente, rivalizassem com os nobres em piedade e em religião nas contendas heróicas, quanto a deverem os nobres comunicar aos plebeus os auspícios, a fim de lhes comunicar todas as legislações públicas e privadas, que presumiam dependentes deles. E, assim também o próprio cuidado da piedade e o próprio afeto da religião levou os povos a serem soberanos nas cidades. No que o povo romano se antecipou a todos os outros do mundo. Dessa maneira, entre tais ordens civis infiltrando-se sempre mais a ordem natural, nasceram as repúblicas populares. E, nelas, tudo se devendo *reduzir* ou à sorte ou à balança, a fim de que o acaso ou o destino ali não reinasse, a Providência dispôs que o censo fosse a regra das honras. Assim, os industriosos e não os vadios, os parcos e não os pródigos, os previdentes e não os madraços, os magnânimos e não os de coração mesquinho, e, em suma, os ricos com alguma virtude e com alguma imagem de virtude e não os pobres, com muitos e vergonhosos vícios, fossem tidos em conta dos ótimos para o governo.

De repúblicas assim constituídas — povos inteiros, que em comum desejam justiça, estabelecendo leis justas, uma vez que universalmente boas, que Aristóteles divinamente define "vontade sem paixões", e, por isso mesmo, *vontade de* herói que governa paixões —, nasceu a filosofia, pela forma de tais repúblicas voltada para formar o herói, e, para formá-lo, interessada na verdade. Dispondo

dessa forma a Providência: que, não se devendo mais que haver-se com os sentidos de religião (como antes se faziam) as ações virtuosas, fizesse a filosofia compreenderem-se as virtudes na idéia delas, por força de qual religião, se os homens não tivessem virtude, ao menos se envergonhassem dos vícios, a qual [reflexão] de modo único pode manter em seu ofício povos adestrados para agirem mal. E consentiu que das filosofias proviesse a eloqüência, que, pela mesma forma de tais repúblicas populares, onde se impõem boas leis, fosse apaixonada pelo justo. E tal eloqüência havia de inflamar os povos a estabelecer boas leis, justamente em decorrência dessas idéias das virtudes. Ora, sustentamos nós de modo resoluto que tal eloqüência floresceu em Roma nos tempos de Cipião Africano, em cuja idade a sabedoria civil e o valor militar, que, ambos, sobre as ruínas de Cartago estabeleceram para Roma, felizmente, o império do mundo, transmitindo, contemporaneamente, e de modo necessário, uma eloqüência robusta e sapientíssima.

Corrompendo-se, contudo, ainda, os estados populares, e, por via de conseqüência, também as filosofias (que caíram no ceticismo, entregando-se os doutos estultos a caluniarem a verdade), e, nascendo assim uma falsa eloqüência, aparelhada igualmente para sustentar, nas causas, ambas as opostas partes, adveio que, usando mal a eloqüência (como o fizeram os tribunos da plebe romana), e como os cidadãos não se contentassem mais com as riquezas, a fim de, com elas, estatuírem as ordens: assim como os furiosos austros fazem com o mar, motivaram guerras civis nas suas repúblicas, e, também, de uma perfeita liberdade, as fizeram decair sob uma perfeita tirania (que é a pior de todas), isto é, a anarquia, ou seja, a desenfreada liberdade dos povos livres.

Para fazer face a esse mal das cidades a Providência emprega um destes três grandes remédios, com esta ordem de humanas coisas civis.

Primeiramente, dispõe que dentro desses povos se encontre um que, como Augusto, ali surja e ali se faça monarca. Este, visto que todas as ordens e todas as leis suscitadas pela liberdade de nada mais valeram para regulamentá-la e para mantê-la num freio, há de ter em sua mão todas as ordens e todas as leis, mediante a força das armas. E, ao contrário, [5] essa modalidade do estado monárquico, isto é, a vontade dos monarcas, em seu infinito império, constrangerá a ordem natural a manter contentes os povos e satisfeitos com a sua religião e com a sua natural liberdade, sem a qual satisfação universal e contentamento dos povos os estados monárquicos nem são duráveis, nem seguros.

A seguir, caso a Providência não encontre ali tal espécie de remédio, irá buscá-lo fora. E, dado que tais povos, de tal forma corrompidos, tinham-se previamente tornado escravos, pela própria natureza de suas desenfreadas paixões — (do luxo, da moleza, da avarície, da inveja, da soberba e do fastígio) — e, pelos prazeres de sua vida dissoluta, refocilam em todos os vícios próprios de vilíssimos escravos (como de serem mentirosos, astutos, caluniadores, ladrões, covardes e

[5] Para tornar compreensível o texto viquiano, é indispensável nossa interpolação: do que solicita a deriva de degradação dos tempos, que parece marchar para a anárquica abolição da autoridade. (N. do T.)

fingidos) se tornem então escravos pelo direito natural das gentes, que resultam de tal natureza de nações, e passem a ser submetidos a nações melhores, que os tenham conquistado com as armas, e, pelas mesmas [nações] se vejam reduzidos a províncias. No que até mesmo refulgem dois luminosos princípios da ordem natural, um dos quais é que quem não pode governar-se por si se deixe governar por outrem que o possa; e o outro é que sempre governem o mundo aqueles que são, por natureza, melhores.

Mas, se os povos se deterioram neste extremo mal-estar civil, de forma que nem interiormente consintam num monarca nativo, nem advenham nações melhores a conquistá-los e a conservá-los, de fora, então a Providência, para esse mal extremo, adota este extremo remédio. Eis que — à vista de tais povos, ao modo de feras, se terem acostumado a não cogitar senão de casos particulares de interesses egoísticos, e de haverem chegado ao último grau de moleza, ou, para melhor dizer, de orgulho, de modo que, na forma de feras que, ao se descontentarem de um nada, se mostram ressentidos e se animalizam, e, assim crescidos em celebridade e em número, viviam como bestas cegas, em uma suma solidão de almas e de vontades, nem sequer podendo concordar apenas dois, pois cada um deles seguia tão-só o seu próprio prazer ou capricho — por tudo isso, com obstinadíssimas facções e desesperantes guerras civis, fizeram das cidades selvas, e das selvas covis de homens. De modo que, dentro de longos séculos de barbárie vão enrijecer as mal-nascidas sutilezas de seus engenhos maliciosos, que os tornaria feras mais cruéis, com a barbárie de reflexão, do que não tinham sido com a primeira barbárie do sentido. Pois aquela revelava uma ferocidade generosa, de que se podia defender alguém, sobrevivendo ou defendendo-se, mas esta, com uma ferocidade vil, em meio a abraços e adulações, tece armadilhas à vida e às fortunas de seus confidentes e amigos. Para com povos de uma tal malícia reflexiva, adota a Providência um último remédio tal que os faz, assim confusos e aturdidos, não sentirem mais abastança, delicadezas, prazeres e luxo, mas apenas as necessárias utilidades da vida, e, assim, se tornem naturalmente suportáveis. E, involuindo para a primeira simplicidade do mundo primordial dos povos, sejam religiosos, verazes e confiantes, retornando, assim, entre eles, a piedade, a fé, a verdade, que são os naturais fundamentos da justiça e são mercês e belezas da eterna ordem de Deus.

Em face desta simples e pura observação feita a respeito das coisas de todo o gênero humano, mesmo que mais nada fosse acrescentado pelos filósofos, historiógrafos, gramáticos e jurisconsultos, certamente se teria que dizer ser esta a grande cidade das nações, fundada e governada por Deus. Por isso, com perenes elogios, são elevados aos céus os Licurgos, os Sólons, os decênviros, pelo que se opinou até agora que, com suas boas ordenações e boas leis, teriam fundado as três luminosas cidades que não tiveram rivais em suas belas e consideráveis virtudes civis: Esparta, Atenas e Roma. Estas no entanto foram de breve duração e até mesmo de pouco alcance, se confrontadas com o universo dos povos, ordenado com tais ordens e estabilizado com tais leis. De modo que, mesmo com as corrupções delas, se assumam aquelas formas de estados, mediante as quais unicamente

possam por toda parte se conservar e perpetuamente durar. E não teríamos que dizer ser isso disposição de uma sobre-humana sabedoria, a qual, sem a força de leis (que, por sua imperatividade, Dião acima nos disse, nas *Dignidades,* serem semelhantes ao tirano), mas fazendo uso dos próprios costumes dos homens (cujos costumes são tão livres de toda força, quanto o é para os homens celebrar sua própria natureza, pelo que o mesmo Dião nos diz que os costumes são semelhantes ao rei, porque comandam com prazer), divinamente a regula e a conduz?

Foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações (o que constitui o primeiro incontroverso princípio desta Ciência, tanto mais que perdêramos a esperança de vê-lo estabelecido pelos filósofos e pelos filólogos). No entanto, ele é este mundo, provindo sem dúvida alguma de uma mente freqüentemente diversa e por vezes totalmente contrária e sempre superior a esses fins particulares, que os próprios homens se tinham prefixado. Desses fins restritos, tornados meios para servirem a fins mais amplos, se serviram sempre para conservar a geração humana nesta terra. De modo que pretendem os homens usar da concupiscência bestial, e deles fazem a castidade dos matrimônios, de onde surgem as famílias; pretendem os pais exercer imoderadamente os paternos impérios sobre os clientes, e os subordinam aos impérios civis, de que procedem as cidades; almejam as ordens reinantes dos nobres abusar da liberdade senhoril sobre os plebeus, e resultam submissos às leis, que possibilitam a liberdade popular; pretendem os povos livres liberar-se do freio de suas leis, e resultam sujeitos aos monarcas; já os monarcas pretendem, com todos os vícios que lhes assegure a dissolução, envilecer os seus súditos, e os dispõem a suportar a escravidão de nações mais fortes; querem as nações perder-se a si próprias, e vão salvar as sobras delas próprias nas solidões, de que, qual Fênix, novamente ressurgem. O que fez tudo isso foi na verdade a mente, dado que o fizeram os homens com inteligência. Não se trata de destino, porque o fizeram com escolha. Nem foi acaso, porque com perpetuidade, assim sempre agindo, chegam às mesmas coisas.

Assim, de fato Epicuro está contestado, ao pretender o acaso, como também os seus sequazes Hobbes e Maquiavel. Refutado também está Zenão, e, com ele Espinosa, que pretendem o destino. Já, pelo contrário, ficam confirmados os filósofos políticos, de que é príncipe Platão, que afirma regulamentar as coisas humanas a Providência. No que tinha razão Cícero, que não podia refletir com Ático sobre as leis, se não deixasse de ser epicurista e não concordasse preliminarmente que a Providência regule as coisas humanas. A essa Providência Pufendorf desconheceu como hipótese. Já Selden a supôs e Groots prescindiu dela. Mas os jurisconsultos romanos a estabeleceram como primeiro princípio do direito das gentes. Por isso é que nesta obra plenamente se demonstrou que sobre a Providência se fundamentaram os primeiros governos do mundo, sendo que a religião foi a forma inteira deles, e só por ela se regeu o estágio das famílias. Daí, passando aos governos civis heróicos, ou aristocráticos, deve ter sido a religião a principal planta consistente deles. Passando, depois, aos governos populares, a mesma religião serviu de meio para os povos a eles chegarem. Fixando-se, finalmente, nos gover-

nos monárquicos, essa mesma religião foi o escudo dos príncipes. Pelo que, perdendo-se a religião nos povos, nada lhes sobra para viverem em sociedade; nem escudo para defenderem-se, nem meio para aconselharem-se, nem forma mediante a qual os mesmos figurem de fato no mundo.

Por isso, considere Bayle se de fato possam existir nações no mundo, sem nenhum conhecimento de Deus! E considere Políbio se há verdade no seu dito: que, se existissem filósofos no mundo, não seriam necessárias ao mundo as religiões. Pois as religiões são unicamente aquilo mediante o que os povos praticam obras virtuosas pelos sentidos, os quais eficazmente movem os homens a praticaremnas. Tanto mais que as máximas excogitadas pelos filósofos acerca da virtude servem apenas para boa eloqüência para despertar os sentidos a cumprir os deveres das virtudes. Com esta capital diferença entre a nossa, cristã, que é verdadeira, e todas as demais dos outros, que são falsas. Pois na nossa a divina graça faz virtuosamente obrar com vistas a um bem infinito e eterno, que não pode cair sob os sentidos, e, por conseqüência, por ele [bem infinito] a mente move os sentidos para as ações virtuosas. Ao contrário das falsas. que tendo-se proposto bens finitos e caducos, tanto nesta como na outra vida (onde esperam uma beatitude de prazeres corporais), por isso mesmo os sentidos devem arrastar a mente a fazer obras de virtude.

Mas a própria Providência, segundo a ordem das coisas civis, que nestes livros se expressou, se nos faz patentemente sentir naqueles três significados: um, de maravilha; outro, de veneração que todos os doutos até agora têm nutrido pela insuperável sabedoria dos antigos; e o terceiro, daquele ardente desejo em que fervem de investigá-la e de obtê-la. Pois eles de fato constituem os três lumes de sua divindade, que neles fez surgirem os já referidos três belíssimos sentidos corretos, os quais, depois, pela vacuidade dos doutos unida à vacuidade das nações (que acima propusemos como primeiras *dignidades,* retomando-as depois em todos os presentes livros), se depravaram: e são eles que todos os doutos admiram, veneram e almejam unir-se à sabedoria infinita de Deus.

Em suma, de tudo quanto nesta obra se refletiu é de finalmente concluir-se que esta Ciência traz indivisivelmente consigo o estudo da piedade, e que, se não formos piedosos, não poderemos ser verdadeiramente sábios.

Índice

PRINCÍPIOS DE (UMA) CIÊNCIA NOVA (ACERCA DA NATUREZA COMUM DAS NAÇÕES) 3
Idéia (geral) da obra 7
Explicação da gravura ilustrativa proposta no frontispício e que serve de introdução à obra 9

LIVRO I

DO ESTABELECIMENTO DOS PRINCÍPIOS — LIVRO PRIMEIRO 31
CAP. II — Dos elementos 33

LIVRO II — DA SABEDORIA POÉTICA

DA SABEDORIA POÉTICA — LIVRO SEGUNDO 67
CAP. I — Da sabedoria poética 69
1. *Da sabedoria, de um modo genérico* 70
2. *Proposição e divisões da sabedoria poética* 72
3. *Do dilúvio universal e dos gigantes* 72
CAP. II — Da metafísica poética 77
1. *Da metafísica poética, que nos dá as origens da poesia, da idolatria, das adivinhações e dos sacrifícios* 77
2. *Corolários acerca dos principais aspectos desta ciência* 82
CAP. III — Da lógica poética 89
1. *Da lógica poética* 89
2. *Corolários a respeito dos tropos, dos monstros mitológicos e das metamorfoses poéticas* 91
3. *Corolários a respeito de falar por caracteres poéticos das primeiras nações* 94
4. *Corolários acerca das origens das línguas e das letras, contendo-se aqui as origens dos hieróglifos, das leis, dos nomes, das insígnias gentílicas, das medalhas, das moedas; e, pois, da primeira língua e literatura do direito natural das gentes* 98

5. *Corolários acerca das origens das locuções poéticas, dos episódios, do giro* [= dos torneios frásicos], *do número, do canto e do verso* 113
6. *Outros corolários que, a partir do princípio, se propuseram* 118
7. *Últimos corolários a respeito da lógica dos adoutrinados* 125
CAP. IV — Da moral poética e, pois, das origens das virtudes vulgares ensinadas pela religião, mediante os matrimônios 129
CAP. V — Da econômica poética 137
1. *Da econômica poética, e, agora, das famílias que, primeiramente existiram, dos filhos* 137
2. *Das famílias dos fâmulos, antes das cidades, sem as quais de modo algum poderiam nascer as cidades* 152
3. *Corolários acerca dos contratos que se cumprem apenas mediante o consenso* 162
4. *Cânon mitológico* 164

Excertos de passos finais da ciência nova — Antologia viquiana 165
DO CAP. VII — Recapitulações da história poética 165
Resumos da história poética 165
DO CAP. VIII — Da física poética 169
Da física poética 169

DA DESCOBERTA DO VERDADEIRO HOMERO — LIVRO TERCEIRO 171
Excertos 171

CONCLUSÃO DA OBRA 175
A respeito de uma eterna república natural ótima em cada uma de suas espécies, ordenada pela divina Providência 177

Este livro integra a coleção
OS PENSADORES — HISTÓRIA DAS GRANDES IDÉIAS DO MUNDO OCIDENTAL
Composto e impresso nas oficinas da
Abril S.A. Cultural e Industrial, caixa postal 2732, São Paulo